

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

RITA DE CÁSSIA FERREIRA DOS SANTOS

**VIOLÊNCIA SEXUAL E A FORMAÇÃO DE EDUCADORES –
UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO**

PRESIDENTE PRUDENTE

2011

RITA DE CÁSSIA FERREIRA DOS SANTOS

**VIOLÊNCIA SEXUAL E A FORMAÇÃO DE EDUCADORES –
UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP/ Campus de Presidente Prudente, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação

Linha de Pesquisa: Processos Formativos, Diferença e Valores

Orientação: Prof^a Dr^a Renata Maria Coimbra Libório

PRESIDENTE PRUDENTE

2011

Santos, Rita de Cássia Ferreira dos.
S238v Violência sexual e a formação de educadores : uma proposta de
intervenção / Rita de Cássia Ferreira dos Santos. - Presidente
Prudente : [s.n], 2011
147 f.

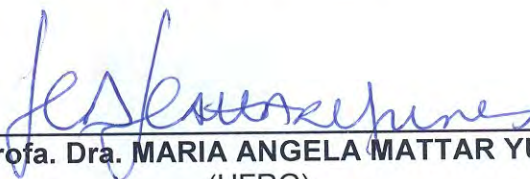
Orientador: Renata Maria Coimbra Libório
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista,
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Violência sexual. 2. Crianças. 3. Adolescentes. 4. Formação de
professores. I. Autor. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade
de Ciências e Tecnologia. III. Título.

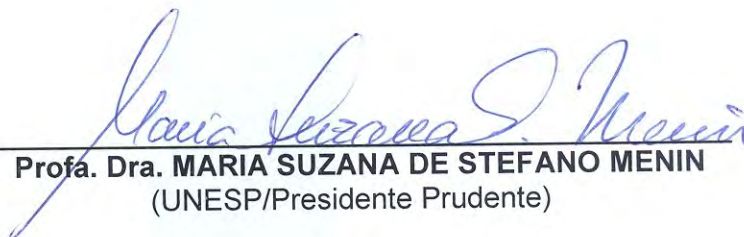
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. **RENATA MARIA COIMBRA LIBÓRIO**
(ORIENTADORA)



Prof. Dra. **MARIA ANGELA MATTAR YUNES**
(UFRG)



Prof. Dra. **MARIA SUZANA DE STEFANO MENIN**
(UNESP/Presidente Prudente)



RITA DE CÁSSIA FERREIRA DOS SANTOS

PRESIDENTE PRUDENTE (SP), 25 DE AGOSTO DE 2011.

RESULTADO: APROVADA

A todos e todas que trabalham, lutam, persistem e não desistem.
A todos e todas que escolheram não se resignar diante das dificuldades.
A todos e todas que como nós, optam por não se resignar.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Prof^ª. Dr^ª. Renata Maria Coimbra Libório pelo incentivo, credibilidade, confiança e acolhimento. Pelos diversos momentos de aprendizagem que me proporcionou dentro e fora da Universidade. Por me auxiliar na transformação de minhas aflições e angústias nesta pesquisa e por ir além, me ensinando a agir com compromisso, responsabilidade, ética e dedicação ao trabalho.

À minha tia Fran, que é a “luz da minha vida”, sempre me incentivando, acolhendo e fazendo o possível para que os meus caminhos fossem sempre menos tortuosos.

À minha irmã Rebeca, pela amizade, carinho e suporte nos momentos de grande dificuldade. Pelos momentos de boas risadas, correção de provas, comida congelada e brigadeiros...

Ao meu pai Francisco, que mesmo distante em alguns momentos, sempre me incentivou a ser independente e a lutar pelos meus ideais. À minha mãe Aldenir, onde ela estiver que possa se orgulhar de mim...

Aos homens da minha vida, os mais que amigos, Alex Pessoa e Thiago Inácio. O primeiro por dividir o trabalho, as angústias, as dúvidas e elucidações, a rotina. Pelos risos e prantos, discussões calorosas, desentendimentos e entendimentos compartilhados. Ao segundo por me escutar, acolher, entender, estando sempre presente, com a mão estendida para me levantar e disposto a me ouvir e confortar nos momentos difíceis. A vocês dois eu devo os momentos de maiores alegrias desses últimos anos...

Às amigas Nadi Elias e Erika Moraes e ao amigo Marcos Francisco, por acreditarem em mim, pelo apoio, incentivo, por estarem sempre dispostos a ajudar, mesmo distantes fisicamente. Vocês são parte indissociável da minha vida.

A todos os meus alunos, que são a motivação do meu trabalho e que todos os dias me dão motivos que fazem a luta e a perseverança valerem à pena.

A todas e todos os participantes desta pesquisa, que com entusiasmo e vontade contribuíram imensamente na concretização deste trabalho.

Às professoras e professores, meus companheiros de trabalho, que me incentivam, confiam e reconhecem o meu trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da FCT/ UNESP pela receptividade e por compartilharem o ambiente acadêmico e suas questões.

A todos os funcionários da UNESP, especialmente à Paula, secretária do Departamento de Educação e ao “Seu” Antério da cabine de informações, cuja atenção extrapola os limites de suas obrigações.

À Prof^ª. Dr^ª Maria Ângela Mattar Yunes e a Prof^ª Maria Suzana De Stefano Menin pelas inestimáveis contribuições para o meu trabalho.

À Taciana Kisasi pelo auxílio no entendimento das questões estatísticas.

Aos colegas do LDH – Laboratório de Desenvolvimento Humano, Wendy, Daiana, Aline, Elaine, Lidiane, os já citados, Alex e Marcos e especialmente a Michelle (pela colaboração prestada no momento do programa de intervenção) por compartilharem das discussões e colaborarem no meu crescimento intelectual por meio das nossas reuniões, trabalhos e pesquisas em equipe como também nas conversas informais e brincadeiras.

À FAPESP pelo financiamento da pesquisa no período de setembro de 2009 a janeiro de 2011.

Uma das coisas que aprendi é que se deve viver apesar de. Apesar de, se deve comer. Apesar de, se deve amar. Apesar de, se deve morrer. Inclusive muitas vezes é o próprio apesar de que nos empurra para a frente. Foi o apesar de que me deu uma angústia que insatisfeita foi a criadora da minha própria vida.

Clarice Lispector

RESUMO

O presente estudo encontra-se vinculado à linha de pesquisa intitulada “Processos formativos, diferenças e valores” do Programa de Pós-Graduação em Educação do da UNESP, Campus de Presidente Prudente. Diversos estudos mostram que a escola seria um dos locais privilegiados para que ocorra a detecção e intervenção em casos de violência sexual, levando em consideração o extenso período de tempo em crianças e adolescentes passam nessa instituição. Sabemos que os profissionais da escola têm o dever legal e ético em notificar às autoridades competentes casos suspeitos ou confirmados de abuso e exploração sexual. Entretanto, as escolas e os professores aparecem em números reduzidos enquanto agentes denunciadores e uma das explicações para esta baixa taxa de denúncias seria a falta de formação sobre o tema durante a formação inicial de educadores. Sendo a violência sexual infanto-juvenil um tema que é alvo de discussão por diversos segmentos sociais, que têm como objetivo comum a proteção dessa população, voltamos nossas preocupações para o universo de informações que possíveis futuros professores têm acerca da referida temática. A presente pesquisa teve como objetivo verificar o conhecimento de alunos dos penúltimos anos dos cursos de licenciatura da FCT/ UNESP sobre o tema violência sexual contra crianças e adolescentes e aplicar um programa de intervenção junto aos licenciandos, visando uma formação profissional sobre a temática, cujos conhecimentos foram avaliados anterior e posteriormente à capacitação. A pesquisa foi dividida em duas etapas. Na primeira fase participaram 159 estudantes dos cursos de licenciatura em educação física, física, geografia, matemática, pedagogia e química respondendo a um questionário que tinha como objetivo levantar os conhecimentos relativos ao tema da violência sexual. Os resultados demonstraram que estes alunos tinham algum conhecimento sobre a violência sexual, embora algumas concepções apresentadas não estivessem de acordo com os estudos da área. A segunda fase visou à elaboração, aplicação e avaliação de um programa de intervenção aos alunos das licenciaturas. Contamos com a participação inicial de 26 estudantes dos cursos de educação física, física e pedagogia. Ao final do último encontro, contamos com participação de 22 sujeitos. Como instrumentos de avaliação utilizamos uma adaptação do Indicadores de Abuso Sexual-IAS, o Exercício sobre atitudes frente a situações de violência sexual e um Questionário de avaliação pessoal antes e depois da realização da intervenção. A intervenção foi realizada em 6 encontros de 3 horas cada. A análise do desempenho dos estudantes mostrou que aconteceram mudanças do momento pré-intervenção para o momento pós-intervenção. Essas mudanças ocorridas foram em torno dos discursos sobre as atitudes, mais do que em torno dos saberes dos participantes.

Palavras-chave: Violência Sexual. Crianças/ Adolescente. Formação de professores.

ABSTRACT

This study is connected to the research line “Formative processes, differences and values” at the Graduate Studies in Education at UNESP, Campus of Presidente Prudente. Many researches has shown that schools are the best place for detecting and intervention in cases of sexual violence, taking into account the extended period of time children and youth spend in such an institution. However, the school professionals are the less group of people that use to report cases of sexual abuse and exploitation and it happens due the lack of information they have about this issue, since they have no discussion about it in the undergraduate studies. Sexual violence has been a very important issue for many group of professionals, concerned with the prevention of this phenomenon, so our interest is to identify the level of information of future teachers about this issue. This research aimed to: verify the knowledge of penultimate year students of undergraduate studies in courses of teacher training at UNESP, Campus of Presidente Prudente about sexual violence and to carry out with them an intervention program aiming to a professional training in regard sexual violence. The students’ knowledge was evaluated through the use of pre and post test. The research was divided into two phases. In the first one, 159 undergraduate students participated. They were studying in the following courses: Physical Education, Physics, Geography, Mathematics, Pedagogy and Chemistry. They answered a questionnaire aimed to identify their knowledge about sexual violence against children and adolescents. The findings showed that students had some knowledge about sexual violence, although some of their conceptions were not in accordance to the literature. The second phase aimed to elaborate, administrate and evaluate an intervention program to the undergraduate students. At the beginning of the intervention, 26 students from the courses of Physical Education, Physics and Pedagogy took part of the program. By the end of the intervention, in the last meeting, 22 students participated. In order to evaluate their knowledge, it was used an adaptation of the Sexual Abuse Indicators Questionnaire (IAS) and a questionnaire involving questions about their attitudes regarding intervention in cases of sexual abuse and exploitation and a personal evaluation before and after their participation in the program. The Intervention Program was conducted during 6 meetings of 3 hours each. The analysis of the students’ performance showed that changes occurred from pre-intervention to post-intervention. These changes were related to their discourses about attitudes instead of their knowledge.

Key-words: sexual violence; children and adolescents; teacher training

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mary Ellen	12
Figura 2: Pontuação média nos itens específicos e não específicos nos momentos antes e depois da intervenção.....	113
Figura 3: Número de respostas adequadas apresentadas pelos participantes ao exercício de atitudes, antes e depois da intervenção.....	119
Figura 4: Número de respostas inadequadas apresentadas pelos participantes ao exercício de atitudes, antes e depois da intervenção	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Papel do professor	34
Tabela 2: Responsabilidade pelo bem-estar dos alunos.....	35
Tabela 3: Sobre denunciar casos suspeitos	35
Tabela 4: Responsabilidade em se envolver	37
Tabela 5: Em que situações é apropriado realizar a denúncia/notificação.....	38
Tabela 6: O abuso é um incidente isolado.....	39
Tabela 7: Os agressores geralmente são estranhos à criança.....	39
Tabela 8: Pais têm direito de tratar seus filhos como bem entenderem.....	40
Tabela 9: Crianças geralmente mentem sobre abusos sexuais.....	40
Tabela 10: mesmo com a denúncia nada é feito ao agressor	43
Tabela 11: Punições severas aos agressores	43
Tabela 12: É um problema que não deve ser tratado na escola	44
Tabela 13: Casos deveriam ser resolvidos dentro da escola, sem envolvimento das autoridades.....	44
Tabela 14: Experiência para lidar com casos entre os alunos.....	44
Tabela 15: Confiança na própria habilidade em reconhecer casos.....	45
Tabela 16: Chamar os pais para uma conversa.....	45
Tabela 17: Investigar os fatos antes de tomar atitudes.....	46
Tabela 18: Algumas adolescentes provocam os adultos	46
Tabela 19: Adolescentes de hoje têm comportamento promíscuo.....	46
Tabela 20: As adolescentes estão expondo excessivamente seus corpos.....	47
Tabela 21: Não obrigatoriedade da escola em notificar o Conselho Tutelar.....	48
Tabela 22: Importância da discussão do tema.....	49
Tabela 23: Discussão do tema em disciplinas da graduação	49
Tabela 24: Discussão do tema em disciplinas da graduação por curso.....	50
Tabela 25: Interesse em discutir a temática.....	65
Tabela 26: Número de selecionados para participar da segunda fase	66
Tabela 27: Dados da pontuação média obtida dos itens específicos (abuso e exploração) e não específicos do índice IAS nos momentos antes e depois.....	113
Tabela 28: Descritivas dos dados de pontuações médias dos itens específicos de abuso sexual do IAS.....	114

Tabela 29: Descritivas dos dados de pontuações médias dos itens específicos de exploração sexual do IAS.....	114
Tabela 30: Descritivas dos dados de pontuações médias dos itens não específicos do IAS nos momentos antes e depois	115
Tabela 31: Teste t-Student para as pontuações médias dos itens específicos de abuso sexual do IAS.....	115
Tabela 32: Teste t-Student para as pontuações médias dos itens específicos de exploração sexual do IAS.....	116
Tabela 33: Teste t-Student para as pontuações médias dos itens inespecíficos do IAS.	116
Tabela 34: Atitudes e procedimentos antes da intervenção.....	120
Tabela 35: Atitudes e procedimentos depois da intervenção.....	120

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Distribuição das frequências - RANGMOT	52
QUADRO 2: EXPRESSÕES SOBRE ABUSO SEXUAL	55
QUADRO 3: CATEGORIAS – ABUSO SEXUAL.....	56
QUADRO 4: Distribuição das frequências - RANGMOT.....	57
QUADRO 5: EXPRESSÕES SOBRE EXPLORAÇÃO SEXUAL	59
QUADRO 6: CATEGORIAS – EXPLORAÇÃO SEXUAL	60
QUADRO 7: Distribuição das frequências - RANGMOT.....	61
QUADRO 8: EXPRESSÕES SOBRE PROSTITUIÇÃO	63
QUADRO 9: CATEGORIAS - PROSTITUIÇÃO	64
QUADRO 10: Categorias e frequências de respostas após a intervenção	124

LISTA DE SIGLAS

ABRAPIA = Associação Brasileira Multi-Profissional de Proteção à Infância e Adolescência.
CECRIA = Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes.
CPI = Comissão Parlamentar de Inquérito
CREAS = Centros de Referência Especializados de Assistência Social
CRAMI = Centro Regional de Atenção aos Maus-Tratos na Infância
CRAS = Centros de Referência de Assistência Social
CT = Conselho Tutelar
ECA = Estatuto da Criança e do Adolescente
ECPAT = End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual
Poupose
ESCA = Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
EVOC = Ensemble de Programmes Permettant l'Analyse des Évocations
FCT = Faculdade de Ciências e Tecnologia
FUNDACTE = Fundação de Ciências, Tecnologia e Ensino
IAS = Indicadores de Abuso Sexual
ISPCAN = International Society for the Prevention of Child Abuse and Neglect
LDH = Laboratório de Desenvolvimento Humano
NYSPCC = New York Society for the Prevention of Cruelty to Children
OIT = Organização Internacional do Trabalho
OMS = Organização Mundial da Saúde
ONG = Organização Não Governamental
ONU = Organização das Nações Unidas
PAIF = Programa de Atenção Integral as Famílias
PESTRAF = Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de
Exploração Sexual
PPGE = Programa de Pós-Graduação em Educação
PSE = Proteção Social especial
SAEPE = Seção de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão
SECADI = Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
STPIN = Subcomissão Temática para o Combate à Pornografia Infantil
SUAS = Sistema Único da Assistência Social
TCLE = Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNESP = Universidade Estadual Paulista

WCF = World Childhood Foundation

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1: CONSIDERAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	21
1.1 Movimentos Sociais e Políticos do Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes.....	24
1.2 Conceituando a Violência Sexual cometida contra Crianças e Adolescentes.....	31
1.3 Formação Integral do Professor: possibilidade de proteção	36
CAPÍTULO 2: FASE 1: Concepções dos alunos dos cursos de licenciatura acerca da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	43
2.1 Caracterização da primeira fase da pesquisa.....	43
2.2 O instrumento.....	44
2.3 Aplicação do instrumento	45
2.4 Participantes	46
2.5 Resultados.....	46
2.5.1 Questões de múltipla escolha.....	46
2.5.2 Questões Abertas	63
2.5.2.1 Visão Geral das Evocações.....	63
2.5.2.2 Palavra Estímulo: Abuso sexual	65
2.5.2.3 Palavra Estímulo: Exploração Sexual	70
2.5.2.4 Palavra Estímulo: Prostituição.....	73
2.6 Seleção dos participantes da Fase 2.....	78
2.7 Discussão	80
CAPÍTULO 3: FASE 2: Elaboração, Realização e Avaliação do Programa de Intervenção	86
3.1 Elaboração.....	86
3.2 Local	87
3.3 Participantes	87
3.4 Realização do programa de intervenção – “Encontros para discussão sobre Violência Sexual contra crianças e adolescentes: prevenção e atuação docente”.....	88
3.4.1 Equipamento e Material	88

3.4.2 Instrumentos e aplicação	89
3.4.3 Descrição das atividades realizadas com os alunos de licenciatura nos encontros .	90
3.5 Avaliação do programa de intervenção	125
3.5.1 Resultados do IAS.....	125
3.5.2 Exercício sobre atitudes frente a situações de violência sexual	131
3.5.3 Questionário de questões abertas – avaliação pessoal	139
3.6 Discussão	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	153
ANEXOS	163

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi elaborada a partir de questionamentos levantados pela pesquisadora durante a graduação, em sua aproximação com o tema em pesquisa de iniciação científica, assim como sua vinculação ao grupo de pesquisa intitulado “Educação e Desenvolvimento em situação de Risco e Indicadores de Proteção”¹.

A violência sexual contra crianças e adolescentes, que envolve o abuso e a exploração sexual (ESCA), pode ocorrer em todas as faixas etárias e nas várias classes sociais, vitimizando crianças e adolescentes de ambos os sexos em todo o mundo. Muitas vezes encoberta pelo muro de silêncio imposto pela família e/ ou por valores morais e sociais, muitas crianças e adolescentes não encontram espaços para exporem as angústias dessa situação. Em face desse fato, a escola pode configurar-se como um espaço privilegiado de escuta dessas crianças e adolescentes, no sentido de buscarem ajuda para a aflição que vivem, funcionando como um importante indicador de proteção ao desenvolvimento infanto-juvenil.

No Brasil, a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 e o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, em 2000, são considerados marcos no enfrentamento desta cruel forma de violência e violação de direitos. No entanto, as medidas tomadas ainda parecem ser insuficientes, tendo em vista o alto índice de crianças e adolescentes que diariamente são vitimizadas, levando-se em consideração que mesmo esses dados não refletem a realidade, uma vez que a subnotificação é um fator importante a ser considerado. Portanto, outros espaços devem servir como suporte social para o enfrentamento da violência sexual e todo tipo de maus-tratos.

Para Brino (2006), Camargo e Libório (2005) e Brino e Williams (2003-b, p. 2) a escola mostra-se como lugar ideal para prevenção, intervenção e enfrentamento desta forma de violência, pois deve ter como objetivo a garantia da qualidade de vida de seus alunos e a promoção da cidadania. Isto também pode ser explicado pelo contato próximo e pelo considerável período de tempo em que há a interação entre a criança/adolescente, seus familiares e a instituição. Portanto, em muitos locais e por diversas vezes a escola é a única instituição que pode promover condições privilegiadas para o desenvolvimento harmonioso de seus educandos e por isso, entendemos que ela deve

¹ Grupo de Pesquisa Cadastrado na Plataforma do CNPq, coordenado pela Prof^ª Dra. Renata Maria Coimbra Libório, orientadora desta pesquisa.

ser preparada para realizar esta interação de forma mais humana, respeitosa e responsável.

Entretanto, algumas pesquisas (LIBÓRIO 2003; BRINO & WILLIAMS, 2003-a, p. 114) vêm mostrando que as escolas e os professores aparecem em números reduzidos enquanto agentes denunciadores nos casos de violência sexual, encaminhados para os conselhos tutelares e demais órgãos de proteção à infância. Segundo pesquisa realizada por Martins (2002, p. 68) nos E.U.A em 1986, as taxas de denúncias feitas por professores era relativamente baixa (dos 57% de casos de maus-tratos que envolveram crianças em idade escolar apenas 16,3% das denúncias partiram da escola naquele país).

Alguns autores, tanto em nosso país como em outros, afirmam que a falta de formação dos professores na área dos maus-tratos, poderia contribuir para explicar a baixa taxa de denúncias da sua parte (MARTINS, 2002, p.68; COSTA, 2008, p. 55). Assim, se faz necessário que os profissionais da área sejam mais bem preparados para combater estas situações. Os aspectos culturais e sociais também podem influenciar na questão da denúncia oferecida por estes profissionais, sendo que a definição de maus-tratos varia de acordo com o ponto de vista do avaliador, da relatividade cultural, de sua concepção de violência, vivências, aspectos afetivo-culturais e a contextualização histórica e social em que estão inseridas (MARTINS, 2002; LIBÓRIO, CAMARGO, SANTOS e SANTOS, 2007; COSTA, 2008).

Diante de tantas questões e baseados em estudos anteriores (SANTOS & LIBÓRIO, 2007²; SANTOS & LIBÓRIO, 2006³; CAMARGO & LIBÓRIO, 2005⁴; PIETRO, 2007; BRINO, 2006; BRINO & WILLIAMS, 2003-b; COSTA, 2008; FINKELHOR, 1986; CUNNINGHAM & SAS, 1995; FURNISS, 1993; HAZZARD, 1984), é fato que uma formação sobre o tema é importante para que os profissionais da educação se sintam mais seguros quanto ao posicionamento que devem adotar, ao se defrontarem com um caso de violência sexual envolvendo seus alunos.

² SANTOS, R.C.F. & R.M.C.LIBÓRIO, “A violência sexual contra crianças e adolescentes na perspectiva de profissionais da educação do ensino médio de Presidente Prudente” (Relatório de Pesquisa não publicado, enviado ao CNPq), 2007;

³ SANTOS, R.B. & R.M.C. LIBÓRIO, “A violência sexual contra crianças e adolescentes na perspectiva de professores da educação infantil das escolas públicas municipais de Presidente Prudente”, (Relatório de Pesquisa não publicado, enviado ao CNPq), 2006;

⁴ CAMARGO, L.S & R.M.C. LIBÓRIO, “A violência sexual contra crianças e adolescentes na perspectiva de profissionais da educação do ensino fundamental de Presidente Prudente”, (Relatório de Pesquisa não publicado, enviado ao CNPq), 2005;

Complementamos essa idéia, com palavras de Rodriguez (2002) que, em seus escritos aponta a necessidade de novos estudos e pesquisas que:

[...] deveriam continuar investigando os fatores que influenciam as decisões de profissionais a denunciarem (e não denunciarem) o abuso sexual, pois mesmo na presença de leis que obrigam a denúncia em alguns países, a aderência a tais leis está longe de ser total. Estratégias de treinamento/capacitação que aumentem a capacidade dos profissionais de avaliarem com exatidão os casos de abuso sexual deveriam ser incluídas nas discussões de programas educacionais que enfoquem a obrigatoriedade legal e ética da denúncia, focando na omissão, que é particularmente ignorada pelos profissionais. (RODRIGUEZ, 2002, p. 339, tradução nossa⁵).

Ainda no eixo da prevenção, de acordo com a Abrapia (1997), a OMS (Organização Mundial da Saúde) classifica a prevenção em três fases: a prevenção primária, que é aquela que tem como objetivo a eliminação ou redução dos fatores sociais, culturais e ambientais que favoreçam a violência contra a criança e o adolescente, atuando nas suas causas. As ações envolvidas podem ser capacitações de profissionais e pessoas envolvidas diretamente com as crianças e adolescentes, tais como pais e professores (WOLFE, 1998 apud BRINO, 2006). A prevenção secundária, que tem como objetivo a detecção precoce de crianças e adolescentes em situação de risco, impedindo os atos de violência e/ou sua repetição. Atua em situações já existentes. E por fim, a prevenção terciária, que tem como objetivo o acompanhamento integral da vítima e do agressor por profissionais adequados e capacitados.

Devemos lembrar a importância do lugar ocupado pelos profissionais da educação como agentes protetores às crianças e adolescentes violentados sexualmente, por atuarem no sentido de acolhimento. A formação de vínculos entre estas crianças e os seus educadores poderá ter efeito potencializador na ressignificação de seu lugar social, além de poder possibilitar a valorização de si mesma. Profissionais da escola capacitados para detectar e ajudar crianças e adolescentes a se defender da ocorrência de violência sexual seriam ferramentas fundamentais para a prevenção, pois englobam uma larga faixa etária de alunos, além de um grande número de possíveis vítimas (BRINO, 2006, p.33).

⁵ Future research in this area should continue to investigate factors influencing professionals' decisions to report (and not to report) child abuse, because even in the presence of mandatory reporting laws in some countries, adherence to such laws is far from complete. Training strategies for increasing professionals' accuracy should be included in educational programs' discussions of ethical and legal reporting obligations, focusing on how neglect is particularly ignored by professionals.

De uma forma geral notamos que a temática pouco comparece na formação inicial ou contínua de profissionais da educação e é neste sentido que elaboramos o trabalho que buscou refletir sobre metodologias que sensibilizem os futuros professores, conscientizando sobre a importância de sua intervenção em casos de suspeita ou constatação de violência sexual. Visamos contribuir na construção de posturas profissionais éticas, humanitárias e protetoras, através da discussão sobre o tema com alunos dos últimos anos dos cursos de licenciatura da FCT/ UNESP de Presidente Prudente que avaliamos antes e após estas discussões.

Assim, refletimos sobre as dificuldades encontradas pelos futuros profissionais da educação na busca por subsídios que possibilitem a atuação na perspectiva dos direitos da criança e dos adolescentes, voltada para a diversidade, pluralidade e para uma consciência de posturas inclusivas, suscitando discussões sobre as manifestações de violência, contribuindo na elaboração de conhecimentos em torno da sexualidade, ética, relacionamentos interpessoais, respeito mútuo e questões relativas à cidadania.

No desenvolvimento da pesquisa foi dada ênfase à abordagem quali-quantitativa. Isto se dá pelo fato de na primeira fase a pesquisa se revelar com uma natureza quantitativa por optarmos pela aplicação de questionários a um grande número de sujeitos, permitindo uma amostra significativa em relação aos conhecimentos dos alunos sobre o tema e, na realização da avaliação da intervenção, utilizarmos tanto instrumentos quantitativos como instrumentos qualitativos.

No entanto, mesmo os dados coletados através dos questionários serão incorporados às análises qualitativas, pois acreditamos que estas duas metodologias se complementam em direção dos objetivos deste estudo, mas reconhecemos que a abordagem qualitativa é a que mais se identifica com as características desta pesquisa, pois concordamos com Portela (2004), que a pesquisa qualitativa não se preocupa em relatar a representatividade numérica e sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social. Segundo a autora as pesquisas que assumem o caráter qualitativo se opõem a ideia de que existe apenas uma forma de se fazer pesquisa para todas as ciências. Nesta abordagem as análises são feitas a partir do processo, sendo este mais importante que o produto, já que o significado que as pessoas dão às coisas e à suas vidas é o foco da atenção do pesquisador (BOGDAN e BIKLEN, 1982).

A presente pesquisa teve como objetivo geral verificar o conhecimento de alunos dos penúltimos anos dos cursos de licenciatura da FCT/ UNESP sobre o tema violência sexual contra crianças e adolescentes e aplicar um programa de intervenção junto aos

licenciandos, visando uma formação profissional sobre a temática, cujos conhecimentos foram avaliados anterior e posteriormente à capacitação.

Os objetivos específicos foram:

- Desenvolver e executar um programa de intervenção, visando a prevenção, na área da violência sexual junto aos alunos que cursam os últimos anos de Licenciatura, e que possa ser incorporado à formação inicial de futuros professores;
- Avaliar a construção de conhecimento dos participantes decorrente da experiência de intervenção;

Optamos pelo desenvolvimento de um programa de intervenção, visando ações na área da prevenção primária, sua aplicação e avaliação pela escassez de trabalhos realizados em nosso país sobre este tema, parecendo que as ações preventivas primárias (intervenções educativas) ainda estão dando seus primeiros passos.

O primeiro capítulo traz as discussões teóricas sobre a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, discutindo o histórico do enfrentamento, os conceitos de abuso sexual e exploração sexual e a formação de professores rumo à proteção de crianças e adolescentes. O capítulo 2 apresenta a caracterização da primeira fase da pesquisa, seus aspectos metodológicos e os resultados das análises e discussão dos resultados obtidos nesta primeira etapa do trabalho. O terceiro capítulo mostra a elaboração, aplicação e avaliação do programa de intervenção bem como a discussão dos resultados obtidos com a aplicação dos instrumentos de avaliação e para finalizar apresentamos as considerações finais da pesquisa.

CAPÍTULO 1

CONSIDERAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

“Só há duas opções nesta vida: se resignar ou se indignar. E eu não vou me resignar nunca.”
Darcy Ribeiro

A problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes tem mobilizado diversos segmentos sociais, no Brasil e em vários países, na tentativa de compreendê-lo e discutir formas de enfrentamento. Tal fenômeno envolve o abuso e a exploração sexual (ESCA) e, engloba tanto as situações de abuso sexual intra como extra-familiar, que se caracterizam como não possuindo um caráter comercial, como nas situações de exploração sexual comercial, nas quais a dimensão mercantil está nitidamente presente.

A história social da infância em vários países nos mostra como as crianças sempre foram vitimizadas por várias formas de violência, seja devido a concepções autoritárias e repressoras que pautaram as posturas educativas durante muito tempo, baseadas em castigos corporais, seja pela ausência de políticas públicas de proteção e atendimento de qualidade às crianças e adolescentes em situação de exclusão social, que é evidente na realidade brasileira. No contexto histórico-social da violência contra crianças e adolescentes, no qual se insere a violência sexual, prevalece uma cultura de dominação e de discriminação social, econômica, de gênero e de raça, ou seja, existem relações assimétricas de poder, onde um dos pólos da relação é alguém com mais “poder” e é autorizado social e culturalmente a impor seus desejos sobre outro ser.

Definir e classificar violência não é uma tarefa simples, pois o fenômeno carrega consigo enormes possibilidades de conceituação e diversos referenciais teóricos. Sabemos que questões sociais, culturais, econômicas, religiosas, psicológicas e psiquiátricas podem ser causas da violência contra crianças e adolescentes, porém de acordo com Santos (1997), Libório (2004), Pedersen e Grossi (2011), existem alguns fatores desencadeantes e facilitadores da violência sexual, especialmente no que se refere a ESCA, que se apresentam inter-relacionados e de forma articulada. Para os objetivos deste trabalho utilizaremos duas classificações de violência que convergem em alguns pontos: a violência social e a violência estrutural.

A violência social se configura como a violência contra as diferenças em nível local e global, dirigida ou que atinge, seletiva e preferencialmente, grupos sociais mais

desprotegidos, detentores de menor poder, ou seja, a violência cometida contra mulheres, homossexuais, população afro-descendente e crianças e adolescentes, são exemplos de violência social (LEAL, 2002, p. 15; ODÁLIA, 1983, p. 38).

Sobre a violência estrutural vamos utilizar as contribuições de Minayo (1994). Para a autora esta face da violência se refere às “estruturas organizadas e institucionalizadas, naturalizadas e ocultas em estruturas sociais, que se expressa na injustiça e na exploração e que conduz à opressão dos indivíduos” os tornando mais vulneráveis que outros. Por ser exercida todos os dias por instituições já consagradas, esta violência passa, para a maioria, como mera incompetência de governantes e responsáveis (NETO e MOREIRA, 1999).

Neste sentido, para compreendermos a violência sexual é necessário que entendamos que a violência que determina suas diversas formas de manifestação é a violência causada pelas alterações na sociedade, que constituem as desigualdades, geram as dificuldades que assolam as famílias e que são geradas no sistema de produção capitalista, que traz a marca do individualismo moderno (LEAL e CÉSAR, 1998), sendo esta forma de violência um protótipo de todas as outras configurações.

Paralelamente a estes dois tipos de violência coexiste, muitas vezes, a violência inerente às relações interpessoais adulto-criança, tanto intra como extrafamiliares, que segundo Leal e Cesar (1998) não são determinantes do ingresso de crianças e adolescentes no ciclo de violência sexual, mas tem importância significativa na vulnerabilização dos mesmos. Como tentamos explicitar, as dinâmicas de violência intrafamiliar não decorrem apenas de elementos internos a própria família, mas como resultante de elementos externos a ela. No cenário da nossa sociedade, devemos entender esses elementos em seu contexto histórico.

O desenvolvimento social e cultural do Brasil foi marcado pela colonização e escravidão, gerando “uma sociedade escravagista, elites oligárquicas dominantes” (FALEIROS, 1998, p.33) em cujo imaginário social ficou a idéia de que podiam dominar e explorar as categorias sociais marginalizadas ou inferiorizadas pelas diferenças. A modernidade capitalista, segundo Guerra (2001), veio apresentar a nova marca da globalização e das relações de poder, acirrando as desigualdades sociais, provocando reflexos diretos na condição de vida de nossa infância e adolescência.

A globalização encontra-se politicamente articulada aos ideais neoliberais, que em nosso país não têm conseguido responder satisfatoriamente aos desafios colocados pelo crescimento econômico em relação à situação de pobreza e desigualdades sociais.

As reformas econômicas neoliberais acabam por diminuir os subsídios, dificultando o acesso à habitação, saúde e educação de grande parcela da população, intensificando problemas sociais e interferindo nas relações interpessoais, tornando crianças e adolescentes grandes vítimas da exploração de mão-de-obra.

Tratando especificamente da ESCA podemos dizer que esta é uma questão que diz respeito principalmente a classe social, pois os principais determinantes da inserção de crianças e adolescentes no mercado do sexo são as situações de pobreza vivenciadas por elas e a exclusão dos direitos à escolarização, à saúde, à habitação, à profissionalização, ao mercado de trabalho, à renda, à cultura, ao lazer, ao consumo. Segundo Faleiros (2004, p.51), a ESCA combina com a exploração econômica, portanto, deve ser estudada e compreendida no contexto do sistema capitalista e da sociedade de consumo globalizados.

Neste contexto, de acordo com o relatório do CECRIA (1997, p. 5) é fundamental considerar as condições de vida da população em geral, e mais concretamente, da população infanto-juvenil. Esses condicionantes estruturais colocam em ou aumentam o risco da exploração e do abuso sexual de crianças e adolescentes. A melhoria da situação sócio-econômica das famílias e a garantia de políticas e serviços sociais são mediações para diminuir o risco da exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes.

O que vemos hoje é a transferência de responsabilidades sociais do Estado para o mercado, como saída básica de se encontrar caminhos para as questões deste âmbito. No entanto, não podemos transferir ao mercado a proteção social da infância e da adolescência, visando a catástrofe que seria para a garantia dos direitos humanos. Cabe ao Estado criar políticas de enfrentamento a questão, garantir a defesa dos direitos sociais e transformar esses direitos em ações efetivas que gerem desenvolvimento humano - e melhor seria se fosse um desenvolvimento emancipatório da humanidade – e promovam cidadania.

Porém, as já citadas desigualdades sociais dificultam à grande parte da população a compreensão do sentido de “cidadania” como o de ter direitos políticos e sociais, direitos de cada um e de todos. (CECRIA, 1997, p. 10). Essa incompreensão permite o crescimento das violências e perpetua a exclusão social.

Como sabemos, as políticas básicas devem garantir o acesso às condições “mínimas” de vida a todos. Como assinala a Declaração Universal dos Direitos Humanos todos têm direito à vida. Nenhuma criança ou adolescente deve ficar sem

escola, saúde, alimentação, sem condições “básicas” de sobreviver. O direito à vida não implica somente no atendimento às necessidades fisiológicas, implica também no acesso aos bens culturais, à vida espiritual, às relações sociais significativas, à todas as condições possíveis de exercer e experienciar suas vidas. Sendo assim, a população infante-juvenil, e toda e qualquer pessoa, não podem estar sujeitos à escravidão, às punições injustas ou cruéis, à violação de seus corpos, à qualquer forma de discriminação ou a qualquer tipo de violação aos seus direitos como sujeito humano.

Todas essas violações e privações são impingidas as crianças e adolescentes, vítimas da violência sexual, por seus abusadores, aliciadores, agenciadores, ferindo, assim, todos os postulados básicos dos direitos humanos.

1.1 Movimentos Sociais e Políticos do Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes

A problemática da violência sexual contra a população infante-juvenil sempre esteve presente durante a história da humanidade, embora recebesse diferentes significados sociais dependendo da época em que se manifestasse; nem sempre foi considerada uma forma de violação aos direitos da criança ou do adolescente. Conceito bastante atual, assume relevância política a partir de 1990 no Brasil, em função da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e apresentando em sua análise características complexas a partir do momento em que o assunto vem sendo focalizado como questão pública e problema social e perde, portanto, características de segredo familiar.

A primeira organização no mundo dedicada a combater os maus-tratos na infância, que se tem notícia, é a New York Society for the Prevention of Cruelty to Children⁶ – NYSPCC, criada em 1894⁷. (GUIA ESCOLAR, 2004)

A criação da NYSPCC ocorreu quando, no inverno de 1873, para conseguir retirar a menina Mary Ellen (Figura 1), de aproximadamente 9 anos, da casa dos pais adotivos que a maltratavam cruelmente, um promotor teve que solicitar ajuda a Sociedade de Prevenção a Crueldade aos Animais de Nova York por existirem apenas leis que protegessem os animais e não às crianças. O argumento utilizado pelo promotor foi de que a menina também pertencia ao reino animal e por isso deveria ser protegida pela lei. Mary Ellen foi retirada de casa e colocada numa instituição, sendo

⁶ Sociedade de Prevenção a Crueldade contra Crianças de Nova York.

⁷ Histórico da criação da NYSPCC pode ser encontrado no site <http://www.nyspcc.org/nyspcc/history/>

adotada por outra família. Ela casou-se, constituiu família e morreu aos 92 anos em 1956.



Figura 1. Mary Ellen

Apesar da NYSPCC ser a primeira organização a surgir no mundo, a International Society for the Prevention of Child Abuse and Neglect – ISPCAN, criada em 1977, foi a primeira a prevenir e combater os maus-tratos em âmbito internacional.

No Brasil as primeiras organizações só começaram a surgir na década de 1980 e ao que tudo indica a primeira a ser criada foi o Centro de Regional de Atenção aos Maus-Tratos na Infância – CRAMI – em Campinas (SP), no ano de 1985.

Na década de 1990, (GUIA ESCOLAR, 2004), a violência sexual contra crianças e adolescentes foi incluída na agenda pública da sociedade civil como questão relacionada com a luta nacional e internacional pelos direitos humanos, preconizados na Constituição Federal Brasileira de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/90 e na Convenção Internacional dos Direitos da Criança de 1989. Foi também nesta década, que se assegurou juridicamente à infância brasileira a condição de sujeito de direito, ao mesmo tempo em que se revelou a grande dificuldade de garantir um ambiente justo e protetor para um desenvolvimento integral da criança e do adolescente.

De acordo com Libório (2003), vários eventos contribuíram para destacar a questão da Violência Sexual contra crianças e adolescentes na mídia e pressionaram o país a se posicionar frente à exploração sexual de crianças e adolescentes, entre eles a divulgação do dossiê “Crianças da Amazônia” e o lançamento do livro do jornalista

Gilberto Dimenstein “Meninas da Noite”. Em abril de 1993, o Congresso Nacional respondeu com a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar responsabilidades pela exploração e prostituição infanto-juvenil – a CPI da Prostituição Infantil. A comissão verificou também que 50% dos abusos contra crianças e adolescentes são incestuosos (BRASIL, 2002, p. 6). Aconteceu a partir daí, uma ampla mobilização de vários segmentos da sociedade com relação ao enfrentamento do abuso e da exploração sexual contra crianças e adolescentes.

Em 1995, em Beijing aconteceu o Encontro Mundial de Mulheres onde foi aprovada a realização de um Congresso Mundial que discutisse a ESCA, então em agosto de 1996, em Estocolmo, na Suécia, foi realizado o I Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças, que pode ser considerado um marco fundamental na luta contra esta forma de exploração e promoveu avanços significativos tanto na área de conhecimento e aprofundamento teórico como na implementação de programas sociais voltados para as (os) vitimizadas (os) (LIBÓRIO, 2004, p.20). O Congresso reuniu 122 países que se comprometeram com o cumprimento de sua Agenda de Ações, da qual o Brasil foi um dos signatários. No Congresso foram desenvolvidos os seguintes temas: legislação, prevenção e reabilitação psicossocial, turismo e prostituição infantil, o explorador sexual, saúde, papel da mídia, criança e pornografia, educação, valores humanos.

Como nosso objeto de estudo reside na área da educação, é relevante que se pontue aqui os tópicos desenvolvidos dentro deste tema durante o Congresso Mundial de Estocolmo:

- importância de manter as crianças na escola;
- importância da Educação Sexual: desafio a ser vencido pelas famílias, comunidades e governos;
- importância de análise dos fatores sócio-econômicos na Educação;
- importância da participação das crianças em todos os programas educacionais;
- importância da discussão de gênero e direitos na educação;
- o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento dos programas;
- importância da Educação como medida preventiva no âmbito das políticas públicas;
- capacitação de pessoal em todos os níveis. (CECRIA, 1997, p.26-27)

Analisando esses tópicos, podemos entender que a educação é vista como uma categoria matricial no campo interdisciplinar da intervenção das políticas públicas de enfrentamento a violência sexual. Outras duas estratégias que foram consideradas

fundamentais pelo Congresso, em junção com a educação, são: a participação civil e a capacitação de recursos humanos.

Ainda em 1995, no Brasil, foi realizado o Seminário Nacional sobre Exploração Sexual Infanto-juvenil e estava em fase de preparação um seminário latino-americano que se transformou, por proposta do Congresso Mundial, no Seminário Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Américas, que aconteceu em abril de 1996 aqui no Brasil que serviu como consultoria regional das Américas. Os eixos fundamentais deste Seminário foram as discussões e proposições de políticas públicas de enfrentamento ao tema, o intercâmbio de experiências e a articulação de ações governamentais e não-governamentais, no país e fora dele. Como resultado deste evento foi encaminhada ao Congresso Mundial a “Carta de Brasília” que marcou o compromisso político do governo e da sociedade civil brasileira com a implementação de ações e programas na área do enfrentamento.

Se as propostas da Agenda de Ação de Estocolmo avançaram em relação a categorias qualitativas, não avançaram no que diz respeito as dimensões econômicas, pois não foi apresentada nenhuma proposta concreta de financiamento de políticas públicas para o enfrentamento da violência e nem firmou-se compromissos entre países para o combate à exploração sexual infantil em nível internacional.

Outro ponto que achamos necessário ressaltar em relação ao Congresso de Estocolmo é o direcionamento das discussões para a infância, não citando claramente os adolescentes, que, como sabemos, são submetidos mais frequentemente à exploração sexual, principalmente nas modalidades da prostituição e tráfico para fins sexuais.

Em fevereiro de 2000, o país ratificou junto a OIT (Organização Internacional do Trabalho) a convenção 182 que trata das Piores Formas de Trabalho Infantil e nela estão inclusas práticas como o trabalho forçado, a escravidão de crianças, a condição de servo, a exploração sexual, a pornografia e diversas outras formas de trabalho insalubre e exploratório. Com a ratificação o Brasil se compromete a adotar medidas para a proibição e erradicação dessas formas de exploração infantil.

Essas e outras mobilizações tomaram corpo político de forma que, em junho de 2000, aconteceu o encontro para a elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, em Natal, RN.

Participaram da discussão e da elaboração do Plano Nacional, representantes do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público, de órgãos dos executivos federal, estaduais e municipais, de ONGs brasileiras e internacionais, assim como representantes

juvenis e integrantes dos conselhos tutelares e do meio acadêmico. O Plano Nacional foi aprovado na Assembléia Ordinária do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente – CONANDA – em 12 de julho de 2000.

O Plano Nacional estabeleceu as diretrizes para a intervenção técnica-política e financeira para o enfrentamento, baseando-se em 6 eixos estratégicos (BRASIL, 2006, p. 34):

- *Análise de situação*: Conhecer o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes em todo o país; o diagnóstico da situação do enfrentamento da problemática; as condições e garantia de financiamento do Plano; o monitoramento e a avaliação do Plano e a divulgação e informações de todos os dados à sociedade civil brasileira;
- *Mobilização e Articulação*: Fortalecer as articulações nacionais, regionais e locais de combate e pela eliminação da violência sexual; comprometer a sociedade civil no enfrentamento dessa problemática; divulgar o posicionamento do Brasil em relação ao sexo turismo e ao tráfico para fins sexuais; pornografia na Internet, e avaliar os impactos e resultados das ações de mobilização;
- *Defesa e Responsabilização*: Atualizar a legislação sobre crimes sexuais; combater a impunidade; disponibilizar serviços de notificação; capacitar os profissionais da área jurídico-policial; implantar e implementar os Conselhos Tutelares; o SIPIA⁸ e as Delegacias especializadas de crimes contra crianças e adolescentes;
- *Atendimento*: Efetuar e garantir o atendimento especializado, e em rede, às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual e às suas famílias;
- *Prevenção*: Assegurar ações preventivas contra a violência sexual, possibilitando que as crianças e adolescentes sejam educados para o fortalecimento da sua auto defesa; atuar junto à Frente Parlamentar no sentido da legislação referente à INTERNET;
- *Protagonismo Juvenil*: Promover a participação ativa de crianças e adolescentes pela defesa de seus direitos e comprometê-los com o monitoramento da execução do Plano Nacional.

Desta época até os dias de hoje, ocorreram contínuas mobilizações sociais em prol do enfrentamento da violência sexual, dentre as quais: a constituição das ações estaduais de enfrentamento em todas as regiões do Brasil (dentre os quais o Movimento Social Pacto São Paulo contra a Violência e exploração sexual de crianças e

⁸ Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência. É um sistema nacional de registro e tratamento de informações sobre a garantia e defesa dos direitos fundamentais preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente

adolescentes⁹), a criação do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência sexual contra crianças e adolescentes, que monitora as ações regionais de enfrentamento, a constituição da CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) da Exploração sexual contra crianças e adolescentes, coordenadas pelas deputadas Patrícia Saboya Gomes e Maria do Rosário, em 2003.

No primeiro semestre de 2001 foi implantado o Programa Sentinela, de âmbito federal, com ações articuladas juntos aos governos estaduais e municipais, cuja principal função era o atendimento psicossocial de crianças e adolescentes abusadas e exploradas sexualmente e suas famílias. O programa foi estruturado para atender as determinações da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Lei Orgânica de Assistência Social e do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. Esses atendimentos aconteciam no CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) ou em unidades específicas implantadas nos municípios, onde ocorriam atendimentos especializados e multiprofissionais para apoio psicossocial e jurídico. Atualmente o atendimento acontece incorporado às ações do CREAS (Centros de Referência Especializados de Assistência Social) fazendo parte do Programa de Atenção Integral as Famílias (PAIF) atendendo as políticas da Proteção Social Especial (PSE) preconizadas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Apesar dos avanços que o Programa Sentinela e sua atual configuração trouxeram, ainda existem desafios a serem enfrentados, tais como expandir o atendimento especializado para todos os municípios brasileiros, qualificar as redes de atendimento, aumentar os atendimentos a casos de exploração sexual e obter consolidação dos serviços dentro das políticas públicas municipais.

Em fevereiro de 2003, foi instalada a Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2006, p.11), atendendo o determinado pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao então Ministro da Justiça, Dr. Marcio Thomaz Bastos, que visa a proposição de políticas públicas para a erradicação da violência, buscando constituir uma ação integrada da esfera federal e as organizações da sociedade civil.

A Comissão Intersetorial desempenha suas funções através de subcomissões, com destaque para a subcomissão temática para o combate à pornografia infantil (STPIN), que teve como resultado a elaboração do Programa Nacional para o

⁹ Cf. GUIA ESCOLAR (2004) e LIBÓRIO (2003).

enfrentamento do fenômeno. Outra ação da comissão foi a criação do Programa Turismo Sustentável e Infância, voltado ao enfrentamento do turismo sexual. E por fim, a elaboração da Matriz Referencial que mapeou a violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil e tem como pretensão subsidiar as políticas públicas de âmbito federal.

Em dezembro de 2001, em Yokohama, no Japão, aconteceu o II Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças, que teve como objetivos

ampliar o compromisso político para a implementação da Agenda para Ação adotado no 1o Congresso Mundial; analisar o progresso obtido na implementação dessa Agenda; compartilhar experiências; identificar as áreas mais problemáticas e falhas no enfrentamento; fortalecer o processo de acompanhamento pós-Congresso Yokohama, incluindo o enfrentamento às novas formas de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e a efetivação de novas parcerias (...). (CEDECA-BA, 2008, p. 2)

O Governo Federal e o Ministério da Educação criaram em julho de 2004 a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) com o propósito de contribuir com a redução das desigualdades educacionais, ampliando o acesso a educação à populações vulnerabilizadas, através da criação e manutenção de políticas públicas. Uma das ações da SECADI é o Projeto Escola que Protege que visa a defesa de direitos, o enfrentamento e prevenção da violência contra crianças e adolescentes em âmbito escolar, fazendo com que a escola se integre a rede de proteção integral. Sua principal estratégia é a criação de materiais didáticos e paradidáticos voltados ao tema e o fomento de projetos de formação continuada para professores da rede pública.

No ano de 2008 o Brasil foi a sede do III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. a escolha do país se deu pelo reconhecimento internacional das estratégias de enfrentamento que foram apresentadas, como resultado dos acordos estabelecidos no I Congresso Mundial, no Congresso de Yokohama.

As prioridades das políticas de enfrentamento no país atualmente são o fomento a implementação de novas ações, o fortalecimento e a avaliação das ações já existentes e a integração dos programas existentes nos 3 setores governamentais (federal, estadual e municipal) e também das ONG's. A condução de uma agenda comum entre esses diversos setores visa consolidar e universalizar um tratamento humano e especializado as crianças e adolescentes vitimizados pela Violência Sexual.

1.2 Conceituando a Violência Sexual cometida contra Crianças e Adolescentes

Segundo a Abrapia (1997), são muitas as causas da violência doméstica contra crianças e adolescentes como: questões sociais, culturais, econômicas, religiosas, psicológicas e psiquiátricas.

Existem, porém, de acordo com Libório (2004) alguns fatores desencadeantes da violência sexual, especialmente no que se refere a ESCA, que se apresentam inter-relacionados de forma articulada, como a violência social (expressa nas dimensões de gênero, raça/ etnia, e geracional expressa pelo abuso de poder do mais forte pelo mais fraco) e a violência estrutural (na qual encontramos a exclusão social, a influência da globalização e da imposição das leis de mercado)¹⁰. Paralelamente a estas configurações da violência coexiste, muitas vezes, a violência inerente às relações interpessoais adulto-criança, tanto intra como extrafamiliares; e os aspectos psicológicos como a construção da identidade e o processo de vulnerabilização.

A violência cometida contra crianças e adolescentes é complexa e, portanto, não é simples de ser definida. Para efeitos deste trabalho, compartilhamos com Libório e Moura (2003) sua compreensão sobre o fenômeno, concebida como abrangendo várias situações caracterizadas pela coisificação do sujeito nas relações interpessoais, sua conversão em objetos (ADORNO apud AZEVEDO, 1989) sua destituição enquanto sujeitos de direitos e desejos, na qual a pessoa (no caso a criança e/ ou o adolescente), que é um dos pólos da relação, passa por um processo de desumanização.

O cometimento da violência contra a criança e o adolescente pode impedir que as potencialidades desses sujeitos se concretizem em face do não oferecimento de condições favoráveis para seu pleno desenvolvimento. É neste sentido que afirmamos que estar submetido à violência sexual é viver em face de adversidades, paralelamente às demais situações estressoras, tais como: perdas de parentes próximos, divórcio dos pais, miséria, holocausto, desastres e catástrofes naturais, guerras e outras formas de trauma citadas em vários estudos da área.

Segundo Yunes e Szymanski (2001) indicadores de risco relacionam-se a “toda sorte de eventos negativos na vida que quando presentes aumentam a probabilidade de o indivíduo apresentar problemas físicos, sociais ou emocionais”. Os indicadores de risco não devem ser vistos de uma forma estática, assumidos a “priori”, eles devem ser pensados como processo e não variável em si. A presença dos indicadores de proteção

¹⁰ Cf. p. 8 deste capítulo.

(que também não devem ser vistos de forma estanque), concomitantemente aos indicadores de risco elevam o potencial da criança em sua relação com o ambiente, permitindo a superação das adversidades, desenvolvendo processos e mecanismos resilientes.

É importante ressaltar que não podemos ver a resiliência de forma descontextualizada e acrítica. Quando falamos em superação de adversidades, estas devem ser analisadas em seu contexto¹¹, considerando os sentidos atribuídos pelos sujeitos às situações vivenciadas sem, todavia, desconsiderar as relações sistêmicas que levam estes sujeitos a considerarem determinadas situações como prejudiciais ou protetivas. Portanto os indicadores de risco/proteção não podem ser desvinculados dos sentidos que têm para os sujeitos. Para Yunes (2001, 2007) pensar a questão da resiliência exige cuidados em atribuir mais ou menos resiliência a este ou àquele sujeito ou grupo, pois o dinamismo das relações impossibilita o engessamento de toda uma diversidade em um conceito universalizado de resiliência (p. 160, p. 445). Então, resiliência é o construto final da relação entre os indicadores de risco presentes no contexto do sujeito e a presença de indicadores de proteção que colaboram de forma efetiva na superação dos eventos negativos (PESSOA, 2011).

Neste sentido identificar “fatores de proteção que garantam propostas de vida saudável, oportunidades de desenvolvimento integral e sentimentos de dignidade” (YUNES, 2007, P. 445) e compreender acerca dos mecanismos de vulnerabilização são ações essenciais para a elaboração de intervenções, sejam no âmbito de atendimento ou criação de políticas sociais de enfrentamento às diversas situações de violação às quais possam estar expostas a população infanto-juvenil. Uma escola com professores preparados para atuarem de forma protetiva às crianças e adolescentes violentados sexualmente, acolhendo e criando vínculos, poderá ter efeito potencializador na ressignificação dos acontecimentos por qual tenham passado, contribuindo para a ocorrência de processos de resiliência. Outra forma de enfrentamento bastante valorizada hoje, considerando a exposição a indicadores considerados de risco é a criação de redes de proteção, que pode ser definida como:

A rede não é um simples ajuste técnico metodológico e administrativo, mas implica uma mudança cultural e comportamental. É uma oportunidade estratégica de construção de ambientes para novas posturas e de instrumentos de apoio que fazem parte de um

¹¹ Neste sentido, contexto compreende uma variedade de espaços, desde a família, escola, vizinhança, locais de frequência até a mais ampla conjuntura social.

processo de mudança em curso. (BNDES-Social, 2002, apud GUIA ESCOLAR, 2004, p. 84)

Podemos entender a violência sexual como englobando tanto as situações de abuso sexual intra como extra-familiar que se caracterizam como não possuindo um caráter comercial, já que para efeitos desse trabalho faremos uma distinção entre abuso sexual e exploração sexual.

Nas situações de abuso sexual, crianças e adolescentes podem ser “usados” para “gratificação sexual de um adulto ou mesmo de um adolescente mais velho, baseado em uma relação de poder que pode incluir desde carícias, manipulação de genitália, mama ou ânus” (ABRAPIA, 1997); ainda de acordo com a Abrapia, existem situações de abuso sexual *com* ou *sem* contato físico, abrangendo, portanto, desde o voyerismo, o exibicionismo, conversas abertas sobre atividades sexuais e telefonemas obscenos até os atos físicos genitais, que incluem uma variedade de situações como – relações sexuais com penetração vaginal, tentativa de relações sexuais, carícias nos órgãos genitais, masturbação, sexo oral e penetração anal.

Existem leis apropriadas e claras contra o abuso sexual, porém, há muitas dificuldades no processo de notificação dos casos às autoridades competentes e de funcionamento do sistema de garantia de direitos.

Há muito vem sendo rejeitada a associação mecânica entre violência sexual e pobreza, já que isso não se caracteriza como um aspecto explicativo suficiente e pelo seu potencial estigmatizante. Porém é nesse contexto que a violência sexual é mais visibilizada, devido a violência estrutural que atinge essa camada da população e a desigualdade com que a sociedade brasileira trata autores de agressão e vítimas, de acordo com a classe social, etnia, gênero e faixa etária.

Os sistemas de garantias de direitos também são permeados por esses valores e acabam reproduzindo as discriminações. As crianças/ adolescentes podem ser transformadas (os) em réus ao invés de vitimizadas pelo abuso e os agressores de classe média e alta podem ter maior imunidade que os de segmentos populares, tanto na apuração quanto na penação.

Segundo Libório (2004), a problemática da exploração sexual de crianças e adolescentes (que é outra dimensão da violência sexual contra crianças e adolescentes), cuja diferença está na sua caracterização enquanto inserida em relações comerciais, têm mobilizado diferentes setores da sociedade, no sentido de repensar formas de enfrentamento desta cruel forma de violações de direitos. O estudo desse fenômeno vem

permitindo dimensioná-lo em seus múltiplos aspectos, interfaces e determinantes, e compreender seu caráter econômico e simbólico (FALEIROS, 2004, p.73).

Os anos 90 do século XX podem ser considerados muito relevantes no que se refere à compreensão e enfrentamento ao “uso de crianças e adolescentes no mercado do sexo” (FALEIROS, 2004), devido a mobilização de organizações não governamentais, governamentais e da sociedade, em níveis nacionais e internacionais.

As conceituações acerca do fenômeno são diversas e em sua maioria, convergentes: uma violação grave dos direitos de crianças e adolescentes. Vejamos algumas destas conceituações:

Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a exploração sexual comercial de crianças é a mais degradante forma de exploração do trabalho infantil e a Convenção nº 182 trata de sua proibição e de ações imediatas para a sua eliminação¹².

A End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purpose (ECPAT) define a exploração sexual comercial de crianças como uma violação fundamental dos direitos da criança. Esta compreende o abuso sexual por adultos e a remuneração em espécie ao menino ou menina e uma terceira pessoa ou várias. A exploração sexual comercial de crianças constitui uma forma de coerção e violência contra crianças, que pode implicar o trabalho forçado e formas contemporâneas de escravidão (2002).

A Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual (PESTRAF) nos diz que a Declaração de Estocolmo 1996, compreende a exploração sexual como sendo

“o abuso sexual um ato cometido por adultos, combinada a remuneração em espécie ao menino ou menina e a uma terceira pessoa ou várias. A criança é tratada como um objeto sexual e uma mercadoria. A exploração sexual comercial de crianças constitui uma forma de coerção e violência contra crianças que pode implicar o trabalho forçado e formas contemporâneas de escravidão” (LEAL e LEAL, 2002).

Como notamos, em concordância com Diógenes (2008, p. 42), existe um consenso em torno dos indicadores referentes à violência, coerção e formas contemporâneas de escravidão, identificando-se outras dimensões bem específicas como “o uso do corpo, o conceito de poder, a identificação de danos biopsicossociais, a ideia

¹² Art 3º - Utilização, demanda e oferta de criança para fins de prostituição, produção de material pornográfico ou espetáculos pornográficos.

de persuasão em contraposição ao mero uso da força” apenas em algumas outras categorizações:

Exploração sexual comercial define-se como uma violência contra crianças e adolescentes que se contextualiza em função da cultura (do uso do corpo), do padrão ético e legal, do trabalho e do mercado. A exploração sexual de crianças e adolescentes é uma relação de poder e de sexualidade mercantilizada, que visa a obtenção de proveitos por adultos, e que causa danos biopsicossociais aos explorados, que são pessoas em processo de desenvolvimento. Implica o envolvimento de crianças e adolescentes em práticas sexuais, coercitivos ou persuasivos, o que configura uma transgressão legal, e a violação de direitos a liberdade individuais da população infanto-juvenil (LEAL, 1998)

Faleiros (2000), explica que no início dos anos 1990, quando se falava do uso de crianças e adolescentes no mercado do sexo, era comum a utilização do termo “prostituição infanto-juvenil”. Não se tinha ainda, nesse período, clareza da dimensão da indústria do sexo, como a produção de pornografia infantil e o turismo sexual. Foi a partir da CPI de 1993 que se produziram avanços conceituais e percebeu-se que o fenômeno era bem maior, o mesmo passou a ser concebido como “exploração sexual infanto-juvenil”, abandonando o uso do termo “prostituição infanto-juvenil” pelo fato deste se referir ao modo de vida de certos segmentos sociais adultos e por implicar na possibilidade de haver a ação de optar voluntariamente por tal modo de vida, ocultando a natureza do comportamento sexualmente abusado.

Tanto em nível nacional como internacional, considera-se que a prostituição não é o único fenômeno caracterizado como exploração sexual. As quatro modalidades da exploração sexual reconhecidas atualmente são: a prostituição, o turismo sexual, a pornografia e o tráfico para fins sexuais, cujas definições encontram-se a seguir.

- Prostituição infantil: é o uso de uma criança em atividades sexuais em troca de remuneração ou outras formas de consideração;
- Tráfico e venda de crianças para propósitos sexuais: consiste em todos os atos envolvendo o recrutamento ou transporte de pessoas entre ou através de fronteiras e implicam em engano, coerção, alojamento ou fraude com o propósito de colocar as pessoas em situações de exploração, como a prostituição forçada, práticas similares à escravidão, trabalhos forçados ou serviços domésticos exploradores, com o uso de extrema crueldade;
- Pornografia infantil: é qualquer representação através de quaisquer meios de uma criança engajada em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas ou qualquer exibição impudica de seus genitais com a finalidade de oferecer gratificação sexual ao usuário, e envolve a produção, distribuição e/ou uso de tal material;
- Turismo sexual: é a exploração sexual comercial de crianças por pessoas que saem de seus países para outros, geralmente países em

desenvolvimento, para ter atos sexuais com crianças (ECPAT, 2002 apud LIBÓRIO, 2004, p. 24).

Essas quatro categorias estão intimamente interligadas e influenciam-se mutuamente. Por exemplo: o tráfico para fins sexuais pode ter como consequência a prostituição, geralmente relacionada com a produção de material pornográfico.

Devemos nos lembrar que as definições acima utilizam o termo “crianças” pois para a ONU (Organização das Nações Unidas) são consideradas crianças aquelas pessoas abaixo de 18 anos, ou seja, esse termo abrange o que no Brasil designamos, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, como criança, de 0 a 12 anos e adolescente, de 12 a 18 anos.

Apesar da evolução conceitual sobre essa problemática, ainda não se dispõe de avaliações quantitativas do fenômeno, pois o número de crianças e adolescentes envolvidos nesta rede de exploração é muito difícil de ser estimado e sua quantificação também é difícil, principalmente devido ao fato do mercado do sexo ser economicamente poderoso, ligado a uma rede de crime e dominado por máfias, impedindo o acesso a essas crianças e adolescentes, o que mascara a sua ocorrência.

O avanço conceitual trouxe o avanço na compreensão do fenômeno em sua dimensão ética e política, ou seja, “deste como uma questão de cidadania e de direitos humanos, e sua violação como um crime contra a humanidade” (FALEIROS, 2000, p. 18).

1.3 Formação Integral do Professor: possibilidade de proteção

Após apresentar as ações governamentais para a proteção de crianças e adolescentes contra a violência sexual vamos discutir, dentro da perspectiva dos direitos humanos, a formação dos professores para agirem como agentes protetivos frente a esta realidade.

Alguns autores afirmam que a falta de formação dos professores na área dos maus-tratos, poderia contribuir para explicar a baixa taxa de denúncias da sua parte (MARTINS, 2002, p.68; COSTA, 2008, p. 55). Assim, se faz necessário que os profissionais da área sejam mais bem preparados para combater estas situações. Os aspectos culturais e sociais também podem influenciar na questão da denúncia oferecida por estes profissionais, sendo que a definição de maus-tratos varia de acordo com o ponto de vista do avaliador, da relatividade cultural, de sua concepção de

violência, de adolescência, vivências, aspectos afetivo-culturais e a contextualização histórica e social em que estão inseridas (MARTINS, 2002; LIBÓRIO, CAMARGO, SANTOS e SANTOS, 2007; COSTA, 2008).

Ferreira (2004) e Kleemeier, Webb e Hazzard (1998 apud BRINO, 2006, p. 32) apontam que ocorreram transformações na sociedade que colocam novas tarefas à escola e ao professor. Não apenas por ser a escola a instância responsável pela educação, “mas por ser a instituição que desenvolve uma prática educativa planejada e sistemática durante um período contínuo e extenso de tempo na vida das pessoas” (Parecer 009 do CNE/ CP apud FERREIRA, 2004, p. 95). Dentro deste contexto torna-se necessário que o professor deixe de se ver como especialista de uma determinada disciplina para se ver como educador de uma forma mais ampla, com consciência sobre o caráter político de sua atuação que se articula em torno dos conceitos de cidadania, democracia, comunidade, solidariedade e emancipação individual e social, assim como o conhecimento que adquirir durante a sua formação deve ser o mais abrangente possível, não se restringindo a procedimentos técnicos e teorias previamente estabelecidas, indo além dos aspectos relativos a aprendizagem do conteúdo formal.

Sobre este aspecto, Ghedin (2002, p. 137) nos mostra que muitos professores tendem a limitar suas ações somente a sala de aula, esquecendo-se das conexões existentes entre a realização da prática profissional em sala de aula e o contexto social mais amplo

É necessário transcender os limites que se apresentam inscritos em seu trabalho, superando uma visão meramente técnica na qual os problemas se reduzem a como cumprir as metas que a instituição já tem fixadas. Esta tarefa requer a habilidade de problematizar as visões sobre a prática docente e suas circunstâncias, tanto sobre o papel dos professores como sobre a função que cumpre a educação escolar. Isto supõe: que cada professor analise o sentido político, cultural e econômico que cumpre à escola; como esse sentido condiciona a forma em que ocorrem as coisas no ensino; o modo em que se assimila a própria função; como se têm interiorizado os padrões ideológicos sobre os quais se sustenta a estrutura educativa.
(GHEDIN, 2002, P. 137)

Neste sentido, devemos lembrar a importância do lugar ocupado pelos profissionais da educação como agentes protetores às (aos) adolescentes violentados sexualmente, por atuarem no sentido de acolhimento. Pela dificuldade da revelação da ocorrência de violência sexual ser feita pela adolescente a membros da família, pois muitas vezes a violência sexual, principalmente os casos de abuso, ocorre de forma

intrafamiliar, a vítima pode buscar esse apoio em outros espaços. Portanto, o contato próximo, a acessibilidade e o considerável período de tempo em que há interação entre a (o) adolescente e os seus professores faz com que estes se tornem importantes agentes de prevenção e proteção.

Entretanto, os educadores não se encontram preparados para atuarem no combate a estas situações, pois a formação de professores na área dos maus-tratos é escassa e cheia de lacunas. Nossos cursos de formação de professores estão impregnados de tecnicismo e visam uma formação voltada para o processo ensino-aprendizagem das disciplinas específicas, deixando de lado não apenas as questões relativas a sexualidade, ética, relacionamentos interpessoais e cidadania como também as questões relativas a prática docente, as de ordem pedagógica e as de cunho político-pedagógico, que vão além do conhecimento de uma disciplina.

Ao rever a literatura sobre a formação de professores, Ghedin (2002, p. 131) diz que um problema se coloca em evidência: “o modelo de formação de professores que se orienta no positivismo pragmático não responde as necessidades concretas de um profissional que responda, mais amplamente, aos desafios contemporâneos.”. Para o autor, o problema da formação de professores não está apenas na questão de como formar bons profissionais da educação e sim, quais pressupostos possibilitariam e tornariam uma proposta possível em detrimento de outras. O autor ainda nos traz que é preciso tornar explícito o “modo de tratar e propor a formação profissional dos professores” (p. 131), pois a questão principal que devemos nos colocar é em que bases epistemológicas está fundamentada a formação de professores atualmente.

Segundo Contreras (2002, p. 90) o modelo dominante sobre a atuação docente é o da racionalidade técnica. O modelo de racionalidade técnica consiste na utilização dos meios disponíveis, como instrumentos e procedimentos de ação, para alcançar fins definidos. Esses meios são disponibilizados pelos conhecimentos científicos especializados. Como ideia geral, entende-se que a prática seria a aplicação competente desses conhecimentos já elaborados pela ciência aplicada para a obtenção de solução satisfatória ao problema.

Neste modelo de atuação existe uma relação hierárquica entre a produção do conhecimento e a prática, pois para que se apliquem as técnicas é necessária a elaboração prévia destes recursos. Assenta-se assim uma divisão do trabalho entre aqueles que produzem o conhecimento e aqueles que o aplicam, estando o “fazer” sempre em segundo plano em relação ao “saber” (CONTRERAS, 2002, p. 91-92).

Então, o professor que atua dentro da concepção da racionalidade técnica, tem seu trabalho reduzido à mera aplicação de técnicas já disponibilizadas para a solução de problemas/ situações já previstas anteriormente. No entanto, nada pode ser estabelecido de antemão, cada situação é única. A prática docente é um enfrentamento de situações problemáticas com confluências de diversos fatores. Diante de cada problema enfrentado devemos saber suas características, o que fazer diante de determinada situação, qual postura adequada a tomar (CONTRERAS, 2002, p. 97)

Levando em consideração que a violência sexual pode ser um desses fatores que influi no trabalho dos professores, já que interfere no desenvolvimento de seus alunos e exige uma postura diferenciada por parte do educador, é preciso que as situações não fiquem limitadas pelas soluções técnicas que não levam em consideração o contexto mais amplo em que ocorre o ensino, pois possivelmente os professores se depararão com uma dimensão desconhecida, para a qual não foram preparados e que exigirá uma reelaboração de seus valores, de suas representações sociais, que refletirá também no plano pessoal da vida do educador, tornando se uma questão afetiva e relacional mais do que simplesmente uma questão técnica (SANTOS & LIBÓRIO, 2007, p. 39-40; PIETRO, 2007).

É claro que não estamos condenando a utilização de técnicas, a questão é que se criou uma situação de dependência dos profissionais em relação a um conhecimento técnico que não elaboraram e que em princípio só estão preparados para sua aplicação. Para utilizar técnicas pré-elaboradas torna-se necessário que se reflita criticamente sobre esta utilização.

Um dos questionamentos levantados é o de que uma formação que vise somente apresentar aos educadores conteúdos presentes na legislação de proteção a infância e a adolescência e os procedimentos técnicos para a realização da denúncia seriam suficientes para despertar o compromisso ético dos professores para levá-los a agir de forma eficaz e garantir os direitos de seus alunos?

Tentando refletir sobre esta questão, questionamos a efetivação de mudanças impostas por instâncias maiores (organismos internacionais, secretarias de educação, etc.) sobre o cotidiano dos sujeitos. A imposição de textos oficiais sobre a dinâmica escolar traz impactos sobre a prática docente. Skliar (2001) acredita que estas legislações e/ ou mudanças impostas surtiriam mais efeitos se partissem dos que fazem parte deste cotidiano, tornando-os produtores destas mudanças e não somente meros operários das mudanças na educação (SANTOS & LIBÓRIO, 2007, p. 39).

Neste sentido, Contreras (2002, p. 102-103) diz que a racionalização também se expressa como um procedimento pelo qual as políticas públicas ficam fora de todo o debate científico. A fixação externa dos objetivos educacionais não resolve os problemas de obrigação moral que serão enfrentados pelos professores, pois a infinidade de situações possíveis podem se tornar confusas quanto ao seu significado e implicações educacionais.

Pensando na formação inicial de professores, muitas dessas imposições legais não são discutidas. Não são conhecidos seus contextos de criação, os movimentos políticos e sociais que os geraram e por isso – como é o caso do ECA – parecem ser apenas mais obrigações impostas e que deverão ser cumpridas pelo professor. Para Contreras

A experiência concreta da educação excede a delimitação oficial de objetivos para que os docentes possam enfrentar os interesses e as necessidades daqueles com quem trabalham. E isso os situa inevitavelmente diante de conflitos e responsabilidades morais, diante da necessidade de encontrar uma resposta entre as exigências administrativas, os interesses da comunidade e as necessidades dos alunos. (2002, p. 104)

Acreditamos que a formação de profissionais da educação deve ser pensada no sentido de romper com o modelo técnico-mecanicista apresentado. A mera aquisição de um repertório de técnicas que podem ser aplicadas a determinadas situações é um processo de ensino que dissocia a teoria da prática. Para Ghedin (2002, p. 133) “perceber a teoria e a prática como dois lados de um mesmo objeto é imprescindível para se compreender o processo de construção do conhecimento”. O autor nos coloca que ao quisermos dissociar teoria e prática estamos querendo “separar o que é inseparável” e que isso ocorre por não percebermos a sua dialética.

Fiorentini, Souza Jr & Melo (1998, p. 332) afirmam que a formação inicial de professores não pode continuar dicotomizando “teoria e prática, pesquisa e ensino e conteúdo específico e pedagógico” o que é um desafio para os professores universitários tanto como para os professores do ensino fundamental e médio, que precisarão repensar suas concepções, as posturas em relação com o saber e sua elaboração, buscando condições para tais mudanças. Não estamos dizendo que o saber é algo pessoal e que é responsabilidade somente do professor buscá-lo. Estamos de acordo com Barth (apud FIORENTINI, SOUZA JR. & MELO, 1998, p. 322) que diz que devemos nos lembrar que o saber é historicamente contextualizado, é cultural, pois se constrói na relação com

os outros sujeitos da cultura e é passível de troca e modificação, sendo o sentido do saber atribuído dentro de seu contexto.

Vásquez, citado por Ghedin fala da simultaneidade e separação dialética entre teoria e prática

Para produzir mudança não basta desenvolver uma atividade teórica; é preciso atuar praticamente. [...] Assim, enquanto a atividade prática pressupõe uma ação efetiva sobre o mundo, que tem por resultado uma transformação real deste, a atividade teórica apenas transforma nossa consciência dos fatos, nossas idéias sobre as coisas, mas não as próprias coisas. Porém, esta transformação da consciência das coisas é pré-suposto necessário para se operar, no plano teórico, um processo prático. (VÁSQUEZ, 1977 apud GHEDIN, 2002, p. 133)

O saber docente, sendo resultado de um processo histórico de organização, elaboração e sistematização de diversos saberes pelos sujeitos, é resultado desta relação entre teoria e prática, sendo o educador o responsável por transmitir estes saberes produzidos (GHEDIN, 2002, p. 134). A sistematização deste saberes deve passar por uma postura crítica do educador. Refletir sobre os conteúdos, como trabalhá-los, qual postura tomar diante do sistema sócio-político, econômico e cultural, transformá-los e assim buscar a emancipação e autonomia de seu trabalho como também de seus educandos.

Acreditamos que este é um ponto importante a ser considerado, pois, alguns estudos apontaram que a capacitação de professores na temática da violência sexual contra crianças e adolescentes, faz com que os conhecimentos sobre o tema aumentem, porém este aumento pode não ter reflexos no agir e podem ser insuficientes para que seja realizado uma identificação de suspeita e posterior denuncia de alunos que se encontrem em situação de risco (KLEEMEIER; WEBB; HAZZARD, 1988 apud BRINO & WILLIAMS, 2008; HAZZARD, 1984). Isto nos faz levantar a hipótese de que para que haja mudanças na prática é necessária uma transformação frente a esses conhecimentos adquiridos que possibilite uma reflexão crítica, uma tomada de consciência sobre a importância e significado da atuação docente e das instituições.

A formação dos professores com relação aos temas relacionados à violência sexual deveria ocorrer em diversos âmbitos, não só dentro das universidades, mas também através de políticas públicas, políticas educacionais e organizações de grupos e pessoas, entre outros. É necessário que seja considerado que a escola não é a única instituição que “transmite” educação, mas esta também acontece na família, na igreja, nos clubes, meios midiáticos e na sociedade em geral. Nesse contexto, o professor é

apenas mais um dos sujeitos fundamentais para que esse processo ocorra, portanto, a responsabilidade pelo fracasso em formar o aluno-cidadão-emancipado deve ser estendida a todas essas instâncias e não somente ao professor. Para Pietro (2007), que realizou um programa de intervenção com relação a temática da violência sexual para possibilitar uma denúncia protetiva para todos os envolvidos, junto a professores do ensino fundamental, o importante é que o educador não se sinta sozinho, que ele tenha o apoio da escola e de todos os atores da instituição e que todos possam compreender “as leis, os recursos da rede de apoio, os sinais emitidos pelas crianças, as peculiaridades das famílias e as principais questões do desenvolvimento humano” (p. 49) possibilitando a realização de denúncias protetivas. Seria imprescindível para uma maior efetividade na proteção que esses conhecimentos se tornassem parte do cotidiano escolar em sua totalidade, proporcionando a todos os profissionais da educação mais segurança quanto ao posicionamento que devem adotar ao se defrontarem com um caso de violência sexual envolvendo seus alunos.

CAPÍTULO 2

FASE 1:

Concepções dos alunos dos cursos de licenciatura acerca da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

*Nenhum ser humano é capaz de esconder um segredo.
Se cala a boca, falam as pontas dos dedos.
Sigmund Freud*

Neste capítulo apresentaremos os aspectos metodológicos e os resultados das análises e discussão dos resultados obtidos nesta primeira etapa do trabalho.

2.1 Caracterização da primeira fase da pesquisa

Em primeiro lugar gostaríamos de ressaltar que antes da realização da pesquisa, o referido projeto foi apresentado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FCT/UNESP. Após a aprovação procuramos pelos coordenadores dos cursos de licenciatura da FCT/UNESP para obter a autorização destes. Cada um dos coordenadores recebeu um e-mail e um ofício explicando os objetivos e procedimentos da pesquisa, com o intuito de marcarmos um horário para maiores esclarecimentos, assinatura do termo de autorização e acesso aos horários de aulas dos cursos e dos professores responsáveis pelas disciplinas. Em geral, não houve problemas para a obtenção da autorização, sendo prontamente atendida pela maioria dos (as) coordenadores (as), havendo apenas dificuldades para marcarmos horário com um coordenador de curso, da licenciatura em geografia, o que atrasou a aplicação do questionário com a referida turma. Com as autorizações e os horários em mãos, partimos para marcar com os professores um momento em que pudéssemos fazer a aplicação dos questionários referentes à primeira fase da pesquisa. Nesse ponto observamos algumas dificuldades, relatadas a seguir. A primeira delas foi conseguir encontrar os professores, que em sua grande maioria só estavam na universidade nos momentos de suas aulas. Sendo assim, tivemos então que procurar pelos professores no início do período de aula e pedir autorização para voltarmos ao final do período ou na próxima semana. A segunda dificuldade foi obter a autorização destes professores para aplicar o questionário em sua aula, mesmo sendo avisados de que a média de tempo para que se respondesse o instrumento era de 20 a 25 minutos e que poderíamos aguardar até o término da aula para realizar a aplicação. Os professores alegavam estar

com o “conteúdo atrasado” e com o tempo “apertado” por se tratar de final de semestre¹³ e proximidade da época de aplicação das provas e não poderiam dispor desse tempo de suas aulas. Tivemos então que procurar por outros professores, para obter a autorização nos seguintes cursos: matemática, física e educação física. Em todas estas, conseguimos autorização para a aplicação ao entrar em contato com um segundo professor que era responsável por disciplinas consideradas de cunho pedagógico, com exceção do curso de matemática, em que o professor que autorizou a realização era responsável por uma disciplina de cálculo, considerada técnica.

Essa resistência por parte de alguns profissionais, tanto professores quanto coordenadores de curso, que também são responsáveis por disciplinas, nos faz reafirmar a necessidade de uma formação mais ampla, voltada a questões que ultrapassem a mera técnica específica das matérias. Constatamos o quão urgente é, além da formação dos futuros professores, a formação daqueles que formam estes profissionais. Faz-se premente que pesquisas se debrucem sobre estas questões, na tentativa de identificar dentro de um largo quadro de profissionais que se ocupam da formação inicial, àqueles que se reconhecem e/ou são reconhecidos como formadores de professores ou como notamos no contato com estes profissionais, se eles tendem a não considerar o seu papel na formação do professor, identificando-se apenas com as suas ciências de base (matemática, biologia, química, história, etc.).

Foram aplicados questionários a todos os alunos¹⁴ dos terceiros anos dos cursos de licenciatura (educação física, física, geografia, matemática, pedagogia e química) da FCT/UNESP de Presidente Prudente.

2.2 O instrumento

Nesta primeira fase da pesquisa, que chamamos de momento investigativo, realizada no segundo semestre de 2009, fizemos a aplicação de um questionário que contava com o total de 19 questões, sendo 16 questões de múltipla escolha e 3 questões de evocação de palavras. Este instrumento de pesquisa¹⁵ foi elaborado pela pesquisadora e sua orientadora especialmente para este trabalho, baseado em Hawkins & McCallum (2001) e em Santos & Libório (2007) e tinha como objetivos:

¹³ A aplicação do questionário ocorreu durante o mês de novembro de 2009.

¹⁴ Que estavam presentes no momento da aplicação. Não houve retorno as turmas para que os alunos faltantes pudessem responder.

¹⁵ Questionário em Anexo.

- identificar dados gerais dos participantes: sexo, curso, se já atuavam na área da educação, para possíveis cruzamentos de dados;
- ter dados mais quantitativos sobre os conhecimentos dos alunos relativos ao tema da violência sexual: percepções, conceitos, indicadores no comportamento da criança/ adolescente, conhecimentos sobre legislações referentes aos direitos da criança e do adolescente e se o tema foi tratado durante o curso em alguma disciplina.
- obter uma amostra mais quantitativa de suas representações acerca do abuso sexual, exploração sexual e prostituição por meio da técnica da evocação ou associação livre de palavras por meio das expressões citadas, referentes às questões 2, 3 e 4;
- investigar o interesse dos alunos em participar da segunda fase da pesquisa para posterior seleção.

2.3 Aplicação do instrumento

As aplicações foram realizadas no período da manhã com as turmas de educação física, geografia e matemática. No período da noite aplicamos os questionários nos cursos de educação física, física, geografia, matemática, química e pedagogia. Apenas as turmas do curso de pedagogia têm aula no período vespertino, sendo a aplicação realizada também no período da tarde. Organizamo-nos de tal forma que pudéssemos aplicar os questionários no mesmo dia para os cursos que tinham turmas em períodos diferentes. Isso só não foi possível com as turmas do curso de educação física devido a uma troca de aulas entre os professores nos dias em que realizamos a aplicação do instrumento. Sendo assim, a aplicação dos questionários foi feita em 2 turmas do curso de educação física, 2 de geografia, 2 de matemática, 2 de pedagogia, 1 de física e 1 de química totalizando 159 respondentes.

Aos participantes da pesquisa foi apresentado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido¹⁶ (TCLE), no qual foram esclarecidos os principais objetivos da pesquisa, a importância de sua participação, o sigilo quanto às informações obtidas, possibilidade de participação na segunda fase da pesquisa e demais explicações que explicitam a dimensão ética da pesquisa. Somente após a leitura e assinatura do TCLE pelos participantes os questionários foram respondidos.

¹⁶ TCLE em Anexo.

2.4 Participantes

Participaram desta primeira fase da pesquisa 159 estudantes dos cursos de licenciatura, sendo 45 do curso de educação física, 12 de física, 19 de geografia, 22 de matemática, 35 de pedagogia e 25 de química. Estimamos inicialmente a participação de 300 alunos, entretanto, encontramos as salas dos terceiros anos com o número de alunos menor do que o esperado.

Após a aplicação de todos os questionários realizamos a tabulação das questões fechadas no software SPSS, versão 14.0 e procedemos as análises quantitativas para selecionarmos os participantes da próxima etapa da pesquisa e para nos orientar sobre os conteúdos que seriam abordados no programa de intervenção.

2.5 Resultados

2.5.1 Questões de múltipla escolha

Do total de 159 participantes, 51,9% (n=82) dos respondentes são do sexo feminino e 48,1% (n=76) do sexo masculino. Do total de sujeitos, 33,8% apontaram já atuarem profissionalmente na área da educação, sendo que a maioria dos alunos que indicaram ser atuantes é do curso de educação física (13,3%).

A última pergunta do questionário se referia ao interesse, caso houvesse oportunidade, de participar de discussões sobre o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes que pudessem acontecer dentro da universidade. 65,6% dos alunos (n=101) responderam que tinham interesse em participar de um curso direcionado a temática dentro da universidade. Com esses dados em mãos, procedemos à seleção dos sujeitos que seriam convidados a participar da segunda fase da pesquisa e que será descrita a frente.

As questões de nº 5 a de nº 17 tinham como objetivo levantar o universo de conhecimentos dos alunos dos terceiros anos dos cursos de licenciatura sobre o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes. As questões nº 5 a nº 14, nº 16 e nº 17 tinham como alternativas para resposta sim, não e não sei. As questões nº18 e 19 tinham como alternativas sim e não. A questão de nº 15 que contava com afirmações de ‘a’ a ‘t’, utilizou uma escala tipo Likert, numericamente pontuada de 1 a 5 (1- Discordo, 2- Discordo parcialmente, 3- Nem discordo nem concordo, 4- Concordo Parcialmente e 5- Concordo). As respostas a essas questões foram agrupadas da seguinte forma: “concordo parcialmente” e “concordo” em “concordo” e “discordo parcialmente” e

“discordo” em “discordo”, indicando a tendência dos respondentes em concordar ou discordar da conduta citada.

Vamos apresentar a partir de agora as análises obtidas através do questionário aplicado. As respostas foram agrupadas por temas (papel do professor, atitudes em relação a suspeitas e ocorrências de violência sexual, responsabilidades de fazer a notificação, mitos e crenças, comportamento das adolescentes e confiança em reconhecer e lidar com casos) para melhor visualização dos resultados. Esses dados serviram para levantar o conhecimento dos alunos e subsidiaram alguns dos conteúdos que foram trabalhados durante o programa de intervenção proposto na segunda fase da pesquisa.

As respostas às questões relativas ao papel do professor e suas atitudes em relação a casos ocorridos e/ ou suspeitos de violência sexual são apresentadas nas Tabelas de 1 a 5. Na Tabela 1 temos que a maioria dos alunos (91,1%) respondeu que é papel do professor denunciar casos de Violência Sexual entre seus alunos e 71,2% concordam que o bem-estar dos alunos é responsabilidade do professor. A crença na responsabilidade do professor se confirma na Tabela 3 onde é respondido por 69,6% da amostra que mesmo não havendo confirmação da violência e tendo apenas sinais de que ela possa estar acontecendo é apropriado realizar a notificação. Segundo a ABRAPIA “identificar os casos de violência contra a criança e o adolescente são obrigações dos profissionais que trabalham com crianças e adolescentes e, em especial, do professor” (p.6, 1997). E esta obrigação está explícita no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como podemos ver no artigo abaixo:

Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena - multa de 3 a 20 salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência. (ART. 245º, ECA, 1990).

Tabela 1: Papel do professor

<i>É papel do professor denunciar?</i>	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Sim	144	90,6	91,1
Não	6	3,8	3,8
Não Sei	8	5,0	5,1
Total	158	99,4	100,0

Fonte: Pesquisa de campo: 2009-2010

Tabela 2: Responsabilidade pelo bem-estar dos alunos

<i>Professores são responsáveis pelo bem-estar de seus alunos.</i>	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Discordo	29	18,3	18,6
Nem concordo e nem discordo	16	10,1	10,3
Concordo	111	69,8	71,2
Total	156	98,1	100,0

Fonte: Pesquisa de campo: 2009-2010

Tabela 3: Sobre denunciar casos suspeitos

<i>Se há apenas a suspeita da violência, é apropriado denunciar?</i>	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Sim	110	69,2	69,6
Não	24	15,1	15,2
Não Sei	24	15,1	15,2
Total	158	99,4	100,0

Fonte: Pesquisa de campo: 2009-2010

Entretanto, apesar de mostrarem consciência sobre a importância de efetuar a denúncia frente a casos confirmados ou suspeitos de Violência Sexual, notamos na Tabela 3 que um número considerável (30,4%), somando os que responderam *não* e *não sei*, não fariam a comunicação caso apenas suspeitassem da violência sexual contra seus alunos. A literatura nos mostra que os professores atuantes em instituições escolares resistem em denunciar (HAWKINS e McCALLUM, 2001; RODRIGUEZ, 2002; BRINO & WILLIAMS, 2003; GOLDMAN e GRIMBEEK, 2008). Segundo Rodriguez (2002), a decisão em fazer ou não a denúncia depende de fatores subjetivos e situacionais, logo não significa que exista somente o desconhecimento dos deveres, implicações legais e/ ou de como proceder diante de situações de abuso, essa decisão passa por questões pessoais dos sujeitos. Rodriguez (2002) realizou pesquisa com os profissionais que têm a obrigação legal de fazer a denúncia na Nova Zelândia e, entre os profissionais pesquisados o fato de não terem provas concretas sobre a violência é um dos fatores que aumenta a incerteza sobre o que encaminhar. Em pesquisa realizada com profissionais da educação da rede pública do município de Presidente Prudente, Libório e cols. (2007) constataram a existência de núcleos de resistência relativos a não-denúncia, tais como: reflexos da denúncia sobre suas vidas, medo de represálias e de perseguições dos familiares denunciados, as dificuldades em ter de participar de um processo judicial e expor seus nomes, a hierarquia existente no interior da escola, a falta de integração entre membros da equipe escolar e a certeza na impunidade do agressor.

Na Tabela 4 temos que a responsabilidade em se envolver em casos de violência sexual não é apenas de assistentes sociais e psicólogos, já que 70,2% dos sujeitos discordaram dessa afirmativa, entretanto, quando analisamos as respostas a pergunta que indicaria que a responsabilidade seria então de professores e diretores, 48,4% discordaram que a responsabilidade seria destes profissionais, 35,1% concordaram e 16,6% responderam não saber. Se houvesse o acordo com a assertiva de que a responsabilidade é apenas de assistentes sociais e psicólogos, poderíamos indicar uma tendência a desconsiderar a própria responsabilidade diante dos casos, mas como notamos, houve discordância da maioria dos respondentes as duas afirmações, indicando também, um número baixo de participantes que acreditam que a responsabilidade é da equipe escolar. Podemos então levantar a hipótese de que os sujeitos responderam a estas questões sem ter o real conhecimento das responsabilidades de cada um desses profissionais em relação a casos de violência sexual que acometam crianças e adolescentes. Como levantado anteriormente, de acordo com o artigo 245 do ECA, é papel de todo profissional que lida com crianças e adolescentes se envolver (no que diz respeito a realizar a comunicação da violência a órgãos competentes) em casos de maus-tratos que esta população possa estar sendo vítima, podendo ser cobrado legalmente pela omissão.

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um tema portador de múltiplas faces e que reflete nas áreas da educação, saúde, serviço social, judiciário e na área das políticas públicas. Por causa desta complexidade se faz necessário um trabalho interdisciplinar para protegê-los, formando uma rede de apoio que pode ser formada pelos serviços formais que existem na comunidade (Conselho Tutelar, Escolas, Posto de Saúde, Programas de Assistência Social, ONGs, entre outros) e por pessoas que representem vínculos significativos para a criança/ adolescente. A formação desta rede justifica-se não apenas pela multicausalidade do problema, mas também por um trabalho articulado entre diversos profissionais (assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, professores de diversas disciplinas, enfermeiros, médicos, advogados, etc.) ter maior probabilidade de ajudar a pôr um fim ao ciclo de violência vivenciado pelas famílias de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

Tabela 4: Responsabilidade em se envolver

<i>A responsabilidade em se envolver em casos de violência sexual é somente de:</i>	<i>Assistentes sociais e psicólogos</i>		<i>Professores e diretores</i>	
	<i>F</i>	<i>V%</i>	<i>F</i>	<i>V%</i>
Discordo	111	70,2	76	48,4
Nem concordo e nem discordo	13	8,2	26	16,6
Concordo	34	21,5	55	35,1
Total	158	100,0	157	100,0

Fonte: Pesquisa de campo: 2009-2010

Na Tabela 5 temos as situações em que os alunos acreditam que se constituam como motivos razoáveis para efetuar a denúncia. Como podemos ver, a maioria dos respondentes aponta que todas as situações são consideradas motivos razoáveis para efetuar a comunicação, mas analisando algumas questões com maior atenção, notamos que existem diferenças entre as respostas para as mesmas situações, mas uma se referindo a crianças e a outra a adolescentes ('b' e 'c', 'd' e 'e'). Quando se trata de adolescentes envolvidos, o número de respostas *sim* diminuem, enquanto as respostas *não* e *não sei* têm sua porcentagem aumentada. Pesquisas anteriores (LIBÓRIO e COLS, 2007, MOREIRA, 2005, SOUSA, 2005, FALEIROS, 1998) mostram a tendência a certa compaixão e preocupação com o encaminhamento de crianças pequenas (aproximadamente até os 10 anos de idade) quando estas apresentam indícios de estarem sendo vítimas de violência e uma menor sensibilização e até a culpabilização dos (as) adolescentes pela violência sofrida¹⁷.

¹⁷ Retomaremos esta discussão em tópicos posteriores.

Tabela 5: Em que situações é apropriado realizar a denúncia/ notificação

<i>A denúncia deve ser feita se:</i>	<i>Sim</i>		<i>Não</i>		<i>Não Sei</i>		<i>N</i>
	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>F</i>	<i>%</i>	
a) Apenas suspeitar que seu aluno esteja sofrendo violência	110	69,6	24	15,2	24	15,2	158
b) Uma criança diz que está sendo abusada, mas não há outras provas a não ser este relato da criança	138	87,3	8	5,1	12	7,6	158
c) Um (a) adolescente diz que está sofrendo abuso, mas não existe outra prova a não ser seu relato	122	77,2	16	10,1	20	12,7	158
d) Uma criança tem lesões físicas, mas quando questionada não admite a violência	128	81,0	11	7,0	19	12,0	158
e) Um (a) adolescentes tem lesões físicas, mas quando questionado (a) não admite a violência	113	71,5	19	12,0	26	16,5	158
f) Não há evidências, mas amigo da criança/adolescente revela o abuso	105	66,5	16	10,1	37	23,4	158
g) Não há evidências, mas vizinho adulto da criança/ adolescente revela o abuso	115	72,8	14	8,9	29	18,4	158
h) Não há evidências, mas irmão da criança/ adolescente revela o abuso	138	87,3	4	2,5	16	10,1	158

Fonte: Pesquisa de campo: 2009-2010

Como já explicitado anteriormente, a questão de nº 15 do questionário (itens ‘a’ a ‘t’) é sobre o quanto os respondentes concordavam ou discordavam sobre algumas crenças relativas à violência sexual, sobre se sentirem preparados ou não para lidar com casos entre seus alunos, comportamento das (os) adolescentes, entre outros. Estas questões foram feitas na forma de afirmações e foi pedido aos sujeitos para indicar o quão fortemente concordavam ou discordavam delas. As respostas “Discordo” e “Discordo Parcialmente” foram agrupadas em “Discordo” assim como “Concordo Parcialmente” e “Concordo” foram unidas em “Concordo”. Essa opção foi feita para facilitar a visualização dos resultados, como poderá ser visto nas tabelas a seguir e por indicar a tendência do sujeito a discordar ou concordar com a assertiva. As respostas aos itens correspondentes a esta questão serão apresentadas nas próximas tabelas.

Temos na Tabela 6 que 80,2% dos sujeitos discordam de que o abuso sexual seja um incidente que acontece de forma isolada, 11,6% concordam e 8,3% não concordam nem discordam. A Tabela 7 nos mostra que a maioria (82,9%) dos alunos discorda de que a violência sexual seja cometida por desconhecidos das crianças. Esses dados estão

de acordo com a literatura que nos mostra que casos de violência/ abuso sexual sempre foram praticados, em todos os tempos históricos, em todas as culturas e todas as classes sociais, porém de forma velada, como um assunto da esfera privada das famílias, pois a maioria dos abusadores sexuais são pessoas com quem as crianças e adolescentes tem uma relação de afeto e confiança e na maioria das vezes ocorre dentro de suas próprias casas. Hoje o assunto tem mais visibilidade e este “muro de silêncio” está sendo quebrado, passando a ser um assunto da esfera pública que merece a atenção de toda a sociedade e seus governantes. De acordo com o relatório geral¹⁸ (2011) do Disque Denúncia Nacional – Disque 100 o serviço realizou, de maio de 2003 (quando foi dado início a esta ação) até fevereiro de 2011, 2,5 milhões de atendimentos, tendo recebido e encaminhado mais de 150 mil denúncias de todo o país, envolvendo diversas formas de violação dos direitos de crianças e adolescentes brasileiros. Deste total, 32% se configuraram como suspeitas ou casos confirmados de violência sexual¹⁹. Ainda segundo o relatório, 80% das vítimas das denúncias de Violência Sexual são do sexo feminino. Se somarmos aos dados do Disque-Denúncia os dados dos Conselhos Tutelares, Delegacias, Ministério Público e Judiciário, vemos que os números são alarmantes e comprovam a incidência do fenômeno.

Tabela 6: O abuso é um incidente isolado

<i>O abuso de crianças e adolescentes é um incidente isolado?</i>	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Discordo	125	78,6	80,2
Nem concordo nem discordo	13	8,2	8,3
Concordo	18	11,3	11,6
Total	156	98,1	100,0

Fonte: Pesquisa de campo: 2009-2010

Tabela 7: Os agressores geralmente são estranhos à criança

<i>Crianças são mais agredidas sexualmente por estranhos do que por conhecidos ou familiares.</i>	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Discordo	131	82,3	82,9
Nem concordo nem discordo	16	10,1	10,1
Concordo	11	6,9	6,9
Total	158	99,4	100,0

Fonte: Pesquisa de campo: 2009-2010

¹⁸ Disponível em http://portal.mj.gov.br/sedh/spdca/T/relatorio_geral_maior_2003_a_fev_202011.pdf

¹⁹ Tipificadas em Tráfico de Crianças e Adolescentes (0,58%), Pornografia (1,35%), Exploração Sexual (37,46%) e Abuso Sexual (60,61%).

De acordo com a Tabela 8 apenas 11,5% dos respondentes concordam que os pais têm o direito de tratar seus filhos como bem entenderem. No Brasil existem legislações que asseguram os direitos e deveres de crianças e adolescentes. Estes só passaram a ser considerados em suas particularidades recentemente²⁰. No Brasil, as primeiras imagens que tivemos de crianças não indígenas, foram as das crianças que ficaram órfãs no percurso de Portugal até aqui, que foram forçadas a trabalhar e violentadas sexualmente. Imagem da desproteção e indiferença à sua condição. (FUZIWARA e FÁVERO, 2011, p. 35). No aspecto legal é importante ressaltar os avanços em relação a proteção integral de crianças e adolescentes. Vejamos o que diz o artigo 27 da Constituição Federal, que trata desses direitos:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente. (BRASIL, 2000, p. 107-108)

Tabela 8: Pais têm direito de tratar seus filhos como bem entenderem

<i>Os pais têm o direito de tratar de seus filhos como acharem melhor.</i>	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Discordo	134	84,2	85,3
Nem concordo nem discordo	5	3,1	3,2
Concordo	18	11,4	11,5
Total	157	98,7	100,0

Fonte: Pesquisa de campo: 2009-2010

Com relação ao mito de que crianças geralmente mentem e fantasiam sobre o abuso sexual, 74,2% discordam, conforme a Tabela 9. Não acreditar nesse mito pode ser de grande importância no momento em que uma situação de violência sexual se revele entre as crianças e adolescentes atendidos por este professor, garantindo que ao menos a escuta seja realizada por parte do professor.

Tabela 9: Crianças geralmente mentem sobre abusos sexuais

<i>Crianças mentem e fantasiam sobre o abuso sexual.</i>	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Discordo	115	72,3	74,2
Nem concordo nem discordo	25	15,7	16,1
Concordo	15	9,4	9,6
Total	155	97,5	100,0

Fonte: Pesquisa de campo: 2009-2010

²⁰ Como exposto no capítulo 1.

Em relação a concepções sobre o agressor a Tabela 10 mostra que 92,4% dos alunos acreditam que existe benefício em denunciar e que algo será feito ao agressor. A Tabela 11 nos mostra que 91,8% dos sujeitos acreditam que as punições para abusadores de crianças e adolescentes devem ser severas. Cabe aqui fazermos algumas considerações sobre a figura do abusador/ agressor sexual.

Segundo Libório e Castro (2008)²¹, em razão da visibilidade dada pelas mídias nos últimos anos, observa-se a não distinção entre pedófilos, abusadores e exploradores sexuais, sendo todos colocados em um mesmo patamar. Ainda segundo os autores é consenso que todos eles cometam violações contra crianças e adolescentes, mas essa indistinção entre eles prejudica o entendimento objetivo do fenômeno da violência sexual, influenciando nas políticas de intervenção, colocando em “um mesmo grupo indivíduos com motivações e características psíquicas bem diferentes” (p. 25).

Pedófilos seriam “indivíduos com 16 anos ou mais que tem, de forma repetitiva e intensa, fantasias sexuais excitantes envolvendo atos sexuais com uma ou mais crianças, de qualquer um dos sexos, com idades inferiores a 13 anos” (DUNAIGRE, 1999 apud LIBÓRIO e CASTRO, 2008, p.26). Para a psiquiatria, a pedofilia é considerada uma parafilia, definida como

transtornos sexuais caracterizados por fantasias sexuais especializadas e intensas necessidades e práticas que, em geral, são de natureza repetitiva e angustiam a pessoa. A fantasia especial, com seus componentes conscientes e inconscientes, constitui o elemento patognomônico, sendo a excitação sexual e o orgasmo fenômenos associados (LIMA, 2004, p.02 apud LIBÓRIO e CASTRO, 2008, p. 26)

Difícilmente um pedófilo sentirá atração sexual por pessoas adultas. Ele pode até se relacionar com elas, embora não obtenha o mesmo prazer de quando está com uma criança. Então, diante do exposto, para um indivíduo ser diagnosticado como pedófilo ele não precisa ter cometido um ato de abuso sexual, assim como não podemos afirmar que todos os abusadores sexuais são pedófilos.

Quando falamos de exploradores sexuais, para Davidson (2001 apud Libório e Castro, 2008, p. 24) estamos falando tanto daqueles que fazem uso direto do corpo da criança adolescente para obtenção de prazer sexual (clientes), como àqueles que se

²¹ Disponível em http://www.childhood.org.br/conteudo2011/Livro_Crianca_e_Adolescente_Direitos_Sexualidades_Reproducao.pdf

beneficiam do comércio desses corpos, lucrando com a prática do aliciamento direto ou indireto para as redes de exploração sexual (aliciadores).

Nas situações de abuso sexual, tanto intra como extrafamiliares, em que não há necessariamente uma relação mercantilizada, a pessoa mais velha usa da relação assimétrica de poder para obtenção de seu próprio prazer sexual.

Estando de acordo com Libório e Castro

“entendemos que em algumas situações encontram-se abusadores e aliciadores (exploradores sexuais) que sejam pedófilos, mas isso não é regra geral, assim como se encontram casos de pedófilos que nunca abusaram diretamente de uma criança ou de um púbere ou que nunca os exploraram comercialmente” (2008, p. 24).

Apesar das diversas motivações que levam adultos a cometerem violência sexual contra crianças e adolescentes compartilhamos a posição de Faleiros (1998) de que está violação de direitos não pode ser concebida como um fenômeno isolado gerado por “personalidades psicóticas” ou aos aspectos ligados a subjetividade dos violadores.

A responsabilização dos envolvidos em crimes sexuais (independente de suas motivações) é de extrema importância para a quebra da impunidade, que muitas vezes paira sobre estes casos. Porém, punir o abusador de crianças e adolescentes não deve impedir o tratamento individual, ao contrário, estas ações deveriam acontecer de forma articulada. Mas o que acontece é que este tipo de ação ocorre em poucos casos. Iniciado o processo penal, é mais comum a medida de encarceramento sem a articulação de outros procedimentos. Cabe deixar claro que dar atenção ao tratamento do agressor não anula os direitos da vítima e sim é mais uma forma de garantir que atos desta natureza não se repitam, pois mesmo que o abusador não tenha mais contato com a vítima, o não tratamento deste pode ocasionar o abuso de outras crianças e adolescentes (SATTLER, 2011, SILVA, 2007, AZAMBUJA, 2004)

Levando em consideração o exposto, não são punições mais severas que resolverão (Tabela 11) os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Pensando no enfrentamento da violência diversas ações conjugadas podem ser realizadas, levando em consideração a diversidade de formas e as diferentes razões e contextos em que está inserida a violência sexual. Ações como garantir a responsabilização dos abusadores, investimentos em políticas públicas de defesa e proteção de crianças, adolescentes e suas famílias (incluindo o abusador em casos de abuso intrafamiliar), políticas econômicas que objetivem a redução da exclusão social, campanhas de conscientização sobre valores sociais e culturais que facilitam a

ocorrência de situações de violência, entre tantas outras possíveis de serem realizadas (LIBÓRIO e CASTRO, 2008).

Tabela 10: Mesmo com a denúncia nada é feito ao agressor

<i>Não existem vantagens em denunciar, pois nada é feito ao agressor.</i>	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Discordo	145	91,2	92,4
Nem concordo nem discordo	5	3,1	3,2
Concordo	7	4,4	4,5
Total	157	98,7	100,0

Fonte: Pesquisa de campo: 2009-2010

Tabela 11: Punições severas aos agressores

<i>Agressores sexuais de crianças e adolescentes devem receber punições severas.</i>	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Discordo	13	8,2	8,2
Nem concordo nem discordo	0	0	0
Concordo	145	91,2	91,8
Total	158	99,4	100,0

Fonte: Pesquisa de campo: 2009-2010

Conforme dados da Tabela 12, a maioria dos alunos pesquisados, 93%, concorda que a violência sexual é um tema que deve ser tratado na escola, mas que não deve ser resolvido dentro da escola, que é necessário contatar as autoridades sobre os casos, como mostram as respostas da Tabela 13 a seguir, onde 81,9% dizem que não é preferível que os casos de violência sexual sejam resolvidos dentro da escola, sem comunicar as autoridades. Mas mesmo acreditando que este seja um tema que deve ser tratado nas escolas e comunicado as autoridades competentes, os alunos respondem que não têm experiência para lidar com casos que possam acontecer entre seus alunos. Se reunirmos os dados dos que concordaram que não tem experiência, com os do que nem concordaram nem discordaram, temos 67,1% dos respondentes (Tabela 14) e para confirmar este dado a Tabela 15 traz que apenas 11,6% da amostra confia em suas habilidades para reconhecer casos de violência sexual. Rodriguez aponta que profissionais recém-formados, sem experiência profissional tendem a confiar menos em suas habilidades pra realização de uma denúncia de suspeitas de maus-tratos a crianças, mesmo conhecendo suas responsabilidades legais em reportar o caso as instâncias competentes (2002, p. 323). Professores estão entre o grupo de profissionais que demonstrou ter o mínimo de conhecimento sobre os deveres e responsabilidades legais

em realizar uma denúncia caso suspeitasse que algum de seus alunos estivesse sofrendo algum tipo de maus-tratos em pesquisa realizada por Reiniger, Robison & McHugh (1995 apud RODRIGUEZ, 2002 p. 322). Para Rodriguez (2002, p. 326) o senso de confiança em suas habilidades em reconhecer sinais de maus-tratos afeta a tomada de decisão sobre fazer a comunicação, mesmo havendo a obrigatoriedade por lei.

Tabela 12: É um problema que não deve ser tratado na escola

<i>A violência sexual é um problema que não deve ser tratado na escola.</i>	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Discordo	147	92,5	93,0
Nem concordo nem discordo	5	3,1	3,2
Concordo	6	3,8	3,8
Total	158	99,4	100,0

Fonte: Pesquisa de campo: 2009-2010

Tabela 13: Casos deveriam ser resolvidos dentro da escola, sem envolvimento das autoridades

<i>Seria preferível que casos de violência sexual fossem resolvidos dentro da escola, sem comunicar as autoridades?</i>	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Sim	9	5,7	5,8
Não	127	79,9	81,9
Não Sei	19	11,9	12,3
Total	155	97,5	100,0

Fonte: Pesquisa de campo: 2009-2010

Tabela 14: Experiência para lidar com casos entre os alunos

<i>Eu não tenho experiência para lidar com casos de violência sexual.</i>	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Discordo	52	32,7	32,9
Nem concordo nem discordo	25	15,7	15,8
Concordo	81	50,9	51,3
Total	158	99,4	100,0

Fonte: Pesquisa de campo: 2009-2010

Tabela 15: Confiança na própria habilidade em reconhecer casos

<i>Você confia em sua habilidade para reconhecer casos de violência sexual?</i>	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Sim	18	11,3	11,6
Não	72	45,3	46,5
Não Sei	65	40,9	41,9
Total	155	97,5	100,0

Fonte: Pesquisa de campo: 2009-2010

Esta falta de experiência, que é um dos pontos que se mostraram preocupantes nesta pesquisa, pode ser constatada com as respostas das Tabelas 16 e 17. Na Tabela 16 temos que 78,5% dos (as) alunos (as) das licenciaturas concordam que a primeira atitude que deve ser tomada ao se suspeitar de um caso de Violência sexual seria “chamar os pais para uma conversa” e na Tabela 17, 79,1% concordam que é necessário investigar a veracidade dos fatos antes de tomar qualquer atitude. Por mais que pareçam atitudes acertadas, a literatura nos mostra que estas atitudes podem expor ainda mais as crianças e os (as) adolescentes a uma situação de risco, pois estes podem estar sofrendo o abuso dentro de casa e a família, por diversos fatores que não entrarão em discussão neste trabalho, pode pressioná-la para que negue ou retire o que disse, podendo em muitos casos ser tirada da escola e ainda, segundo nossa legislação, mesmo os casos de suspeita devem ser notificados as autoridades competentes. (ABRAPIA, 1997; GUIA ESCOLAR, 2004, WCF, 2006). Com estas atitudes a segurança dos professores também pode ser colocada em risco, vindo a sofrer ameaças e represálias por parte do agressor.

Tabela 16: Chamar os pais para uma conversa

<i>Ao suspeitar de um caso de violência sexual, deve se chamar os pais.</i>	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Discordo	23	14,5	14,5
Nem concordo nem discordo	11	6,9	7,0
Concordo	124	77,9	78,5
Total	158	99,4	100,0

Fonte: Pesquisa de campo: 2009-2010

Não cabe ao professor e nem a nenhum outro profissional da escola a investigação dos fatos para comprovar a existência de uma situação abusiva. O ECA prevê, em caso de suspeita ou ocorrência, que se acione o Conselho Tutelar da região, sendo que caberá ao CT acionar os serviços existentes na comunidade, que

conjuntamente e se necessário, levantarão os elementos para dar continuidade a ação do Judiciário.

Tabela 17: Investigar os fatos antes de tomar atitudes

<i>É necessário investigar a veracidade dos fatos antes de tomar qualquer atitude.</i>	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Discordo	28	17,6	17,7
Nem concordo nem discordo	5	3,1	3,2
Concordo	125	78,6	79,1
Total	158	99,4	100,0

Fonte: Pesquisa de campo: 2009-2010

As Tabelas de número 18, 19 e 20 nos mostram respostas referentes ao comportamento atribuído às (os) adolescentes. Segundo a Tabela 18, um número significativo de sujeitos, apesar de estatisticamente menor, concordam (31,12%) que algumas adolescentes provocam os adultos com as roupas que usam. Na Tabela 19 temos que 41,4% dos alunos acreditam que o comportamento sexual dos adolescentes é promíscuo e na Tabela 20, 47,5% dos respondentes diz que as adolescentes estão expondo seus corpos de forma excessiva.

Tabela 18: Algumas adolescentes provocam os adultos

<i>Algumas adolescentes provocam os adultos com as vestimentas que usam.</i>	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Discordo	78	49,1	49,7
Nem concordo nem discordo	30	18,9	19,1
Concordo	49	30,8	31,2
Total	157	98,7	100,0

Fonte: Pesquisa de campo: 2009-2010

Tabela 19: Adolescentes de hoje têm comportamento promíscuo

<i>O comportamento sexual dos adolescentes de hoje é promíscuo.</i>	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Discordo	48	30,2	30,6
Nem concordo nem discordo	44	27,7	28,0
Concordo	65	40,9	41,4
Total	157	98,7	100,0

Fonte: Pesquisa de campo: 2009-2010

Tabela 20: As adolescentes estão expondo excessivamente seus corpos

<i>As adolescentes estão expondo seus corpos excessivamente.</i>	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Discordo	56	35,2	35,5
Nem concordo nem discordo	27	17,0	17,1
Concordo	75	47,2	47,5
<i>Total</i>	158	99,4	100,0

Fonte: Pesquisa de campo: 2009-2010

Estas constatações são preocupantes, pois de acordo com o que a literatura tem apontado a manutenção dessas crenças pode implicar no processo de culpabilização dessas adolescentes, caso elas venham a ser vitimizadas pela violência sexual. E aqui cabem alguns questionamentos: adolescentes não têm capacidade e direito de negociação de desejos e práticas sexuais? Ter comportamentos considerados promíscuos ou usar determinadas roupas consideradas provocantes autoriza o outro a violentá-la, explorá-la?

Em pesquisa anterior (LIBÓRIO E COLS., 2007) constatamos que a sensibilização dos profissionais frente a casos ocorridos com adolescentes parece ser bem menor quando comparada com casos de abusos de crianças menores de 10 anos. Nesse processo de responsabilização das adolescentes, podemos dizer, portanto, que estão implícitos valores culturais que associam, a sexualidade feminina com a passividade e subalternidade. As adolescentes que por hora fogem do modelo social imposto às mulheres estão automaticamente associadas a uma postura provocadora, promíscua e sedutora. A WCF (2006) afirma a persistência dessa tendência do senso comum em considerar os que sofreram a violência sexual como responsáveis pela sua ocorrência; “Geralmente são culpados por terem “seduzido” ou pelo fato de “terem consentido” (WCF, 2006, p.40). Tal quadro é ainda mais complexo nos casos de ESCA, pois “estigmatizados pela hipocrisia da sociedade, crianças e adolescentes “perdem” a imagem supostamente imaculada da infância e da adolescência e passam a ser tratados como adultos, quando de fato não o são” (p.40).

As adolescentes que fogem dos padrões esperados às mulheres, estão automaticamente associadas a uma figura “devassa”, a posturas “provocadoras”, “perversas” e até demoníacas (MOREIRA, 2005, p. 396). A necessidade de opressão da sexualidade, ainda presente no nosso contexto social, nos faz questionar se cabe à escola o papel de normatizar papéis sexuais, fomentando e mantendo estereótipos sexuais ou problematizar questões de caráter afetivo-sexual que perpassam por noções de respeito,

valores e questionamentos sobre as relações de poder assimétricas instituídas em nossa sociedade?

Crianças e adolescentes são vistas como seres angelicais, assexuados, sendo a sua sexualidade quase um tabu. Essa aura angelical que reveste o imaginário social toma lugar da presença do corpo. A vivência da sexualidade é um tema que diz respeito à vida adulta, sendo que qualquer menção a possibilidade de desejo e exercício desta sexualidade entre crianças e adolescentes é quase um ato de transgressão (DIÓGENES, 2008, p. 205).

Tabela 21: Não obrigatoriedade da escola em notificar o Conselho Tutelar

<i>A escola só tem a obrigação de passar ao CT casos de faltas injustificadas e evasão.</i>	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Discordo	116	72,9	73,4
Nem concordo nem discordo	13	8,2	8,2
Concordo	29	18,3	18,4
Total	158	99,4	100,0

Fonte: Pesquisa de campo: 2009-2010

O artigo 56 do ECA diz que a escola deve notificar o conselho tutelar os casos de maus-tratos envolvendo seus alunos, faltas injustificadas e evasão escolar, e níveis elevados de repetência. As respostas dadas pelos alunos (as) a questão identificada na Tabela 21, vai ao encontro desta lei, pois a maioria dos respondentes, 73,4%, disse discordar de que a escola só tem a obrigação de passar ao CT os casos de evasão escolar e faltas injustificadas.

De acordo com a Tabela 22, 96, 2% dos alunos concordaram com a afirmação de que é importante discutir o tema violência sexual durante a formação de professores. Mas como podemos visualizar na Tabela 23, apenas 32,2% dos alunos discutiram o tema violência sexual em alguma disciplina, sendo que os cursos que mais responderam terem discutido foram educação física e pedagogia (Tabela 24), respectivamente n=12 e n=27, que contam em sua grade curricular com disciplinas ministradas pela orientadora desta pesquisa, estudiosa do tema. No curso de física apenas um aluno respondeu já ter discutido sobre o tema e no curso de matemática a discussão nunca foi feita, pela respostas dos alunos, nem de forma esporádica e individual. Levando em consideração o resultado desta questão levantamos duas hipóteses: o conhecimento sobre o tema demonstrado pelos alunos dos cursos de licenciatura é obtido em outros locais que não as disciplinas oferecidas em seus cursos e por isso podem ser superficiais, sem

embasamento científico e de “senso comum” ou as respostas dadas as questões foram as que se pareciam o que seria julgado mais correto, ou seja, respostas ligadas ao que chamamos de “discurso politicamente correto”.

Esta constatação nos remete a reflexão sobre as dificuldades de oferecer cursos que possam formar professores na perspectiva dos direitos humanos, voltada para a diversidade, para a pluralidade e para a construção de consciências e posturas inclusivas, incluindo em sua grade curricular discussões sobre as manifestações de violência, dentre as quais a violência sexual e reforça a necessidade de políticas públicas na área da educação que preparem e sensibilizem os profissionais, para que possam lidar com a especificidade da violência sexual contra crianças e adolescentes de forma protetiva para todos os envolvidos. Porém, diversos estudos internacionais têm demonstrado que programas de prevenção acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes têm funcionado (CUNNINGHAM & SAS, 1995; FINKLEHOR, 1986; GOICOCHEA, 2001; GOLDMAN & GRIMBEEK, 2008; HAWKINS & McCALLUM, 2001; HAZZARD, 1984; WURTELE, 1987 apud BRINO, 2006). Então fica claro que existe a necessidade das instituições universitárias ampliarem as discussões sobre os temas atuais da sociedade também dentro de seus programas de ensino, de forma sistemática e continuada e não somente em palestras, fóruns, mesas redondas, de forma esporádica e pontual, buscando formas de discussão que superem o modelo transmissivo e prescritivo.

Tabela 22: importância da discussão do tema

<i>Acho importante que o tema seja discutido na formação de professores</i>	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Discordo	2	1,3	1,3
Nem concordo e nem discordo	4	2,5	2,5
Concordo	152	95,6	96,2
TOTAL	158	99,4	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2009

Tabela 23: Discussão do tema em disciplinas da graduação

<i>O tema Violência Sexual foi discutido em alguma disciplina</i>	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Não	103	64,8	67,8
Sim	49	30,8	32,2
TOTAL	152	95,6	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2009-2010

Tabela 24: Discussão do tema em disciplinas da graduação por curso

<i>O tema Violência Sexual foi discutido em alguma disciplina</i>	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Total</i>
Curso			
Pedagogia	27	7	34
Educação Física	12	29	41
Química	5	20	25
Geografia	4	14	18
Física	1	11	12
Matemática	0	22	22
Total	49	103	152

Fonte: Pesquisa de Campo, 2009-2010

Os dados obtidos nesta fase da pesquisa serviram para levantar o conhecimento dos alunos e subsidiaram alguns dos conteúdos que foram trabalhados durante o programa de intervenção proposto na segunda fase da pesquisa.

2.5.2 Questões Abertas

2.5.2.1 Visão Geral das Evocações

Nesta parte apresentaremos as palavras evocadas pelos alunos nas questões 2, 3 e 4 do questionário diagnóstico, as quais se referem a suas percepções, expressões e sentimentos sobre *abuso sexual*, *exploração sexual* e *prostituição*. As questões foram feitas da seguinte forma: 2. *Escreva nas linhas abaixo até 5 palavras (sentimentos, palavras, imagens) que vêm a sua cabeça quando você pensa em abuso sexual de crianças e adolescentes*; 3. *Escreva nas linhas abaixo até 5 palavras (sentimentos, palavras, imagens) que vem a sua cabeça quando você pensa em exploração sexual de crianças e adolescentes*; 4. *Escreva nas linhas abaixo até 5 palavras (sentimentos, palavras, imagens) que vem a sua cabeça quando você pensa em prostituição*. As palavras evocadas passaram por tabulação no programa Microsoft Office Excel, versão 2003 e foram analisadas por meio do software EVOC (Ensemble de Programmes Permettant l'Analyse des Évocations), versão 2000²².

O EVOC é um software elaborado por Pierre Vergès, que possui vários subprogramas que permitem a emissão de dados estatísticos para uma posterior análise de evocações pela verificação de frequência e distribuição das palavras evocadas. Estes subprogramas emitem relatórios com denominações distintas como TRIEVOC,

²² A utilização deste software não estava prevista no projeto de pesquisa, sendo incorporada posteriormente e aceita pela FAPESP.

RANGMOT, LISTVOC, AIDECAT e RANGFRQ entre outros, tendo cada um, sua determinada função.

Como podemos notar, o questionário privilegiou o método associativo, onde são feitas evocações a partir de uma palavra estímulo. Para análise destes dados vamos utilizar a Teoria do Núcleo Central que é um dos desdobramentos da Teoria das Representações Sociais. Para Abric (2003) as representações se organizam em torno de um núcleo, pois todo “pensamento social, uma certa quantidade de crenças, coletivamente produzidas e historicamente determinadas, não podem ser questionadas, posto que elas são o fundamento dos modos de vida e garantem a identidade e a permanência de um grupo social” (p. 39).

Para a Teoria do Núcleo Central, uma representação social é um conjunto organizado e estruturado de informações, crenças, opiniões e atitudes em que funcionam dois componentes, com função específica e complementar à outra: o núcleo central e os elementos periféricos. O núcleo central constitui as crenças, valores e atitudes historicamente associados ao objeto. Os elementos periféricos estão mais associados às características individuais e ao contexto imediato e contingente. Segundo Sá (1996), a Teoria do Núcleo Central atribui aos elementos do sistema central as características de estabilidade, rigidez, coerência, resistência a mudanças e aos elementos do sistema periférico um caráter mutável, flexível e individual. Essa flexibilidade permite a integração das variações individuais ligadas às vivências do sujeito.

Neste sentido nos propomos a compreender como se organizam as representações sociais dos alunos participantes desta primeira fase da pesquisa, que se constroem através dos saberes do senso comum. Ao identificarmos os elementos constituintes do núcleo central das representações que são mais estáveis e definem a significação e organização da representação social e os elementos dos sistemas periféricos que são mais permeáveis a mudança, poderemos pensar em uma forma de intervenção que vise modificações destes elementos periféricos nas concepções sobre abuso sexual, exploração sexual e prostituição dos sujeitos de nossa pesquisa, se assim nos parecer necessário.

Os vocábulos emitidos pelos participantes passaram por um tratamento no sentido de substituir palavras de mesmo radical e palavras sinônimas. Serão apresentados aqui dados sobre a quantidade de respondentes, o número de palavras evocadas, sua frequência e as palavras mais evocadas, para cada uma das palavras

estímulo utilizadas e os elementos estruturais das representações (apresentação dos vocábulos e categorias formadas a partir delas).

2.5.2.2 Palavra Estímulo: Abuso Sexual

Através do subprograma TRIEVOC nos foi apresentado que 157 participantes responderam a questão de nº 2, realizando um total de 633 associações com a palavra estímulo *abuso sexual*, sendo 158 palavras diferentes.

O subprograma RANGMOT nos forneceu um relatório de todas as palavras citadas em ordem alfabética e a distribuição das frequências em que estas palavras foram evocadas.

QUADRO 1: Distribuição das frequências – RANGMOT

DISTRIBUTION DES FREQUENCES					
freq. *	nb.	mots	* Cumul	evocations	et cumul inverse
1 *	84	84	13.3 %	633	100.0 %
2 *	28	140	22.1 %	549	86.7 %
3 *	8	164	25.9 %	493	77.9 %
4 *	5	184	29.1 %	469	74.1 %
6 *	6	220	34.8 %	449	70.9 %
7 *	2	234	37.0 %	413	65.2 %
8 *	2	250	39.5 %	399	63.0 %
9 *	3	277	43.8 %	383	60.5 %
10 *	3	307	48.5 %	356	56.2 %
11 *	4	351	55.5 %	326	51.5 %
12 *	1	363	57.3 %	282	44.5 %
13 *	1	376	59.4 %	270	42.7 %
14 *	1	390	61.6 %	257	40.6 %
17 *	1	407	64.3 %	243	38.4 %
18 *	1	425	67.1 %	226	35.7 %
19 *	1	444	70.1 %	208	32.9 %
20 *	1	464	73.3 %	189	29.9 %
21 *	2	506	79.9 %	169	26.7 %
23 *	1	529	83.6 %	127	20.1 %
27 *	1	556	87.8 %	104	16.4 %
38 *	1	594	93.8 %	77	12.2 %
39 *	1	633	100.0 %	39	6.2 %

O Quadro 1 nos mostra a frequência em que cada palavra aparece. Da esquerda para a direita, de cima para baixo, temos que 84 palavras foram citadas apenas uma vez, 28 palavras foram evocadas duas vezes e assim por diante. Ou seja, os números da

primeira coluna correspondem ao número de vezes que a palavra foi evocada. Sendo assim, temos uma palavra que foi evocada 39 vezes, como podemos ver no final da lista. As duas últimas colunas correspondem a distribuição em uma ordem inversa.

No Quadro 2, fornecido pelo subprograma RANGFRQ, estão os dados que nos permitem visualizar os elementos estruturais das representações sociais dos alunos dos cursos de licenciatura acerca do abuso sexual, a partir da perspectiva da evocação de palavras. A frequência e a ordem das evocações são distribuídas em quatro quadrantes, revelando os vocábulos que se encontram no Núcleo Central e nos Elementos intermediários e periféricos das Representações Sociais que fazem parte das palavras indutoras.

Sendo assim, os dois quadrantes superiores mostram as palavras evocadas com maior frequência e os inferiores, as com menor frequência. Os dois quadrantes do lado esquerdo mostram os vocábulos que foram evocados mais prontamente pelos sujeitos, ou seja, em primeiro e segundo lugares e os dois quadrantes do lado direito são as palavras citadas em terceiro, quarto e quinto lugares na ordem das evocações.

Salientamos que no quadro 2 aparecem as palavras que foram evocadas com frequência maior que 6. As palavras mais citadas foram *violência* (39), *raiva* (38), *tristeza* (27), *nojo* (23), *crime* e *trauma* (ambas citadas 21 vezes), porém notamos que palavras que estão no primeiro quadrante apareceram menos vezes do que as do segundo quadrante, isso quer dizer que essas palavras foram evocadas com maior frequência entre os primeiros lugares, fazendo assim, parte do núcleo central das representações sobre o abuso sexual contra crianças e adolescentes, pois como propõe Vergès (1992 apud Sá, 1996) é muito provável que os elementos do núcleo central sejam aqueles que foram não tão somente mais frequentemente evocados, mas também mais prontamente citados.

Observando o Quadro 2, encontramos no quadrante do *núcleo central* a palavra *violência* como de maior frequência, embora ela não faça parte da primeira ordem das evocações dos participantes. Na *1ª periferia* (quadrante superior direito), temos o vocábulo *trauma* com maior frequência, também não estando na primeira ordem das evocações.

A partir de uma visão imediata notamos que o abuso sexual está associado a ações violentas que traz sentimentos de sofrimento, raiva e dor e deixam marcas. Podemos dizer que nas representações dos participantes existe a ideia de que o abuso sexual é sempre violento, embora a literatura indique que em muitas vezes, a forma

como ele é infligido não necessariamente envolve algum tipo de violência física. O abuso sexual contra crianças e adolescentes envolve o engodo, a manipulação, a chantagem e nem sempre deixa marcas no corpo.

A associação de abuso sexual com trauma, “marcas que ficam para toda a vida” aparece não só com o vocábulo *trauma*, mas também com a expressão de outros sentimentos que causam sofrimento como: *angústia, medo, vergonha, tristeza*. Alguns autores afirmam que o impacto do abuso sexual sobre crianças e adolescentes pode variar, por isso não podemos reforçar a ideia de que o “sofrimento será para todo o sempre”. Segundo Koller e Amazarray (1997), o grau de severidade do impacto pode ser relativizado de acordo com os seguintes fatores: idade da criança/ adolescente quando se deu início o abuso sexual e a duração do abuso (quanto maior o período, mais possibilidades de conseqüências negativas); grau de violência (uso da força) ou ameaça de violência; diferença de idade entre o abusador e o abusado; importância do vínculo entre a vítima e o abusador; presença ou ausência de figuras protetoras; grau de imposição do segredo sobre o fato; a percepção da criança/ adolescente sobre os atos perpetrados; nível de saúde emocional prévia ao abuso; reação dos outros no momento da revelação; rompimento de vínculos familiares após a descoberta e revitimização durante o processo legal. Nesse sentido, é interessante que questionemos se em todos os casos de abuso sexual o trauma é de tamanha dimensão que não permita que se tenha uma vida digna, saudável e com referências positivas.

É importante deixar claro que reconhecemos a gravidade do abuso sexual e pudemos constatar que é essa representação de gravidade é compartilhada pelos participantes, entretanto, existem variações nas reações dadas pelos sujeitos vitimados, que dependem de diversos fatores internos e externos. Fomentando a ideia de sofrimento incondicional, podemos estar cometendo o erro de associarmos crianças e adolescentes abusados a posição exclusiva de vítimas, deixando de enxergá-los como sujeitos, negando-lhes sua presença e protagonismo.

QUADRO 2: EXPRESSÕES SOBRE ABUSO SEXUAL

NÚCLEO CENTRAL Cas ou la Fréquence ≥ 11 et le Rang Moyen $< 2,6$			ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 1ª Periferia Cas ou la Fréquence ≥ 11 et le Rang Moyen $\geq 2,6$		
covardia	17	1,824	dor	18	2,667
crime	21	2,429	injustiça	20	2,650
desrespeito	12	2,417	trauma	21	2,952
doença	14	2,143			
indignação	19	2,579			
medo	11	2,545			
nojo	23	2,522			
ódio	13	2,308			
raiva	38	2,132			
revolta	11	2,455			
sofrimento	11	2,545			
tristeza	27	2,481			
vergonha	11	2,091			
violência	39	2,436			
ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 2ª Periferia Cas ou la Fréquence < 11 et le Rang Moyen $< 2,6$			ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 3ª Periferia Cas ou la Fréquence < 11 et le Rang Moyen $\geq 2,6$		
absurdo	10	2,100	Agressão	7	3,000
crueldade	10	2,500	angústia	6	4,167
desumano	6	1,833	cadeia	6	3,667
exploração	6	1,833	doença-mental	9	3,000
horror	10	2,000	falta de caráter	6	3,000
pedofilia	9	2,444	intolerável	6	3,167
repúdio	7	1,286	maldade	8	3,625
			pena	8	3,000
			punição	9	3,889

O Quadro 3 traz os elementos estruturais da representação através da formulação de categorias²³ a partir das evocações. Para a formulação destas categorias, verificamos a proximidade entre as palavras para atribuir um sentido comum a partir das evocações dos participantes. Em seguida atribuímos nomes a essas categorias conforme o enquadramento das palavras em cada uma delas. O subprograma AIDECAT nos auxiliou no sentido de compreender o contexto em que as palavras estavam inseridas, para entendermos melhor o seu contexto, diminuindo os casos de dupla interpretação que algumas palavras poderiam apresentar.

A finalidade da utilização das categorias para a análise é a de reforçar a interpretação feita através das evocações, segundo Abric (1994, apud SÁ, 1996) “criar

²³ Todos os quadros *Categorias* serão acompanhados em seguida pelo quadro de *Legenda da categoria*.

um conjunto de categorias, organizada em torno desses termos, para assim confirmar as indicações sobre seu papel organizador das representações” (p.116).

QUADRO 3: CATEGORIAS – ABUSO SEXUAL

<p>NÚCLEO CENTRAL</p> <p>Sentimentos negativos (6)²⁴ Violência (1) Sofrimento (4) Justiça (2) Distúrbios (1)</p>	<p>ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 1ª Periferia</p> <p>Sufrimento (2) Justiça (1)</p>
<p>ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 2ª Periferia</p> <p>Sentimentos negativos (4) Justiça (1) Sofrimento (1) Distúrbios (1)</p>	<p>ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 3ª Periferia</p> <p>Violência (1) Justiça (3) Sofrimento (2) Distúrbio (2) Sentimentos negativos (1)</p>

Legenda das categorias – Abuso Sexual

<p>Categoria 1 – Sofrimento: angústia, exploração, pena, medo, sofrimento, vergonha, dor, trauma, tristeza</p>
<p>Categoria 2 – Sentimentos Negativos: desumano, repúdio, maldade, crueldade, horror, revolta, ódio, covardia, indignação, nojo, raiva</p>
<p>Categoria 3 – Violência: agressão, violência</p>
<p>Categoria 4 – Justiça: intolerável, cadeia, punição, absurdo, desrespeito, injustiça, crime</p>
<p>Categoria 5 – Distúrbios: falta de caráter, pedofilia, doença mental, doença</p>

Podemos notar no Quadro 3 que as categorias *sofrimento* e *justiça* apresentam-se significativamente como representação social entre os participantes. Sua estruturação tanto como núcleo central quanto como elementos intermediários justificam essa posição. Notamos que os aspectos verificados no quadro 2 são reforçados neste momento. A presença da categoria *sofrimento*, como uma ideia associada ao abuso sexual, pode envolver dor e trauma e as demais concepções que se enquadram nesta categoria. No contexto mais amplo, essa forma de conceber o abuso sexual está associada a socialização e visibilidade do fenômeno atualmente, que coloca em pauta as

²⁴ Os números que aparecem em parênteses ao lado de cada categoria representam o número de palavras pertencentes àquela categoria e que foram evocadas naquele quadrante. Como exemplo: a categoria *Sentimentos Negativos* aparece acompanhada no primeiro quadrante do número 6, isso significa que 6 palavras que se encaixam nesta categoria foram evocadas neste quadrante. Todas as palavras evocadas que pertencem as categorias estão citadas no Quadro 2.

seqüelas físicas e psicológicas por ele produzidas (CAVALCANTI et al., 2006, p. 33). A categoria *justiça* reforça a associação de abuso sexual com violência, crime, desrespeito, sendo um ato que transgredir normas e, portanto passível de punição. A ideia de punição é uma das primeiras a se manifestar quando se detecta um abuso sexual, afinal, considera-se um ato cruel e covarde.

Fica claro ao analisarmos os dados obtidos com as evocações referentes à palavra estímulo *abuso sexual* que ela está associada a toda horda de experiências, sentimentos, emoções e expectativas negativas, compondo as representações sociais dos participantes.

2.5.2.3 Palavra Estímulo: Exploração Sexual

Responderam a questão de nº3 157 participantes, realizando um total de 560 associações com a palavra estímulo *exploração sexual*, sendo 209 palavras diferentes. Comparando com os números de palavras diferentes citadas na palavra estímulo *abuso sexual*, notamos que o número de evocações de palavras diferentes foi maior, talvez isso possa indicar que as representações sobre a exploração sexual ainda não estão tão arraigadas no imaginário social, mas para que confirmemos tal hipótese seriam necessárias a realização de outros trabalhos que objetivassem a verificar esta questão.

De acordo com o Quadro 4, a palavra com maior frequência apareceu 29 vezes.

QUADRO 4: Distribuição das frequências – RANGMOT
DISTRIBUTION DES FREQUENCES

freq. *	nb. mots	* Cumul evocations et cumul inverse
1 *	131	131 23.4 % 560 100.0 %
2 *	31	193 34.5 % 429 76.6 %
3 *	12	229 40.9 % 367 65.5 %
4 *	3	241 43.0 % 331 59.1 %
5 *	5	266 47.5 % 319 57.0 %
6 *	6	302 53.9 % 294 52.5 %
7 *	4	330 58.9 % 258 46.1 %
8 *	5	370 66.1 % 230 41.1 %
9 *	3	397 70.9 % 190 33.9 %
11 *	1	408 72.9 % 163 29.1 %
12 *	1	420 75.0 % 152 27.1 %
13 *	1	433 77.3 % 140 25.0 %
15 *	2	463 82.7 % 127 22.7 %
16 *	1	479 85.5 % 97 17.3 %
25 *	1	504 90.0 % 81 14.5 %
27 *	1	531 94.8 % 56 10.0 %
29 *	1	560 100.0 % 29 5.2 %

As palavras que aparecem no Quadro 5 foram evocadas com frequência maior que 5. As mais citadas foram *violência* (29), *raiva* (27), *crime* (25), *injustiça* (16) e *abuso* (15). Estas palavras estão todas no primeiro quadrante, fazendo parte do núcleo central das representações sociais sobre a *exploração sexual* contra crianças e adolescentes. As expressões encontradas neste quadro estão bem próximas as evocações realizadas a palavra estímulo anterior (abuso sexual). A evocação de *violência* enquanto um ato agressivo, violador, desrespeitoso que desperta sentimentos negativos (*raiva*) e por ser uma transgressão a norma (*crime*) é esperado sua punição.

Devemos ressaltar que optamos por não esclarecer aos respondentes quais são as formas de expressão da exploração sexual contra crianças e adolescentes (prostituição infanto-juvenil, tráfico para fins sexuais, pornografia e turismo sexual). Não foi colocada nenhuma nota explicativa no questionário e durante a aplicação também não foi dada nenhuma orientação neste sentido a fim de que não houvesse algum tipo de interferência na realização dos testes de avaliação que seriam realizados na segunda fase da pesquisa. A falta desta informação e a estrutura do questionário, com as questões de evocação feitas em sequência²⁵, podem ter aproximado as evocações referentes à *exploração sexual* com as feitas para *abuso sexual*.

²⁵ Cf. p.50 deste capítulo.

QUADRO 5: EXPRESSÕES SOBRE EXPLORAÇÃO SEXUAL

NÚCLEO CENTRAL Cas ou la Fréquence ≥ 11 et le Rang Moyen $< 2,5$			ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 1ª Periferia Cas ou la Fréquence ≥ 11 et le Rang Moyen $\geq 2,5$		
abuso	15	1,733	tristeza	12	3,083
crime	25	1,880			
desumano	15	2,400			
dinheiro	11	2,091			
indignação	13	2,462			
injustiça	16	2,125			
raiva	27	2,370			
violência	29	2,103			
ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 2ª Periferia Cas ou la Fréquence < 11 et le Rang Moyen $< 2,5$			ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 3ª Periferia Cas ou la Fréquence < 11 et le Rang Moyen $\geq 2,5$		
absurdo	6	2,000	covardia	8	2,750
desrespeito	6	1,667	crueldade	6	2,833
falta de amor	5	2,200	descaso	5	2,800
falta de caráter	7	1,714	desigualdade	6	2,667
ódio	7	2,000	dor	5	3,200
revolta	9	2,444	exploração	8	2,625
vergonha	8	2,000	família	5	2,800
			impunidade	9	2,778
			intolerável	6	2,667
			maldade	8	2,750
			medo	8	3,000
			nojo	9	2,667
			pena	7	2,714
			pena de morte	5	2,600
			pobreza	6	3,000
			trauma	7	3,571

No Quadro 6 podemos observar a presença da categoria *Sentimentos Negativos* fazendo parte do Núcleo Central com 3 palavras (*desumano*, *indignação* e *raiva* – com uma significativa frequência da palavra *raiva*), esta categoria também comparece na 2ª e 3ª periferias. Porém, diante de atributos como abuso, tristeza, vergonha, dor, medo, trauma, violência, entre outros, que colocamos na categoria *sofrimento* estrutura-se uma representação social ligada a este tema, fortemente associada a concepções de conseqüências e traumas. Neste sentido esta categoria tem uma representação significativa, considerando os atributos dos elementos periféricos que se organizam em torno deste núcleo central.

Notamos que houve o surgimento de uma categoria de palavras que não foi encontrada nas evocações referentes ao *abuso sexual*, a categoria *Condição social* que

aparece no Núcleo Central das evocações com a palavra *dinheiro* e volta a aparecer na 3ª periferia com 3 palavras (*desigualdade, família e pobreza*). Essas representações, mesmo a maioria das evocações fazendo parte dos elementos periféricos, pode indicar referente a exploração sexual, já se construiu a ideia de que as questões econômicas e sociais condicionam a sua ocorrência, o que se articula com a literatura da área.

QUADRO 6: CATEGORIAS – EXPLORAÇÃO SEXUAL

NÚCLEO CENTRAL Sofrimento (2) Justiça (2) Sentimentos negativos (3) Condição Social (1)	ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 1ª Periferia Sofrimento (1)
ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 2ª Periferia Sentimentos Negativos (5) Distúrbios (1) Sofrimento (1)	ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 3ª Periferia Sentimentos Negativos (4) Justiça (5) Condição Social (3) Sofrimento (4)

Legendas das Categorias – Exploração Sexual

Categoria 1 – Sofrimento: dor, trauma, pena, vergonha, medo, tristeza, abuso, violência
Categoria 2 – Justiça: descaso, pena de morte, intolerável, exploração, impunidade, injustiça, crime
Categoria 3 – Sentimentos negativos: falta de amor, absurdo, crueldade, desrespeito, ódio, maldade, covardia, nojo, revolta, indignação, desumano, raiva
Categoria 4 – Condição Social: família, desigualdade, pobreza, dinheiro
Categoria 5 – Distúrbios: falta de caráter

2.5.2.4 Palavra Estímulo: Prostituição

A questão de nº4 foi respondida por 156 participantes, resultando na evocação de 533 palavras associadas a palavra estímulo *prostituição*, sendo destas, 216 diferentes. Segundo o Quadro 7, 137 palavras foram citadas apenas uma vez e a palavra citada com maior frequência foi repetida 23 vezes.

QUADRO 7: Distribuição das frequências – RANGMOT

DISTRIBUTION DES FREQUENCES					
freq. *	nb. mots *	Cumul evocations	et cumul inverse		
1 *	137	137	25.7 %	533	100.0 %
2 *	27	191	35.8 %	396	74.3 %
3 *	15	236	44.3 %	342	64.2 %
4 *	10	276	51.8 %	297	55.7 %
5 *	8	316	59.3 %	257	48.2 %
6 *	4	340	63.8 %	217	40.7 %
7 *	3	361	67.7 %	193	36.2 %
8 *	1	369	69.2 %	172	32.3 %
9 *	3	396	74.3 %	164	30.8 %
13 *	2	422	79.2 %	137	25.7 %
15 *	1	437	82.0 %	111	20.8 %
16 *	1	453	85.0 %	96	18.0 %
17 *	1	470	88.2 %	80	15.0 %
18 *	1	488	91.6 %	63	11.8 %
22 *	1	510	95.7 %	45	8.4 %
23 *	1	533	100.0 %	23	4.3 %

A prostituição é considerada uma das profissões mais antigas da humanidade, tendo registros em civilizações datadas em 3.000 A.C. Sendo um fenômeno histórico, cultural e econômico, a prostituição vem sofrendo mudanças ao longo do tempo (ROBERTS, 1992). De parte de ritos sagrados a sinônimo de liberdade e independência, de prática econômica lucrativa controlada pelo Estado na Grécia Antiga a mal que deveria ser combatido com o surgimento do Cristianismo e para Roberts (1992) não só as prostitutas foram atacadas com o crescimento e disseminação do Cristianismo, mas todas as mulheres. Desde então a sexualidade feminina foi controlada e reprimida, sendo o sexo algo permitido somente depois do casamento. Com o capitalismo a prostituição passou a ser uma forma de trabalho que garantia o sustento de muitas mulheres e suas famílias e para Menezes (1992 apud SERPA, 2009), por ser uma prática rentável passou a fazer parte da lógica capitalista, sendo a mulher explorada para a produção de riqueza em um mercado controlado por homens.

No Brasil, as várias imigrantes que vieram de diversas partes da Europa passaram a exercer suas funções por aqui. Como em outros contextos, as atividades femininas eram reservadas ao espaço doméstico e contrariando essa posição, as chamadas meretrizes tinham autonomia e assumiam seus próprios negócios, fazendo dos bordéis espaços de socialização de pessoas importantes da cidade, como poetas,

coronéis, juristas que não iam apenas atrás de prazer sexual (RAGO, 1991 apud SERPA, 2009). Ainda segundo Rago (1991 apud SERPA, 2009)

A busca pelas meretrizes também se baseava no desejo do homem pela mercadoria, difundida no sistema capitalista. Para as meretrizes, o sexo e o amor eram duas coisas distintas, atitude essa condenável para a sexualidade feminina na época. Porém, elas tinham o papel de controle social dos desejos sexuais dos jovens masculinos, conservando, assim, a virgindade das jovens para o casamento. Tal fato fazia com que as meretrizes fossem mais toleradas pela igreja e pelas mulheres casadas. Porém, o discurso médico e jurista sobre a prostituição retratava essa prática como algo associado à degeneração, loucura e criminalidade.

No Quadro 8 aparecem as palavras evocadas com frequência maior que 4. Conforme podemos visualizar as palavras e expressões mais citadas foram *dinheiro* (23), *necessidade* (22), *falta de oportunidade* (18), *violência* (17). Destas apenas a palavra violência aparece no segundo quadrante por ter sido citada com mais frequência a partir do terceiro lugar na ordem das evocações. O vocábulo necessidade foi citado mais vezes em primeiro e segundo lugar.

Para Rago (1991 apud SERPA, 2009) a perspectiva de que a prostituição é para sobreviver está embasada na lógica da “prostituta-vítima”. Ter um discurso que rompa com esses conceitos é muito difícil, já que a sexualidade feminina ainda é pautada nas relações fiéis e monogâmicas o que parece estar em consonância com as representações sociais dos sujeitos de nossa pesquisa.

No Quadro 9 as categorias *Trabalho* (*emprego e dinheiro* - com frequência significativa da palavra *dinheiro*) e *Condição Social* com 3 palavras (*falta de oportunidade, necessidade e pobreza*) fazem parte do Núcleo Central das representações, sendo que a categoria *trabalho* aparece nos outros três quadrantes que representam os elementos periféricos das representações sociais, sendo então a representação mais significativa para este grupo, salientamos que o núcleo central, ao redor do qual se organizam os elementos periféricos, tem uma função geradora e organizadora, sendo o elemento unificador e estabilizador da representação e é um elemento mais resistente à mudança. (ABRIC, 2003).

Segundo Rodrigues (2009) o objetivo atual das organizações que defendem os direitos das “profissionais do sexo” é colocar a discussão da prostituição no campo da cidadania, com ênfase a questão da atividade que exercem, referindo se a direitos sexuais e trabalhistas e não mais a questões criminais e penais (p. 70). Segundo o Quadro 9, a representação dos participantes sobre a prostituição é que ela se enquadra

na categoria de trabalho, como atividade profissional, emprego, mas também apareceram evocações, nos quadrantes dos elementos periféricos, que se referiam a ganância, ao dinheiro fácil e a safadeza. Sabemos que valores sociais e culturais presentes no nosso contexto, ainda são pautados na ideologia machista, patriarcal que torna mulheres submissas e os homens dominantes. Embora em menor escala, as concepções que refletem essa ideologia apareceram nas representações sociais dos sujeitos pesquisados.

QUADRO 8: EXPRESSÕES SOBRE PROSTITUIÇÃO

NÚCLEO CENTRAL Cas ou la Fréquence ≥ 8 et le Rang Moyen $< 2,5$			ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 1ª Periferia Cas ou la Fréquence ≥ 8 et le Rang Moyen $\geq 2,5$		
dinheiro	23	2,348	abuso	8	2,750
emprego	13	1,923	droga	13	2,692
escolha	16	2,313	exploração	9	2,889
falta de oportunidade	18	1,667	violência	17	3,059
necessidade	22	1,773			
pena	9	2,333			
pobreza	15	1,733			
tristeza	9	1,889			
ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 2ª Periferia Cas ou la Fréquence < 8 et le Rang Moyen $< 2,5$			ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 3ª Periferia Cas ou la Fréquence < 8 et le Rang Moyen $\geq 2,5$		
desemprego	5	1,400	carência	5	3,200
desigualdade	7	2,143	dinheiro fácil	5	2,800
desinformação	5	2,400	doença	4	4,250
falta-escolha	7	2,143	falta de apoio	4	2,750
nojo	6	2,333	família	4	2,750
profissão	5	1,600	ganância	4	2,750
safadeza	4	2,250	indignação	6	2,833
sobrevivência	7	1,857	injustiça	5	2,600
			medo	4	3,750
			mulher	4	4,000
			perigo	5	2,800
			prazer	4	2,750
			revolta	6	2,833
			risco	4	3,250
			sexo	5	3,600
			sofrimento	4	2,500
			vergonha	6	3,500

QUADRO 9: CATEGORIAS – PROSTITUIÇÃO

<p>NÚCLEO CENTRAL</p> <p>Trabalho (2) Escolha (1) Condição Social (3) Sentimentos negativos/ valores (2)</p>	<p>ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 1ª Periferia</p> <p>Violência (1) Atitudes de transgressão e risco (1) Trabalho (1)</p>
<p>ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 2ª Periferia</p> <p>Trabalho (2) Condição Social (4) Sentimentos negativos/ valores (2)</p>	<p>ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS/ 3ª Periferia</p> <p>Condição Social (5) Trabalho (2) Atitudes de transgressão e risco (5) Sentimentos negativos/ valores (5)</p>

Legenda das categorias – Prostituição

<p>Categoria 1 – Trabalho: ganância, dinheiro fácil, desemprego, profissão, exploração, emprego, dinheiro</p>
<p>Categoria 2 – Sentimentos negativos/Valores: nojo, sofrimento, medo, safadeza, revolta, vergonha, indignação, tristeza, pena</p>
<p>Categoria 3 – Atitudes de transgressão e risco: doença, risco, prazer, perigo, sexo, droga</p>
<p>Categoria 4 – Escolha: escolha (opção)</p>
<p>Categoria 5 – Violência: abuso, violência</p>
<p>Categoria 6 – Condição Social: sobrevivência, mulher, falta de apoio, família, desinformação, carência, injustiça, desigualdade, pobreza, falta de oportunidade, necessidade, falta de escolha</p>

Após estas análises verificamos que as evocações realizadas em relação às palavras estímulo *abuso sexual* e *exploração sexual* foram muito próximas, nos remetendo a violência e ao sofrimento dessas duas situações. As representações de compaixão e de que existe um trauma para toda vida aparecerem fortemente nas duas situações, porém em relação à *exploração sexual* surgiram citações referentes à condição social (*dinheiro, pobreza, família*).

Nas evocações sobre a palavra estímulo *prostituição* ficou fortemente marcada a representação dos sujeitos de que ela é um trabalho, mas um trabalho realizado em função da necessidade de sobrevivência de algumas mulheres. Nos elementos periféricos das representações apareceram evocações que se referiam a ganância, ao dinheiro fácil e a safadeza, lembrando que esta é uma prática permeada por diversos tabus e valores pautados na ideologia machista e patriarcal.

Com as representações sociais que encontramos neste momento da pesquisa, decidimos que seria importante pautarmos nossas discussões durante o programa de

intervenção no sentido de romper com a ideia de que pessoas que passam por situações de violência sexual não teriam possibilidades de superar as dificuldades vivenciadas e viver de forma digna e saudável e tentamos desmistificar alguns preconceitos em relação à prostituição adulta que poderiam, porventura, refletir nas situações de exploração sexual vivenciada por adolescentes.

2.6 Seleção dos participantes da Fase 2

A última pergunta do questionário se referia ao interesse, caso houvesse oportunidade, de participar de discussões sobre o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes que pudessem acontecer dentro da universidade. A Tabela 25 nos mostra as respostas separadas por curso.

Tabela 25: Interesse em discutir a temática

<i>Curso</i>	<i>Tem Interesse em Participar de Curso na Universidade</i>		<i>Total</i>
	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	
Educação Física	30	12	42
Física	7	5	12
Geografia	13	6	19
Matemática	9	13	22
Pedagogia	30	4	34
Química	12	13	25
<i>Total</i>	101	53	154

Fonte: Pesquisa de Campo, 2009

Como podemos ver, a maioria dos alunos (101) responderam que tinham interesse em participar de um curso direcionado a temática dentro da universidade. Observando o número de respondentes por curso, notamos que nos cursos de matemática e química, mais da metade dos alunos responderam que não tinham interesse e no curso de física mais de 40% do total de alunos (n=12) também responderam não. Na tentativa de entender estes números levantamos a hipótese de que os cursos que responderam ter mais interesse foram os que indicaram já terem, em algum momento de seus cursos, discutido sobre o tema da violência sexual, conforme visto na tabela 24. Lembramos que, os cursos de Educação física e Pedagogia têm em sua grade curricular disciplinas ministradas pela Prof^a Renata Maria Coimbra Libório, orientadora desta pesquisa e estudiosa da temática.

Com os dados que indicavam os interessados em mãos, realizamos um sorteio aleatório para selecionar os sujeitos que seriam convidados a participar da segunda fase

da pesquisa. Em nossa proposta inicial de trabalho tínhamos previsto o número de 12 participantes para a intervenção, sendo 2 alunos de cada curso, mas durante a exposição do projeto de pesquisa no IV Seminário de Pesquisa em Educação do Programa de Pós-Graduação da FCT/UNESP, recebemos como sugestões da banca examinadora aumentarmos o número de selecionados, pois poderíamos ter desistências durante o processo e que deveríamos sortear o número de participantes por curso de acordo com o número de interessados, então quanto mais respondentes interessados por turma, mais participantes seriam selecionados nesta turma. Acatamos as sugestões e decidimos por selecionar 17 sujeitos. Vejamos como ficou a seleção na Tabela 26:

Tabela 26: Número de selecionados para participar da segunda fase

<i>Curso</i>	<i>Total de respondentes Sim</i>	<i>Nº de selecionados</i>	<i>Reservas</i>
Educação Física	30	4	4
Física	7	1	2
Geografia	13	3	3
Matemática	9	2	2
Pedagogia	30	4	4
Química	12	3	3
Total	101	17	18

Fonte: Pesquisa de Campo, 2009-10.

O sorteio aleatório foi realizado pelo número de identificação que cada questionário recebeu após a aplicação. Foram sorteados 35 sujeitos, sendo 17 para o convite inicial e 18 reservas para serem chamados caso houvesse a não aceitação ou a desistência dos selecionados. O contato com os sujeitos selecionados aconteceu pessoalmente e nesse momento enfrentamos uma grande dificuldade, a não adesão dos alunos para participação na segunda fase da pesquisa. A principal alegação era a falta de disponibilidade para participar dos encontros, mesmo antes de decidirmos por datas e horários de realização. Outra reclamação freqüente era sobre a dificuldade de conciliar o curso com as atividades de estágio obrigatório que vinham sendo realizadas por muitos dos sujeitos contatados e uma solicitação que nos foi feita seria da possibilidade das coordenações dos cursos aceitarem a contagem da carga horária do programa de intervenção como horas de estágio obrigatório. Como não tínhamos esta resposta imediata para dar aos selecionados a maioria negou o convite com a alegação de ter que priorizar a realização do estágio.

Após o primeiro contato com os sujeitos selecionados, fizemos um levantamento do melhor horário para a realização da intervenção e a maioria optou pelo período da manhã. Entretanto, mesmo com esse levantamento, ficou muito difícil encontramos um dia da semana em que todos os sujeitos pudessem participar e mesmo entrando em contato com todos os selecionados e os reservas e garantindo uma posterior negociação com os coordenadores de curso sobre a proposta da carga horária da intervenção servir como horas contabilizadas de estágio obrigatório²⁶, ao final do processo de escolha de datas e horários para a realização da intervenção, contamos com a participação de apenas 5 sujeitos (4 alunos do curso de Educação Física e 1 aluna do curso de Pedagogia) dos 35 selecionados entre os 101 que inicialmente mostraram interesse em participar do curso²⁷.

Devido à importância que creditamos a este trabalho, não achamos coerente dar prosseguimento ao programa de intervenção com um número reduzido de participantes, diferente do que havíamos previsto no plano inicial de trabalho, onde considerávamos dar continuidade a segunda fase da pesquisa com o número de sujeitos que aderissem a ela. Dada a relevância do tema para a formação de professores, decidimos por abrir o convite aos demais alunos das licenciaturas da FCT/UNESP, inclusive àqueles que não participaram da primeira fase da pesquisa respondendo ao questionário diagnóstico. Concordamos com Duarte (200?) sobre a relevância de se escolher sujeitos “disponíveis” como sujeitos de pesquisa. Para o autor a escolha dos sujeitos “está mais ligada à significação e a capacidade que as fontes têm de dar informações confiáveis e relevantes”. (p. 5) Neste sentido acreditamos que incluir outros estudantes que também fazem parte do universo pesquisado (alunos dos cursos de licenciatura) não trouxe prejuízos ao principal objetivo da pesquisa que era a avaliação do impacto do curso de intervenção sobre os conhecimentos dos alunos participantes do curso de intervenção.

2.7 Discussão

Um dos principais objetivos deste trabalho era verificar o conhecimento dos alunos dos cursos de licenciatura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Para alcançar este objetivo aplicamos questionários aos

²⁶ Fizemos o contato com as coordenações de curso, mas a proposta não foi aceita pelos professores responsáveis das disciplinas de estágio.

²⁷ Quando o convite foi aberto aos outros alunos, mais um aluno que havia respondido o questionário inicial, mas optou por responder não a questão sobre o interesse, aderiu à participação do curso, totalizando 6 sujeitos que participaram da primeira fase da pesquisa.

alunos dos penúltimos anos dos cursos de educação física, física, geografia, matemática, pedagogia e química. Contamos com a participação de 159 alunos nesta fase da pesquisa.

Esta fase do trabalho, que chamamos de momento investigativo, permitiu que tivéssemos uma visão geral do universo pesquisado levantando conhecimentos relevantes para subsidiar a elaboração dos conteúdos e temas do programa de intervenção. Disto concluímos que a fase diagnóstica é essencial e precedente ao programa de intervenção.

A análise desta primeira parte da pesquisa nos permitiu compreender os aspectos positivos e outros que necessitam de mudanças. Um passo importante e que deve ser pensado em futuras pesquisas que tenham como local a universidade, é a parceria com a instituição, a fim de facilitar o acesso aos alunos durante a realização da pesquisa e garantir a participação de um número expressivo de sujeitos. As dificuldades encontradas em nosso percurso em relação à obtenção de autorização de alguns professores para a aplicação dos questionários nas turmas em quais estavam ministrando disciplinas e a baixa adesão dos alunos ao programa de intervenção, devido ao insucesso da parceria com os coordenadores de curso e os professores responsáveis pelas disciplinas de estágio, demonstram de forma clara essa necessidade.

As análises dos dados obtidos através do questionário com as questões objetivas foram em sua maioria análises quantitativas, considerando a amostra geral. Essa opção se deu pelo fato de que nossa intenção era obter um panorama geral dos conhecimentos dos alunos das licenciaturas e não realizar uma caracterização desses conhecimentos por curso. No entanto, em algumas questões fizemos análises considerando a variável “curso” por acreditarmos que essa separação seria importante, como na questão referente a ter discutido sobre o tema da violência sexual em alguma disciplina durante a graduação. Para termos certeza de que essa opção não prejudicaria nossa análise dos dados, fizemos alguns cruzamentos com as variáveis “curso”, “sexo” e “ter ou não realizado discussões sobre o tema em disciplinas na graduação” e levando em consideração essas variáveis os resultados não demonstraram diferenças expressivas dos resultados da amostra geral²⁸.

²⁸ Tabelas em anexo.

Constatamos que o curso frequentado, seja ele da área de biológicas, humanas ou exatas, ser do sexo masculino ou feminino e ter ou não discutido sobre a temática em alguma disciplina não foram variáveis que influenciaram as respostas dos sujeitos.

Os participantes demonstraram ter algum conhecimento sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes no que se refere ao seu aspecto enquanto fenômeno social, porém demonstraram conhecimento mínimo e/ ou inadequado sobre: procedimentos/ que atitudes tomar, papéis dos diversos profissionais frente a casos de violência contra crianças e adolescentes e concepções sobre infância e adolescência. Estes dados estão de acordo com os encontrados na literatura internacional que indicam o conhecimento mínimo e/ou inadequado e até mesmo a falta de conhecimentos dos futuros professores, que não tiveram nenhum tipo de curso sobre a temática em sua formação inicial, sobre as políticas de proteção a infância e adolescência, como agir diante dos casos, quais procedimentos são necessários tomar e qual o papel dos professores frente a suspeitas ou confirmações de casos de violência sexual (GOLDMAN e GRIMBEEK, 2008; HODGKINSON e BAGINSKY, 2000; BAGINSKY e MACPHERSON, 2005; BAGINSKY, 2000, 2003; GOLDMAN, 2005)

Sobre a presença do tema violência sexual em alguma disciplina constatamos que 64,8% dos participantes quando questionados, responderam não terem realizado nenhuma discussão sobre a temática. É um número alto, considerando que em nosso país existe a obrigatoriedade, determinada por lei, de professores realizarem a comunicação de suspeitas e ou casos confirmados de violência sexual contra seus alunos. Sendo assim, o tema deveria fazer parte dos conteúdos programáticos das licenciaturas. Os números encontrados em nossa análise são parecidos com os encontrados em pesquisa realizada por Kenny (2001 apud GOLDMAN E GRIMBEEK, 2008, p. 224), na Flórida, em que 40% dos futuros professores pesquisados indicam, quando questionados sobre suas informações referentes à violência sexual contra crianças que o tema não foi abordado durante sua formação e os que responderam que tiveram discussões sobre o tema às apontam como “escassas e inadequadas”.

McCallum e Baginsky (2001 apud GOLDMAN E GRIMBEEK, 2008) identificaram que o fato de não conhecer as políticas de proteção a infância e adolescência e os procedimentos cabíveis frente a casos de violência tem influência direta sobre a capacidade dos professores de identificar e denunciar casos de abuso e negligência contra crianças e adolescentes e os próprios profissionais indicam a necessidade de obterem informações mais claras e consistentes sobre o tema. Em nossa

pesquisa também encontramos dados que indicam neste sentido, já que 46,5% dos alunos pesquisados indicaram não confiar em suas habilidades para reconhecer casos de violência sexual entre seus alunos e acrescentando à essa análise os 41,9% que responderam não saber se confiam em suas habilidades, temos um número elevado de sujeitos que, possivelmente, diante de uma situação de violência sexual envolvendo seus alunos, não saberão como agir.

Reconhecemos que o instrumento utilizado, elaborado pela pesquisadora e sua orientadora especialmente para esta pesquisa, tem falhas principalmente no que diz respeito a levantar os conhecimentos sobre as legislações, em especial sobre o ECA, sobre como realizar denúncias – quais órgãos recebem denúncias de violência sexual, conhecimento das formas de denunciar – e outras formas possíveis de encaminhamentos de casos de violência. Acreditamos que futuros estudos sobre o conhecimento de populações sobre violência sexual não possam desconsiderar esses aspectos.

Os dados obtidos nos permitem fazer considerações sobre as lacunas existentes na formação inicial de professores sobre a violência contra crianças e adolescentes, em suas diversas expressões, e sobre ações que garantam os direitos da população infanto-juvenil. Embora exista uma enorme preocupação em enfrentar a violência contra crianças e adolescentes por parte de diversos segmentos sociais até o momento, parece que pouca atenção tem sido dada a formação de futuros professores em relação ao fenômeno. Pouco sabemos sobre o que tem sido feito nos cursos de licenciatura das universidades brasileiras para garantir uma formação sólida de seus alunos, auxiliando em suas futuras ações enquanto profissionais da educação e respaldando suas práticas em direção a assegurar os direitos das crianças e adolescentes. Torna-se premente que as ações neste sentido façam parte da formação inicial de professores, deixando de ser ações esporádicas, resultantes apenas do trabalho de grupos de pesquisa e dos seus integrantes, que reconhecendo a importância e gravidade da questão militam/ lutam pelo enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes.

Estamos de acordo com diversos autores, da literatura nacional e internacional da área (BAGINSKY, 2000, 2003; BAGINSKY e MACPHERSON, 2005; GOLDMAN e GRIMBEEK, 2008; PIETRO, 2007, LIBÓRIO e COLS, 2007), que a Universidade e seus cursos de graduação, principalmente os cursos de licenciatura, são os “lugares” ideais para lidar com questões referentes à violência sexual, abordando o tema de forma consistente e contínua. Diante do exposto, a obtenção destes conhecimentos poderia subsidiar ações de prevenção e identificação de fatos ocorridos,

além de permitir maior eficácia nos procedimentos necessários em relação ao tempo de ação da descoberta até o atendimento necessário do órgão competente. Esta preparação traria mais segurança aos profissionais em suas atitudes frente ao problema e contribuiriam de forma eficaz na interrupção do ciclo de violência, diminuindo os “custos” da violência sexual que são altíssimos, tanto para as vítimas quanto para a sociedade.

Ainda nesta fase da pesquisa, buscamos compreender as representações dos participantes sobre “abuso sexual”, “exploração sexual” e “prostituição”. Para isso, utilizamos a técnica de evocação de palavras pelo método associativo, onde é dada uma palavra estímulo e evocações são feitas a partir dela. Verificamos que em relação ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, os sujeitos pesquisados fizeram evocações muito próximas, que nos remetem a violência e ao sofrimento destas duas situações. Sobre o abuso sexual foram feitas somente evocações negativas que transmitem sentimentos de penalização e ideia de trauma para toda vida e apesar destas representações se repetirem em relação a exploração sexual, apareceram citações referentes a condição social das vitimas, relacionando as com dinheiro, pobreza e família, possivelmente, demonstrando certo conhecimento sobre os condicionantes sociais e econômicos desta forma de violência que se difere do abuso sexual.

Sobre as representações dos sujeitos pesquisados sobre a prostituição, podemos dizer que ela é considerada um trabalho, mas um trabalho feito em função da necessidade de sobrevivência. Nos elementos periféricos das representações apareceram evocações que se referiam a ganância, ao dinheiro fácil e a safadeza, lembrando que esta é uma prática permeada por diversos tabus e valores pautados na ideologia machista e patriarcal.

Neste ponto, achamos de extrema importância ressaltar as limitações da pesquisadora e de sua orientadora em lidar com as teorias de representação social, o que com certeza não permitiu que fossem feitas análises mais aprofundadas sobre as evocações, não utilizando ao máximo as possibilidades que essas análises nos trariam na verificação dos conhecimentos dos alunos e na elaboração da intervenção. Apesar disso, as análises que conseguimos realizar foram de grande valia, pois nos deram noções de quais representações não poderiam deixar de ser alvo de reflexão durante o programa de intervenção, baseando-nos nas evocações que apareceram nos elementos periféricos das representações sociais dos participantes da pesquisa em relação ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes e sobre a prostituição.

Diante do exposto podemos afirmar que o objetivo de verificar os conhecimentos dos estudantes dos cursos de licenciatura foi alcançado e as análises sobre estes conhecimentos nos permitiram fazer importantes reflexões sobre a formação de professores na perspectiva dos direitos humanos e na perspectiva de proteção de crianças e adolescentes que tenham seus direitos violados.

Encerramos este capítulo com as reflexões de Rodrigues (2001) sobre aspectos a ser considerados para que repensemos a formação de professores:

“Falta-nos também um esquema conceitual inequívoco para os programas de formação, isto é, a explicitação de uma concepção de professor, de ensino, de aprendizagem, de escola e de como se aprende a ensinar, do qual possamos derivar coerentemente as questões relativas à natureza do currículo, à sequência do seu desenvolvimento, à integração das disciplinas, à seleção de estratégias, ao recrutamento e preparação de recursos humanos necessários, à natureza da relação entre conhecimento teórico e prático, às modalidades de parceria entre as instituições de ensino superior e as escolas de ensino básico e fundamental [...]”

CAPÍTULO 3

FASE 2:

Elaboração, Realização e Avaliação do Programa de Intervenção

A segunda fase da pesquisa consistiu na elaboração e realização do programa de intervenção e sua avaliação, com a aplicação de testes pré e pós-intervenção.

3.1 Elaboração

A partir dos dados obtidos na primeira fase da pesquisa e do levantamento bibliográfico realizado, foi elaborada a proposta do programa de intervenção, intitulada de *“Encontros para discussão sobre Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: prevenção e atuação docente”*. Foram previstos inicialmente 7 encontros, com periodicidade semanal (todas as sextas-feiras), no período da manhã, com 2 horas e 30 minutos de duração, com início em 14 de maio de 2010 e previsão de finalização em 25 de junho de 2010, porém a realização dos encontros coincidiu com a Copa do Mundo de Futebol e alguns encontros tiveram suas datas mudadas por causa dos jogos da seleção brasileira que aconteceram na parte da manhã, tendo como consequência o fechamento da Universidade, nos impossibilitando a utilização do espaço físico para os encontros mesmo no período que antecedia as partidas. O encerramento do programa de intervenção aconteceu em 01 de julho de 2010, com a realização de 6 encontros.

O planejamento das atividades que seriam realizadas no momento da intervenção foi criterioso, envolvendo a ampla discussão e reflexão por parte da pesquisadora e sua orientadora sobre os objetivos e conteúdos a serem abordados e metodologia a ser utilizada. Assim ficaram divididos os temas e os encontros:

1º encontro – Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: impressões iniciais;

2º encontro – Discutindo conceitos, definições e mitos referentes a Violência Sexual;

3º encontro – Prevenção: primária, secundária, terciária; papel dos profissionais e da sociedade; consequências e impacto da vitimização sexual;

4º encontro – Indicadores da Violência Sexual; Sensibilização e discussão a partir de relatos de casos encontrados em bibliografia; Família e Violência;

5º encontro – Escola como espaço de proteção às crianças e aos adolescentes: o papel do professor e da instituição como agentes de proteção;

6º encontro – Aspectos legais: leis de proteção a criança e ao adolescente; Denúncia e responsabilidade do professor; Formas de encaminhamento.

3.2 Local

Após a definição das datas e dos temas, buscamos o local em que seriam realizados os encontros dentro da Universidade. Entramos em contato com a SAEPE (Seção de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão) para saber da disponibilidade dos espaços existentes e não havia salas de aula nem anfiteatros disponíveis para as datas planejadas. Nosso segundo contato foi feito com a Seção de Apoio da Biblioteca do campus, pois existe uma sala utilizada para reuniões e projeções de filmes dentro do espaço. Conseguimos agendar 4 encontros na sala de projeção da biblioteca e os dois encontros restantes foram agendados, através de solicitação por ofício, no anfiteatro da FUNDACTE (Fundação de Ciências, Tecnologia e Ensino), que se localiza dentro do campus e no anfiteatro III da universidade.

3.3 Participantes

Participaram dos encontros 26 alunos dos cursos de licenciatura da FCT/UNESP, sendo que destes apenas 6 participaram da fase inicial da pesquisa respondendo ao questionário referente aos conhecimentos sobre o tema da violência sexual e os demais aceitaram participar após o convite ser feito para todos os alunos dos cursos de licenciatura da unidade universitária. Os participantes eram alunos dos cursos de Educação Física, Física e Pedagogia. Não conseguimos a participação dos alunos dos cursos de Geografia, Química e Matemática nem mesmo após abriremos o convite a todos dos cursos de licenciatura. Ao final dos encontros contamos com a participação efetiva de 22 alunos.

Na tentativa de atrair os alunos inicialmente selecionados que se negaram a participar da intervenção, buscamos a parceria com as coordenações de curso para podermos emitir certificado com 30 horas de carga horária que pudesse contar como horas de estágio obrigatório aos alunos, porém não obtivemos sucesso, não sendo possível realizar tal certificação para este fim. Entretanto todos os alunos que participaram dos encontros de intervenção com frequência mínima de 75% receberam certificado de conclusão, emitido pelo LDH – Laboratório de Desenvolvimento Humano (vinculado ao Departamento de Educação da FCT/ UNESP, do qual a bolsista faz parte e no qual a pesquisa vem sendo desenvolvida) e pelo PPGE – Programa de

Pós-Graduação em Educação. Este certificado pode ser contabilizado às horas de atividades complementares em seus currículos acadêmicos.

A dificuldade em contar com participantes em ações desta natureza já havia sido constatada em outros estudos (BRINO & WILLIAMS, 2003; CAMARGO & LIBÓRIO, 2004; SANTOS & LIBÓRIO, 2006; SANTOS E LIBÓRIO, 2007; PIETRO, 2007). Inicialmente levantamos a hipótese de que se tratando de alunos da graduação e não de professores da rede estadual ou municipal de ensino, que tem suas cargas de trabalho altíssimas e não têm a possibilidade de faltar às atividades profissionais para participar de capacitações e programas do gênero, as dificuldades de adesão poderiam ser menores, mas constatamos que as dificuldades são as mesmas e em concordância com Brino (2006, p. 39) é necessária a realização de parcerias com os órgãos envolvidos com os participantes alvo, a fim de maximizar a participação nos programas, viabilizando o estudo e garantindo o envolvimento expressivo dos sujeitos.

3.4 Realização do programa de intervenção – “Encontros para discussão sobre Violência Sexual contra crianças e adolescentes: prevenção e atuação docente”

O objetivo dos encontros foi de compartilhar com os sujeitos momentos de estudo, não nos embasando somente em aspectos teóricos, mas buscando abrir um espaço para a reflexão, ação, participação, debates e trocas, utilizando diversos recursos, como cinema, literatura, role playing e estudos de caso. Wurtele (1987, apud BRINO, 2006, p. 30) apontou como necessários a um programa de intervenção que vise a prevenção o uso de “materiais impressos, dramatizações, leituras e discussões, além de material audiovisual”.

3.4.1 Equipamento e Material

Durante os encontros utilizamos aparelhagem multimídia (notebook, projetor de imagem multimídia), filmes em vídeo e DVD, televisão, vídeo-cassete, textos impressos e lâminas de slides confeccionadas no programa Microsoft Office Power Point 2003. Todos os materiais utilizados nos encontros como referência para as discussões (textos, filmes, slides, livros, música, etc.) foram enviados aos participantes por email, já que esta foi a forma que a maioria do grupo optou para recebimento do material.

3.4.2 Instrumentos e aplicação

O *Indicadores de Abuso Sexual – IAS* – (em Anexo) foi desenvolvido por Flores, Kristensen, Toson, Galarraga, Lima, Abreu, Vieira, Both e Paladini (2001) e utilizado por Brino em sua pesquisa de doutorado. O instrumento original consiste numa escala contendo 35 sinais e sintomas referentes a ocorrência de abuso sexual. Dentre os sinais, alguns são específicos (fortes indicativos) e outros pouco específicos (não indicativos). A cada item deve ser atribuído um valor de 1 a 5, sendo 1 para aquele que for julgado como não indicativo de abuso sexual e 5 para aquele julgado como mais indicativo. Como nosso estudo também trata da questão da ESCA, foi feita uma adaptação do instrumento incluindo itens que são considerados indicadores específicos da ESCA pela literatura. Esta adaptação foi feita pela pesquisadora e sua orientadora, baseada em Libório (2003) e Santos & Libório (2007). Após a adaptação, o instrumento passou a conter 50 sinais e sintomas referentes à Violência Sexual (tanto itens referentes ao abuso quanto a ESCA). Os itens específicos, ou seja, os considerados como forte indicativos de que a violência sexual possa ter acontecido ou está acontecendo, são os de número 01, 02, 03, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 24, 25, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 37, 40, 41, 42, 44, 45 e 49. Os itens inespecíficos, ou considerados como não indicativos de violência sexual são os de número 04, 11, 19, 23, 26, 27, 31, 36, 38, 39, 43, 46, 47, 48 e 50. A escolha deste instrumento (IAS) se deu pelo fato de ser o único instrumento brasileiro desenvolvido para medir o conhecimento de profissionais acerca dos indicadores de abuso sexual e que nos possibilitava uma adequação aos fins deste trabalho.

O segundo instrumento utilizado para a avaliação, o *Exercício sobre atitudes frente a situações de violência sexual* (em Anexo), consiste em dois exercícios que trazem relatos de situações imaginárias. O primeiro exercício envolve um professor e uma aluna que tem uma mudança súbita de comportamento, levando o professor a suspeitar da possibilidade de violência sexual, questionando como o professor procederia diante de tal situação²⁹ e no segundo exercício é relatada uma situação que ocorre em uma reunião de professores, onde a diretora e outro professor expressam opiniões preconceituosas frente a situação de violência sexual que uma de suas alunas (o sujeito é colocado como um dos personagens da cena) que evadiu da escola, está enfrentando, pedindo para que esta situação seja comentada como a anterior.

²⁹ Exercícios baseados nos elaborados por Brino, 2006.

E por fim, o terceiro instrumento foi um *Questionário com questões abertas*³⁰, que contava com três questões referentes ao programa de intervenção, com as seguintes perguntas: (1) Qual tema chamou mais sua atenção? Por quê?; (2) Você deseja fazer algum comentário ou sugestão sobre o programa de intervenção?; (3) Deixe um depoimento pessoal. A utilização deste instrumento teve o intuito de conhecer as percepções de cada participante sobre o impacto da experiência do programa de intervenção na sua formação.

Com exceção do terceiro instrumento (*questionário com questões abertas*) que foi aplicado apenas uma vez, ao final do último encontro, os demais instrumentos (*IAS e Exercício sobre Atitudes*) foram aplicados no início do primeiro encontro do programa de intervenção e no final do último encontro (pré e pós-intervenção). Tínhamos como objetivo avaliar a construção de conhecimentos decorrentes da intervenção e refletir sobre seus limites e possibilidades, visando uma formação capaz de sensibilizar para a temática da violência sexual.

Por se tratar de novos participantes nesta fase, que não responderam o questionário diagnóstico da fase inicial, mais uma vez foi apresentado o TCLE, repetindo o procedimento anterior, somente após a leitura e assinatura do termo pelos participantes os questionários foram respondidos. Lembramos que estes novos participantes, com exceção dos 6 que haviam participado da fase inicial da pesquisa, não responderam o questionário de conhecimentos gerais sobre violência sexual.

3.4.3 Descrição das atividades realizadas com os alunos de licenciatura nos encontros

Todos os encontros aqui descritos foram registrados no diário de campo. Ao final de cada encontro foram anotados os conteúdos trabalhados, a técnica utilizada, os olhares e percepções da pesquisadora sobre as dinâmicas realizadas e as falas dos participantes, que eram anotadas durante os encontros por uma das integrantes do grupo de pesquisa, aluna da pós-graduação, também estudiosa da temática, que acompanhou todos os encontros com o intuito de auxiliar a pesquisadora.

³⁰ Baseadas em Pietro, 2007. Em Anexo.

1º ENCONTRO

1º momento: Apresentação do programa de intervenção aos alunos. Foram dadas as seguintes informações:

- Que se tratava de um programa de intervenção que fazia parte de pesquisa de mestrado da pesquisadora, vinculada ao PPGE da FCT/UNESP;

- Duração do curso: total de 30 horas, sendo 18 horas de atividades presenciais e 12³¹ de atividades não presenciais (como a leitura dos textos e assistência dos filmes indicados), em 6 semanas, com encontros semanais de 2 horas e 30 minutos a 3 horas de duração;

- Atividades desenvolvidas: exposições de slides, discussões, debates, vídeos, leituras, dinâmicas e exercícios;

- Temas abordados (conceitos, definições, mitos, prevenção – primária, secundária, terciária, papel dos profissionais que atuam com crianças e adolescentes e da sociedade, indicadores da violência sexual, escola como espaço de proteção, papel da escola e do professor como agentes de proteção, formação de professores sob a perspectiva dos direitos humanos, aspectos legais, leis de proteção a criança e ao adolescente, denúncia e responsabilidade do professor, formas de encaminhamento)

- Instrumentos de avaliação utilizados (IAS e Exercícios sobre Atitudes frente a situações de Violência Sexual).

Deste primeiro encontro participaram 26 pessoas, sendo 19 alunas do curso de pedagogia, em sua maioria do 2º ano de curso (sendo apenas 1 aluna cursante do 3º ano e 1 do 4º ano de curso), 6 alunos do curso de educação física (4 alunos do 4º ano, 1 aluna do 1º ano e 1 aluna do 2ª de curso) e um participante que não era aluno da universidade, estando presente para acompanhar sua namorada. Destes 26 participantes iniciais, apenas 4 são do sexo masculino.

Ao realizarmos a apresentação dos participantes, foi pedido que dissessem o nome, curso, ano e o motivo pelo qual se interessaram em participar do curso. Todos os relatos traziam como maior interesse saber como agir/proceder diante de um caso de violência sexual que pudesse ocorrer durante a sua prática profissional. Uma das participantes que já trabalha em uma escola de educação infantil, disse que em sua sala já houve um caso suspeito e que ninguém na escola soube o que fazer. Grande parte dos participantes também apontou o interesse pelo certificado de 30 horas, mas tentaram

³¹ Optamos por esta carga horária não presencial alta por termos indicado diversos filmes para a assistência dos participantes e textos que seriam necessárias a leitura para a discussão nos encontros.

demonstrar em suas falas que este não era o único motivo de estarem ali, falando da importância da temática e de já terem um contato inicial em uma das disciplinas da graduação³², sendo que apenas uma das participantes confirmou ter o interesse somente no certificado.

Após o término da apresentação, a pesquisadora explicou sobre o que se tratava o programa de prevenção, esclarecendo que este fazia parte de um trabalho de pesquisa e quais eram os objetivos da pesquisa. Foram dadas informações sobre o funcionamento dos encontros, a metodologia utilizada e os conteúdos que seriam abordados. Depois desta explicação, foram apresentados aos participantes os instrumentos de avaliação que seriam utilizados e as instruções para que eles pudessem respondê-los.

2º momento: Aplicação dos instrumentos de avaliação pré-intervenção (IAS e Exercícios sobre Atitudes frente a situações de Violência Sexual).

A turma levou em torno de 50 minutos para responderem os dois instrumentos de pesquisa. Após terminarem pedi que falassem sobre esse momento. As manifestações foram no sentido da dificuldade que sentiram em responder o IAS, por não saberem que sinais identificar como indicadores de violência sexual e a incerteza de como agir perante uma situação em que tivessem que se posicionar e tomar uma atitude.

3º momento: Apresentação do documentário “Canto de Cicatriz” (Laís Chaffe, 2005, 37 min.) e de um trecho do filme “Anjos do Sol” (Rudi Lagermann, 2006, 90 min.).

O documentário “Canto de Cicatriz” é uma produção brasileira que trata da violência sexual contra meninas, faz parte do Projeto Rede Menina para formação de agentes que trabalham na prevenção da violência contra meninas, do Coletivo Feminino Plural, da cidade de Porto Alegre/RS e conta com o patrocínio e financiamento de várias instituições. O título do documentário foi inspirado no poema “Canção para a menina maltratada” do escritor e psiquiatra infantil Celso Gutfreind, feito especialmente para o documentário, interpretado pela atriz Ingra Liberato. Através de depoimentos de vítimas que relatam os abusos sofridos, são intercalados comentários de especialistas da área (como o médico de saúde pública Moacyr Scliar; a deputada, relatora da CPMI sobre o tráfico e exploração sexual de crianças e adolescentes, Maria do Rosário e as psicólogas Martha Narvaz e Suzana Braun), desenhos feitos por crianças que foram vítimas de

³² Disciplina intitulada “Fundamentos da Educação Inclusiva”, oferecida no primeiro ano do curso de pedagogia, ministrada pela Profª Renata Maria Coimbra Libório, orientadora desta pesquisa.

violência sexual, filmes de ficção sobre o tema e enquetes realizadas nas ruas (nas quais ficam claras as crenças e mitos que permeiam o assunto), tudo pontuado pelo poema de Gutfreind. O foco do documentário são o abuso e a exploração sexual comercial, a partir de uma perspectiva de gênero, já que embora meninos também sejam vítimas de violência sexual, as principais vítimas são crianças e adolescentes do sexo feminino³³.

O filme “Anjos do Sol” é uma produção brasileira que conta a história de Maria, uma garota de 12 anos que é vendida pelos pais, que vivem no interior do nordeste brasileiro, ao aliciador de meninas, imaginando que a menina iria ter um emprego e viver em um lugar melhor. Ela é levada até a cidade onde se junta a outras meninas que são levadas escondidas no meio da carga de um caminhão para uma cafetina, que realiza um leilão de virgens, onde Maria é comprada por um fazendeiro como presente de aniversário para seu filho que completava 15 anos, que leva ainda Inês, por uma “pechincha” feita pela cafetina. Após serem abusadas, Maria e Inês são levadas para um prostíbulo localizado em um garimpo dentro da floresta Amazônica. Após meses sendo vítima de abusos sexuais e castigos, Maria consegue fugir e atravessa o país de carona. Ao chegar a seu novo destino, a cidade do Rio de Janeiro, Maria se vê novamente as voltas com a exploração sexual, tendo agora outra cafetina a tomar conta dela. Ao final do filme, Maria não encontra saída para seu sofrimento e parece se render a situação exploratória a que foi submetida. Foram exibidos para a turma os 20 primeiros minutos de filme, que mostram a separação de Maria de sua família até o momento em que ela sofre o primeiro abuso.

Após assistirem os dois vídeos, foi pedido aos participantes para relatarem:

- as impressões iniciais sobre o tema,
- o que havia chamado mais a atenção,
- diferenças e semelhanças notadas entre os dois vídeos (já que o documentário, apesar de tratar também da exploração sexual, tem o abuso contra meninas como foco e, o filme, trata das situações de exploração sexual comercial.)

A partir dos apontamentos feitos, esclarecemos as questões que surgiram e foram ressaltados os principais aspectos tratados nos vídeos.

Durante a assistência do documentário foram observados momentos de incômodo por parte dos participantes. A primeira manifestação ocorreu em um trecho em que um homem é entrevistado e diz não acreditar que ocorra violência sexual nas

³³ Informações encontradas no site <http://www.msmedia.com/lais/filmes.asp>. Acesso em 06 de maio de 2010.

classes sociais consideradas altas, foram verbalizadas reações do grupo “até parece”, “é claro que acontece”, “os ricos escondem isso com o dinheiro”. Outro momento de manifestações foi quando outro entrevistado diz que hoje quem ataca os homens são algumas mulheres, os participantes expressaram indignação e discordância com a fala do entrevistado. As reações com a exibição do filme “Anjos do Sol” foram de comoção, tristeza e segundo um relato, choque.

Após a exibição dos dois filmes foi pedido aos participantes para relatarem algumas de suas impressões, como explicitado anteriormente. A maioria dos relatos foi no sentido de mostrar que ficaram chocadas e indignadas com as situações vistas nos dois filmes e acreditarem que o abuso sexual deixará marcas profundas nas pessoas que o sofreram, sendo possível se recuperar, “*mas nunca esquecer*”. Em relação específica ao trecho exibido do “Anjos do Sol”, os participantes falaram sobre como as meninas são tratadas como “*produtos*” lembrando uma das falas de uma personagem “*a carga é das melhores*”. Outra fala foi sobre “*a pobreza da família da menina*” (referindo se a personagem do filme, a garota Maria), como sendo o motivo da venda da filha, “*a pobreza é tanta que eles não percebem que o que estão fazendo é ruim pra menina*”. O relato de um dos participantes chamou bastante nossa atenção:

“Eu entendo o choque inicial das pessoas, todos nós achamos que essas situações estão distantes de nós e que não acontecem conosco. O choque inicial é valido pra que esta realidade comece a ser assimilada. Quando eu respondi o questionário pensei o tempo todo numa criancinha e não em adolescentes, então temos coisas muito fortes do senso comum que estão em nosso imaginário³⁴.”

Outro ponto de discussão que surgiu foi referente a adolescentes “*que se prostituem*” por vontade própria e ao terem seu trabalho “*administrado por uma mulher da cidade que trabalhava com as prostitutas adultas*” elas saíram das ruas e ganharam “*melhores condições de trabalho*”, se referindo a segurança das garotas, por elas “*fazerem o programa nas ruas e na feira livre*” da cidade. O participante questionou: “*até que ponto essa mulher estava fazendo mal pra essas meninas, já que ela deu um pouco mais de segurança pra o que elas faziam? Quando ela foi presa as garotas voltaram a fazer programa na rua*”. A discussão seguiu no sentido de entender que as adolescentes prostituídas tinham seus direitos violados e que os motivos delas estarem fazendo programa seriam diversos e que esta poderia ser uma estratégia de

³⁴ Falas registradas no Diário de campo.

sobrevivência destas garotas e que deveríamos pensar em formas de redução e reversão de danos para esta população, sendo que elas necessitam de condições que substituam os possíveis “benefícios” encontrados por essas garotas nas situações de exploração.

2º ENCONTRO

Participaram deste encontro 21 alunos.

1º momento: Aula expositiva e discussão sobre conceitos, definições e mitos relativos à violência sexual contra crianças e adolescentes: apresentação e explicação dos conceitos, classificações e posterior discussão e concomitante esclarecimento de dúvidas.

Conteúdos abordados e definições utilizadas:

- **Violência:** existem diversas formas de violência e um olhar mais atento a história social da infância e da adolescência nos faz enxergar que a vitimização de crianças e adolescentes sempre existiu devido a concepções autoritárias e repressoras que balizaram as posturas e ações educativas, tanto por parte da família, da instituição escolar e do poder público. Como exemplo, temos os castigos corporais que eram aplicados nas escolas e em casa (palmatória, ajoelhar no milho, etc) e hoje temos a falta de políticas públicas de atendimento de qualidade a crianças e adolescentes que se encontram em situação de exclusão social. E é neste contexto de violência que se insere a violência sexual contra crianças e adolescentes. A violência cometida contra esta população abrange diversas situações caracterizadas pela coisificação do sujeito nas relações interpessoais, sua conversão em objetos, sua destituição enquanto sujeitos de direitos e desejos, na qual a pessoa (no caso a criança e / ou o adolescente), que é um dos pólos da relação, passa por um processo de desumanização, perde suas características humanas e passa a ser objeto dos desejos do outro, daquele que tem mais poder sobre ela / ele, onde relações assimétricas de poder são instituídas, prevalecendo uma cultura de dominação e discriminação (LIBÓRIO, CAMARGO, SANTOS & SANTOS, 2007).

- **Maus-tratos ou Violência doméstica contra crianças e adolescentes:** É “todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra criança e ou adolescente que, sendo capaz de causar à vítima dor ou dano de natureza física, sexual e/ou psicológica, implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto. De outro, leva a coisificação da infância, isto é, a uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condição

peculiar de desenvolvimento.” (AZEVEDO E GUERRA, 1998). Tanto os maus tratos quanto a violência doméstica contra crianças e adolescentes podem ser agrupados em cinco tipos: **negligência, abandono, violência psicológica, violência física e violência sexual.**

- **Violência sexual:** é uma das formas de maus-tratos impingidas a crianças e adolescentes. Configura-se de duas formas: o abuso sexual e a exploração sexual comercial.

- **Abuso sexual:** segundo Azevedo e Guerra (1989) o abuso sexual é “Todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou utilizá-la para obter estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa”. A ABRAPIA (1997) traz que uma situação de abuso ocorre quando “Crianças e adolescentes são usados para “gratificação sexual de um adulto ou adolescente mais velho, baseado numa relação de poder que pode incluir desde carícias, manipulação de genitália, mama ou ânus.”

Podemos entender a violência sexual como englobando tanto as situações de abuso sexual **intra** como **extra-familiar** que se caracterizam como não possuindo um caráter comercial, já que para efeitos desse trabalho faremos uma distinção entre abuso sexual e exploração sexual.

- **Abuso intra-familiar:** “Qualquer relação de caráter sexual entre um adulto e uma criança ou adolescente ou entre um adolescente e uma criança, quando existe um laço familiar (direto ou não) ou relação de responsabilidade” (COHEN, 1993; ABRAPIA, 2002 apud GUIA ESCOLAR, 2004, p. 37). Em grande parte desses casos, o autor do abuso é uma pessoa conhecida da criança ou adolescente, com quem ela mantém uma relação de confiança, podendo existir uma relação de parentesco e/ ou detenção de poder sobre ela, seja hierárquico, econômico ou afetivo.

- **Abuso extra-familiar:** tipo de abuso que ocorre fora do âmbito familiar, mas também aqui, o abusador é, na maioria das vezes, uma pessoa que a criança conhece: vizinhos, amigos da família, médicos, professores, padres, etc. Eventualmente o autor da agressão pode ser uma pessoa totalmente desconhecida, como nos casos dos chamados “estupros de rua”.

O abuso sexual, de acordo com a Abrapia (1997, 2002), pode ocorrer **com** ou **sem contato físico**, abrangendo várias situações desde:

- **Sem contato físico:** voyerismo, o exibicionismo, conversas abertas sobre atividades sexuais, telefonemas obscenos, mostrar ou produzir pornografia, entre outros.

- **Com contato físico:** relações sexuais, tentativas de relações sexuais, penetração vaginal ou anal, penetração digital ou de objetos, sexo oral, carícias nos órgãos genitais e masturbação.

- **Incesto:** É a relação sexual e/ou amorosa entre pessoas de mesmo sangue. Vem acontecendo em praticamente todas as sociedades e culturas desde a antiguidade até a modernidade. Do ponto de vista legal, a sociedade brasileira criminaliza a prática do incesto³⁵. Segundo a interpretação do Código Penal, o incesto praticado por adultos contra crianças abaixo de 14 anos é considerado violência sexual (estupro), independente de ser empregada a força física. Por outro lado, o Código Civil proíbe casamento entre parentes de primeiro grau (pais e filhos, irmãos e irmãs). Também são consideradas relações incestuosas com parentes por afinidade (ex: padrasto-enteada), meio-irmãos e avôs. (GUIA ESCOLAR, 2004, p. 39-40).

- **Pedofilia:** Para a psiquiatria a pedofilia é um tipo de parafilia. Parafilias são transtornos sexuais em que o indivíduo tem seu desejo direcionado a um único objeto, do qual não consegue se desvencilhar. No caso da pedofilia, o indivíduo tem desejo sexual por crianças, que ainda não tem características sexuais desenvolvidas, de ambos os sexos. Esse desejo pode se dar apenas no campo da fantasia (ou seja, o indivíduo não chega a abusar sexualmente de crianças, o que não configura crime) ou de forma concreta (o indivíduo comete o abuso e então comete um crime).

Texto indicado para leitura: LIBÓRIO, R. M. C. e CASTRO, B. M. **Exploradores Sexuais, pedofilia e Sexualidade: reflexões para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.** 2008.

Filme indicado: O lenhador (The Woodsman, 2004). O filme trata da história de um homem que retorna a sua cidade natal após sair da prisão, com a intenção de recomeçar sua vida. Walter foi preso por abusar sexualmente de uma criança. Ele tenta reconstruir sua vida conseguindo um emprego, uma namorada e buscando formas de levar uma vida justa e correta, deixando seu crime no passado. Ao mesmo tempo ele passa por diversos conflitos internos e enfrenta a desconfiança de pessoas que acreditam que ele possa vir a cometer os mesmos erros.

³⁵ Apesar de não haver referências aos atos incestuosos no código penal, o fato do agente ser ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou tem qualquer autoridade sobre a vítima é um agravante do crime.

- **Exploração Sexual Comercial (ESCA):** [...] é uma violação fundamental dos direitos da criança. Esta compreende o abuso sexual por adultos e a remuneração em espécie ao menino ou menina e uma terceira pessoa ou várias. A criança é tratada como objeto sexual e *mercadoria*. A exploração sexual comercial de crianças constitui uma forma de coerção e violência contra crianças, que pode implicar o trabalho forçado e formas contemporâneas de escravidão. (ECPAT End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purpose, 2002).

[...] uma relação mercantilizada (exploração /dominação) e abuso (poder) do corpo de crianças e adolescentes (oferta) por exploradores sexuais (mercadores), organizados em redes de comercialização local e global (mercado), ou por pais ou responsáveis e por consumidores de serviços sexuais pagos. (LEAL, M.L.P. & LEAL, M.F.P, 2002).

- **Modalidades da exploração sexual reconhecidas atualmente:**

- **Prostituição infantil:** é o uso de uma criança em atividades sexuais em troca de remuneração ou outras formas de consideração;

- **Tráfico e venda de crianças para propósitos sexuais:** consiste em todos os atos envolvendo o recrutamento ou transporte de pessoas entre ou através de fronteiras e implicam em engano, coerção, alojamento ou fraude com o propósito de colocar as pessoas em situações de exploração, como a prostituição forçada, práticas similares à escravização, trabalhos forçados ou serviços domésticos exploradores, com o uso de extrema crueldade;

- **Pornografia infantil:** é qualquer representação através de quaisquer meios de uma criança/ adolescente engajada em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas ou qualquer exibição impúdica de seus genitais com a finalidade de oferecer gratificação sexual ao usuário, e envolve a produção, distribuição e/ ou uso de tal material;

- **Turismo sexual:** é a exploração sexual comercial de crianças por pessoas que saem de seus países para outros, geralmente países em desenvolvimento, para ter atos sexuais com crianças/ adolescentes. (ECPAT, 2002 apud LIBÓRIO, 2004, p. 24).

A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma violação dos direitos da pessoa humana e da pessoa em desenvolvimento; direitos à integridade física e psicológica, ao respeito e à dignidade, ao desenvolvimento físico, psicológico, moral e sexual sadios. No mercado do sexo são violados seus direitos à convivência familiar e

comunitária protetoras e ao trabalho não explorado, digno, seguro, adequado à idade, não degradante, direitos estes garantidos no ECA. (FALEIROS, 2004).

Surgiram diversas dúvidas sobre o comportamento de adolescentes que, segundo os participantes, tem costumeiramente relacionamentos com pessoas mais velhas, como exemplo foram citados casos de adolescentes de 14 anos de idade que tem namorados de 20, 22 anos. Discutimos sobre a importância da relação ser consensual, das relações de poder destes relacionamentos e sobre os direitos sexuais e reprodutivos dos adolescentes, deixando claro que se faz necessário identificar entre os casos de violência sexual, aqueles que têm intenção de controlar e reprimir os comportamentos adolescentes, daqueles que são para a proteção de seus direitos, porém, foi reiterado que caso haja suspeita de violência sexual o caso deve ser comunicado aos órgãos competentes, não cabendo a nós professores a investigação.

Outro ponto de bastante interesse dos participantes foi a definição de pedofilia. Seguem algumas falas: *“pra mim todo estuprador era pedófilo.”*, *“a gente vê na tv sempre notícias assim: pedófilo abusa de menina de 15 anos e agora eu to vendo que não é. Ele abusou, é um criminoso, mas não quer dizer que seja pedófilo”*, *“saber essas coisas é bom pra gente saber diferenciar e entender melhor as notícias que vemos por ai, ficamos mais críticos”*.

2º momento: Discussão dos mitos acerca da Violência Sexual – apresentação dos mitos e realidades e discussão.

Mitos e realidades apresentados (retirados de Abrapia (2002), Guia Escolar (2004) e Sanderson, (2005)):

MITOS	REALIDADES
A violência Sexual ocorre apenas em certas comunidades/ culturas/ classes consideradas de baixo nível.	Níveis de renda familiar e de educação não são indicadores de abuso. Famílias das classes média e alta podem ter melhores condições para encobrir o abuso e manter o “muro do silêncio.” Vítimas e autores do abuso são, muitas vezes, do mesmo grupo étnico e socioeconômico.
Agressores sexuais são fáceis de serem reconhecidos.	Na maioria das vezes, são pessoas aparentemente normais e queridas pelas crianças e pelos adolescentes.
Todo abusador sexual ou pedófilo foi sexualmente abusado na infância.	Nem todo abusador ou pedófilo sofreram abusos na infância. Alguns podem ter uma história de abuso, mas a maioria não têm.

	A consequência dessa concepção errônea é a de que apenas pessoas que foram abusadas na infância são capazes de abusar de crianças.
Apenas homens homossexuais abusam de garotos.	Homens tanto heterossexuais como homossexuais ou bissexuais abusam de crianças. Na realidade, a maioria dos agressores sexuais é heterossexual.
Mulheres não abusam sexualmente de crianças.	Pesquisas sugerem que aproximadamente 25% dos abusos são perpetrados por mulheres. Crenças culturais que mostram as mulheres como cuidadoras e guardiãs de crianças tornam mais difícil para as pessoas que elas possam cometer esse crime. Adolescentes do sexo masculino também correm o risco de serem abusados por mulheres mais velhas, ainda que isso seja percebido como uma iniciação da sexualidade adulta e não como um abuso.
A situação de Violência sexual nunca envolve prazer para a vítima.	Muitas crianças e adolescentes podem experimentar excitação sexual e prazer durante o abuso por conta de aspectos fisiológicos e não significa que elas queiram ser abusadas ou que elas apreciaram a situação de abuso.
Devemos evitar falar sobre a Violência Sexual para não assustar as crianças e adolescentes.	Não falar sobre o tema e sobre sexualidade faz com que a criança e o adolescente fiquem desprotegidos e principalmente permite que outros adultos controlem esse conhecimento, o que coloca a criança e o adolescente em um risco maior de ser coagida a violência.
O abuso sexual está associado a lesões corporais.	A violência física contra crianças e adolescentes abusados sexualmente não é o mais comum, mas, sim, o uso de ameaças e/ou a conquista da confiança e do afeto da criança. Crianças e adolescentes são, em geral, prejudicados pelas consequências psicológicas do abuso sexual.
A maioria de pais e professores está informada sobre abuso sexual de crianças, sobre sua frequência e sobre como lidar com ele.	A maioria, no Brasil, desconhece a realidade do abuso sexual de crianças. Pais e professores desinformados não podem ajudar uma criança.
O abuso sexual, na maioria dos casos, ocorre longe da casa da criança ou do adolescente.	O abuso ocorre, com frequência, dentro ou perto da casa da criança ou do abusador. O abusador, normalmente, procura locais em que a criança/adolescente estará completamente vulnerável. O maior índice

	das ocorrências tem sido no período diurno.
Se uma criança ou adolescente “consente” é porque deve ter gostado. Só quando ela disser “não” é que fica caracterizado o abuso.	O autor da agressão sexual tem inteira responsabilidade pela violência sexual, qualquer que seja a forma por ele assumida.
O estranho representa perigo maior para crianças e adolescentes.	Estranhos são responsáveis por pequeno percentual dos casos registrados. Na maioria das vezes, entre 85% a 90% dos casos, crianças e adolescentes são sexualmente abusados por pessoas que já conhecem, como pai ou mãe, parentes, vizinhos, amigos da família, colegas de escola, babá, professor ou médico (a).

3º ENCONTRO

Este encontro contou com a participação de 18 pessoas.

1º momento: Prevenção a Violência Sexual – apresentação e discussão sobre ações preventivas, os três níveis de proteção e o papel dos profissionais e da sociedade em geral com vistas a prevenção da violência.

Conteúdos abordados:

- **Prevenção:** além das ações de identificação e encaminhamento dos casos suspeitos e confirmados de violência sexual temos que ter ações preventivas. Prevenir é fundamental para se tentar evitar novas ocorrências, interromper as já existentes e minimizar as possíveis conseqüências ao desenvolvimento das crianças e adolescentes vitimizadas ou em situação de risco. Quando falamos em prevenção nos remetemos a ideia de antecipar-se ao fato que se deseja evitar.

Como já discutido no encontro anterior, a violência sexual é um problema multidimensional, que tem diversos níveis, causas e uma ação preventiva eficaz deve considerar uma gama de estratégias que alcance essas diversas dimensões do problema. Nesse sentido, as políticas públicas de enfrentamento, tanto as que visam grandes programas de conscientização da população, atividades de amplo alcance como aquelas voltadas a situações mais específicas, a grupos determinados, são ações de prevenção de muita importância. Considerando todas estas características, temos diferentes níveis de intervenção que estão classificados em:

- **prevenção primária:** é voltada para a população em geral. Visa eliminar ou diminuir os fatores sociais, culturais e ambientais que favorecem a violência sexual, atuando nas suas causas.

- **prevenção secundária:** tem como enfoque a detecção precoce de crianças e adolescentes em situação de risco, buscando impedir os atos de violência e/ ou sua repetição. As ações desse nível são dirigidas a grupos específicos que podem estar em situação de risco. Atua em situações já existentes de violência e inclui a capacitação de profissionais que lidam diretamente com crianças e adolescentes abusados sexualmente.

- **prevenção terciária:** visa o acompanhamento integral da vítima e do agressor, por uma equipe multidisciplinar (atendimento médico, psicológico, social e jurídico). Tem a intenção de minimizar as seqüelas e a probabilidade de efeitos a longo prazo.

- **Exemplos de ações preventivas nas escolas e com professores:** Foi dado como exemplo o próprio curso que estava sendo realizado por nós, a capacitação realizada pela Professora Raquel de Faria Brino no município de São Carlos (como pesquisa para sua tese de doutorado), o programa com adolescentes e pré-adolescentes em ambiente escolar, que fez parte da sua pesquisa de doutorado da Prof^a Maria da Graça Saldanha Padilha e o Programa de Desenvolvimento de Condutas Auto-Protetivas que seria realizado com os professores da rede municipal de Presidente Prudente pela Prof^a Renata Maria Coimbra Libório, orientadora desta pesquisa, para capacitar os profissionais a desenvolver em seus alunos condutas de auto-proteção.

Texto disponibilizado: BENETTI, S. P. C. Maus-tratos da Criança: abordagem preventiva. In: HUTZ, C. S. (Org.) Situações de risco e vulnerabilidade na infância e adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção. São Paulo: Casa do psicólogo, 2002.

Foi perguntado por uma das participantes “*como seria possível antecipar-se a violência?*” Esta questão foi respondida baseada no texto de BENETTI, S. P. C. Maus-tratos da criança: abordagem preventiva. As ações podem ser diversas desde programas de conscientização pública, atividades educativas de grande alcance até ações e projetos voltados a uma população específica.

2º momento: Conseqüências e impacto da violência sexual – leitura das conseqüências e discussão e reflexão sobre a gravidade e fatores que podem minimizar o impacto.

- Crianças e adolescentes abusados podem reagir ou experienciar a violência sexual de várias maneiras. Dentre as conseqüências (reações das crianças ou adolescentes abusados), que mais surgem **nos casos de abuso sexual**, temos: seqüelas de problemas físicos; dificuldade de ligações afetivas e amorosas, bem como de manter uma vida sexual saudável; tendência a supersexualizar os relacionamentos sociais;

possibilidade de engajamento em trabalho sexual; viciar-se em substâncias lícitas e ilícitas.

Com relação às conseqüências que podem acometer crianças e adolescentes **exploradas sexualmente**, listamos, a partir de WCF-Brasil (2006) e Libório (2003):

- exposição à violência urbana;
- envolvimento com tráfico de drogas;
- dependência química, que pode trazer danos físicos e psicológicos;
- queda da auto-estima;
- incorporação de identidade estigmatizada;
- postura de medo e desconfiança em relação ao adulto;
- envolvimento com grupos marginalizados, especialmente com aliciadores;
- comprometimentos na saúde mental (tendência ao suicídio, depressão);
- auto-desvalorização;
- processo de vulnerabilização – maior suscetibilidade a fragilizar-se frente a situações adversas da vida.

Entretanto, alguns autores como Furniss (1993) e Koller e Amazarray (1997) nos orientam sobre o seguinte: as conseqüências do abuso sexual não podem ser consideradas de forma absoluta, mas devemos relativizar o impacto do abuso, levando-se em conta os fatores abaixo:

- idade do início e duração do abuso sexual;
- grau de violência ou ameaça de violência;
- diferença entre a idade do abusado e do abusador;
- grau de proximidade entre abusador e abusado;
- presença ou ausência de figuras protetoras;
- grau de sigilo sobre o fato ocorrido;
- a percepção da criança sobre os atos sexuais perpetrados;
- a existência de serviços, organização em rede e o grau de eficiência e eficácia desta rede;
- visão dos serviços de atendimento sobre os fatos ocorridos.

Decorrente do exposto, afirmamos o quanto é grave para o desenvolvimento pessoal e social a vivência da violência sexual durante a infância e adolescência. Apesar desta gravidade, sabemos que nem todas as crianças e adolescentes abusadas/ exploradas sexualmente viverão, necessariamente, todas estas conseqüências, sendo que

acreditamos que será o nível de suporte social que ela receberá da sociedade que poderá interferir na gravidade e extensão das mesmas.

Leitura proposta: Guia Escolar, 2004.

Durante a exposição surgiram alguns relatos, os participantes lembraram-se dos depoimentos vistos no documentário exibido no primeiro encontro. *“aquela moça que fez uma ONG, ela já era mais velha, 40 anos eu acho e fez uma ONG pra lidar com a dor dela, cada um faz de um jeito diferente. Ela mesmo disse que estava buscando a felicidade, a dor dela ainda tá lá, ela superou mas não esqueceu diferente da outra moça que fala que casou, que é feliz o impacto foi outro mesmo, diferente”*. Apareceram outras falas no sentido da relatividade do impacto, de que cada sujeito poderá lidar de um jeito com a situação *“ou melhor ou pior”*.

Em um momento surgiu uma fala que gerou uma discussão sobre papéis de sexuais e de gênero, segue a fala: *“a mulher tem mais facilidade de passar pelas situações que os homens. O homem ficará mais retraído que a mulher, vai demorar mais pra superar porque isso tira a masculinidade dele, eu sei que ele até pode virar homossexual, porque já é um fato que os meninos abusados serão homossexuais”*. Essa fala indica uma crença que não é verdadeira. Lembramos que não existe uma relação de causalidade entre o abuso sexual de meninos e a orientação sexual. Apesar de existirem estudos³⁶ que mostram a predisposição, principalmente de meninos, a assumirem uma identidade homossexual, devemos ter cuidado ao interpretar a homossexualidade como consequência da violência sexual, já que a maioria das pessoas com uma orientação homossexual não sofreram violência sexual.

4º ENCONTRO

Neste encontro tivemos como objetivo expor os sinais e sintomas da violência sexual, tanto do abuso sexual quanto da exploração sexual, baseando-nos no IAS. No segundo momento foram feitas dramatizações de casos publicados, com a intenção de sensibilizar os participantes e também fazer com que eles pudessem notar alguns sinais apresentados pelas crianças e adolescentes e por ultimo, discutimos o papel da família e as relações familiares. Participaram deste encontro 23 pessoas. Este encontro ultrapassou em mais de 30 minutos o horário estimado, porém apenas 3 participantes não ficaram até o final.

³⁶ Cf. DUARTE, J.C.; ARBOLEDA, M. R. C. **Malos tratos y abuso sexual infantil**. 4 ed. Madrid: Siglo Ventiuno de Espana. 2002.

1º momento: Indicadores da violência sexual – apresentação e discussão dos sinais e sintomas que podem ser apresentados por crianças e adolescentes que estejam relacionados com a ocorrência de violência sexual. Foi apresentada uma listagem de sinais e sintomas em slides. Apontamento dos itens específicos e inespecíficos e os motivos. Análise do conjunto de sinais e sintomas (intensidade, frequência) e sua relação com as suspeitas de violência sexual estar ocorrendo.

Considerando a gravidade das situações de violência sexual no desenvolvimento de crianças e adolescentes, achamos importante apontarmos os indicadores do abuso e da exploração sexual separadamente, em razão da especificidade de ambos os fenômenos. O conhecimento destes sinais é considerado primordial na ação dos educadores, pois é o que pode levá-los a suspeita e encaminhamento dos casos de violência sexual para os órgãos competentes.

- Sinais e sintomas de abuso sexual:

- Infecções urinárias frequentes;
- Corrimentos vaginas ou retais;
- Dor ao urinar ou cólicas intestinais;
- Enurese/encoprese (falta de controle para urina ou fezes);
- Doenças sexualmente transmissíveis;
- Dor ou inchaço na área genital ou anal;
- Fadiga constante;
- Vergonha excessiva;
- Transtornos alimentares: anorexias, bulimias;
- Mudanças extremas, súbitas e inexplicadas no comportamento;
- Queda no desempenho escolar;
- Sempre na defensiva, ou seja, permanente estado de alerta;
- Conhecimento sexual inadequado para a idade;
- Fuga do contato físico;
- Gravidez precoce;
- Tentativas de suicídio;
- Problemas de aprendizagem
- Conduta anti-social;
- Roupas rasgadas ou manchadas de sangue;
- Dificuldade de engolir;
- Regressão a comportamentos infantis;

- Baixo nível de auto-estima;
- Expressão de afeto sensualizada ou mesmo certo grau de provocação erótica, inapropriados para uma criança;
- Masturbação compulsiva, excessiva ou pública;
- Coceira nos genitais;
- Colocar objetos no ânus ou vagina;
- Requisitar estimulação sexual de outras pessoas;
- Medo e evitação de determinadas pessoas e lugares;
- Sentimento de culpa, depressão.

-Sinais e sintomas de ESCA:

- Presença de DSTs e / ou gravidez, aborto;
- Vestimenta inadequada, provocante ou “vulgar”;
- Comportamento extremamente erotizado;
- Conversas frequentes com conotação sexual;
- Possuir objetos, trajes e dinheiro além de suas possibilidades;
- Marcas físicas, escoriações;
- Abandono precoce do lar;
- Fracasso e evasão escolar;
- Cansaço, olheiras, fadiga, sonolência de dia;
- Uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas;
- Aparente autonomia financeira;
- Envolvimento em atos ilegais (furtos, tráfico de drogas);
- Comportamento auto-destrutivo (auto-flagelação);
- Auto-conceito negativo;
- Ideação suicida (desejo de morrer);
- Tentativas de suicídio.

Durante a exposição dos indicadores os participantes não fizeram questionamentos e nem se manifestaram, todos estavam muito atentos e fazendo anotações. Após a explanação surgiram algumas questões como: *”lá na escola onde eu trabalho tem uma menina que se masturbava. A estagiária foi levá-la no banheiro e abaixou o short dela e o bumbum tava todo arranhado. A menina sentou no vaso e começou a gritar de dor ai a coordenadora chamou a mãe e a mãe disse que a menina*

estava ressecada, que já tinha levado ela ao médico e lá é uma escola particular. Esta aluna já se masturbou outras vezes na escola no ano passado. Falaram pra professora observar mais a menina e só. Eu conversei com a professora que to fazendo o curso e que tínhamos que ver isso, hoje eu vou falar com ela de novo”. Neste momento ressaltamos a importância de se levar em conta não apenas um indicador, mas um conjunto de indicadores que devem ser considerados para sustentar uma suspeita e basear uma comunicação.

Surgiram outros comentários sobre os diversos casos que têm sido divulgados nos noticiários e que as providências só são tomadas quando acontece algo de mais grave, como a criança ir parar no hospital ou até morrer. Falas sobre a dificuldade em distinguir o que seria adequado ou inadequado no comportamento de crianças e adolescentes foram feitas: *“por exemplo, as roupas por si só não podem ser um forte sinal, porque isso vai muito da mídia também. Você vê as crianças pequenas usando salto, de maquiagem, elas só repetem o que vê os outros fazendo, então tem que associar a roupa com outros sinais”, “é difícil dizer se uma roupa é inadequada ou não, tem o gosto de cada pessoa”.* Mais uma vez reforçamos que apenas um sinal não deve ser considerado um indicativo de que uma criança e adolescente esteja sofrendo violência sexual. Quando se trata de adolescentes é importante que levar em consideração que as roupas podem ser uma forma de expressar e de buscar identidades, não sendo realmente um indicativo forte, porém se uma/ um adolescente esteja usando roupas consideradas “sensuais ou vulgares”, esteja de posse de objetos de valor, dinheiro ou quaisquer outros bens além de suas possibilidades financeiras, são sinais de que devemos prestar mais atenção ao comportamento desta/ deste aluno.

2º momento: Sensibilização e análise de relatos de casos de violência sexual – leitura de relatos retirados de Sanderson, C. **Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia.** São Paulo: M. Books do Brasil. 2005.

Os casos foram lidos pelos participantes. Os relatos tinham como personagens crianças e adolescentes de ambos os sexos e diversas idades. Os abusadores eram parentes próximos, amigos da família, padrastos, mãe e pai. As leituras suscitaram diversas reações nos participantes. Vejamos algumas das falas:

“nós temos que dar atenção à criança, ao que ela fala e sente, temos que ao menos ouvi-la, a sua intuição”

“se a criança fala é algo para não ser ignorado, ainda mais se a criança tem muito contato com a pessoa que ela não se sente bem, que ela não gosta. O importante é não ignorar.”

“Um homem que faz isso com uma criança é um nojento, eu tenho nojo. Ela ainda usava a desculpa que ela que quis, ela que gostava de brincar de cobra”

“Se uma criança fala pra mim que brinca de cobra com o pai eu ia perceber, mas tem gente que não ia nem notar, que não ia nem ligar”

“se a criança tem idade de ir na escola, lá com certeza alguma coisa dessas vai aparecer, mas as vezes a gente não nota, não dá atenção”

“esse menino que não tinha amigos, não tinha atenção da família, ele se sentia especial com esse homem, ele achava que as coisas que faziam juntos era especial. Ai quando ele cresce o cara larga ele de lado ele sofreu”

“o fato de os pais aceitarem a convivência com essa pessoa, pode ser difícil de ver esses sintomas, ou não querem perceber”

“o carinho e o afeto é confundido na cabeça dessa menina, a mãe distorceu o que é afeto”

“pelo fato de ser a mãe, isso é muito forte, é muito duro de acreditar”

“agora eu entendi porque a criança e o adolescente pode ir parar na prostituição, ele sofre tudo isso e só vê o seu corpo como fonte de prazer pro outro. Ele inverte os valores e isso pode levar a exploração sexual.”

“igual no filme Preciosa, a menina sofre tanto com a situação que na hora do abuso ela sonha, fica como se tivesse dormindo, ela com certeza terá problemas de personalidade”

“o pior é perceber que todos esses casos aconteceram e ninguém percebeu logo. Pior é saber que muitos querem é lavar as mãos, não tão nem aí”

“a criança quando é pequena não entende que aquilo é ruim pra ela, porque ela achava divertido e se sentia especial, pra ela não há violência ela nem sabia o que era um carinho ruim e um carinho bom.”

Notamos que durante as leituras, sentimentos de raiva, revolta, indignação e vontade de vingança iam surgindo entre os participantes. Tentamos levar as discussões no sentido de que não poderia haver impunidade dos agressores sexuais, mas que a “justiça com as próprias mãos” não é o caminho, existem alternativas que não

perpetuarão a violência, já que a violência está localizada em um espaço social e não apenas no sujeito violento. Isso implica em

“pensar todos os atores envolvidos no processo que produz e reproduz a violência, apontando para a necessidade de instaurar uma nova ordem no campo das relações e instaurar novas bases para a sociabilidade.” (SOUSA e CARVALHO, 2007, p. 244)

3º momento: Família e violência: apresentação de indicadores na conduta de pais ou responsáveis que podem mostrar famílias abusivas e apresentação de trechos do filme “Marcas do Silêncio” (Anjelica Huston, 1996, 97 min.)

- **Possíveis Indicadores na conduta dos pais e ou responsáveis** (retirados do Guia Escolar, 2004):

- As famílias incestuosas tendem a ser quietas, relacionam-se pouco. Os pais são autoritários e as mães, submissas.
- O autor do abuso tende a ser extremamente protetor, zeloso da criança e/ou adolescente ou possessivo com a criança/adolescente, negando-lhe contatos sociais normais. Lembre-se, porém, de que manifestar carinho para com filhos é importante para um crescimento saudável.
- O autor do abuso pode ser sedutor, insinuante, especialmente com crianças e/ou adolescentes.
- O autor do abuso crê que o contato sexual é uma forma de amor familiar.
- O autor do abuso pode acusar a criança de promiscuidade ou sedução sexual ou ainda acreditar que ela tem atividade sexual fora de casa.
- O autor do abuso pode contar histórias, referindo-se a outro autor da agressão a fim de se proteger.
- É freqüente que o autor da agressão tenha sofrido esse tipo de abuso na infância (físico, sexual, emocional).
- Membros da família fazem uso de substâncias como álcool, outras drogas lícitas ou ilícitas.

É importante afirmar que nem todas as famílias com esse perfil cometem incesto. É preciso, portanto, tomar cuidado para não tirar conclusões precipitadas, que possam estigmatizar ainda mais esse tipo de família. Lembre-se de que pessoas que praticam violência sexual contra crianças precisam ser responsabilizadas por seus atos, mas elas também precisam de ajuda para não repetí-los e aprender a respeitar a criança e o adolescente. (GUIA ESCOLAR, 2004)

O filme “Marcas do Silêncio” é uma produção americana. A história se passa na década de 50, no interior dos Estados Unidos. Anney engravida de um homem que foge, e dá à luz a menina Bone. Anney tenta registrar a menina em cartório, mas como o pai não está presente, o escrivão coloca na certidão que a menina é bastarda, o que é motivo de grande vergonha naquele contexto. Quando Bone tem 4 anos, Anney conhece outro rapaz e se casa com ele, tendo mais uma filha. Este marido morre quando a criança é ainda bebê. Quando Bone está com 11 anos, sua mãe conhece Glen, que trabalha com o seu irmão. Começam a namorar e decidem se casar, apesar das objeções da família dela. Anney engravida mais uma vez, mas quando a gravidez já está bem adiantada, perde o bebê. Na noite em que Anney está no hospital, Glen está no carro com as duas meninas e abusa sexualmente de Bone enquanto a criança menor está dormindo. Glen é inconstante no trabalho e a família muda-se com frequência. Glen é exigente com Bone e a maltrata constantemente. Ela desafia sua autoridade, o que faz com ele a maltrate ainda mais. Como Glen não tem dinheiro, Anney é obrigada a se prostituir para ganhar dinheiro e alimentar suas filhas. Certa noite, Bone acorda com muita dor e a mãe a leva para o hospital, onde o médico descobre que seu cóccix está quebrado. O médico pressiona a mãe para saber o que está havendo, mas ela leva Bone embora do hospital. A tia de Bone estava doente e morre. Ao se arrumarem para ir ao velório, Bone desafia Glen novamente e este a espanca. Anney ouve tudo, mas não consegue fazer nada. No velório, Bone toma uma bebida e fica tonta. No banheiro uma das tias vai ajudá-la e descobre as marcas recentes do espancamento. A família se reúne e a mãe de Bone nega que foi Glen quem surrou Bone, mas mesmo assim os homens da família dão uma surra nele. A partir daí Bone vai morar com uma outra tia que é solteira. Após um tempo a mãe vai lhe pedir que volte para casa, pois Glen deseja que se tornem uma família novamente. Bone se recusa. Glen então vai à casa da tia de Bone para fazer ele mesmo o pedido. Encontra a menina sozinha e ela ameaça de contar a todos sobre os abusos sexuais. Glen torna-se violento, bate em Bone e começa a estuprá-la. Neste momento chega Anney que bate violentamente em Glen e leva a menina para o carro. Glen sai correndo atrás e pedindo perdão. Anney acaricia sua cabeça, sob o olhar atônito da filha. Bone é levada ao hospital e lá os médicos pressionam a família a contar o que aconteceu, mas a tia leva a menina embora. Bone volta a morar com esta tia. Após algum tempo, a mãe a procura e pede perdão. Entrega-lhe a certidão de nascimento modificada, onde não está mais escrito que ela é bastarda e vai embora.

- Indicação de texto para leitura: NARVAZ, M. G. Quem são as mães das vítimas de incesto? **Revista Insight-psicoterapia**, São Paulo, v. 12, n. 133, 2002.

Os participantes prestaram bastante atenção aos trechos apresentados. Por motivo de termos ultrapassado o horário combinado, as discussões foram rápidas, tendo como pontos levantados para reflexão a dinâmica do segredo que se instaura em algumas famílias e o cuidado para não criarmos e alimentarmos estereótipos baseados nas características consideradas próprias de famílias abusivas.

5º ENCONTRO

Este encontro contou com a participação do Prof. Alex Sandro Gomes Pessoa para apresentar os conceitos e orientar as discussões devido à impossibilidade da pesquisadora em estar presente, por motivos de saúde. O objetivo deste encontro foi de discutir os conceitos de resiliência, risco/proteção e o papel do professor e da escola como agentes protetivos na vida de crianças e adolescentes. Participaram deste encontro 11 pessoas.

1º momento: - Alunos foram divididos em 2 grupos e a eles foi pedido que citassem pessoas famosas que têm histórias de vida difícil e que conseguiram superar as adversidades e hoje são consideradas vencedoras. A partir dos relatos dos grupos foi realizada uma discussão orientada pelo professor e as dúvidas iam sendo esclarecidas conforme surgiam e esta dinâmica serviu para balizar as próximas discussões.

2º momento: - Escola como espaço de proteção às crianças e aos adolescentes: o papel do professor e da instituição como agentes de proteção – foi apresentado o conceito de resiliência, indicadores de risco e de proteção, escola: risco ou proteção, o conceito de resiliência oculta e feita uma discussão.

- A **resiliência** deve ser entendida como um processo dinâmico que leva em consideração aspectos comunitários e culturais (UNGAR, 2008; 2007), num processo interativo entre as pessoas e as instituições, “sendo que os mesmos causadores de *stress* podem ser experienciados de formas diferentes por pessoas diferentes” (PESCE, ASSIS, SANTOS & OLIVEIRA, 2004, p. 135). Compartilhamos com a posição de Libório, Castro e Coelho (2006, p.94), de que os estudos do construto “resiliência” devem assumir seu caráter processual, dinâmico e relativo, e não mais basear-se em perspectivas *individualizantes* (que focam a resiliência como característica ou atributo

do sujeito), *não relacionais* (que desconsideram a importância das relações interpessoais e do contexto na construção da resiliência), *deterministas* (no sentido de que quem “a” possui como traço de personalidade, teria condições de superar todas as condições adversas de vida) e *estigmatizantes* (que rotula e classifica “a priori” os indivíduos como “resilientes” ou “não resilientes”) (apud PESSOA, 2011)³⁷.

- Situações de **risco** são aquelas que, quando presentes na vida do sujeito, interferem negativamente no seu desenvolvimento (PESSOA & LIBÓRIO, 2010; CASSOL & ANTONI, 2006; SAPIENZA, G. & PEDROMONICO, M. R. M., 2005; DOLL, B & LYON, M. A., 1998). Além disso, como nos aponta Assis, Pesce & Avanci (2006) “a combinação de duas ou mais adversidades” (p. 33) potencializa esse efeito negativo. Isso significa que, muitas vezes, o que inicialmente definimos como risco pode não ser interpretado por uma criança ou adolescente dessa forma (apud PESSOA, 2011).

- Os indicadores de **proteção** se referem às situações, pessoas, instituições ou eventos que, quando presentes na vida de crianças e adolescentes, podem colaborar para a superação das adversidades ou pela minimização do impacto do risco (apud PESSOA, 2011).

- A resiliência oculta seria definida por situações e/ ou comportamentos considerados negativos que normalmente não associaríamos com os processos de resiliência, mas que colaboram no bem-estar e no bom desenvolvimento das pessoas³⁸.

Os alunos participaram bastante durante a exposição dos conceitos e as maiores dúvidas foram no sentido de entender se a resiliência seria algo “*que nasce com a pessoa*”, “*se existem pessoas mais resilientes que outras*”. As questões foram sendo esclarecidas conforme surgiam, com a utilização dos exemplos dados pelos próprios participantes na dinâmica inicial. Um ponto ressaltado pelo professor foi o da necessidade de refletirmos que ações nossa poderiam ser consideradas protetivas dentro do espaço escolar e como a escola pode se configurar tanto como um espaço que traz riscos como um espaço que proporciona proteção.

³⁷ Os conceitos apresentados foram utilizados pelo professor durante o encontro.

³⁸ Cf. UNGAR, M. Nurturing Hidden Resilience in At-Risk youth in different cultures. **Journal of the Canadian Academy of Child and Adolescent Psychiatry**. v.15, n. 2, 2006.; LIBÓRIO, R. M. C.; UNGAR, M. Resiliência oculta: a construção social do conceito e suas implicações para práticas profissionais junto a adolescentes em situação de risco. *Psicologia: reflexão e crítica*, Porto Alegre, v. 23, n. 3, 2010.; PESSOA, A. S. G. O papel da escola na vida de adolescentes vítimas de violência sexual: risco e proteção. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista, 2011.

Quando tratado do conceito da resiliência oculta, uma discussão que já havia aparecido em outros momentos retornou: “*Então, existem meninas que valorizam a situação de exploração que vivem e por isso é mais difícil de sair dela?*” As discussões que se seguiram a essa questão foram pautadas nos processos de resiliência oculta, deixando sempre claro que existem situações em que a falta de suportes e recursos necessários para proporcionar o bem-estar de pessoas das formas socialmente as leva a encontrar outras formas de superar as adversidades, a partir de atitudes/comportamentos não convencionais, resultando em processos de resiliência oculta.

O encontro foi finalizado com uma conversa sobre a importância de ao se pensar em resiliência, deve se ter em mente que a cultura e o contexto serão determinantes no processo e por isso, por mais que possa parecer um construto individual, ele não é, pois é um construto que se dá na relação das pessoas com as diversas instâncias de sua vida, na qual nossa prática enquanto profissionais da educação está inclusa e pode interferir de forma positiva ou negativa em tais processos.

6º ENCONTRO

Este encontro aconteceu de forma estendida, com início as 8h00m e término as 11h30m, acontecendo a discussão de temas que haviam sido planejados para dois encontros. No primeiro momento foram apresentados os diversos aspectos legais que envolvem a violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. Em seguida foi feita a leitura de um caso para introduzirmos de forma sucinta o conhecimento sobre a metodologia do Depoimento sem Dano. No terceiro momento apresentamos as formas de encaminhamento de denúncias, ressaltando a responsabilidade e o papel do professor no ato da denúncia. Por último foram aplicados os instrumentos de avaliação pós-teste e a finalização do programa. Participaram deste último encontro 22 alunos, sendo que 2 deles não responderam os instrumentos de avaliação, pois saíram antes do término da sessão.

1º momento: Aspectos legais e leis de proteção a criança e ao adolescente – apresentação das bases legais que protegem as crianças e adolescentes da violência sexual.

- **Bases jurídicas:** Constituição Federal (1988), Código Penal (1940 e as alterações ocorridas em 2009 no Título VI que se refere aos crimes sexuais) e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – 1990).

- **Constituição Federal:** Define a política fundamental, os princípios políticos, estabelece a estrutura, os procedimentos, os poderes e direitos do governo, garantindo direitos para o povo.

- Art. 227: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito a vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

- **Código Penal:** Enumera os crimes e define as penas a serem aplicadas a cidadãos que violam as leis. Houve uma mudança recente e significativa no que diz respeito aos crimes sexuais com a lei 12.015, de 07. 08. 2009. No código penal, os crimes sexuais estão descritos no Título VI – dos crimes contra a dignidade sexual. A mudança do Título foi uma das alterações, antes o Título VI era denominado de “crimes contra os costumes”.

- Art. 213 Estupro: Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso: Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos.

- O Art. 214 do CP, que tratava do crime de atentado violento ao pudor, foi revogado. Os delitos de estupro e atentado violento ao pudor foram unidos no art. 213. Apesar de revogado o artigo, o crime de atentado violento ao pudor continua existindo, agora tipificado como crime de estupro. A partir da lei 12.015/2009 pessoas do sexo masculino também podem ser vítimas de estupro, o que não era considerado antes da modificação no Código.

- Violação Sexual mediante fraude = além da fraude, passa a cometer o crime aquele que utilize meio que “impeça ou dificulte a livre manifestação da vontade da vítima (Art. 215).

- O capítulo II do Título VI passa agora para “Dos crimes sexuais contra vulnerável”, na redação anterior: “Da corrupção e sedução de menores”. Sendo revogado o art. 217 que tratava do crime de sedução e sendo acrescida nova tipificação com o art. 217-A: Estupro de Vulnerável – Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menores de 14 anos (que costumávamos chamar de crimes com violência presumida) ou com outros que não tenham o discernimento necessário sobre a prática do ato ou que por algum motivo não possa oferecer resistência.

- Foram acrescentados pela Lei 12.015/2009: Art. 218-A: satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente; Art. 218-B: Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável;

- Os crimes contra a liberdade sexual deixam de ser ajuizados mediante queixa. Após a reforma, a regra será a ação penal pública condicionada – mediante representação -, salvo quando a vítima for menor de 18 (dezoito) anos, ou vulnerável. Nessas hipóteses, serão objetos de ação penal pública incondicionada.

- Ocorreram mais outras mudanças e reformas no CP, merecendo um estudo mais aprofundado e parceria com profissionais da área do direito para maiores e melhores esclarecimentos.

- **ECA**: é considerado internacionalmente como instrumento legislativo de vanguarda e tornou-se referência mundial para a proteção da infância. Surgiu como fruto de colaboração política de vários setores da sociedade.

Algumas medidas estabelecidas pelo ECA em relação a violência sexual:

- obrigatoriedade da notificação;
- afastamento do agressor da moradia;
- proibição do uso em produtos relacionados a pornografia;
- criminalização de pessoas e serviços que submetem crianças e adolescentes à exploração sexual.

- Alguns artigos do ECA para conhecimento:

- Art. 5: Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

- Art. 13: Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

- Art. 17: O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

- Art. 18: É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

- Art. 56: Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

I - maus-tratos envolvendo seus alunos;

II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;

III - elevados níveis de repetência.

- Art. 70: É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

- Art. 130: Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum.

- Art. 131: O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.

- Art. 132: Em cada Município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução.

- Art. 239: Promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro:

- Pena - reclusão de quatro a seis anos, e multa.

- Parágrafo único. Se há emprego de violência, grave ameaça ou fraude: Pena - reclusão, de 6 (seis) a 8 (oito) anos, além da pena correspondente à violência.

- Art. 240: Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente: Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

§1º Incorre nas mesmas penas quem agencia, facilita, recruta, coage, ou de qualquer modo intermedeia a participação de criança ou adolescente nas cenas referidas no caput deste artigo, ou ainda quem com esses contracena.

- Art. 241: Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

- Art. 241-A: Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – assegura os meios ou serviços para o armazenamento das fotografias, cenas ou imagens de que trata o caput deste artigo;

II – assegura, por qualquer meio, o acesso por rede de computadores às fotografias, cenas ou imagens de que trata o caput deste artigo.

- Art. 241-B: Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

- Art. 241-C: Simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual: Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem vende, expõe à venda, disponibiliza, distribui, publica ou divulga por qualquer meio, adquire, possui ou armazena o material produzido na forma do caput deste artigo.

- Art. 241-D: Aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso: Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

- Art. 241-E: Para efeito dos crimes previstos nesta Lei, a expressão “cena de sexo explícito ou pornográfica” compreende qualquer situação que envolva criança ou adolescente em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou exibição dos órgãos genitais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais.

- Art. 244-A: Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no *caput* do art. 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual: Pena - reclusão de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente às práticas referidas no *caput* deste artigo.

- Art. 245: Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

- Indicação do filme *Acusação* (Mick Jackson, 1995, 130 min.). Filme americano que retrata a uma falsa acusação de abuso sexual contra uma escola infantil. Mostra os equívocos que podem envolver uma denúncia. Mostra também o lidar inadequadamente com a criança, suposta vítima de violência sexual, por profissionais não preparados, utilizando de ações que induzem a criança a relatar fatos que não aconteceram. O episódio traz a lembrança um acontecimento semelhante no Brasil: o caso da Escola Base, em São Paulo.

Surgiram diversas questões acerca de situações legais como quando a família perde a guarda da criança, afastamento do abusador da moradia, processo criminal nos casos de maus-tratos e situação de abrigo. Ficou clara a necessidade de neste momento ter o apoio e a participação de um profissional da área do direito que pudesse esclarecer e aprofundar as discussões referentes aos aspectos legais. Concluímos que a legislação brasileira é rigorosa e, no caso do ECA, de vanguarda em relação à proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes. O que precisamos alcançar é a superação dos obstáculos que impedem a efetivação destas leis, como o despreparo dos profissionais que têm a obrigação legal de agir. Neste sentido foi feita uma colocação por uma das participantes:

“Tá aí o ECA, a gente não estuda na graduação e ia ajudar no nosso trabalho futuro. Nós fazemos curso de licenciatura e não temos o contato com o ECA, imagina com as outras. Tem umas quatro disciplinas que são muito parecidas que os professores diferentes falam e refalam as mesmas coisas, repetidas, e ECA que era bom aprendermos, nós nem vemos.”

Terminamos este momento lembrando que o mais importante é ter em mente que no Brasil a violência sexual é crime e mesmo com todas as dificuldades encontradas a proteção à população infanto-juvenil deve ser priorizada.

2º momento: Leitura de um caso relatado na literatura onde a vítima de 10 anos é inquerida durante o processo³⁹. Apresentação da Metodologia do “Depoimento sem dano”, implantado no Estado do Rio Grande do Sul. Apresentação da Cartilha⁴⁰ produzida pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do sul sobre o tema.

Fato abusivo intrafamiliar: Menino com 10 anos foi abusado sexualmente, atentado violento ao pudor, pelo padrasto. O abuso consistiu em o padrasto ter passado o seu órgão genital no corpo da criança, inclusive no ânus. Inquirição da vítima:

J: Lida a denúncia. É verdade isso aí?

V: sim

J: Então, nos conta como foi, pode contar não precisa ter vergonha. Como foi que ele fez? Estava só tu e ele em casa? Como foi?

V: Sim

J: E ele te chamou, como aconteceu isso aí?

V: Ele me chamou

J: Tu estava brincando e ele te chamou?

V: Sim

J: Então, explica para nós como foi isso aí? Não precisa ter vergonha da gente aqui.

V: Eu tava brincando, aí ele me chamou e abusou comigo.

J: Explica para nós como foi esse abuso, o que ele fez? Pode dizer.

V: Ele abuso comigo.

J: Eu preciso saber como ele abuso, o que ele fez? Que jeito ele abusou?

V: Botou o “tico” na minha bunda.

J: E ele só encostou ou entrou?

V: Não, só encostou.

J: E molhou, ficou molhada a tua bunda? Como foi?

V: Não ficou.

J: Isso aí, ele fez só essa vez ou já tinha feito outra vez?

V: Só essa vez

J: Ele te botou sentado no colo dele?

V: Deitado na cama.

J: Ele tava deitado e te chamou lá na cama dele? Ele tava pelado? Tava de cueca, de calção, como ele tava?

V: Cueca

J: E ele tirou a cueca?

V: Sim

J: E tu estavas de que, de calção? Como era, de roupa?

V: Não me lembro mais.

J: Não lembra? Mas ele tirou a tua roupa ou não.

V: Não só a parte debaixo.

J: Tirou a parte debaixo?

V: Sim

J: E tu contou para a tua mãe isso aí?

V: Não fiquei com medo.

J: Alguém viu ele fazer isso aí contigo?

V: Não.

³⁹ Retirado de PIETRO, A. T. **A denúncia de abuso sexual no ambiente escolar**: o estudo de uma proposta de intervenção para professores do Ensino Fundamental. Dissertação (mestrado) – Fundação Universidade Federal do Rio Grande – Mestrado em Educação Ambiental. Rio Grande, 2007.

⁴⁰ A cartilha está disponível em <http://www.direitosdacrianca.org.br/midia/publicacoes/cartilha-depoimento-sem-dano>

J: Ninguém viu? Não chegou um vizinho, lá? Uma vizinha?

V: Foi depois. Chegou pedindo uma bacia.

J: Foi um vizinho ou uma vizinha?

V: Uma vizinha.

J: Uma vizinha, foi a Dona ... (nome da vizinha)?

V: Sim

J: E vítima, tu tinha medo do ... (nome do abusador)

V: Sim

J: Por que tu tinha medo dele, o que ele dizia para ti?

V: Pensei que ele ia dar em mim, antes?

J: Ele disse para ti, que ia dar em ti?

V: Eu pensei que ele ia dar em mim.

J: Ah, tu pensou que ele ia dar em ti? E ele dava em ti?

V: Sim

J: Tua mãe brigou com ele, na mora mais com ele?

V: Sim.

J: Não mora, não é?

V: Não

J: Tu sabe por quê? Foi por causa disso aí? Ou foi que eles tiveram outra briga?

V: Por causa disso aí.

J: E hoje, tua mãe tem outro companheiro?

V: Tem

J: E esse companheiro é legal contigo?

V: Sim

J: Dada a palavra ao Ministério Público.

P: Que horas eram, mais ou menos, isso aí vítima? Te lembra disso?

V: Não

P: Nem lembra se era de manhã, se era de tarde?

V: Era de manhã.

P: E ele estava bêbado ou estava são?

V: Tava são.

P: E ele se dava bem com tua mãe?

V: Sim.

P: Tratava bem vocês?

V: Sim.

P: Tu tens irmãos?

V: Tenho.

P: Mais novos ou mais velhos que tu?

V: Mais novos.

P: Tu é o mais velho?

V: Sim.

P: E ele simplesmente te chamou e mandou tu deitar com ele na cama, foi assim?

V: Foi.

P: E essa senhora aí, essa vizinha, a Dona ... (nome da vizinha), o que foi que ela viu?

Tu te lembra?

V: Não.

P: Tu não quer contar mais nada para a gente?

V: Não.

P: Nada mais.

J: Dada a palavra à defesa.

D: Nada a requerer.

J: Nada mais. (DOBKE, 2001, p. 61-65 apud PIETRO, 2007, p. 84)

Leitura indicada: MARQUES, M. S. e MAIO, J. S. M. O trabalho em rede e o depoimento em juízo: implicações no atendimento de uma criança que sofreu abuso sexual e o cuidado com o profissional. In LEAL, M. L. P.; LEAL, M. F. P.; LIBÓRIO, R. M. C. (Orgs.) Tráfico de Pessoas e Violência Sexual. Violes/SER/Universidade de Brasília, 2007. p. 247-261.

Após a leitura do caso, feita pelos participantes, pedimos para que fossem dadas as suas impressões

“nossa, eu não sabia que era assim, assim da vergonha mesmo, constrange”

“isso é necessário? Porque dava pra perceber que ele não queria falar e as pessoas, não pode falar, você pode falar”

“ah tinha que ser de outro jeito, assim a criança sofre, na frente de todo mundo, fica com muita vergonha.”

Este relato serviu para apresentarmos aos participantes a metodologia do Depoimento sem Dano que é realizada em algumas cidades brasileiras. Reforçamos que o momento do depoimento da criança/ adolescente é importante durante o processo criminal, pois são necessárias que se levantem provas contra o acusado, pois sem elas não podem haver uma condenação. O projeto apresentado demonstra a preocupação em minimizar os danos que a criança/adolescente possa sofrer durante um processo criminal. Lembramos que existem casos em que por causa da idade ou por outros fatores, a criança/ adolescente não vai depor e a prova será produzida através de um laudo feito por uma equipe técnica após atender a vítima.

Finalizamos este ponto, lembrando que por mais doloroso e danoso que possa ser um processo criminal, ele é necessário para que a impunidade nestes tipos de crime seja diminuída e todo este processo só tem início se for realizada a denúncia. As ações em torno de efetivar mudanças para que os danos da revitimização durante o processo criminal sejam diminuídos é uma das frentes da luta contra a violência sexual de crianças e adolescentes e as garantias de proteção só serão maximizadas quando todos os setores envolvidos forem atingidos pelas ações educativas sobre o problema.

3º momento: Como realizar o encaminhamento de denúncias. Cuidados básicos na abordagem das crianças e adolescentes: como lidar? O que fazer? Promover uma reflexão em grupo após a exposição.

- **Encaminhamentos:** Encontradas/ percebidas algumas evidências de violência, mesmo sem a confirmação através de provas consideradas concretas, deve ser feita a notificação ao conselho tutelar ou a outra autoridade responsável (delegacia especializada, ministério público, justiça da infância e juventude, disque denúncia).

- Formas em que a denúncia pode ser feita:

- Por telefone: Ao Conselho Tutelar - Presidente Prudente: 3223-9125; Delegacia de Defesa da Mulher - Presidente Prudente: 3221-9222; Disque-denúncia – disque 100 (Violência contra crianças e adolescentes - nacional) e disque 180 (Violência contra Mulher - nacional).

- Por escrito: Encaminhar relato escrito ao CT, com ficha padronizada que existe em alguns municípios, ou um relatório feito pela instituição ou professor.

- Pessoalmente: O denunciante poderá ir só ou acompanhado da criança/ adolescente. Lá será ouvido e terá de assinar a ocorrência.

- Atendimento na escola: O conselheiro tutelar vai até a unidade escolar quando solicitado.

- Ao menos quando a denúncia for feita pessoalmente, ela pode ser feita de forma pública ou sigilosa. O ideal seria a escola assumir a denúncia e fazê-la por escrito ou indo até ao CT.

- Mas se a direção da escola não quiser assumir a denuncia, o que fazer? O professor que ouvir um relato de violência sexual ou suspeitar sua ocorrência deve procurar ajuda. Vale lembrar que a notificação é obrigatória e responsabilidade do profissional da educação e pode ser cobrada legalmente. Então, mesmo a escola não assumindo a denúncia, esta deve ser feita.

- **Cuidados básicos na abordagem das crianças e adolescentes** (baseados no Guia Escolar, 2004):

- Você a ouça em privacidade e segurança, evite a presença de pessoas que ela não procurou;

- Ouça atentamente e tente não interromper;

- Leve a sério tudo que for dito, não duvide e nem critique;

- Demonstre interesse, isso pode encorajá-la a falar;

- Procure ficar calmo e seguro, tente conter suas emoções;

- Não pressione, não queira saber detalhes, isso pode perturbar a criança/ adolescente;

- Não conduza o que é dito, deixe que o relato seja feito no ritmo da criança/ adolescente;

- Use a mesma linguagem, seja clara e simples. Não relute usar as palavras que ela (e) está usando para não inibi-la (o);

- Confirme se você está entendendo o que está sendo contado;

- Não desconsidere os sentimentos da criança/ adolescente usando palavras como “isso não foi nada”, “não precisa chorar”, pois no momento que estão falando no assunto, revivem diversos sentimentos como dor, raiva, culpa, medo;

- Lembra-a sempre de que ela(e) não tem culpa pelo que aconteceu e que está agindo corretamente ao falar;

- Não trate a criança/ adolescente como coitadinho;

- Só expresse solidariedade através do toque se ela permitir;

- Anote o mais cedo possível tudo que lhe foi dito, fielmente, sem suas impressões pessoais. Estas informações têm caráter confidencial, devendo ser enviadas a quem possa ajudar;

- Não faça promessas que você sabe que não poderá cumprir e não garanta segredo. Você deve dizer que o correto é contar a outras pessoas o que está acontecendo para que ela (e) seja ajudada(o);

- Explique o que acontecerá em seguida, ressaltando que será para sua proteção;

- Procure proteger ao máximo a identidade da criança/ adolescente. As informações só deverão ser socializadas com as pessoas que irão ajudar. Isso é um compromisso ético profissional.

- Evite perguntas:

- de caráter inquisitório;

- que coloquem a criança ou adolescente como culpados;

- que a obrigue a precisão de tempo;

- que permitam somente respostas fechadas, como sim ou não.

A importância deste momento foi a de reconhecer as diversas formas de se encaminhar casos suspeitos ou confirmados de violência sexual e os demais tipos de maus-tratos. Foi reforçado que fazer uma denúncia implica em conhecimentos dos caminhos que devem ser tomados, em responsabilidade e comprometimento. É de

extrema valia que todos os profissionais da escola conhecem o dever legal e ético da profissão em fazer a comunicação, conforme o artigo 245 do ECA.

Lembramos que chamar a família não é uma atitude acertada, pois como já havíamos discutido anteriormente, as famílias abusivas são envolvidas em um pacto de silêncio e que provavelmente a criança/ adolescente que está sendo vítima será revitimizada após a revelação, sendo forçada a desmentir o que disse e muitas vezes é até retirada da escola pela família.

Finalizamos recapitulando os passos para uma denúncia protetiva para todos os envolvidos, principalmente para tentarmos interromper o ciclo de violência no qual nossos alunos possam estar inseridos:

- comunicação do fato à coordenação/ direção da escola;
- encaminhamento do caso para o Conselho Tutelar da região e na falta deste para outro órgão que receba as denúncias;
- em casos mais graves encaminhar a criança/ adolescente para os serviços de saúde;
- pedir orientação a profissionais capacitados sobre como proceder a partir daquele momento.

Em concordância com Pietro (2007) é de extrema importância que o professor não se sinta sozinho no momento da denúncia, um encaminhamento em nome da instituição seria a forma mais adequada de agir, porém caso isto não seja possível e o professor não encontrar o respaldo necessário, ele pode buscar as formas sigilosas de se fazer a denúncia, cumprindo assim com sua responsabilidade em proteger as crianças e adolescentes com os quais lida.

4º momento: Aplicação dos instrumentos de avaliação pós-intervenção (IAS, Exercícios sobre Atitudes frente a situações de Violência Sexual e Questionário de questões abertas).

Os instrumentos de avaliação levaram em média 30 minutos para serem respondidos. Todos os participantes presentes responderam e entregaram os instrumentos. Após a entrega dos questionários, abrimos um espaço para que fossem feitos comentários sobre os encontros. A seguir as falas de alguns dos participantes:

“[...] foi bom, gostei, ta de parabéns.”

“[...] pra mim não ficou nenhuma dúvida, sanou todas as minhas dúvidas e hoje foi muito produtivo, aprendi muito.”

“Eu percebi que precisamos mudar a forma de ver nosso trabalho a gente só se preocupa com o conteúdo, aprende várias coisas repetidas e o que pode ser essencial nem vemos. Eu achei a parte de sintomas muito importante, nós discutimos e tudo, mas mesmo assim ainda ficou difícil pra saber ao certo o que posso dizer que é, porque eu penso assim, as coisas podem ser e não ser com alguns sinais, ainda achei difícil responder [...]”

“[...] pouco tempo, a carga horária devia ter sido mais. Deveria ter uma disciplina que tratasse desse assunto, assim ia aprofundar as coisas, como ela disse por exemplo, nos sinais, assim não ficava dúvidas e não ia ser tão difícil responder [...]”

“O tempo é importante mesmo. A Renata fala na disciplina, toca no assunto, mas ela tem que falar de tudo, aí não dá tempo de aprofundar, pela falta de tempo [...]”

3.5 Avaliação do programa de intervenção

3.5.1 Resultados do IAS

A pontuação média obtida nos dois momentos de aplicação, antes da intervenção (pré-intervenção) e depois da intervenção (pós-intervenção), refere-se a três conjuntos distintos de itens: específicos sobre abuso sexual, específicos sobre exploração sexual e inespecíficos. Os específicos são aqueles que se apresentam como fortes indicativos da ocorrência de situações de violência sexual (abuso e exploração) e os inespecíficos são aqueles que não são indicativos ou têm uma fraca relação com a ocorrência da violência sexual.

Na escala eram considerados 35 itens específicos (sendo 23 referentes a sinais e sintomas de abuso sexual e 12 referentes à exploração sexual, identificados anteriormente no momento que foi feita a descrição do instrumento). Considerando estes itens, se o respondente assinalasse a pontuação máxima para cada um deles, ou seja, assinalasse 5 em todos os itens específicos, a pontuação máxima a ser atingida seria de 175 pontos e caso assinalasse 1 em cada item (a pontuação mínima) a pontuação mínima a ser atingida para os itens específicos era de 35 pontos. Considerando os itens separadamente, a pontuação máxima a ser alcançada nos itens específicos referentes ao abuso sexual seria de 115 pontos e para os itens específicos de exploração sexual seria de 60 pontos. A pontuação mínima seria de 23 e 12 pontos respectivamente. Portanto, o esperado seria que houvesse crescimento da pontuação entre o primeiro e o segundo momento da aplicação.

Para os itens inespecíficos, a pontuação deveria diminuir, ou seja, a menor pontuação possível deveria ser assinalada, sendo assim a pontuação máxima seria de 15 pontos, se o participante marcar 1 para cada item inespecífico. A pontuação mínima então seria 75 pontos, se o participante assinalasse 5 em todos os itens inespecíficos.

A Tabela 27 apresenta a pontuação média dos itens específicos (abuso e exploração sexual) e dos itens não específicos da violência sexual. Notamos que houve um aumento nas médias da pontuação para os dois itens, sendo um aumento de 5,71 pontos para os itens específicos e 5,64 pontos para os itens inespecíficos.

Tabela 27. Dados da pontuação média obtida dos itens específicos (abuso e exploração) e não específicos do índice IAS nos momentos antes e depois.

Itens	Momentos	
	Antes	Depois
Específicos	127,56	133,27
Não específico	42,04	47,68

Na Figura 2 temos as médias separadas por itens específicos do abuso, específicos da exploração e itens inespecíficos. Podemos observar que a pontuação média dos itens específicos de abuso apresentou maior valor nos momentos antes e depois em relação às pontuações médias dos itens específicos de exploração e os itens não específicos, onde eles praticamente se igualam.

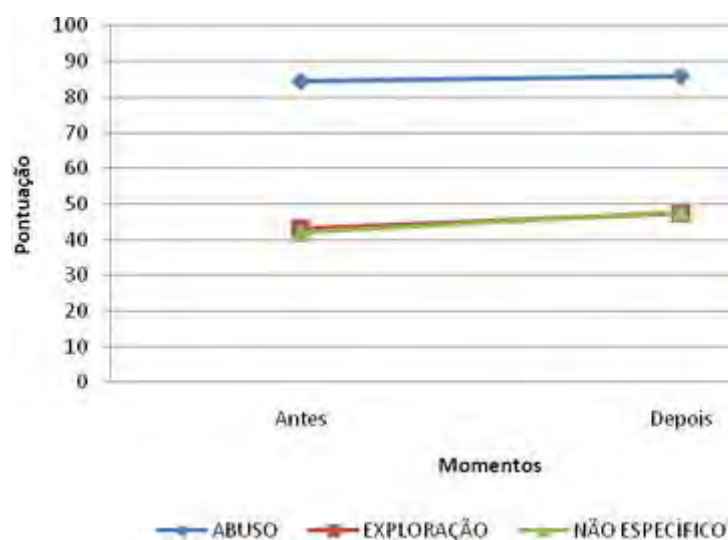


Figura 2. Pontuação média nos itens específicos e não específicos nos momentos antes e depois da intervenção.

Para se ter uma ideia das centralidades e variabilidades dos dados de pontuação dos itens específicos e inespecíficos do IAS foram determinadas, pelo SPSS, as médias, medianas (medida central), os desvios padrões (variabilidade dos dados) e os valores mínimos e máximos para as duas aplicações. Esses resultados são apresentados separados para os itens específicos de abuso sexual na Tabela 27, para os específicos de exploração sexual na Tabela 28 e os itens inespecíficos na Tabela 29.

Tabela 28. Descritivas dos dados de pontuações médias dos itens específicos de abuso sexual do IAS

Estatísticas	Momentos	
	Antes	Depois
Média	84,37	85,77
Mediana	85	85,5
Desvio padrão	10,18	14,74
Mínimo	60	47
Máximo	102	111

De acordo com a Tabela 28 pode-se verificar que os valores do desvio padrão no momento antes e depois diferem bastante entre si. Houve um pequeno acréscimo na média da pontuação do momento antes para o depois. Quanto ao valor do mínimo, decresceu em relação ao momento antes com o depois e o valor da máxima, do momento depois, se aproximou do valor de pontos máximo que poderia ser alcançado para o item específico abuso sexual.

Tabela 29. Descritivas dos dados de pontuações médias dos itens específicos de exploração sexual do IAS

Estatísticas	Momentos	
	Antes	Depois
Média	43,19	47,5
Mediana	44,5	48,5
Desvio padrão	7,24	8,26
Mínimo	28	24
Máximo	53	59

Os valores do desvio padrão, mostrados na Tabela 29, nos momentos antes e depois não diferem tanto numa comparação apenas quantitativa. Comparando com os itens específicos de abuso sexual e os itens não específicos, os valores do desvio padrão dos itens de exploração sexual são menores, ou seja, há menor variabilidade na pontuação dos itens específicos de exploração que nos itens específicos de abuso e nos

itens inespecíficos. A máxima atingida no momento depois (59) é bem próxima da pontuação máxima que poderia ser atingida pelos participantes nos itens específicos de exploração sexual, porém houve decréscimo da mínima do momento antes para o depois.

Tabela 30. Descritivas dos dados de pontuações médias dos itens não específicos do IAS nos momentos antes e depois

Estatísticas	Momentos	
	Antes	Depois
Média	42,04	47,68
Mediana	42	47,50
Desvio padrão	7,90	14,33
Mínimo	23	20
Máximo	59	91

Conforme a Tabela 30, os valores do desvio padrão são maiores que os da Tabela 28 e 29, indicando maior variabilidade dos dados de pontuação dos itens inespecíficos em relação aos específicos.

Para a verificação de diferenças nas pontuações médias dos itens específicos e inespecíficos do IAS, nos momentos de aplicação antes e depois da intervenção, foram realizados testes de normalidade Kolmogorov-Smirnov (simetria) e de homogeneidade de variâncias (variabilidade) de Levene nos dados obtidos para satisfazer as condições para aplicação de testes paramétricos. Com as condições satisfeitas, foi aplicado o teste paramétrico *t*-Student para duas amostras (momentos antes e depois).

Tabela 31. Teste *t*-Student para as pontuações médias dos itens específicos de abuso sexual do IAS

	Teste <i>t</i> -Student
Estatística do teste	-0,67
P-valor	0,51

Conforme a Tabela 31, o p-valor do teste foi de 0,51, onde ao nível de 5% de significância, afirma-se que as médias das pontuações dos itens específicos de abuso sexual não diferem nos momentos antes e depois do programa de intervenção.

Tabela 32. Teste *t*-Student para as pontuações médias dos itens específicos de exploração sexual do IAS

	Teste <i>t</i>-Student
Estatística do teste	-2,18
P-valor	0,04

Como o p-valor do teste *t*-Student apresentou valor de 0,04, há diferenças significativas ao nível de 5% de significância nos momentos antes e depois do programa de intervenção para as pontuações médias dos itens específicos de exploração sexual do IAS.

Tabela 33. Teste *t*-Student para as pontuações médias dos itens inespecíficos do IAS

	Teste <i>t</i>-Student
Estatística do teste	-2,34
P-valor	0,03

Observando o p-valor do teste *t*-Student, podemos afirmar que ao nível de 5% de significância (p-valor < 0,05) as pontuações médias dos itens não específicos diferem significativamente nos momentos antes e depois do programa de intervenção.

Para o detalhamento da análise estatística realizada, ver Anexo.

A análise dos dados obtidos nas duas aplicações do IAS nos permitem afirmar que houve um pequeno aumento na pontuação dos itens específicos (Tabela 27), porém somente os itens específicos de exploração sexual tiveram um aumento estatisticamente significativo entre a primeira e a segunda aplicação. Comparando nossos resultados aos obtidos por Brino (2006), que obteve diferença significativa na pontuação entre a primeira e a terceira aplicação (p. 96), podemos levantar a hipótese que precisaríamos de um tempo mais prolongado do programa de intervenção e novas aplicações do instrumento a fim de medir se haveria acréscimo estatisticamente significativo também na pontuação de itens referentes ao abuso sexual. Outra hipótese que podemos suscitar é que o grupo participante da intervenção (em sua maioria alunos dos cursos de pedagogia e educação física) já tinha discutido sobre o abuso sexual de crianças em uma disciplina

anterior⁴¹ a intervenção, lecionada pela orientadora desta pesquisa, tendo contato com alguns indicativos de abuso sexual. Se observarmos a pontuação máxima alcançada neste item no momento pré-intervenção (Tabela 28) notamos que ficou em torno de 88% da pontuação máxima possível de ser obtida (que era de 115 pontos) e observando a Figura 2, vemos como a média da pontuação se mantém próxima entre os dois momentos (antes e depois da intervenção). Já o contato com o tema da exploração sexual aconteceu pela primeira vez, para a maioria do grupo, no momento da intervenção e observando a Tabela 28 notamos que o máximo alcançado no momento depois chegou muito perto da pontuação máxima possível (que era de 60 pontos).

Mesmo não havendo significância estatística nos itens específicos de abuso sexual, houve um aumento na média de pontuação, embora inexpressivo, e considerando o aumento dos itens específicos (abuso e exploração sexual) tivemos um aumento de apenas 3,26% na média, conforme visto na Tabela 27.

Quanto aos itens não-específicos notamos que aconteceu o contrário do que era esperado, houve um aumento significativo estatisticamente na pontuação. Uma possível explicação para este acontecimento pode estar relacionada ao estado de atenção que ocorre quando se começa a fazer reflexões sobre o tema da violência sexual, o que torna mais difícil a distinção entre sinais indicativos de violência sexual daqueles que não são. Segundo alguns relatos feitos pelos participantes no último encontro após responderem o IAS, já descritos anteriormente, a dificuldade em diferenciar os indicativos de abuso, exploração e os que não são indicativos permaneceu mesmo após os encontros. Sendo assim, podemos indicar que há a necessidade de investigações futuras que utilizem o instrumento e realizem intervenções mais prolongadas, com maior tempo de reflexão sobre os indicativos de violência sexual a fim de verificar se é possível que haja distinção entre os itens específicos e os itens inespecíficos. Através desses dados pudemos supor que, no período considerado, os participantes tendem a identificar tanto os itens específicos quanto os inespecíficos como indicadores de violência sexual.

Considerações sobre o instrumento também podem estar associadas aos resultados obtidos. O instrumento utilizado passou por uma adaptação para ser adequado aos objetivos desta pesquisa e sendo assim pode ter limitações. A escolha deste instrumento se deu por ser o único instrumento brasileiro desenvolvido para medir

⁴¹ Disciplina Fundamentos da Educação Inclusiva, ministrada no curso de Pedagogia e a disciplina Psicologia da Educação no curso de Educação Física, ministradas pela Prof^a Renata Maria Coimbra Libório, orientadora desta pesquisa.

o conhecimento de profissionais acerca de sinais e sintomas da ocorrência de abuso sexual e já foi aplicado em profissionais da área da educação e da saúde no Rio Grande do Sul, pelos pesquisadores que o desenvolveram (FLORES & COLS, 2001) e em profissionais da educação e familiares de crianças alunas da educação infantil, no município de São Carlos, interior do estado de São Paulo (BRINO, 2006). Sendo assim é importante que seja discutida a validade do instrumento e sua eficácia em medir os conhecimentos dos participantes sobre indicadores de violência sexual em pesquisas posteriores para que não haja comprometimento das hipóteses levantadas através dos dados obtidos.

3.5.2 Exercício sobre atitudes frente a situações de violência sexual

Este instrumento consistia em dois exercícios a serem respondidos pelos participantes da intervenção e relatavam situações imaginárias, uma sobre abuso sexual e outra sobre exploração, elaboradas pela pesquisadora e sua orientadora. O primeiro exercício envolve um professor e uma aluna que tem uma mudança súbita de comportamento, levando o professor a suspeitar da possibilidade de abuso sexual, questionando como o professor procederia diante de tal situação⁴² e no segundo exercício é relatada uma situação que ocorre em uma reunião de professores, onde a diretora e outro professor expressam opiniões preconceituosas frente a situação de exploração sexual que uma de suas alunas está enfrentando, pedindo para que esta situação seja comentada.

Tal exercício foi aplicado no início do primeiro encontro e ao término do sexto encontro.

Em relação ao primeiro exercício, as respostas referentes as atitudes e procedimentos a serem tomados diante de uma suspeita de abuso sexual, consideradas adequadas e inadequadas, antes (momento 1) e depois (momento 2) dos encontros podem ser visualizadas nas Figuras 3 e 4.

⁴² Exercícios baseados nos elaborados por Brino, 2006.



Figura 3: Número de respostas adequadas apresentadas pelos participantes ao exercício de atitudes, antes e depois da intervenção.

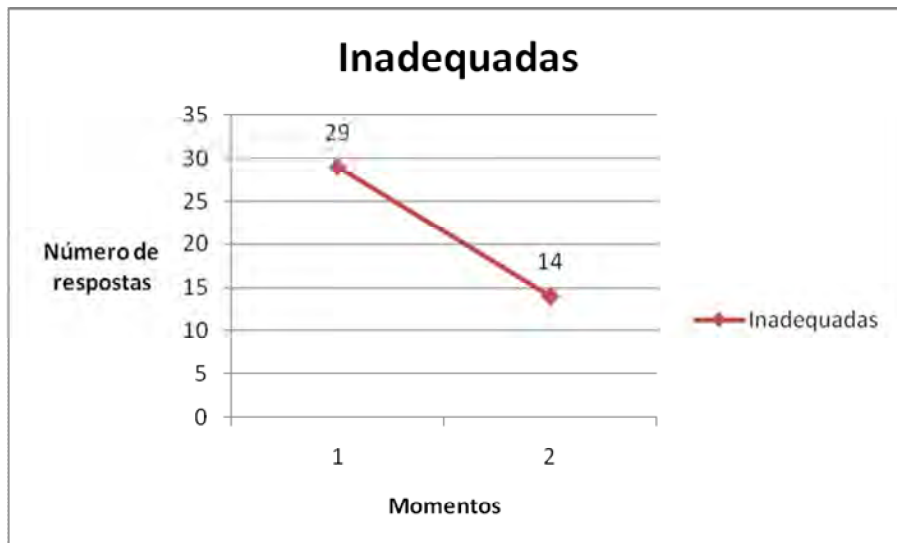


Figura 4: Número de respostas inadequadas apresentadas pelos participantes ao exercício de atitudes, antes e depois da intervenção.

Como podemos observar nas Figuras 3 e 4, do momento 1 (antes) para o momento 2 (depois) houve um acréscimo das atitudes consideradas adequadas (de 14 respostas para 38) e um decréscimo das atitudes consideradas inadequadas (de 29 respostas para 14).

Tabela 34: Atitudes e procedimentos antes da intervenção

Atitudes e Procedimentos	
Adequados	Inadequados
Comunicar a direção	Conversar com a criança
Observar a criança e comunicar a direção	Chamar os pais
Comunicar o Conselho Tutelar	Investigar/ averiguar a verdade
Observar a criança e comunicar o Conselho Tutelar	Observar a criança e chamar os pais
Observar a criança, comunicar a direção e pedir auxílio de outro profissional	Observar a criança e tentar ajudá-la diretamente, sem comunicar a ninguém
	Não sabe

Tabela 35: Atitudes e procedimentos depois da intervenção

Atitudes e procedimentos	
Adequados	Inadequados
Comunicar o Conselho Tutelar	Conversar com a criança
Comunicar a direção	Chamar os pais
Conquistar a confiança da criança, realizar a denúncia e acompanhá-la durante o encaminhamento	Investigar/ averiguar a verdade
Fazer a denuncia pessoalmente, caso haja a necessidade	
Observar a criança, comunicar a direção e denunciar	
Observar a criança, pedir o auxílio de um profissional, comunicar a direção e denunciar	
Observar a criança e comunicar a direção	
Observar a criança, comunicar a direção e pedir auxílio de outro profissional	

As atitudes e procedimentos apresentados como respostas foram consideradas como adequados e inadequados e categorizadas conforme Tabela 34 e Tabela 35 que trazem as categorias das respostas do exercício antes da intervenção e depois da intervenção, respectivamente.

No momento antes da intervenção as categorias que foram consideradas adequadas foram as que envolviam a realização da denúncia e medidas de cuidado com a criança de acordo com a literatura e a legislação vigente. As categorias que foram consideradas inadequadas foram aquelas que poderiam trazer conseqüências negativas tanto para a criança/ adolescente como para o professor.

Podemos notar que houve um aumento de categorias consideradas adequadas e uma diminuição das categorias consideradas inadequadas depois da intervenção.

As respostas apontadas pelos futuros professores consideradas adequadas mostram em sua maioria, tanto antes quanto depois, a comunicação à direção da escola. Este procedimento é considerado adequado, pois a notificação ao Conselho Tutelar ou a outro órgão competente deveria ser feita pela instituição escolar e não pelo professor de forma isolada, o que poderia garantir a segurança dos denunciadores e potencializando a atitude de denunciar. Em relação a isso, na Tabela 35 (depois) podemos notar que aparece a categoria *fazer a denúncia pessoalmente, caso haja a necessidade*, considerada como adequada, que não apareceu no momento anterior à intervenção. Essa atitude pode ser importante caso a direção não queira assumir a denúncia e maximizaria a garantia de proteção da criança/ adolescente. Porém devemos ressaltar que seria preferível que a escola assumisse a tarefa da notificação, pelos motivos discutidos acima, e lembrar que a notificação é obrigatória e uma responsabilidade dos profissionais da educação, podendo ser legalmente cobrada (BRASIL, 2000; GUIA ESCOLAR, 2004, p. 71).

Outra categoria que apareceu com mais frequência no momento depois da intervenção que anteriormente foi *comunicar o conselho tutelar*, antes mesmo de comunicar a direção. Isso pode ser pelo fato de terem o contato com a legislação que diz que a notificação de maus-tratos a crianças e adolescentes é obrigatória (Art. 13 e 245 do ECA) e que o conselho tutelar é o órgão responsável por zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

A categoria considerada mais completa (BRINO, 2006) apresentada pelos participantes é a que engloba quatro ações que se diferem, mas se complementam: 1) *observar a criança/adolescente*, 2) *pedir o auxílio de um profissional*, 3) *comunicar a direção* e 4) *denunciar aos órgãos competentes*. Essas ações parecem garantir a proteção da criança/ adolescente já que o professor fundamenta suas suspeitas com sinais demonstrados pela criança, busca auxílio com outros profissionais sobre suas suspeitas, comunica a direção a fim de obter o apoio institucional necessário para a realização da denúncia e encaminhamentos que sejam necessários.

Quanto aos aspectos considerados inadequados, notamos a diminuição de categorias após a intervenção, sendo que se mantiveram *conversar com a criança*, *chamar os pais* e *investigar a verdade*. Essas categorias se mantiveram, mas houve decréscimo na frequência de respostas do primeiro para o segundo momento. *Conversar com a criança* sobre o abuso é considerado inadequado, pois os profissionais, em sua grande maioria, não têm capacitação para tal. Segundo Lerner (2000) essa atitude pode

causar danos à criança, já que os professores não tem contato com os temas referentes a violência e abusos contra crianças e adolescentes durante sua formação, os tornando inexperientes para realizar uma abordagem direta. Neste sentido também não é atribuição do professor *investigar a veracidade* dos fatos, mesmo que ele tenha suspeitas fortíssimas da existência do abuso sexual, essa incumbência cabe a outros profissionais, pois na maioria dos casos de abuso não existem provas materiais de que a criança/ adolescente está sofrendo esta violência. Ao professor cabe encaminhar o caso para os órgãos que recebem as denúncias, e suas suspeitas podem ter como base o que as crianças/ adolescentes sinalizam, apresentam ou falam. *Chamar os pais* para conversar sobre o abuso poderia expor ainda mais a criança a uma situação de risco e/ ou colocar a sua própria segurança em risco, já que a literatura da área indica que grande parte dos casos de abuso sexual acontecem dentro da família, sendo que os pais ou outro familiar próximo pode ser o abusador (FLORES, 1998; DREZET, 2000; BRINO e WILLIANS, 2003; SANDERSON, 2005). Cabe ressaltar que existe grande diferença em os pais serem chamados pela escola, na tentativa de esclarecer o que está acontecendo, e pelo conselho tutelar. No primeiro caso os pais podem negar, fazer com que a criança desminta algo que tenha dito podendo até dificultar posteriores atitudes do próprio Conselho Tutelar ou do sistema judiciário. Já quando a família é chamada pelo conselho tutelar isto é feito em forma de intimação, não permitindo a família que fuja da investigação (PIETRO, 2007).

Cabe ressaltar que a conduta *conversar com a criança*, mesmo sendo considerada inadequada pela literatura teve uma mudança de foco por parte dos participantes. Nas respostas dadas antes da intervenção, conversar com a criança tinha o objetivo de investigação, de querer obter mais informações sobre a situação que a criança poderia estar passando e no segundo momento, o intuito de conversar com a criança era o de estabelecer vínculos de confiança, demonstrar apoio e segurança como podemos perceber nas falas de antes e depois da intervenção, a seguir:

“Tentaria conversar com ela, tentando fazer que ela contasse alguma coisa.” (Antes)

“[...] seria tentar conversar com ela, mas não tocaria no assunto. Seria mais para fazer ela confiar em mim, criar ou fortalecer um vínculo de confiança.” (Depois)

“Primeiramente conversaria com a criança, saberia o que está acontecendo, quem seria o agressor [...]” (Antes)

“[...] seria tentar ganhar a confiança dela e com jeitinho tentar alguma informação [...]” (Depois)

“Em primeiro lugar eu conversaria com a aluna para me certificar da situação sofrida [...]” (Antes)

“Conversaria com esta aluna com calma, paciência e também mostrando que ela pode confiar em mim.” (Depois)

No segundo exercício encontramos dificuldade para realizar a análise. Como no primeiro exercício, foram criadas categorias com as repostas, porém não foi possível considerá-las categorias adequadas ou inadequadas, pois poucos relatos trouxeram atitudes e procedimentos como resposta. Talvez isso se deva ao instrumento, que não deixou clara a necessidade de que a resposta deveria se referir ao que o participante faria diante da situação simulada, como ficou explícito no enunciado do exercício anterior.

As respostas dadas ao exercício de número 2 antes da intervenção se referiam a: a) críticas ou neutralidade diante da postura da diretora e do professor citados na situação (23)⁴³; b) exposição de diversos valores, como: *“se prostituir não é bom”*, *“ninguém quer se prostituir”*, *“isso não é escolha”*, *“falta de amor ao próximo”*, *“a vida é mesmo difícil”*, entre outros, incluindo a culpabilização da adolescente por estar *“nesta vida”* por *“não ter amor próprio”* (17); c) sentimentos negativos como revolta, indignação, horror e desumanidade (5); d) propostas de adequação e medidas de cuidado (11), sendo que pouquíssimas indicaram ações adequadas como procurar o Conselho Tutelar ou algum auxílio especializado e e) emitir a opinião (2). As categorias c e e foram as que tiveram menos respostas em sua composição.

Depois da intervenção as categorias se mantiveram, mas houve uma diminuição significativa na frequência de respostas dentro destas e surgiram mais três categorias: f) atitudes causadas por desconhecimento, g) comportamento comum nas escolas e h) não respondeu. Os números de respostas por categoria depois da intervenção foram os seguintes:

⁴³ Número de respostas presentes em cada categoria. Lembramos que as respostas dadas pelos sujeitos poderiam se encaixar em mais de uma categoria, não sendo o total de respostas de todas as categorias igual ao número de respondentes.

QUADRO 10: Categorias e frequências de respostas após a intervenção

Categorias	Frequência das respostas
a) Críticas ou neutralidade diante da postura da diretora e do professor	10
b) Exposição de valores	9
c) Sentimentos negativos	4
d) Propostas de adequação e medidas de cuidado	6
e) Emitir a opinião	3
f) Atitudes causadas por desconhecimento	4
g) Comportamento comum nas escolas	3
h) Não respondeu	3

Podemos perceber que nesse momento as respostas com crítica e neutralidade diminuíram e não tinham mais o intuito de culpar os personagens pela situação, sendo acompanhadas de explicações que culpam a falta de conhecimento do assunto pela postura dos personagens, aparecendo respostas que tinham como núcleo esta explicação.

“É relevante dizer que, neste caso, por não haver o conhecimento sobre os aspectos que envolvem a situação de prostituição, pode-se enfrentar dificuldades para a desmistificação de tais valores.”

“Talvez nem passe pela cabeça de que a culpa também é deles que não conhecem seus deveres éticos e morais como pessoas e cidadãos.”

“[...] vejo o quanto os profissionais da educação estão equivocados e presos a uma série de mitos [...]”

“A diretora e o professor não estão capacitados para ocuparem seus respectivos cargos, pois pelos comentários feitos é diagnosticado a falta de conhecimento para realizar um trabalho de qualidade.”

A frequência de respostas da categoria *exposição de valores* também teve uma queda significativa de 17 respostas antes da intervenção para 9 respostas após a intervenção e a tendência de expor valores em relação a prostituição diminuiu, sendo que ocorreram tentativas de considerar, em algumas respostas, a situação de exploração vivenciada pela adolescente em questão.

“[...] nenhuma criança ou adolescente esta nessa vida por que quer, são as circunstancias que levam estas adolescentes a ficar nessa vida [...]”

“É lamentável o ser humano achar que uma criança ou adolescente prostitui seu corpo porque quer ou porque gosta.”

“São situações difíceis de comentar, mas temos que fazer de tudo para tentar ajudar essa adolescente, sair da prostituição.”

“Ela poderia estar ali sendo explorada [...] pois não viu ninguém que a pudesse apoiar ou lhe dar esperanças de uma vida diferente. Ou seja, essas pessoas que a criticavam poderiam ser aquelas que a salvariam”

“E em relação a garota acredito que ela faz isso porque precisa, pois ninguém gosta de se prostituir, ou na visão dela isso é uma troca de favores, não percebendo a gravidade do problema de estar se prostituindo.”

As respostas referentes às categorias *sentimentos negativos* e *emitir opinião* tiveram pequenas mudanças em sua frequência, sendo que houve decréscimo em uma resposta para a categoria *c* e aumento de em uma resposta para a categoria *e*.

Uma das mudanças que nos chamou a atenção foi a queda na frequência de respostas da categoria *propostas de adequação e medidas de cuidado* que no primeiro momento, antes da intervenção foram de 11 respostas, caindo para 6 após a intervenção. Porém, nas respostas que se mantiveram ações acertadas como procurar o conselho tutelar apareceram com frequência.

“O correto seria comunicar o conselho tutelar e se ela voltasse para a escola a diretora e os professores teriam que ajudá-la [...]”

“[...] propondo o encaminhamento ao conselho tutelar ou outra instituição que pudesse fornecer ajuda a menina.”

“É comum as pessoas considerarem as meninas prostituídas, como meninas prostitutas. As pessoas acreditam que as meninas estão assim por opção, e que não tem obrigação nenhuma com elas. Eles não consideram seu dever ético, moral e legal de tomar as providências necessárias como chamar o conselho tutelar.”

Notamos que nos dois momentos (antes e depois da intervenção) as repostas levaram em maior consideração as posturas dos personagens da situação criada, deixando de lado a violência sofrida pela adolescente. Podemos levantar a hipótese de que a exploração sexual envolvendo adolescentes é mais difícil de ser percebida como uma violência, como violação dos direitos das adolescentes, sendo sua discussão atrelada aos valores atribuídos à prostituição adulta, tornando assim mais difícil a tomada de atitudes no sentido de proteção dessa população. Outro fator que devemos considerar é a elaboração da questão. Temos que reconhecer que pode ter ocorrido uma falha em sua formulação, não deixando claro aos participantes a necessidade de indicar quais atitudes seriam tomadas diante de tal situação hipotética.

3.5.3 Questionário de questões abertas – avaliação pessoal

Este instrumento foi aplicado somente após o último encontro e propunha uma avaliação qualitativa e pessoal do programa de intervenção. Esta avaliação foi muito importante para percebermos o quanto a intervenção teve significado para os participantes.

A primeira questão pedia que fosse citado o tema que mais chamou a atenção durante o curso, muitos participantes citaram mais de um tema e os mais citados foram: “Sensibilização através da leitura e análises de casos” (8)⁴⁴; “conceitos, definições e mitos” (7), “aspectos legais, denúncia e responsabilidade do professor, formas de encaminhamento” (7), “indicadores da violência sexual” (5). Os demais temas que foram citados apenas 1 vez pelos participantes foram: “família e violência”, “Escola como espaço de proteção”, “formas de prevenção” e “resiliência”. Vamos a algumas falas dos participantes sobre o motivo destes temas terem lhes chamado mais a atenção:

“Foi quando lemos os depoimentos, pois sabemos que existem casos de abusos, mas não escutamos tão detalhadamente, isso me chocou muito pelo fato de explicarem [...] você escuta, uma criança/adolescente sofreu abuso sexual, somente isso, nos depoimentos foram bem detalhados, vimos que alguma coisa precisa ser feita e pode ser feita [...]”

“[...] os depoimentos que vimos, que foram lidos na sala foram as piores coisas que eu ouvi, achava que já tinha ouvido de tudo, de verdade foi muito ruim, fiquei impressionada.”

“Os vídeos que foram passados e os depoimentos das pessoas abusadas, me fizeram ver o quanto está próximo e presente este assunto na vida de tantas pessoas.”

“Os conceitos da violência, a abordagem geral sobre o abuso sexual, suas conseqüências e como ocorrem. Muita coisa eu nunca tinha ouvido falar e, muito menos, imaginado.”

“A conceitualização de violência, abuso e exploração sexual. Apesar de saber que são distintos, muitas vezes tratamos como iguais.”

“[...] o conhecimento dos termos, dos conceitos e dos significados permitiram um maior aprendizado sobre aspectos relevantes deste tipo de violência.”

“[...] a questão do encaminhamento e dos aspectos legais são coisas que deveriam ser amplamente estudadas por todos os profissionais que lidam com o público infante-juvenil.”

⁴⁴ O número entre parênteses indica a frequência com que o tema foi citado nas respostas dos participantes.

“[...] as leis pois sei que eu tenho a obrigação de proteger esse aluno principalmente no momento em que descubro essa violência.”

“Eu acho que é a parte mais importante de todo o processo [encaminhamento], porque é ali que a criança começa a se livrar da situação do abuso [...]”

“[...] sinais e sintomas porque permite a identificação dos casos de violência sexual, pois tal tema forneceu subsídios relevantes que poderão ser utilizados na minha posterior prática docente.”

“O tema em que foi explicado item por item do questionário foi interessante, pois no começo pra mim era tudo pode ser que sim e que não, e com a explicação me orientou mais sobre os sinais.”

Atentar-nos para os temas que mais chamaram a atenção dos participantes é importante no sentido de repensar em próximas experiências com intervenções a ordem dos temas abordados. Talvez seja interessante trazer as análises de casos, os depoimentos, logo no primeiro encontro em substituição ao documentário “Canto de Cicatriz” e o trecho do filme “Anjos do Sol” ou conciliar estas duas formas de abordagem em um mesmo encontro e sempre que possível buscar técnicas para aproximar as discussões feitas da realidade dos participantes.

A segunda questão pedia aos participantes que tecessem comentários e/ ou sugestões referentes ao programas de intervenção. Os comentários, em sua maioria, foram sobre a importância que deram à intervenção em suas formações e ressaltam seus aspectos positivos e o que os agradou. Vejamos algumas das falas:

“Gostei muito do curso, provavelmente irá fazer diferença na minha atitude ética profissional, e espero poder sim, ajudar passando o que aprendi para outras pessoas [...]”

“Foi ótimo, eu conhecia muito pouco (quase nada) sobre o assunto, os temas foram discutidos de forma inteligente, não ficou massante, enjoativo... Por mim poderia durar até o fim do ano o curso.”

“Para mim foi muito positiva a iniciativa por ser um tema pouco presente mesmo no curso de pedagogia embora seja realmente importante pra nós [...]”

“Acho que é muito importante esse programa de intervenção e que todos deveriam ter informações e um conhecimento sobre esse assunto.”

“Apesar do pouco tempo, deu pra esclarecer muitas dúvidas sobre o assunto, e fazendo com que nós não vejamos ocorrer a situação e ficarmos quietos. Temos pelo menos uma base de como fazer se caso ocorrer uma situação dessa.”

“[...] hoje já posso fazer algo para ajudar alguém que precise, sei onde e como recorrer e não sabia que havia tantas maneiras para fazer as denúncias e nem como ajudar essa pessoa, não saberia reagir se me contassem algo parecido e agora sei.”

“Acredito que a forma trabalhada foi muito proveitosa e o receber os slides e textos por email, também ajudou muito na assimilação do conteúdo.”

Os aspectos negativos indicados pelos participantes, em sua grande maioria foram em relação ao pouco tempo do curso, tanto em termos de duração dos encontros como em número de encontros. O pouco tempo, segundo eles, impossibilitou que alguns temas fossem mais aprofundados, como no caso do tema “família e violência”.

“[...] o programa poderia se estender mais, já que é um assunto tão importante e presente no nosso cotidiano [...]

“O curso poderia ser um pouco mais extenso [...]”

Ainda em resposta a segunda questão, as sugestões feitas foram em grande parte sobre a importância de este tema ser discutido durante a graduação, se possível em forma de disciplina, com mais tempo para aprofundar as discussões e tendo um grande número de pessoas participando.

“Gostaria que esse curso pudesse ser uma disciplina na grade curricular de todas licenciaturas.”

“[...] pensar em estratégias que acolham um maior público, principalmente o público dos cursos de licenciatura em exatas, já que é importantíssimo o desenvolvimento dos conteúdos trabalhados nos cursos que possuem poucas discussões pedagógicas.”

“Acho que poderia entrar nos conteúdos das disciplinas ou como uma disciplina na grade dos cursos de licenciatura como matéria obrigatória.”

“[...] ser uma disciplina na grade curricular das licenciaturas, pois é um tema que é importante para todos.”

“[...] deveríamos ter esse tema em nossa grade curricular, pelo menos como optativa.”

“Eu acho que seria interessante e útil ter, pelo menos, uma optativa [...]

“Sugiro que este tema seja integrado a grade curricular dos cursos de graduação ou pelo menos ser oferecido como um curso para os calouros [...]”

Percebemos através destas falas, em consonância com as análises dos resultados do IAS e com a literatura da área, a necessidade de se implantar programas que tenham continuidade e que envolvam os profissionais, neste caso, os futuros profissionais, da educação.

A última questão deste instrumento solicitava que fosse feito um depoimento pessoal com o objetivo de percebermos o impacto do programa de intervenção não somente nos seus saberes e atitudes, mas também nas suas concepções pessoais sobre a temática. Neste momento da avaliação apareceram palavras de incentivo e parabenizando a iniciativa de realizar o programa de intervenção, depoimentos sobre o aumento da confiança em relação às atitudes a serem tomadas diante de casos de violência sexual e elogios a metodologia que deixou a todos a vontade para discutir, mesmo em se tratando de um assunto “*tão delicado*”.

“[...] que a partir deste curso comece a se pensar num novo currículo, numa nova perspectiva para a educação superior.”

“O método foi muito específico, sem fugir do assunto, houve espaço para discussão e particularmente estive a vontade em discutir comentar e falar sobre o tema. [...] Eu gostei dos encontros e parabeno a responsável desse curso pela escolha do tema e para transmitir as pessoas com interesse delas ter o conhecimento e informação, principalmente voltado aos professores e estudantes de licenciatura.”

“Para a minha aprendizagem foi muito importante, acrescentou muitíssimo para meu conhecimento, pois como futura educadora, necessito saber como fazer os procedimentos correto diante de situações de abuso contra criança ou adolescente.”

“Tenho certeza que não só eu mas muitos agradecem por pessoas que tenham iniciativa de não fechar os olhos e sim fazer algo para mudar essa situação.”

“Particularmente, gostei muito de participar dos encontros, pois acrescentou muito os meus conhecimentos e até posso dizer que tenho uma base para discutir o tema. Creio ter absorvido plenamente as informações passadas.”

“[...] quero apenas agradecer, por me ajudar a sanar tantos estigmas, os quais tenho vergonha de escrever e falar. Novamente muito obrigada.”

“O meu crescimento pessoal e enquanto futura educadora, foi complementado com riqueza e delicadeza de como o tema foi abordado surtiram uma mudança no meu olhar, que se tornou mais apurado sobre as necessidades dos alunos.”

Um fato que chamou nossa atenção foi o de terem surgido revelações de situações de violência sexual e física vividas por 3 participantes (do sexo feminino). Elas relataram as “*memórias*” que vieram a tona durante “*muitos momentos*” do curso e a vontade de não deixarem que estes fatos se repitam com outras crianças e que “*agora tendo esse conhecimento, nunca mais irei tolerar atitudes deste tipo*”. Apesar de não termos nos planejado para lidar com possíveis revelações durante os encontros, acreditamos ser importante ressaltar que trabalhos deste caráter devem considerar como o tema da violência sexual ecoa sobre a subjetividade e sexualidade dos envolvidos.

3.6 Discussão

O principal objetivo desta pesquisa era desenvolver e aplicar um programa de intervenção, visando à prevenção de situações de violência sexual contra crianças e adolescentes, junto aos licenciandos da FCT/ UNESP e avaliar a construções de conhecimentos dos participantes decorrentes da experiência com o curso de intervenção.

Com a descrição dos procedimentos e conteúdos utilizados nos encontros, acreditamos que alcançamos o objetivo de delinear e aplicar um programa de intervenção sobre a temática da violência sexual. Cabe aqui fazermos algumas considerações acerca do desenvolvimento do programa que intitulamos “Encontros para discussão sobre Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: prevenção e atuação docente.

Procuramos não utilizar como método de trabalho apenas os modelos de transmissão e prescrição de conteúdos normalmente utilizados quando se fazem ações voltadas a prevenção por meio de palestras e manuais. Como apontado na literatura, são mais eficazes aqueles programas que envolvem atividades práticas, exercícios de reflexão, exposição de situações de situações que devem ser modificadas, avaliações de atitudes adequadas e que utilize diversos tipos de materiais (FINKELHOR, 1986; CUNNINGHAM & SAS, 1995; GOICOCHEA, 2001; BRINO, 2006; PIETRO, 2007). Quando falamos em não utilizar, estamos nos propondo a buscar a superação deste modelo, mas sem abandonar a apresentação de conceitos, definições e conhecimentos produzidos sobre a temática, muitas vezes de forma expositiva, mas somadas a ela exercícios de reflexão, debates, análises de casos utilizando recursos como cinema, literatura, dramatizações como impulso as discussões.

A primeira fase desta pesquisa de mostrou indispensável para que se pudesse levantar quais assuntos deveriam ser trabalhados durante os encontros. Os resultados da

primeira fase, somados ao cuidadoso levantamento bibliográfico nos permitiram escolher os temas e a sequência em que seriam aplicados. Após a avaliação dos registros feitos no diário de campo e a avaliação pessoal feita pelos participantes sobre a intervenção, notamos pontos passíveis de mudança com o intuito de melhorar o aproveitamento dos encontros. O primeiro ponto a ressaltar é de que o tempo previsto para cada encontro é suficiente para que desenvolvam os assuntos referentes a um tema de forma que não fiquem extensos e cansativos, porém devemos lembrar que a discussão de mais de um tema por encontro torna este tempo insuficiente para se aprofundar as discussões, então indicamos que os programas tenham maior tempo de duração, sendo previstos um maior número de encontros. Em relação aos temas escolhidos, acreditamos que todos os assuntos abordados foram relevantes e deveriam ser mantidos, mas fazemos ressalvas quanto a organização e sequência.

Os alunos participantes da intervenção indicaram como tema que chamou mais a atenção a leitura e análises de casos visando à sensibilização e identificação de sinais da violência sofrida no comportamento das crianças e adolescentes vítimas realizada no 4º encontro. Os participantes relataram que a leitura dos casos aproximou o tema da violência sexual de suas realidades, fazendo com que percebessem que é um problema real e que pode acontecer em nossa volta sem percebermos os indicadores. Neste sentido talvez seja interessante que as leituras dos casos sejam realizadas logo no primeiro encontro, em conjunto com o documentário “Canto de Cicatriz” e o trecho do filme “Anjos do Sol”. O segundo tema que mais chamou a atenção dos alunos foi Conceitos, definições e mitos sobre a violência sexual, que foi tratado no segundo encontro. Supomos que se as leituras indicadas posteriormente ao encontro fossem feitas previamente as discussões seriam mais bem balizadas, principalmente a que se refere à pedofilia.

No 4º encontro nos propomos a trabalhar dois temas: Indicadores de violência sexual e Família e violência. Este encontro ultrapassou em mais de 30 minutos o tempo previsto, fazendo com que as discussões sobre família e violência, o segundo assunto a ser tratado, fossem prejudicadas. É de extrema importância que se garanta o espaço para discussão sobre as relações familiares nos programas de intervenção, já que as ideias estereotipadas e a visão idealizada de família muitas vezes dificultam a percepção de que nem sempre este espaço oferece apoio e proteção aos seus membros.

Em relação ao tema que trata sobre a legislação brasileira e os aspectos legais que envolvem as situações de violência sexual contra crianças e adolescentes foi

apontado como o terceiro que mais chamou a atenção. Dada a importância desse tema, levantamos a necessidade da participação de um profissional da área do direito que pudesse esclarecer de forma mais específica as dúvidas que porventura surgiram destas discussões. Também será de grande valia se for possível que no momento em que se for apontar os meios de realizar os encaminhamentos dos casos, um membro do conselho tutelar possa estar presente para indicar quais são os procedimentos realizados após feita a denúncia, já que durante diversos momentos, não só na discussão deste tema, sobram indagações sobre o cumprimento das leis e a eficácia das ações voltadas para a proteção das crianças e adolescentes. Então, sugere-se que haja suporte especializado ao programa, ou seja, uma equipe docente composta por profissionais especializados em várias áreas.

Ao decorrer dos encontros fomos percebendo a necessidade de se que se tenha um momento para a reflexão sobre os sentimentos de raiva, revolta, indignação, repugnância e vingança que surgem em relação ao abusador. A exacerbação da violência é contrária aos objetivos do programa de intervenção e alternativas para lidar com esses sentimentos devem ser vislumbradas. A inclusão do tema que tenha como foco o agressor, com vistas a fortalecer medidas de prevenção a violência sexual parece ser uma alternativa para a inclusão deste assunto no programa.

Ao analisarmos a postura dos participantes durante os encontros, chegamos a seguinte suposição: ao invés de se tratar e buscar a sensibilização dos participantes no que diz respeito ao fenômeno da violência sexual, como foi proposto nos temas e sendo posteriormente apontado pelos sujeitos como tema que chamou mais a atenção, talvez fosse necessário pensar em uma “dessensibilização” da temática, visando retirá-los do constante estado de penalização diante dos casos estudados, os trazendo a construir posturas de responsabilidade e assertividade quanto as ações protetivas que lhes cabem frente a violência, sem desconsiderar, é claro, a gravidade desta violação de direitos por que passam diversas crianças e adolescentes.

A literatura nos permite julgar que professores podem ser importantes agentes de prevenção da violência sexual contra seus alunos, pois como diversos estudos na área vem demonstrando, professores tem apresentado melhora em seu conhecimento acerca da violência sexual após participarem de programas de intervenção (HAZZARD, 1984; HAWKINS e McCALLUM, 2001; BAGINSKY, 2000, 2003; BAGINSKY e MACPHERSON, 2005). Em contraponto, outros estudos demonstram que a discussão dos temas relacionados a violência sexual de crianças e adolescentes não comparece na

formação de futuros professores (HODGKINSON e BAGINSKY, 2000; GOLDMAN, 2005; GOLDMAN e GRIMBEEK, 2008). Neste sentido, faz-se necessário ressaltar que baseados na avaliação do programa de intervenção aplicado, possam ser traçadas diretrizes de um programa que possa ser incorporado à formação inicial de professores.

Nesta direção, vamos tecer nossas considerações a respeito da avaliação da construção do conhecimento dos participantes resultantes do programa de intervenção. Para alcançarmos esse objetivo utilizamos três instrumentos de coleta de dados: o *Indicadores de Abuso Sexual – IAS*, o *Exercício sobre atitudes frente a situações de violência sexual* e um *Questionário com questões abertas*.

As análises dos dados obtidos com a aplicação do IAS nos permitiu verificar que houve um aumento nos itens específicos de violência sexual, embora não seja um aumento significativo do ponto de vista estatístico. Esse aumento só foi expressivo estatisticamente em se tratando dos itens específicos de exploração sexual, nos permitindo dizer que a intervenção foi responsável pela melhora em apontar indicadores específicos da exploração sexual, supondo que estes itens são relacionados pelos participantes a ocorrência de casos de exploração sexual se considerarmos a 1ª e a 2ª aplicação do instrumento.

Em relação ao aumento das respostas aos itens inespecíficos do questionário, o que não deveria ocorrer, já que a relação desses itens com a ocorrência de violência sexual é fraca, apontamos a possível necessidade de um tempo maior de intervenção, com reflexões e exercícios mais aprofundados sobre os indicadores de violência sexual para que haja a distinção entre os sintomas que estão fortemente relacionados a ocorrência de violência sexual daqueles que não estão, a fim de haver decréscimos significativos na pontuação do instrumento utilizado.

Conforme pudemos constatar, nenhum dos participantes alcançou as pontuações consideradas máximas, seja nos itens específicos ou nos itens inespecíficos do IAS. Podemos pensar que, para que exista eficácia em identificar casos de violência de maneira segura, sem que esta suspeita seja infundada, seja necessário alcançar a pontuação máxima ao responder o instrumento. Diante do exposto, não se pode afirmar, por meio do instrumento utilizado (IAS), que a intervenção tenha sido eficaz na diferenciação dos indicadores específicos e inespecíficos de violência sexual pelos participantes. Neste sentido apontamos para a necessidade de programas com maior tempo de duração, com reflexões e exercícios contínuos sobre os indicadores de

violência sexual e mais momentos de aplicação do instrumento de avaliação para que seja possível verificar se há mudanças ao longo do tempo.

Em relação ao *Exercício sobre atitudes frente a situações de violência sexual*, referente a questão nº 1, podemos supor que o programa de intervenção foi eficaz em ensinar quais seriam as atitudes adequadas e inadequadas ao se suspeitar da ocorrência de violência sexual com um de seus alunos, na medida que houve uma mudança no número de atitudes consideradas adequadas, com aumento destas do momento antes da intervenção para o momento depois da intervenção e uma diminuição das atitudes consideradas inadequadas do momento antes para o momento depois da intervenção.

Quanto a questão de nº 2, reconhecemos que pode ter ocorrido uma falha em sua formulação, dificultando a medida de posturas adequadas e inadequadas frente a situação proposta. Apontamos a necessidade de o instrumento ser aprimorado de forma a atingir objetivos mais abrangentes para que possa medir igualmente as categorias (atitudes adequadas e inadequadas). Porém, mesmo com essa limitação, pudemos notar que também aconteceram mudanças positivas em relação às opiniões dadas, como a diminuição da culpabilização dos personagens envolvidos na cena pela situação de discriminação e preconceito em relação a adolescente, possivelmente demonstrando o reconhecimento de que o despreparo para lidar com tais ocorrências seja algo precedente às posturas tomadas pelas personagens. Isto pode ser considerado resultado da aquisição de conhecimento sobre a ineficácia da formação de profissionais da educação no sentido de agirem como agentes protetores de crianças e adolescentes, como demonstrado nas falas obtidas através da avaliação pessoal da intervenção feita pelo Questionário com questões abertas.

O terceiro instrumento de avaliação nos demonstrou o impacto positivo que o programa de intervenção teve partindo da perspectiva dos próprios participantes. Como notamos através das falas, poucos aspectos negativos foram levantados, sendo apontada apenas a necessidade de mais tempo e do curso para proporcionar o aprofundamento das discussões. Os aspectos positivos indicados ressaltavam a importância da experiência na formação profissional, elogios a metodologia e de como se sentiam mais seguros para lidar com casos de violência sexual após a participação no programa de intervenção, dado que também aparece na literatura da área. As sugestões feitas pelos alunos foram em grande maioria para que se possam buscar caminhos para transformar as discussões realizadas no programa, parte de alguma disciplina ou mesmo tornar-se uma disciplina dos cursos de licenciatura do campus.

Sobre as revelações de violência física e sexual que ocorreram após o programa de intervenção, através dos relatos pessoais de três participantes, pensamos que embora não seja o objetivo direto de uma intervenção nesses moldes, seria importante prover um espaço de escuta sobre as angústias e dúvidas dos participantes, de forma que essas revelações pudessem ocorrer antes do final dos encontros, possibilitando um espaço de acolhimento, visando que os aspectos que dizem respeito a suas subjetividades e sexualidades fossem reconhecidos por elas e, por ventura venha a diminuir possíveis resistências em relação a temática. Um momento após os encontros reservado para que os participantes tirem suas dúvidas de forma individual pode ser uma solução.

As análises dos resultados obtidos através dos três instrumentos de avaliação mostram que aconteceram mudanças do momento pré-intervenção para o momento pós-intervenção. Essas mudanças ocorridas foram em torno dos discursos sobre as atitudes, mais do que em torno dos saberes dos participantes. Os dados apontaram que os futuros professores, após o período do programa, são mais capazes de descrever atitudes adequadas diante de uma suspeita de violência sexual, o que não ocorreu em relação aos conhecimentos referentes à identificação de suspeitas, que antecede a tomada de atitudes por parte dos professores. Assim, faz-se necessária uma reflexão sobre qual seria a atitude efetiva destes participantes em casos reais, pois reconhecemos que saber dizer quais são os procedimentos adequados não assegura que ao se deparar com uma suspeita, as atitudes indicadas como protetivas seriam tomadas. São necessárias futuras pesquisas que possam avaliar e constatar se as mudanças que ocorrem nos discursos sobre as atitudes realmente se efetivam na prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto de partida deste trabalho foi a preocupação que emergiu do dia-a-dia de convivência com crianças e adolescentes, como educadora em projetos sociais no município de Presidente Prudente. Perceber os “apesar de” presentes no cotidiano desses meninos e meninas me angustiava. “Apesar de” passarem por diversas violações de seus direitos todos eles acreditam em um futuro mais feliz.

A luta pela garantia dos direitos da população infanto-juvenil vem sendo travada “com unhas e dentes” por diversos atores e setores, mas todos os dias nos deparamos com situações de violação e violências de toda ordem vividas por crianças e adolescentes. Minhas⁴⁵ angústias e inquietações se potencializaram quando me deparei com atitudes de preconceito e negligência partindo de nós, professores, que deveríamos agir no sentido de tentar minimizar o impacto das vulnerabilidades a que nossos alunos estão expostos. Foi quando me perguntei: será que estamos dispostos a fazer nossa parte? E depois percebi que a questão era outra: será que percebemos que temos algo a fazer? Esses questionamentos tomaram corpo e se transformaram em um problema diagnosticado: nós professores não somos formados para atuar fora do âmbito tradicional de ensino-aprendizagem. E foi deste cenário de incômodo, inquietação, ação e reflexão que surgiu esta pesquisa.

Tivemos como um dos objetivos principais desta pesquisa levantar o conhecimento dos estudantes dos cursos de licenciatura sobre o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes. Os dados coletados nos mostraram que os participantes têm conhecimento sobre a violência sexual no que se refere aos seus aspectos enquanto fenômeno social, mas que desconhecem procedimentos e atitudes corretas que devem ser tomadas diante de suspeitas de casos. Um ponto relevante que pudemos constatar através dos dados obtidos é a escassez de discussões sobre a temática durante os cursos de graduação desta instituição universitária. Pudemos então, a partir desta análise, tecer considerações sobre as lacunas existentes na formação inicial de professores no que diz respeito aos temas que contemplem a defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Fica clara a importância do papel da universidade como instituição formadora de professores e neste sentido, acreditamos que seja necessário romper com o modelo

⁴⁵ Ressalto que ora o presente texto é redigido em primeira pessoa do singular, pois refere-se a reflexões pessoais da pesquisadora.

técnico-mecanicista que rege essa formação. É necessário que o professor se reconheça como um educador que terá de agir de forma mais ampla, com consciência do caráter político de sua atuação que se articula em torno dos conceitos de cidadania, democracia, comunidade, solidariedade e emancipação individual e social. Mas, para que isso ocorra de forma efetiva, sua formação tem que possibilitar a construção desses saberes, indo além dos aspectos relativos a aprendizagem formal.

Apesar da importância que denotamos a formação de professores, devemos esclarecer que sabemos que não será somente ela a responsável por reduzir os problemas sociais. Estamos de acordo com Perrenoud ao dizer que a formação de professores “não pode ser considerada um *‘deus ex machina’*, um meio miraculoso que permitira ultrapassar os limites e as contradições do sistema” (1993, p.94). O enfrentamento da violência sexual e da violência de forma geral deve ser uma preocupação de diversos setores sociais e não só da educação, pois uma visão simplificada do fenômeno e ações limitadas podem não ter resultados eficazes.

Outro objetivo traçado foi o de elaborar, aplicar e avaliar um programa de intervenção voltado aos futuros professores, alunos dos cursos de licenciatura. O levantamento dos conhecimentos desses estudantes na primeira fase da pesquisa foi de extrema relevância para a elaboração do programa, pois subsidiaram a escolha dos temas que seriam discutidos durante os encontros.

Enfrentamos algumas dificuldades para realizarmos a parte de aplicação do programa. Inicialmente havíamos proposto em ter como participantes da intervenção estudantes que participaram da primeira fase da pesquisa e que seriam selecionados de acordo com o seu interesse em participar do programa. Esta seleção foi feita, mas ao entrar em contato com os sujeitos selecionados encontramos diversas dificuldades em relação à adesão. A maior dificuldade apontada por eles era o fato de as horas que eles passariam nos encontros não poderiam ser contabilizadas como horas de estágio, já que não foi possível uma parceria com a universidade neste sentido, por não aceitação dos professores responsáveis pelas disciplinas de estágio. Após entrar em contato com os 35 sujeitos selecionados, conseguimos a participação de 6. Decidimos então, estender o convite para os demais alunos dos cursos de licenciatura, espalhando cartazes nos murais da universidade e comparecendo pessoalmente as salas de aula. Após o encerramento do período de inscrições contamos com 25 inscritos (incluindo os 6 sujeitos que participaram da primeira fase). Participaram da intervenção alunos somente dos cursos de educação física, física e pedagogia.

Acreditamos que a não adesão dos alunos é um dado a ser considerado, mas que somente com os dados obtidos neste trabalho não temos condições de levantarmos hipóteses consistentes sobre. Sabemos que falar de violência sexual nos faz adentrar ao mundo da sexualidade e o reconhecimento disto traz resistências, pois como pudemos averiguar na fase anterior da pesquisa, esta temática está pouco presente nas discussões em sala de aula. Será que a questão da violência sexual não é vista como de importância pelos futuros professores? Como o tema da violência sexual ecoa sobre a subjetividade e a sexualidade dos sujeitos? A violência sexual contra crianças e adolescentes não é mais um tabu, mas falar sobre ela ainda é? Poderíamos levantar diversas indagações, porém não seríamos capazes de responder a todas.

Neste sentido, apontamos a importância de futuros trabalhos que almejem a participação de um número expressivo de sujeitos, realizarem parcerias com as instituições do qual eles façam parte, a fim de facilitar o acesso e a participação durante a realização da pesquisa.

Quanto à avaliação do programa de intervenção realizado, através da análise dos dados obtidos com os três instrumentos de avaliação aplicados, concluímos que houve mudanças no conhecimento dos futuros professores depois da intervenção. Essas mudanças foram notadas de forma mais expressiva em relação às atitudes frente uma situação de suspeita de violência sexual e sobre a identificação dos indicadores específicos de exploração sexual. As mudanças em relações aos conhecimentos referentes à identificação de indicadores específicos de abuso sexual não foi considerada significativa do ponto de vista estatístico. Sendo assim concluímos que após o período do programa de intervenção os estudantes foram mais capazes de descrever atitudes adequadas diante de uma suspeita de violência sexual do que identificar possíveis casos.

Algumas limitações do presente estudo devem ser apontadas com vistas a serem sanadas em pesquisas posteriores, especialmente em relação a avaliação e o tempo de duração do programa. Embora as análises qualitativas das avaliações mostrem que aconteceram mudanças nos saberes dos participantes, principalmente no que diz respeito a descrever procedimentos mais adequados diante de uma suspeita, não podemos afirmar o mesmo em relação a diferenciação dos indicadores de violência sexual medidos pelo IAS. Sendo assim, indicamos que próximos programas de intervenção que se proponham a utilizar estes instrumentos como forma de avaliação, sejam realizados por um período maior de tempo, com mais momentos de aplicações do

instrumento para que seja possível verificar se há mudanças mais expressivas do conhecimentos dos participantes ao longo do tempo.

Em relação aos instrumentos utilizados eles podem ser aprimorados de forma a atingir objetivos mais abrangentes, como no caso do instrumento intitulado Exercícios de atitudes, e possam medir igualmente as categorias desejadas. Reformulações no questionário utilizado para levantar os conhecimentos dos alunos dos cursos de licenciatura também se fazem necessárias, afim de que ele possa averiguar mais conhecimentos sobre legislações, papel dos profissionais da educação e procedimentos que se tomariam diante de casos de violência sexual com seus alunos. Finalmente, seria pertinente submetê-los a um processo formal de validação.

O presente estudo demonstrou que é possível desenvolver um programa de intervenção com estudantes dos cursos de licenciatura. A avaliação do programa possibilitou que verificássemos o impacto dessa ação de prevenção por meio de diversos instrumentos de medida, indicando efeitos positivos na população alvo. Neste sentido acreditamos que foram feitas contribuições que podem sugerir a implementação destas ações à formação inicial de professores, buscando capacitar os futuros professores para que eles possam ser realmente importantes agentes protetivos na vida de crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRIC, J. C. Abordagem estrutural das representações sociais: desenvolvimentos recentes. In: CAMPOS, P. H. F.; LOUREIRO, M. C. da S. (Orgs.) **Representações sociais e práticas educativas**. Goiânia: UCG, 2003. p. 37-57.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTI-PROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (ABRAPIA). **Abuso sexual contra crianças e adolescentes - proteção e prevenção**: guia de orientação para educadores. Petrópolis, RJ: Autores & Agentes & Associados, 1997.

_____. **Abuso sexual**: mitos e realidades. Petrópolis, RJ: Autores & Agentes & Associados, 2002. Disponível em: www.observatoriodainfancia.com.br. Acesso em: 7 jun. 2007

AZAMBUJA, M. R. F. de **Violência sexual intrafamiliar**: é possível proteger a criança? Porto Alegre: Livraria do advogado editora, 2004.

AZEVEDO, M.A. **Crianças vitimizadas**: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 1989.

AZEVEDO, M. A., GUERRA, V. N. de A. **Infância e violência fatal em família**. São Paulo: Iglu, 1998.

BAGINSKY, M. Training Teachers in Child Protection. **Child Abuse Review**, v. 9, 2000. p. 74-81.

BAGINSKY, M. Newly Qualified Teachers and Child Protection: a survey of their views, training and experiences. **Child Abuse Review**, v. 12, 2003. p. 119-127.

BAGINSKY, M.; MACPHERSON, P. Training Teachers to Safeguard Children: developing a consistent approach. **Child Abuse Review**, v. 14, 2005. p. 317-330.

BENETTI, S. P. C. Maus-tratos da Criança: abordagem preventiva. In: HUTZ, C. S. (Org.) **Situações de risco e vulnerabilidade na infância e adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2002.

BOGDAN, R e BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Trad. M. J. Alvarez, S. B dos Santos e T. M. Baptista. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Código Penal** – Decreto Lei nº 2.848/1940, Imprensa Oficial, Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm Acesso em: 18 mar. 2010.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** - Lei Federal nº 8.069/90, Imprensa Oficial, CONDECA, 2000.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social e Secretaria de Estado da Assistência Social. Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. **Programa Sentinela**: diretrizes gerais. Brasil: Brasília, 2002.

BRASIL. Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil: uma política em movimento. Relatório do Monitoramento 2003-2004**. Brasil: Brasília, 2006.

BRASIL. **Lei nº 12.015/2009**, Imprensa Oficial, Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm Acesso em: 05 maio. 2010.

BRINO, R. F; WILLIAMS, L. C. A. Capacitação do educador acerca do abuso infantil. **Interação em Psicologia**. São Paulo, n. 7, v. 2. 2003. p. 1-10.

BRINO, R. F. **Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil**: avaliação de um programa de capacitação. Tese (Doutorado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCar, 2006.

BRINO, R. F. & WILLIAMS, L. C. A. Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, n. 33, v. 2. jul.-dez. 2008. p. 209-230.

CAMARGO, L. S. & LIBÓRIO, R. M. C. **A Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes na Perspectiva de Professoras de Escolas Públicas Municipais de Presidente Prudente**. Relatório de pesquisa não publicado, enviado ao PIBIC – CNPq, 2005.

CASTRO, L. **Breves comentários à lei 12.015/2009**. 2009. Disponível em: <http://advogadoleonardocastro.wordpress.com/2009/08/10/breves-comentarios-a-lei-12-0152009/> acesso em: 05 maio. 2010.

CAVALCANTI, L. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. Representações sociais de profissionais de saúde sobre violência sexual contra a mulher: estudo em três maternidades públicas municipais do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde pública**. Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, 2006. p. 31-39.

CENTRO DE REFERÊNCIA, ESTUDOS E AÇÕES SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (CECRIA); MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Fundamentos e políticas contra a exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes**: relatório de estudo. Brasília: CECRIA, 1997.

CHAFFE, L. **Canto de Cicatriz**: a violência sexual contra meninas. Filme. Porto Alegre: Atena Produções, 2005.

CONTRERAS, J. **A autonomia dos professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

COSTA, S. R. S.; **Concepções e práticas de profissionais de educação sobre os maus-tratos contra crianças**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n], 2008.

CUNNINGHAM, A. H. & SAS, L. D.; The role of school program in disclosure. Tipping the balance to tell the secret: the public discovery of child sexual abuse. **London Family Court Clinic Inc**. Canadá. 1995.

DELGADO, Y. M. **Comentários à Lei nº 12.015/09**. 2009. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=13629> Acesso em: 05 maio. 2010.

DIÓGENES, G. A eloquência dos conceitos, o silêncio de quem vive e o olhar do observador: pista e sinais do ato de fazer programa. In: _____ (Org.) **Os Sete Sentimentos Capitais**: exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. São Paulo: Annablume, 2008.

DISQUE-DENÚNCIA NACIONAL. Disponível em <http://www.sedh.gov.br/ddn100>. Acesso em 15 maio 2011.

DREZETT, J. Aspectos biopsicossociais da violência sexual. *Jornal da Rede Saúde*. n. 22, 2000. p.18-21.

END CHILD PROSTITUTION, PORNOGRAPHY AND TRAFFICKING FOR SEXUAL PURPOSE (ECPAT). Disponível em: <<http://www.ecpat.net/eng/CSEC/faq/faq1.asp>> Acesso em julho de 2006.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. 200? Disponível em <http://xa.yimg.com/kq/groups/21729374/795258217/name/Entrevista%2Bem%2Bprofundidade.doc> Acesso em 07 out. 2010.

FALEIROS, E. T. S. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: Thesaurus, 2000.

FALEIROS, E. T. S. A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no mercado do sexo. In: LIBÓRIO, R. M. C. & SOUSA, S. M. G. (org). **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 73-98.

FALEIROS, V. P. A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário. In: LEAL, M. F. P.; CESÁR, M. A. (Orgs.) **Indicadores de violência intra-familiar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**. Brasília: CECRIA, 1998. p. 9-28.

FERREIRA, L. A. M. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Professor: reflexos na sua formação e atuação**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n], 2004.

FIorentini, D.; SOUZA JR, A. J.; MELO, G. F. A. Saberes Docentes: um desafio para acadêmicos e práticos. In: GERALDI, C. (org). **Cartografias do Trabalho Docente: professor (a) – pesquisador (a)**. Campinas: Mercado das letras, ALB, 1998. p. 307-335.

FINKELHOR, D.; Prevention: A review of programs and research. In FINKELHOR, D. **A sourcebook on child sexual abuse**. Beverly Hills, CA.: Sage, 1986. p. 224-254.

FLORES, R. Z. Definir e Medir o que são Abusos Sexuais. In: LEAL, M. F.P. & CESAR, M. A. **Indicadores de violência intra-familiar e exploração sexual comercial de crianças e adolescente**. Brasília: Ministério da Justiça – CESE. 1998.

FLORES, R. Z.; KRISTESEN, C. H.; TOSON, J. S.; GALARRAGA, V. G.; LIMA, A. P. V. R.; ABREU, K. L.; VIEIRA, K.; BOTH, N. S. & PALADINI, R. O efeito da capacitação em profissionais da área da saúde no reconhecimento dos indicadores de

abuso sexual de crianças e adolescentes. **Anais da XXXI Reunião Anual de Psicologia**. Sociedade Brasileira de Psicologia. Rio de Janeiro. 2001.

FURNISS, T.; **Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1993.

FUZIWARA, A. S.; FÁVERO, E. T. A violência sexual e os direitos da criança e do adolescente. In: AZAMBUJA, M. R. F. de; FERREIRA, M. H. M. et al. (Orgs.) **Violência sexual contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 35-47

GHEDIN, E. Professor Reflexivo: da alienação da técnica à autonomia da crítica. In: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (orgs.). **Professor Reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 129-150.

GOICOCHEA, A. H. **Abuso sexual infantil**: manual de formación para profesionales. Madrid: Save the Children e Ministério de Trabajo y asuntos Sociales, 2001.

GOLDMAN, J. D. G. Student teachers' learning about child sexual abuse strategies for primary school: an exploratory study of surface and deep learning. **Sex Education**, v. 5, n. 1, 2005. p. 79-92.

GOLDMAN, J. D. G.; GRIMBEEK, P. How university student-teachers for primary school learn about Department of Education Policy on child sexual abuse, and mandatory reporting: the sources of their professional information. **Higher Education**, n. 58, 2008. p.221-239.

GUERRA, V. N. de A. **Violência de pais contra filhos**: a tragédia revisitada. 4. ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2001.

GUIA ESCOLAR: **Métodos da a identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação, 2004.

HAWKINS, R.; McCALLUM, C. Mandatory notification training for suspected child abuse and neglect in South Australian schools. **Child abuse e neglect**. n. 25, p.1603-1625. 2001.

HAZZARD, A. Training teachers to identify and interven whit abused children. **Journal of Clinical Child Psychology**. n. 13, v. 3. 1984. p. 288-293.

HODGKINSON, K. & BAGINSKY, M. Child Protection Training in School-based Initial Teacher Training: a survey of school-centred initial teacher training courses and their trainees. **Educational Studies**, v. 26, n. 3, 2000. p. 269-279.

HUSTON, A. **Marcas do silêncio**. Filme. Estados Unidos: Playarte, 1996.

KASSELL, N. **O lenhador**. Filme. Estados Unidos: newmarket films, 2004.

KOLLER, S. H.; AMAZARRAY, M. R. **Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual** – relatório - produção científica do CEP-RUA, Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua – UFRGS. [s.l.:s.n.],1997, p.1-23.

LAGERMANN, R. **Anjos do sol**. Filme. Cara de cão produções. 2006

LEAL, M. L. P. O macrocontexto esmaga o indivíduo: a globalização e a violência contra crianças e adolescentes. **Revista Transformação**. n. 10, ano XIV, 2002. p. 15.

LEAL, M. F. P.; CÉSAR, M. A. **Indicadores de violência sexual intra-familiar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**. Brasília: CECRIA – Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, 1998.

LEAL, Maria Lúcia P. e LEAL, Maria de Fátima P. **Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil**. Brasília:PESTRAF/ CECRIA, 2002.

LERNER, T. Tratamento em situações de abuso sexual de crianças e adolescentes. **Jornal da Rede Saúde**. n. 22, 2000. p.15-16.

LIBÓRIO, R. M. C. **Desvendando vozes silenciadas: adolescentes em situação de exploração sexual**. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo, 2003.

_____. Exploração sexual comercial infanto-juvenil: categorias explicativas e políticas de enfrentamento. In: LIBÓRIO, R. M. C. & SOUSA, S. M. G. (org). **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 19-50.

LIBÓRIO, R. M. C.; MOURA, J. A. Projeto Parceria Pacto São Paulo contra a violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Pesquisa diagnóstica sobre violência sexual – 10ª região administrativa. In: Fórum de ciências da FCT “Grupos de pesquisa: diagnóstico e perspectivas”, 4., 2003, Presidente Prudente. **Anais em cd-rom**, 2003. p. 390-392.

LIBÓRIO, R. M. C.; CAMARGO, L. S.; SANTOS, R. C. F.; SANTOS, R. B. Saberes de profissionais de educação sobre abuso e exploração sexual – contribuições para políticas educacionais. In: LEAL, M. L. P.; LEAL, M. F. P.; LIBÓRIO, R. M. C. **Tráfico de pessoas e violência sexual**. Brasília: Violes/SER/Universidade de Brasília, 2007. p. 147-166.

LIBÓRIO, R. M. C.; CASTRO, B. M. **Exploradores Sexuais, pedofilia e Sexualidade: reflexões para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes**. In Associação Brasileira de Magistrados, Promotoria da Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude ABMP. (Org.). Criança e Adolescente: direitos, sexualidades e reprodução. São Paulo: Publicado pelo Instituto WCF – Childhood Brasil, 2008, p. 19-41.

LUDKE, M. & ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARQUES, M. S. e MAIO, J. S. M. O trabalho em rede e o depoimento em juízo: implicações no atendimento de uma criança que sofreu abuso sexual e o cuidado com o profissional. In LEAL, M. L. P.; LEAL, M. F. P.; LIBÓRIO, R. M. C. (Orgs.) **Tráfico de Pessoas e Violência Sexual**. Violes/SER/Universidade de Brasília, 2007. p. 247-261.

MARTINS, P. C. **Maus-Tratos a Criança – O perfil de um problema**. Coleção Infans. Centro de Estudos da Criança (IEC) – Universidade do Minho, Braga, 2002.

MENIN, M. S. S. e ZECHI, A. M. Conjunto de Programas Permitindo a Análise de Evocação: EVOC 2000. Apostila baseada na versão de Pierre Verges. Presidente Prudente: [s.n.], 2009.

MOREIRA, M. I. C. Desafios éticos e metodológicos da pesquisa sobre exploração sexual de crianças e adolescentes. ANAIS: I Congresso Latino-Americano de Psicologia da ULAPSI. São Paulo, 2005. Disponível em <http://www.ulapsi.org/cdrom/portugues/index.php>

NARVAZ, M. G. Quem são as mães das vítimas de incesto?. **Revista Insight-psicoterapia**, São Paulo, v. 12, n. 133, 2002.

NETO, O. C. e MOREIRA, M. R. A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. **Ciência e saúde coletiva**. v. 4, n. 1, pp. 33-52, 1999.

ODÁLIA, N. **O que é violência?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense. 1983.

PADILHA, M. G. S **Prevenção Primária de Abuso Sexual:** avaliação da eficácia de um programa com adolescentes e pré-adolescentes em ambiente escolar. Tese. (Doutorado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: [s.n.], 2007.

PEDERSEN, J. R. e GROSSI, P. K. O abuso sexual intrafamiliar e a violência estrutural. In: AZAMBUJA, M. R. F., FERREIRA, M. H. M. et al. **Violência sexual contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

PERRENOUD, P. **Práticas pedagógicas, Profissão Docente e Formação:** perspectivas sociológicas. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

PESSOA, A. S. G. **O papel da escola na vida de adolescentes vítimas de violência sexual: risco e proteção.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente: [s.n.], 2011.

PIETRO, A. T. **A denúncia de abuso sexual no ambiente escolar:** o estudo de uma proposta de intervenção para professores do Ensino Fundamental. Dissertação (mestrado) – Fundação Universidade Federal do Rio Grande – Mestrado em Educação Ambiental. Rio Grande, 2007.

PORTELA, G.L. **Abordagens teórico-metodológicas.** Universidade Estadual de Feira de Santana - Departamento de Letras e Artes. Bahia: 2004. Texto digitado.

ROBERTS, N. **As prostitutas na história.** Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

RODRIGUES, A. A formação de formadores para a prática na formação inicial de professores. **Comunicação no Seminário Modelos e Práticas de Formação Inicial de Professores.** Universidade de Lisboa: [s.n.], 2001.

RODRIGUES, M. T. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer? **Revista Katál.** Florianópolis, v. 12, n. 1, 2009. p. 68-76.

RODRIGUEZ, C. M. **Professionals' Attitudes and Accuracy on Child Abuse Reporting Decisions in New Zealand.** Journal of Interpersonal Violence, Mar 2002; vol. 17: pp. 320 - 342.

SÁ, C. P. de. **Núcleo central das representações sociais.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1996.

SANDERSON, C. **Abuso sexual em crianças:** fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia. São Paulo: M. Books do Brasil, 2005.

SANTOS, B. C. Aspectos causadores da violência. In: SANTOS, B. C. et AL. (Org.) **Maus-tratos e abuso sexual contra crianças e adolescentes:** uma abordagem multidisciplinar. São Leopoldo: Série Cadernos, 1997.

SANTOS, R. B. & R. M. C. LIBÓRIO, A violência sexual contra crianças e adolescentes na perspectiva de professores da educação infantil das escolas públicas municipais de Presidente Prudente. **Relatório de pesquisa não publicado**, enviado ao PIBIC - CNPq, 2006.

SANTOS, R. C. F. & R. M. C. LIBÓRIO, A **violência sexual contra crianças e adolescentes na perspectiva de profissionais da educação do ensino médio de Presidente Prudente.** Relatório de pesquisa não publicado, enviado ao PIBIC - CNPq, 2007.

SATTLER, M. K. O abusador: o que sabemos. In: AZAMBUJA, M. R. F. de; FERREIRA, M. H. M. et al. (Orgs.) **Violência sexual contra crianças e adolescentes.** Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 234-247.

SERPA, M. G. **Exploração Sexual e Prostituição:** um estudo de fatores de risco e proteção com mulheres adultas e adolescentes. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do sul: [s.n.], 2009.

SILVA, E. C. O agressor em pauta: fortalecendo medidas de prevenção à violência sexual. In: LEAL, M. L. P.; LEAL, M. F. P.; LIBÓRIO, R. M. C. **Tráfico de pessoas e violência sexual.** Brasília: Violes/SER/Universidade de Brasília, 2007. p. 213-228.

SKLIAR, C. Seis perguntas sobre a questão da inclusão ou de como acabar de uma vez por todas com as velhas e novas fronteiras em educação. **Revista Pro-posições**, UNICAMP: SP, 2001.

SOUSA, S. M. G. O estudo da exploração sexual de crianças e adolescentes por meio de documentos de domínio público. ANAIS: I Congresso Latino-Americano de Psicologia da ULAPSI. São Paulo, 2005. Disponível em <http://www.ulapsi.org/cdrom/portugues/index.php>

SOUSA, S. M. G.; CARVALHO, L. N. Sentenciado por violência sexual contra crianças: reflexos preliminares. In: In: LEAL, M. L. P.; LEAL, M. F. P.; LIBÓRIO, R. M. C. **Tráfico de pessoas e violência sexual**. Brasília: Violes/SER/Universidade de Brasília, 2007. p. 229-245.

YUNES, M. A. M. **A questão triplamente controvertida da resiliência em famílias de baixa renda**. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP. 2001.

YUNES, M. A. M., GARCIA, N. M. & ALBUQUERQUE, B. de M. Monoparentalidade, Pobreza e Resiliência: entre as crenças dos profissionais e as possibilidades da convivência familiar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. v. 20, n. 3, p. 444-453, 2007.

YUNES, M. A. M. ; SZYMANSKI. H. Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In: TAVARES, J. (org.) **Resiliência e Educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

WCF – BRASIL (World Childhood Foundation). **Refazendo laços de proteção**: ações para combater o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. São Paulo: CENPEC: CHILDHOOD –WCF-Brasil, 2006.

ANEXOS

ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO

PESQUISA: VIOLÊNCIA SEXUAL E A FORMAÇÃO DE EDUCADORES - UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Data: _____

Curso: _____ Ano: _____ Período: _____

Sexo: () a. Feminino () b. Masculino

1. Você já atua na área da educação?

() a. Sim

() b. Não

2. Escreva nas linhas abaixo até 5 palavras (sentimentos, palavras, imagens) que vêm a sua cabeça quando você pensa em abuso sexual de crianças e adolescentes:

3. Escreva nas linhas abaixo até 5 palavras (sentimentos, palavras, imagens) que vem a sua cabeça quando você pensa em exploração sexual de crianças e adolescentes:

4. Escreva nas linhas abaixo até 5 palavras (sentimentos, palavras, imagens) que vem a sua cabeça quando você pensa em prostituição:

5. Você acredita que é papel do professor denunciar às autoridades competentes casos de suspeita de violência sexual contra crianças e adolescentes?

() a. Sim

() b. Não

() c. Não sei

6. Se você apenas suspeita que uma criança ou adolescente esteja sendo vítima de violência sexual, mas não tem certeza, é apropriado contatar às autoridades para denunciar o caso?

() a. Sim

() b. Não

() c. Não sei

Examine as situações abaixo (questão de 7 a 14) e avalie se elas se constituem como **motivos razoáveis para efetuar uma denúncia:**

7. Uma criança lhe diz que está sendo abusada sexualmente, mas não existe nenhuma outra prova além do relato da criança.

- a. Sim
- b. Não
- c. Não sei

8. Uma/Um adolescente lhe diz que está sendo abusada sexualmente, mas não existe nenhuma outra prova além do relato da/do adolescente.

- a. Sim
- b. Não
- c. Não sei

9. Uma criança tem lesões que levam a suspeitar que ela esteja sofrendo abuso sexual, mas não existe uma admissão da criança.

- a. Sim
- b. Não
- c. Não sei

10. Uma/Um adolescente tem lesões que levam a suspeitar que ela esteja sofrendo abuso sexual, mas não existe uma admissão da/do adolescente.

- a. Sim
- b. Não
- c. Não sei

11. Embora não haja evidência direta sobre abuso, um amigo da criança/ adolescente diz a você que a criança/ adolescente está sofrendo abuso.

- a. Sim
- b. Não
- c. Não sei

12. Embora não haja evidência direta sobre abuso, um vizinho adulto da criança/ adolescente diz a você que a criança/ adolescente está sofrendo abuso.

- a. Sim
- b. Não
- c. Não sei

13. Embora não haja evidência direta sobre abuso, um parente adulto da criança/ adolescente diz a você que a criança/ adolescente está sofrendo abuso.

- a. Sim
- b. Não
- c. Não sei

14. Embora não haja evidência direta sobre a violência, um(a) irmão(ã) da criança/ adolescente diz a você que a criança/ adolescente está sendo vítima de exploração sexual.

- a. Sim
- b. Não

() c. Não sei

15. Indique quão fortemente você concorda ou discorda com cada uma das seguintes afirmações abaixo circulando um dos números na tabela:

	Discordo	Discordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo
a. O abuso de crianças e adolescentes, geralmente, é um incidente isolado.	1	2	3	4	5
b. As crianças são mais agredidas sexualmente por estranhos do que por familiares ou conhecidos da família.	1	2	3	4	5
c. Os pais têm direito de tratar seus filhos como acharem melhor.	1	2	3	4	5
d. As crianças mentem e fantasiam histórias sobre abuso sexual.	1	2	3	4	5
e. Os professores são responsáveis pelo bem-estar de seus alunos.	1	2	3	4	5
f. Não existem vantagens em denunciar, pois nada será feito ao agressor.	1	2	3	4	5
g. A violência sexual é um problema que não deve ser tratado na escola.	1	2	3	4	5
h. A responsabilidade em se envolver em casos de violência sexual contra crianças e adolescentes é de assistentes sociais e psicólogos.	1	2	3	4	5
i. Eu não tenho experiência para lidar com casos de violência sexual entre meus alunos	1	2	3	4	5
j. Algumas(uns) adolescentes provocam os adultos com as vestimentas que usam até que eles percam o controle.	1	2	3	4	5
k. Agressores de crianças e adolescentes devem receber punição muito severa.	1	2	3	4	5
l. Ao suspeitar que um aluno esteja sendo vítima de violência sexual o professor deve chamar os pais para conversar.	1	2	3	4	5
m. O comportamento sexual dos adolescentes de hoje é promíscuo.	1	2	3	4	5
n. A violência sexual só ocorre em famílias pobres.	1	2	3	4	5
o. As adolescentes estão expondo seus corpos excessivamente.	1	2	3	4	5
p. A responsabilidade de se envolver em casos de violência social é de professores e diretores.	1	2	3	4	5
q. É necessário investigar a veracidade dos casos antes de tomar qualquer atitude.	1	2	3	4	5
r. A escola só tem a obrigação de passar ao Conselho Tutelar os casos de faltas injustificadas e evasão escolar.	1	2	3	4	5
s. Me sinto preparado para lidar com casos de violência sexual entre meus alunos.	1	2	3	4	5

t. Acho importante que o tema Violência sexual seja discutido na formação de professores.	1	2	3	4	5
-------------------------------------------------------------------------------------------	----------	----------	----------	----------	----------

16. Seria preferível que casos de violência sexual contra crianças e adolescentes fossem resolvidos dentro da escola (pelos diretores ou coordenadores pedagógicos), em vez de comunicar as autoridades competentes?

- a. Sim
- b. Não
- c. Não sei

17. Você confia em sua habilidade para reconhecer os indicadores de abuso sexual?

- a. Sim
- b. Não
- c. Não sei

18. O tema violência sexual foi discutido em alguma disciplina de seu curso?

- a. Sim Qual? _____
- b. Não

19. Você teria interesse e disponibilidade em participar de um projeto de formação de professores que discutisse esta temática na Universidade?

- a. Sim
- b. Não

OBRIGADA PELA SUA PARTICIPAÇÃO !!!

ANEXO 2 - TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

“Violência Sexual e a Formação de Educadores – Uma Proposta de Intervenção”

Pesquisadora: Rita de Cássia Ferreira dos Santos

Orientadora: Prof^ª. Dra Renata Maria Coimbra Libório

Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP

1. Você está sendo convidado (a) a participar desta pesquisa que tem o intuito de verificar o conhecimento dos alunos dos últimos anos dos cursos de licenciatura da FCT/ UNESP – Presidente Prudente, relativos à violência sexual contra crianças e adolescentes antes e após um programa de intervenção, no sentido de constatar qual o impacto deste em suas concepções e delinear uma proposta que possa ser incorporada a formação inicial de profissionais da educação.
2. Participarão da pesquisa aproximadamente 300 estudantes universitários dos cursos de licenciatura da FCT/ UNESP.
3. Ao participar deste estudo, no primeiro momento da pesquisa, você responderá um questionário com questões de múltipla escolha e questões abertas referentes ao tema da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes. No segundo momento, caso demonstre interesse e seja sorteado, você poderá participar da segunda fase do estudo. Você tem a liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para você. No entanto sua colaboração para a realização da pesquisa, respondendo todo o questionário, é imprescindível. Sempre que quiser, poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone 3229-5388 (ramal 5529), com a orientadora do projeto, Prof^ª Dr^ª. Renata Libório ou com a mestrandia Rita de Cássia Ferreira dos Santos. Você poderá também obter maiores informações com a coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa da FCT UNESP, Prof^ª. Dr^ª. Edna Maria do Carmo, no telefone 3229 5365, ramal 202.
4. A participação nesta pesquisa não traz complicações legais, podendo talvez mobilizar alguns sentimentos desagradáveis, visto a temática tratada. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.
5. Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Os questionários serão identificados com um código e não com seu nome. Somente a pesquisadora e orientadora terão conhecimento dos dados.
6. Ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo nos traga informações importantes sobre o conhecimento dos estudantes dos cursos de licenciatura sobre o tema da violência sexual, de forma que possamos contribuir com o resultados desta pesquisa, a elaboração de propostas de formação inicial de professores, beneficiando futuramente parcelas da população infanto-juvenil que se encontram vitimizadas pela violência sexual.
7. Você não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que seguem:

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu interesse em participar da pesquisa.

Nome do Participante da Pesquisa

Local e data

Assinatura do Participante

Rita de Cássia Ferreira dos Santos – Renata M. C. Libório / Responsáveis pela pesquisa

ANEXO 3 -TABELAS POR CURSO, SEXO E JÁ TER TRATADO OU NÃO SOBRE O TEMA DA VIOLÊNCIA SEXUAL EM DISCIPLINAS.

Tabelas por curso: educação física

<i>A violência sexual é um problema que não deve ser tratado na escola.</i>	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Discordo	41	91,1	91,1
Nem concordo nem discordo	1	2,2	2,2
Concordo	3	6,6	6,6
Total	45	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo: 2009-2010

Tabelas por curso: educação física

<i>Eu não tenho experiência para lidar com casos de violência sexual.</i>	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Discordo	21	46,6	46,6
Nem concordo nem discordo	7	15,6	15,6
Concordo	17	37,8	37,8
Total	45	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo: 2009-2010

Tabelas por curso: física

<i>A violência sexual é um problema que não deve ser tratado na escola.</i>	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Discordo	11	91,7	91,7
Nem concordo nem discordo	1	8,3	8,3
Total	12	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo: 2009-2010

Tabelas por curso: física

<i>Seria preferível que casos de violência sexual fossem resolvidos dentro da escola, sem comunicar as autoridades?</i>	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Não	11	91,7	91,7
Não Sei	1	8,3	8,3
Total	12	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo: 2009-2010

Tabelas por curso: geografia

<i>A violência sexual é um problema que não deve ser tratado na escola.</i>	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Discordo	19	100,0	100,0
Total	19	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo: 2009-2010

Tabelas por curso: geografia

<i>Seria preferível que casos de violência sexual fossem resolvidos dentro da escola, sem comunicar as autoridades?</i>	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Não	17	89,5	89,5
Não Sei	2	10,5	10,5
Total	19	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo: 2009-2010

Tabelas por curso: matemática

<i>Seria preferível que casos de violência sexual fossem resolvidos dentro da escola, sem comunicar as autoridades?</i>	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Sim	1	4,5	4,5
Não	18	81,8	81,8
Não Sei	3	13,6	13,6
Total	22	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo: 2009-2010

Tabelas por curso: matemática

<i>Eu não tenho experiência para lidar com casos de violência sexual.</i>	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Discordo	2	9,1	9,1
Nem concordo nem discordo	5	22,7	22,7
Concordo	15	68,2	68,2
Total	22	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo: 2009-2010

Tabelas por curso: pedagogia

<i>Seria preferível que casos de violência sexual fossem resolvidos dentro da escola, sem comunicar as autoridades?</i>	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Sim	3	8,3	8,6
Não	28	77,8	80,0
Não Sei	4	11,1	11,4
Total	35	97,2	100,0

Fonte: Pesquisa de campo: 2009-2010

Tabelas por curso: pedagogia

<i>Eu não tenho experiência para lidar com casos de violência sexual.</i>	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Discordo	12	33,3	34,3
Nem concordo nem discordo	8	22,9	22,9
Concordo	15	41,7	42,8
Total	35	97,2	100,0

Fonte: Pesquisa de campo: 2009-2010

Tabelas por curso: química

<i>Seria preferível que casos de violência sexual fossem resolvidos dentro da escola, sem comunicar as autoridades?</i>	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Sim	4	16,0	16,0
Não	20	80,0	80,0
Não Sei	1	4,0	4,0
Total	25	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo: 2009-2010

Tabelas por curso: química

<i>Eu não tenho experiência para lidar com casos de violência sexual.</i>	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Válida %</i>
Discordo	9	36,0	36,0
Concordo	16	64,0	64,0
Total	25	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo: 2009-2010

Tabelas por sexo

<i>Algumas adolescentes provocam os adultos com as vestimentas que usam.</i>	<i>Feminino (F)</i>	<i>Masculino (F)</i>	<i>Total</i>
Discordo	46	32	78
Nem concordo nem discordo	14	16	30
Concordo	22	27	49
Total	82	75	157

Fonte: Pesquisa de campo: 2009-2010

Tabelas por sexo

<i>O comportamento sexual dos adolescentes de hoje é promíscuo.</i>	<i>Feminino (F)</i>	<i>Masculino (F)</i>	<i>Total</i>
Discordo	29	19	48
Nem concordo nem discordo	21	23	44
Concordo	31	34	65
Total	81	76	157

Fonte: Pesquisa de campo: 2009-2010

Tabelas por sexo

<i>As adolescentes estão expondo seus corpos excessivamente.</i>	<i>Feminino (F)</i>	<i>Masculino (F)</i>	<i>Total</i>
Discordo	32	24	56
Nem concordo nem discordo	12	15	27
Concordo	38	37	75
Total	82	76	158

Fonte: Pesquisa de campo: 2009-2010

Tabelas por discussão do tema em disciplinas na graduação

<i>Se você apenas suspeita é apropriado denunciar</i>	<i>O tema violência sexual foi discutido em alguma disciplina de seu curso</i>		
	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Total</i>
Sim	35	73	108
Não	5	19	24
Não Sei	9	11	20
Total	49	103	152

Fonte: Pesquisa de campo: 2009-2010

Tabelas por discussão do tema em disciplinas na graduação

<i>O suspeitar de um caso de violência sexual, deve se chamar os pais</i>	<i>O tema violência sexual foi discutido em alguma disciplina de seu curso</i>		
	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Total</i>
Discordo	10	12	22
Nem concordo e nem discordo	2	8	10
Concordo	37	83	120
Total	49	103	152

Fonte: Pesquisa de campo: 2009-2010

ANEXO 4 - IAS

Nome: _____

Curso: _____ Ano: _____

Sexo: () a. Feminino () b. Masculino

A lista abaixo contém diversos itens na forma de sinais e sintomas de violência sexual contra crianças e adolescentes. Alguns destes sinais podem ser observados em sala de aula, outros podem ser relatados pelo próprio sujeito, ou mesmo por familiares e outros professores. Alguns destes sinais são muito específicos, ou seja, são fortes indicativos de que a violência possa ter ocorrido ou estar ocorrendo. Outros sinais são pouco específicos, ou seja, não indicam que o abuso e/ ou exploração sexual possa ter ocorrido ou estar ocorrendo. Atribua, a cada item, um valor entre 1(um) e 5(cinco), de forma que quanto maior o valor atribuído, mais indicativo de violência sexual será o item. Por exemplo, caso você considere o item “enfermidades psicossomáticas” como um indicador muito forte de que a violência sexual possa ter ocorrido ou estar ocorrendo, marque o número 5 (cinco) como no exemplo abaixo:

00. Enfermidades Psicossomáticas	1	2	3	4	5
----------------------------------	---	---	---	---	---

Importante: marque uma resposta em cada item!

01. Comportamento “sedutor”	1	2	3	4	5
02. Curiosidade Sexual Excessiva	1	2	3	4	5
03. Auto-conceito negativo	1	2	3	4	5
04. Lavar as mãos compulsivamente	1	2	3	4	5
05. Tentativa e/ ou comportamento suicida	1	2	3	4	5
06. Raiva e/ ou hostilidade	1	2	3	4	5
07. Ansiedade	1	2	3	4	5
08. Gravidez Precoce	1	2	3	4	5
09. Ideação Suicida (desejo de morrer)	1	2	3	4	5
10. Masturbação excessiva ou pública	1	2	3	4	5
11. Repetir o que outras pessoas verbalizam	1	2	3	4	5
12. Sentimento de vergonha e/ ou culpa	1	2	3	4	5
13. Baixa auto-estima	1	2	3	4	5
14. Medos	1	2	3	4	5
15. Pesadelos e dificuldades para dormir	1	2	3	4	5
16. Comportamento auto-destrutivo (como auto-flagelação)	1	2	3	4	5
17. Evasão escolar	1	2	3	4	5
18. Ansiedade relacionadas a temas sexuais	1	2	3	4	5
19. Tocar e/ ou coçar seus genitais	1	2	3	4	5
20. Excitabilidade aumentada (hipervigilância ou dificuldade de concentração)	1	2	3	4	5
21. Abuso de álcool e/ ou drogas	1	2	3	4	5
22. Possuir objetos, trajes e dinheiro além de suas possibilidades	1	2	3	4	5
23. Falta de competência social com pares	1	2	3	4	5
24. Agressividade pessoal	1	2	3	4	5
25. Colocar objetos no ânus ou vagina	1	2	3	4	5
26. Fuga de casa	1	2	3	4	5

27. Brincar com brinquedos do sexo oposto	1	2	3	4	5
28. Comportamento erotizado	1	2	3	4	5
29. Presença de DST's	1	2	3	4	5
30. Requisitar estimulação sexual de outras pessoas	1	2	3	4	5
31. Envolvimento em atos ilegais	1	2	3	4	5
32. Brinquedos e ou jogos sexualizados	1	2	3	4	5
33. Conhecimento sexual inapropriado para a idade	1	2	3	4	5
34. Cansaço, olheiras, fadiga durante o dia	1	2	3	4	5
35. Conversas frequentes com conotação sexual	1	2	3	4	5
36. Delinquência	1	2	3	4	5
37. Evitação a determinadas pessoas e lugares	1	2	3	4	5
38. Atraso ou ausência total do desenvolvimento da linguagem verbal	1	2	3	4	5
39. Agressão física	1	2	3	4	5
40. Exposição freqüente dos genitais	1	2	3	4	5
41. Comportamento regressivo	1	2	3	4	5
42. Aparente autonomia financeira	1	2	3	4	5
43. Preocupação exagerada com a aparência	1	2	3	4	5
44. Atos de auto-regressão	1	2	3	4	5
45. Retraimento e/ ou isolamento	1	2	3	4	5
46. Tiques motores múltiplos	1	2	3	4	5
47. Fumar cigarros comuns	1	2	3	4	5
48. Uso de vestimentas inadequadas	1	2	3	4	5
49. Transtornos alimentares	1	2	3	4	5
50. Comportamento impulsivo ou imperativo	1	2	3	4	5

Instrumento inspirado em: FLORES, R. Z. et al (2001, apud BRINO, 2006); WCF BRASIL, 2006; LIBÓRIO, 2003.

ANEXO 5 - Questionário

Exercícios sobre atitudes frente a situações de violência sexual

1 – Você trabalha com uma classe a cerca de três meses estando o ano letivo por volta do mês de abril. Neste período uma de suas alunas passa a apresentar comportamentos que não tinha anteriormente. De uma aluna comunicativa, com bom desempenho escolar, que realizava as tarefas e tinha boa relação com os colegas passa a se isolar, está retraída, parece triste, não realiza as tarefas e suas notas caíram. Ao ser questionada sobre o que está acontecendo, ela não responde. Certo dia, durante uma atividade proposta em sala de aula, a aluna demonstra ter conhecimento (ou comportamento) sexual não adequado a sua idade.

A partir desta situação, relate qual seria sua atitude e que procedimentos você tomaria?

2 – Você está dando aula para uma turma da oitava série (nono ano), logo nos meses iniciais do ano letivo uma aluna de sua turma abandona a escola. Certo dia, numa reunião de professores a diretora comenta que viu algumas adolescentes “fazendo ponto” nas ruas da cidade e que uma dessas adolescentes era esta aluna que evadiu. A diretora faz o seguinte comentário: “Deus me livre do conselho tutelar me mandar essa garota de volta, não quero problemas em nossa escola”. Em resposta a diretora um professor comenta: “Imagina que ela vai querer voltar, ela está nessa situação por que quer. Essas garotas de hoje preferem se prostituir a procurar um emprego decente e estudar”.

Comente esta situação.

ANEXO – 7 ANÁLISE ESTATÍSTICA

Para a análise estatística dos dados foram utilizados os instrumentos (IAS) que foram aplicados antes e depois do programa de intervenção.

A Tabela 1 apresenta a pontuação média dos itens específicos, abuso e exploração sexual, e dos itens não específicos da violência sexual.

Pode ser observado na Figura 1 que a pontuação média dos itens específicos de abuso apresentou maior valor nos momentos antes e depois em relação às pontuações médias dos itens específicos de exploração e os itens não específicos, onde eles praticamente se igualam.

Tabela 1. Dados da pontuação média obtida dos itens específicos (abuso e exploração) e não específicos do índice IAS nos momentos antes e depois para os alunos de licenciatura

Itens	Momentos	
	Antes	Depois
Específico – Abuso	84,37	85,77
Específico – Exploração	43,19	47,50
Não específico	42,04	47,68

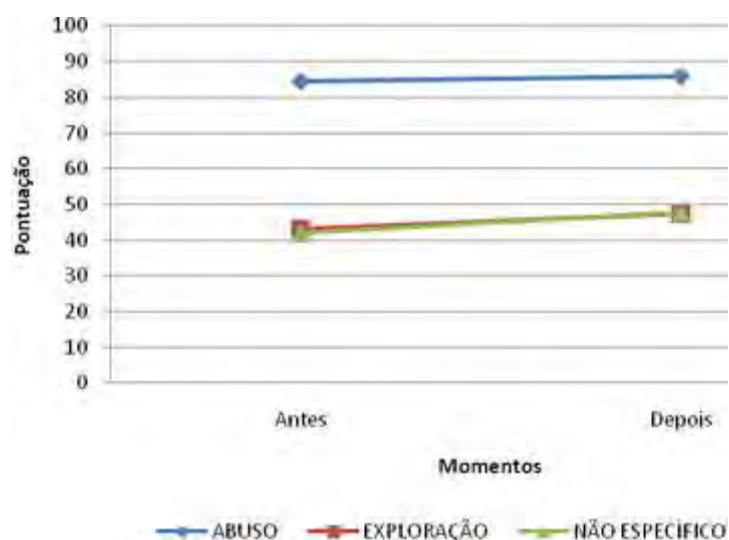


Figura 1. Pontuação média nos itens específicos e não específicos nos momentos antes e depois da aplicação IAS

- ✓ Análise exploratória dos itens específicos de abuso sexual do IAS

Tabela 2. Descritivas dos dados de pontuações médias dos itens específicos de abuso sexual do IAS nos momentos antes e depois

Estatísticas	Momentos	
	Antes	Depois
Média	84,37	85,77
Mediana	85	85,5
Desvio padrão	10,18	14,74
Mínimo	60	47
Máximo	102	111

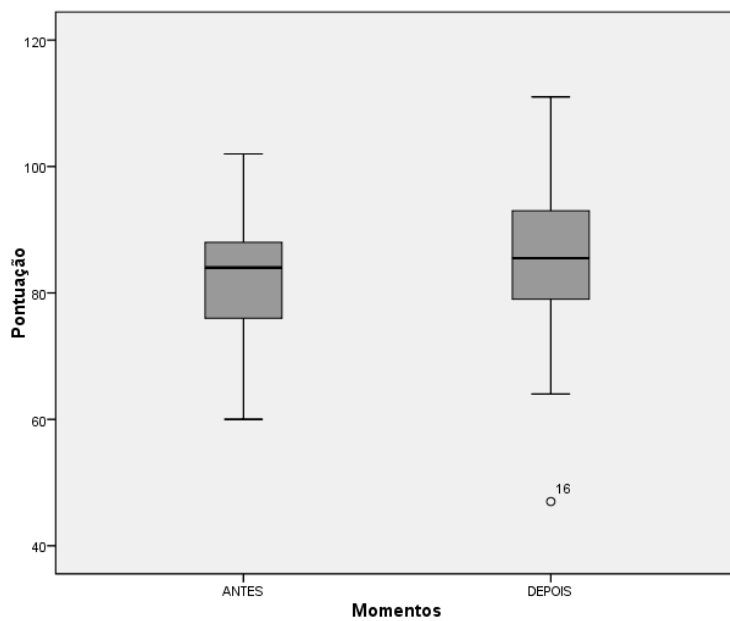


Figura 2. Box-plot da pontuação dos itens específicos de abuso sexual nos momentos antes e depois

Para averiguar se há simetria na distribuição dos dados da pontuação dos itens de abuso nos momentos antes e depois foi construído um Box-plot no software estatístico SPSS, versão 14.0 para verificar a distribuição desses dados. A caixa representa 50% dos dados, sendo que a linha que a corta é a mediana (metade dos dados está abaixo e a outra metade acima desse traço), sendo que 25% dos dados estão acima (limite superior) e os outros 25% abaixo (limite inferior) da caixa. Observa-se que no momento antes, pode não haver simetria, pois a posição da mediana não está no centro da caixa e os limites inferior e superior não tem o mesmo comprimento, aparentemente. No momento depois, a distribuição dos dados apresenta uma pequena assimetria, onde os limites inferior e superior tem comprimentos diferentes.

Com base nas medidas de posição e dispersão realizadas pelo SPSS, sendo elas: médias, medianas (medida central), desvio padrão (variabilidade dos dados) e os valores mínimos e máximos para os momentos antes e depois, pode-se verificar que os valores do desvio padrão no momento antes e depois diferem bastante entre si. Quanto ao valor do mínimo, decresceu em relação ao momento antes com o depois (Tabela 2).

O valor do desvio padrão e do mínimo no momento depois podem ter sido discrepantes em relação ao momento antes por motivado pelo outlier apresentado no Box-plot, o sujeito 16.

- ✓ Análise exploratória dos itens específicos de exploração sexual do IAS

Tabela 3. Descritivas dos dados de pontuações médias dos itens específicos de exploração sexual do IAS nos momentos antes e depois

Estatísticas	Momentos	
	Antes	Depois
Média	43,19	47,5
Mediana	44,5	48,5
Desvio padrão	7,24	8,26
Mínimo	28	24
Máximo	53	59

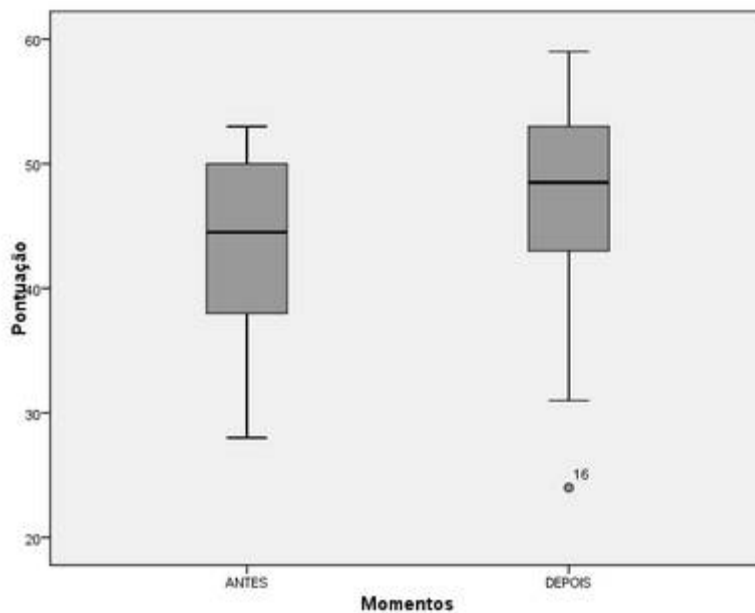


Figura 3. Box-plot da pontuação dos itens específicos de exploração sexual nos momentos antes e depois

Na Figura 3, a distribuição dos dados dos momentos antes e depois para a pontuação dos itens específicos de exploração parecem não ser simétricos, porém para afirmarmos com certeza aplicaremos mais adiante teste estatístico para igualdade de variâncias. E ainda, o sujeito 16 no momento depois aparece como outlier novamente.

De acordo com a Tabela 3, os valores do desvio padrão nos momentos antes e depois não diferem tanto numa comparação apenas quantitativa. Comparando com os itens específicos de abuso e os itens não específicos, os valores do desvio padrão são menores, ou seja, há menor variabilidade na pontuação dos itens específicos de exploração.

✓ Análise exploratória dos itens não específicos do IAS

Tabela 4. Descritivas dos dados de pontuações médias dos itens não específicos do IAS nos momentos antes e depois

Estatísticas	Momentos
--------------	----------

	Antes	Depois
Média	42,04	47,68
Mediana	42	47,5
Desvio padrão	7,9	14,33
Mínimo	23	20
Máximo	59	91

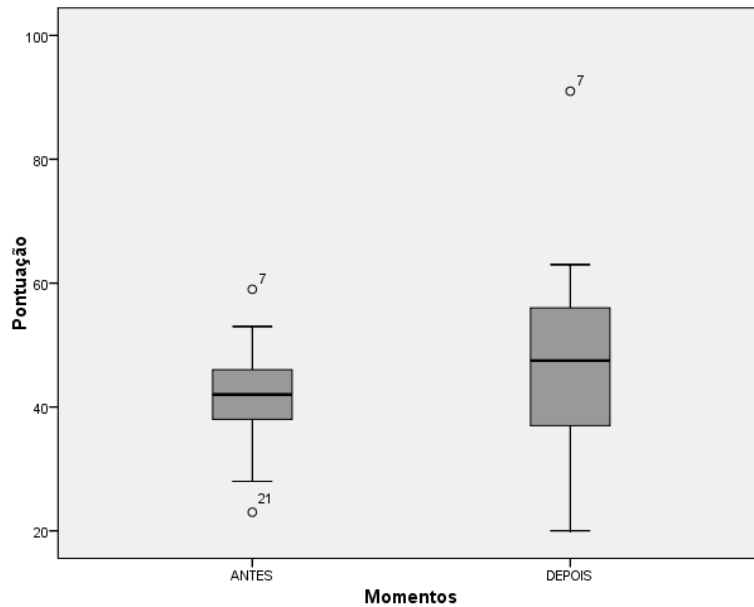


Figura 4. Box-plot da pontuação dos itens não específicos nos momentos antes e depois

O Box-plot da pontuação dos itens não específicos no momento antes aparenta ser simétrico, pois a posição da mediana encontra-se no centro e não parece haver muita diferença nos comprimentos dos limites inferior e superior. Porém, o gráfico apresentou dois outliers, os sujeitos 7 e 21. No momento depois, a distribuição do conjunto de dados apresenta assimetria.

- ✓ Análise exploratória dos itens específicos e não específicos do IAS

Tabela 5. Descritivas dos dados de pontuações médias dos itens específicos e não específicos do IAS nos momentos antes e depois

Estatísticas	Momentos	
	Antes	Depois
Média	169,59	180,95
Mediana	167	181
Desvio padrão	21,16	33,97
Mínimo	133	91
Máximo	210	240

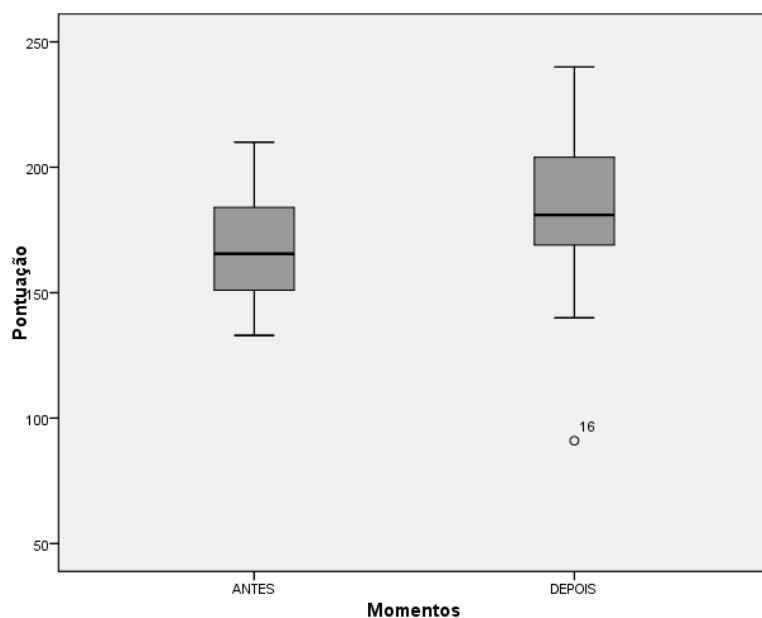


Figura 5. Box-plot da pontuação dos itens específicos e não específicos nos momentos antes e depois

Pela Figura 5, observa-se que há assimetrias nas pontuações dos itens específicos e não específicos nos momentos antes e depois. No momento depois, o sujeito 16 aparece como um outlier novamente, onde ainda foi mantido para análises posteriores por não haver nenhum tipo de erro em seus dados na planilha, assim como os sujeitos 7 e 21 que apareceram na Figura 4.

Há uma diferença expressiva entre os valores do desvio padrão no momento antes e depois, indicando que existe maior variabilidade dos dados.

✓ Aplicação de testes de hipóteses

Para a verificação de diferenças nas pontuações médias dos itens específicos e não específicos do IAS, nos momentos de aplicação antes e depois, aplicou-se primeiramente teste de normalidade (simetria) e teste de homogeneidade de variâncias (variabilidade) nos dados para satisfazer as condições para aplicação de testes paramétricos. Caso sejam satisfeitas essas condições, será aplicado o teste paramétrico *t*-Student para duas amostras (momentos antes e depois).

✓ Teste *t*-Student para as pontuações médias dos itens específicos de abuso sexual do IAS

Na Tabela 6, são apresentados os resultados do teste de normalidade Kolmogorov-Smirnov e o teste de igualdade de variâncias de Levene aplicado para os dados das pontuações médias dos itens específicos de abuso sexual do IAS para os momentos antes e depois do programa de intervenção.

Tabela 6. Teste de normalidade da pontuação média dos itens específicos de abuso sexual do IAS nos momentos antes e depois

	Teste de normalidade – Abuso sexual		Teste de Levene
	Momentos		
	Antes	Depois	
Estatística do teste	0,11	0,13	1,27
P-valor	0,20	0,20	0,27

Observa-se que o p-valor do teste de normalidade para os momentos antes e depois do programa de intervenção foi de 0,20 para ambos, onde podemos aceitar ao nível de 5% de significância que os dados das pontuações médias dos itens específicos de abuso sexual seguem uma distribuição normal nos momentos antes e depois. O teste de Levene avalia se as variâncias dos momentos antes e depois são iguais. Através do p-

valor do teste de Levene ($p\text{-valor} > 0,05$), aceitamos a hipótese de que as variâncias das pontuações médias dos itens específicos de abuso sexual são iguais. Com isso, foram satisfeitas as condições para se utilizar um teste paramétrico, onde o teste t -Student será aplicado para comparar os momentos antes e depois das pontuações médias dos itens específicos de abuso sexual, em que os resultados estão dispostos na Tabela 7.

Tabela 7. Teste t -Student para as pontuações médias dos itens específicos de abuso sexual do IAS

	Teste t -Student
Estatística do teste	-0,67
P-valor	0,51

Conforme a Tabela 7, o p -valor do teste foi de 0,51, onde ao nível de 5% de significância, afirma-se que as médias das pontuações médias dos itens específicos de abuso sexual não diferem nos momentos antes e depois do programa de intervenção.

- ✓ Teste t -Student para as pontuações médias dos itens específicos de exploração sexual do IAS

Os resultados dos testes de normalidade Kolmogorov-Smirnov e o teste de igualdade de variâncias de Levene das pontuações médias dos itens específicos de exploração sexual do IAS são apresentados na Tabela 8.

Tabela 8. Teste de normalidade da pontuação média dos itens específicos de exploração sexual do IAS nos momentos antes e depois

	Teste de normalidade – Exploração sexual		Teste de Levene
	Momentos		
	Antes	Depois	
Estatística do teste	0,17	0,16	0,06
P-valor	0,11	0,14	0,81

O teste de normalidade apontou p-valor de 0,11, logo podemos afirmar que as pontuações médias dos itens específicos de exploração sexual do IAS seguem uma distribuição normal no momento antes e o mesmo acontece no momento depois do programa de intervenção com p-valor de 0,14 ao nível de 5% de significância. O teste de igualdade de variâncias de Levene apresentou p-valor de 0,81, indicando que as variâncias dessas pontuações médias não diferem nos momentos antes e depois. Assim, com as condições satisfeitas para a aplicação de testes paramétricos, o teste *t*-Student será utilizado para esses dados que está disposto na Tabela 9.

Tabela 9. Teste *t*-Student para as pontuações médias dos itens específicos de exploração sexual do IAS

	Teste <i>t</i> -Student
Estatística do teste	-2,18
P-valor	0,04

Como o p-valor do teste *t*-Student apresentou valor de 0,04, há diferenças significativas ao nível de 5% de significância nos momentos antes e depois do programa de intervenção para as pontuações médias dos itens específicos de exploração sexual do IAS.

✓ Teste *t*-Student para as pontuações médias dos itens não específicos do IAS

Os testes de normalidade Kolmogorov-Smirnov e de igualdade de variâncias de Levene são apresentados na Tabela 10 com os resultados obtidos para os momentos antes e depois do programa de intervenção das pontuações médias dos itens não específicos do IAS.

Tabela 10. Teste de normalidade da pontuação média dos itens não específicos do IAS nos momentos antes e depois

	Teste de normalidade – Não específicos	Teste de Levene

	Momentos		
	Antes	Depois	
Estatística do teste	0,14	0,10	3,06
P-valor	0,20	0,20	0,09

De acordo com o teste de normalidade, o p-valor resultou em 0,20 para ambos os momentos antes e depois, logo as pontuações médias dos itens não específicos seguem uma distribuição normal. E ainda, o teste de igualdade de variâncias de Levene, apresentou p-valor de 0,09, ou seja, essas pontuações possuem variâncias iguais nos momentos antes e depois. Desse modo, as condições para utilizar testes paramétricos foram satisfeitas.

Tabela 11. Teste *t*-Student para as pontuações médias dos itens não específicos do IAS

	Teste <i>t</i> -Student
Estatística do teste	-2,34
P-valor	0,03

Observando o p-valor do teste *t*-Student, podemos afirmar que ao nível de 5% de significância ($p\text{-valor} < 0,05$) as pontuações médias dos itens não específicos diferem significativamente nos momentos antes e depois do programa de intervenção.

- ✓ Teste *t*-Student para as pontuações médias dos itens específicos e não específicos do IAS

A seguir na Tabela 12 estão dispostos os resultados dos testes de normalidade de Kolmogorov-Smirnov e o teste de igualdade de variâncias de Levene para as pontuações médias dos itens específicos e não específicos do IAS nos momentos antes e depois do programa de intervenção.

Tabela 12. Teste de normalidade da pontuação média dos itens específicos e não específicos do IAS nos momentos antes e depois

	Teste de normalidade – Específicos e Não específicos		Teste de Levene
	Momentos		
	Antes	Depois	
Estatística do teste	0,09	0,13	2,51
P-valor	0,20	0,20	0,12

O p-valor do teste de normalidade foi de 0,20 para ambos os momentos antes e depois das pontuações médias dos itens específicos e não específicos do IAS, logo podemos afirmar que essas pontuações seguem distribuição normal. O teste de Levene apresentou p-valor de 0,12, assim conclui-se que as variâncias das pontuações médias dos itens específicos e não específicos não diferem. Com isso, o teste paramétrico *t*-Student pode ser aplicado para verificar se há diferenças nos momentos antes e depois para os dados das pontuações médias conjuntamente (específicos e não específicos).

Tabela 13. Teste *t*-Student para as pontuações médias dos itens específicos e não específicos do IAS

	Teste <i>t</i> -Student
Estatística do teste	-1,93
P-valor	0,07

O teste *t*-Student apresentou p-valor de 0,07, indicando que não há diferenças entre os momentos antes e depois do programa de intervenção para as pontuações médias dos itens específicos e não específicos do IAS ao nível de 5% de significância, analisados conjuntamente.

ANEXO 8 – DESCRIÇÃO DOS ENCONTROS

1º ENCONTRO

1ª momento: Apresentação do programa de intervenção aos alunos. Foram dadas as seguintes informações:

- Duração do curso: total de 30 horas, sendo 18 horas de atividades presenciais e 12¹ de atividades não presenciais (como a leitura dos textos e assistência dos filmes indicados), em 6 semanas, com encontros semanais de 2 horas e 30 minutos a 3 horas de duração;

- Atividades desenvolvidas: exposições de slides, discussões, debates, vídeos, leituras, dinâmicas e exercícios;

- Temas abordados (conceitos, definições, mitos, prevenção – primária, secundária, terciária, papel dos profissionais que atuam com crianças e adolescentes e da sociedade, indicadores da violência sexual, escola como espaço de proteção, papel da escola e do professor como agentes de proteção, formação de professores sob a perspectiva dos direitos humanos, aspectos legais, leis de proteção à criança e ao adolescente, denúncia e responsabilidade do professor, formas de encaminhamento)

- Instrumentos de avaliação utilizados (IAS e Exercícios sobre Atitudes frente a situações de Violência Sexual).

2ª momento: Aplicação dos instrumentos de avaliação pré-intervenção (IAS e Exercícios sobre Atitudes frente a situações de Violência Sexual).

3ª momento: Apresentação do documentário “Canto de Cicatriz” (Lais Chaffé, 2005, 37 min.) e de um trecho do filme “Anjos do Sol” (Rudi Lagermann, 2006, 90 min.).

O documentário “Canto de Cicatriz” é uma produção brasileira que trata da violência sexual contra meninas, faz parte do Projeto Rede Menina para formação de agentes que trabalham na prevenção da violência contra meninas, do Coletivo Feminino Plural, da cidade de Porto Alegre/RS e conta com o patrocínio e financiamento de várias instituições. O título do documentário foi inspirado no poema “Canção para a menina maltratada” do escritor e psiquiatra infantil Celso Gutfreind, feito especialmente para o documentário, interpretado pela atriz Ingra Liberato. Através de depoimentos de vítimas que relatam os abusos sofridos, são intercalados comentários de especialistas da área (como o médico de saúde pública Moacyr Seliar; a deputada, relatora da CPMI sobre o tráfico e exploração sexual de crianças e adolescentes, Maria do Rosário e as psicólogas Martha Narvaz e Suzana Braun), desenhos feitos por crianças que foram vítimas de violência sexual, filmes de ficção sobre o tema e enquetes realizadas nas ruas (nas quais ficam claras as crenças e mitos que permeiam o assunto), tudo pontuado pelo poema de Gutfreind. O foco do documentário são o abuso e a exploração sexual

¹ Optamos por esta carga horária não presencial alta por termos indicado diversos filmes para a assistência dos participantes e textos que seriam necessárias a leitura para a discussão nos encontros.

comercial, a partir de uma perspectiva de gênero, já que embora meninos também sejam vítimas de violência sexual, as principais vítimas são crianças e adolescentes do sexo feminino².

O filme “Anjos do Sol” é uma produção brasileira que conta a história de Maria, uma garota de 12 anos que é vendida pelos pais, que vivem no interior do nordeste brasileiro, ao aliciador de meninas, imaginando que a menina iria ter um emprego e viver em um lugar melhor. Ela é levada até a cidade onde se junta a outras meninas que são levadas escondidas no meio da carga de um caminhão para uma cafetina, que realiza um leilão de virgens, onde Maria é comprada por um fazendeiro como presente de aniversário para seu filho que completava 15 anos, que leva ainda Inês, por uma “pechincha” feita pela cafetina. Após serem abusadas, Maria e Inês são levadas para um prostíbulo localizado em um garimpo dentro da floresta Amazônica. Após meses sendo vítima de abusos sexuais e castigos, Maria consegue fugir e atravessa o país de carona. Ao chegar a seu novo destino, a cidade do Rio de Janeiro, Maria se vê novamente as voltas com a exploração sexual, tendo agora outra cafetina a tomar conta dela. Ao final do filme, Maria não encontra saída para seu sofrimento e parece se render a situação exploratória a que foi submetida. Foram exibidos para a turma os 20 primeiros minutos de filme, que mostram a separação de Maria de sua família até o momento em que ela sofre o primeiro abuso.

2º ENCONTRO

1ª momento: Aula expositiva e discussão sobre conceitos, definições e mitos relativos à violência sexual contra crianças e adolescentes: apresentação e explicação dos conceitos, classificações e posterior discussão e concomitante esclarecimento de dúvidas.

Conteúdos abordados e definições utilizadas:

- **Violência:** existem diversas formas de violência e um olhar mais atento a história social da infância e da adolescência nos faz enxergar que a vitimização de crianças e adolescentes sempre existiu devido a concepções autoritárias e repressoras que balizaram as posturas e ações educativas, tanto por parte da família, da instituição escolar e do poder público. Como exemplo, temos os castigos corporais que eram aplicados nas escolas e em casa (palmatória, ajoelhar no milho, etc) e hoje temos a falta de políticas públicas de atendimento de qualidade a crianças e adolescentes que se encontram em situação de exclusão social. E é neste contexto de violência que se insere a violência sexual contra crianças e adolescentes. A violência cometida contra esta população abrange diversas situações caracterizadas pela coisificação do sujeito nas relações interpessoais, sua conversão em objetos, sua destituição enquanto sujeitos de direitos e desejos, na qual a pessoa (no caso a criança e / ou o adolescente), que é um dos pólos da relação, passa por um processo de desumanização, perde suas características humanas e passa a ser objeto dos desejos do outro, daquele que tem mais poder

² Informações encontradas no site <http://www.msmdia.com/lais/filmes.asp>. Acesso em 06 de maio de 2010.

sobre ela / ele, onde relações assimétricas de poder são instituídas, prevalecendo uma cultura de dominação e discriminação (LIBÓRIO, CAMARGO, SANTOS & SANTOS, 2007).

- **Maus-tratos ou Violência doméstica contra crianças e adolescentes:** É “todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra criança e ou adolescente que, sendo capaz de causar à vítima dor ou dano de natureza física, sexual e/ou psicológica, implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto. De outro, leva a coisificação da infância, isto é, a uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.” (AZEVEDO E GUERRA, 1998). Tanto os maus tratos quanto a violência doméstica contra crianças e adolescentes podem ser agrupados em cinco tipos: **negligência, abandono, violência psicológica, violência física e violência sexual.**

- **Violência sexual:** é uma das formas de maus-tratos impingidas a crianças e adolescentes. Configura-se de duas formas: o abuso sexual e a exploração sexual comercial.

- **Abuso sexual:** segundo Azevedo e Guerra (1989) o abuso sexual é “Todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou utilizá-la para obter estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa”. A ABRÁPIA (1997) traz que uma situação de abuso ocorre quando “Crianças e adolescentes são usados para “gratificação sexual de um adulto ou adolescente mais velho, baseado numa relação de poder que pode incluir desde carícias, manipulação de genitália, mama ou ânus.”

Podemos entender a violência sexual como englobando tanto as situações de abuso sexual **intra** como **extra-familiar** que se caracterizam como não possuindo um caráter comercial, já que para efeitos desse trabalho faremos uma distinção entre abuso sexual e exploração sexual.

- **Abuso intra-familiar:** “Qualquer relação de caráter sexual entre um adulto e uma criança ou adolescente ou entre um adolescente e uma criança, quando existe um laço familiar (direto ou não) ou relação de responsabilidade” (COHEN, 1993; ABRÁPIA, 2002 apud GUIA ESCOLAR, 2004, p. 37). Em grande parte desses casos, o autor do abuso é uma pessoa conhecida da criança ou adolescente, com quem ela mantém uma relação de confiança, podendo existir uma relação de parentesco e/ou detenção de poder sobre ela, seja hierárquico, econômico ou afetivo.

- **Abuso extra-familiar:** tipo de abuso que ocorre fora do âmbito familiar, mas também aqui, o abusador é, na maioria das vezes, uma pessoa que a criança conhece: vizinhos, amigos da família, médicos, professores, padres, etc. Eventualmente o autor da agressão pode ser uma pessoa totalmente desconhecida, como nos casos dos chamados “estupros de rua”.

O abuso sexual, de acordo com a Abrapia (1997, 2002), pode ocorrer **com** ou **sem contato físico**, abrangendo várias situações desde:

- **Sem contato físico:** voyerismo, o exibicionismo, conversas abertas sobre atividades sexuais, telefonemas obscenos, mostrar ou produzir pornografia, entre outros.

- **Com contato físico:** relações sexuais, tentativas de relações sexuais, penetração vaginal ou anal, penetração digital ou de objetos, sexo oral, carícias nos órgãos genitais e masturbação.

- **Incesto:** É a relação sexual e/ou amorosa entre pessoas de mesmo sangue. Vem acontecendo em praticamente todas as sociedades e culturas desde a antiguidade até a modernidade. Do ponto de vista legal, a sociedade brasileira criminaliza a prática do incesto³. Segundo a interpretação do Código Penal, o incesto praticado por adultos contra crianças abaixo de 14 anos é considerado violência sexual (estupro), independente de ser empregada a força física. Por outro lado, o Código Civil proíbe casamento entre parentes de primeiro grau (pais e filhos, irmãos e irmãs). Também são consideradas relações incestuosas com parentes por afinidade (ex: padrasto-enteada), meio-irmãos e avós. (GUIA ESCOLAR, 2004, p. 39-40).

- **Pedofilia:** Para a psiquiatria a pedofilia é um tipo de parafilia. Parafilias são transtornos sexuais em que o indivíduo tem seu desejo direcionado a um único objeto, do qual não consegue se desvencilhar. No caso da pedofilia, o indivíduo tem desejo sexual por crianças, que ainda não tem características sexuais desenvolvidas, de ambos os sexos. Esse desejo pode se dar apenas no campo da fantasia (ou seja, o indivíduo não chega a abusar sexualmente de crianças, o que não configura crime) ou de forma concreta (o indivíduo comete o abuso e então comete um crime). Texto indicado para leitura: LIBÓRIO, R. M. C. e CASTRO, B. M. **Exploradores Sexuais, pedofilia e Sexualidade: reflexões para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.** 2008. Filme indicado: O lenhador (The Woodsman, 2004). O filme trata da história de um homem que retorna a sua cidade natal após sair da prisão, com a intenção de recomeçar sua vida. Walter foi preso por abusar sexualmente de uma criança. Ele tenta reconstruir sua vida conseguindo um emprego, uma namorada e buscando formas de levar uma vida justa e correta, deixando seu crime no passado. Ao mesmo tempo ele passa por diversos conflitos internos e enfrenta a desconfiança de pessoas que acreditam que ele possa vir a cometer os mesmos erros.

- **Exploração Sexual Comercial (ESCA):** [...] é uma violação fundamental dos direitos da criança. Esta compreende o abuso sexual por adultos e a remuneração em espécie ao menino ou menina e uma terceira pessoa ou várias. A criança é tratada como objeto sexual e *mercadoria*. A exploração sexual comercial de crianças constitui uma forma de coerção e violência contra crianças, que pode implicar o trabalho forçado e formas contemporâneas de

³ Apesar de não haver referências aos atos incestuosos no código penal, o fato do agente ser ascendente, padrasto ou madrastra, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou tem qualquer autoridade sobre a vítima é um agravante do crime.

escravidão. (ECPAT End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purpose, 2002).

[...] uma relação mercantilizada (exploração /dominação) e abuso (poder) do corpo de crianças e adolescentes (oferta) por exploradores sexuais (mercadores), organizados em redes de comercialização local e global (mercado), ou por pais ou responsáveis e por consumidores de serviços sexuais pagos. (LEAL, M.L.P. & LEAL, M.F.P, 2002).

- Modalidades da exploração sexual reconhecidas atualmente:

- **Prostituição infantil:** é o uso de uma criança em atividades sexuais em troca de remuneração ou outras formas de consideração;

- **Tráfico e venda de crianças para propósitos sexuais:** consiste em todos os atos envolvendo o recrutamento ou transporte de pessoas entre ou através de fronteiras e implicam em engano, coerção, alojamento ou fraude com o propósito de colocar as pessoas em situações de exploração, como a prostituição forçada, práticas similares à escravidão, trabalhos forçados ou serviços domésticos exploradores, com o uso de extrema crueldade;

- **Pornografia infantil:** é qualquer representação através de quaisquer meios de uma criança/ adolescente engajada em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas ou qualquer exibição impúdica de seus genitais com a finalidade de oferecer gratificação sexual ao usuário, e envolve a produção, distribuição e/ ou uso de tal material;

- **Turismo sexual:** é a exploração sexual comercial de crianças por pessoas que saem de seus países para outros, geralmente países em desenvolvimento, para ter atos sexuais com crianças/ adolescentes. (ECPAT, 2002 apud LIBÓRIO, 2004, p. 24).

A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma violação dos direitos da pessoa humana e da pessoa em desenvolvimento; direitos à integridade física e psicológica, ao respeito e à dignidade, ao desenvolvimento físico, psicológico, moral e sexual saudáveis. No mercado do sexo são violados seus direitos à convivência familiar e comunitária protetoras e ao trabalho não explorado, digno, seguro, adequado à idade, não degradante, direitos estes garantidos no ECA. (FALEIROS, 2004).

2º momento: Discussão dos mitos acerca da Violência Sexual – apresentação dos mitos e realidades e discussão.

Mitos e realidades apresentados (retirados de Abrapia (2002), Guia Escolar (2004) e Sanderson, (2005)):

MITOS	REALIDADES
A violência Sexual ocorre apenas em certas comunidades/ culturas/ classes consideradas de baixo nível.	Níveis de renda familiar e de educação não são indicadores de abuso. Famílias das classes média e alta podem ter melhores condições para encobrir o abuso e manter o "muro do silêncio." Vítimas e autores do abuso são, muitas vezes, do mesmo grupo étnico e

	socioeconômico.
Agressores sexuais são fáceis de serem reconhecidos.	Na maioria das vezes, são pessoas aparentemente normais e queridas pelas crianças e pelos adolescentes.
Todo abusador sexual ou pedófilo foi sexualmente abusado na infância.	Nem todo abusador ou pedófilo sofreram abusos na infância. Alguns podem ter uma história de abuso, mas a maioria não têm. A consequência dessa concepção errônea é a de que apenas pessoas que foram abusadas na infância são capazes de abusar de crianças.
Apenas homens homossexuais abusam de garotos.	Homens tanto heterossexuais como homossexuais ou bissexuais abusam de crianças. Na realidade, a maioria dos agressores sexuais é heterossexual.
Mulheres não abusam sexualmente de crianças.	Pesquisas sugerem que aproximadamente 25% dos abusos são perpetrados por mulheres. Crenças culturais que mostram as mulheres como cuidadoras e guardiãs de crianças tornam mais difícil para as pessoas que elas possam cometer esse crime. Adolescentes do sexo masculino também correm o risco de serem abusados por mulheres mais velhas, ainda que isso seja percebido como uma iniciação da sexualidade adulta e não como um abuso.
A situação de Violência sexual nunca envolve prazer para a vítima.	Muitas crianças e adolescentes podem experimentar excitação sexual e prazer durante o abuso por conta de aspectos fisiológicos e não significa que elas queiram ser abusadas ou que elas apreciam a situação de abuso.
Devemos evitar falar sobre a Violência Sexual para não assustar as crianças e adolescentes.	Não falar sobre o tema e sobre sexualidade faz com que a criança e o adolescente fiquem desprotegidos e principalmente permite que outros adultos controlem esse conhecimento, o que coloca a criança e o adolescente em um risco maior de ser coagida a violência.
O abuso sexual está associado a lesões corporais.	A violência física contra crianças e adolescentes abusados sexualmente não é o mais comum, mas, sim, o uso de ameaças e/ou a conquista da confiança e do afeto da criança. Crianças e adolescentes são, em geral, prejudicados pelas consequências psicológicas do abuso sexual.
A maioria de pais e professores está informada sobre abuso sexual de crianças, sobre sua frequência e sobre como lidar com ele.	A maioria, no Brasil, desconhece a realidade do abuso sexual de crianças. Pais e professores desinformados não podem ajudar uma criança.
O abuso sexual, na maioria dos casos, ocorre longe da casa da criança ou do adolescente.	O abuso ocorre, com frequência, dentro ou perto da casa da criança ou do abusador. O abusador, normalmente, procura locais em que a criança/adolescente estará completamente vulnerável. O maior índice das

	ocorrências tem sido no período diurno.
Se uma criança ou adolescente "consente" é porque deve ter gostado. Só quando ela disser "não" é que fica caracterizado o abuso.	O autor da agressão sexual tem inteira responsabilidade pela violência sexual, qualquer que seja a forma por ele assumida.
O estranho representa perigo maior para crianças e adolescentes.	Estranhos são responsáveis por pequeno percentual dos casos registrados. Na maioria das vezes, entre 85% a 90% dos casos, crianças e adolescentes são sexualmente abusados por pessoas que já conhecem, como pai ou mãe, parentes, vizinhos, amigos da família, colegas de escola, babá, professor ou médico (a).

3º ENCONTRO

1ª momento: Prevenção a Violência Sexual – apresentação e discussão sobre ações preventivas, os três níveis de proteção e o papel dos profissionais e da sociedade em geral com vistas a prevenção da violência.

Conteúdos abordados:

- **Prevenção:** além das ações de identificação e encaminhamento dos casos suspeitos e confirmados de violência sexual temos que ter ações preventivas. Prevenir é fundamental para se tentar evitar novas ocorrências, interromper as já existentes e minimizar as possíveis consequências ao desenvolvimento das crianças e adolescentes vitimizadas ou em situação de risco. Quando falamos em prevenção nos remetemos a ideia de antecipar-se ao fato que se deseja evitar.

Como já discutido no encontro anterior, a violência sexual é um problema multidimensional, que tem diversos níveis, causas e uma ação preventiva eficaz deve considerar uma gama de estratégias que alcance essas diversas dimensões do problema. Nesse sentido, as políticas públicas de enfrentamento, tanto as que visam grandes programas de conscientização da população, atividades de amplo alcance como aquelas voltadas a situações mais específicas, a grupos determinados, são ações de prevenção de muita importância. Considerando todas estas características, temos diferentes níveis de intervenção que estão classificados em:

- **prevenção primária:** é voltada para a população em geral. Visa eliminar ou diminuir os fatores sociais, culturais e ambientais que favorecem a violência sexual, atuando nas suas causas.

- **prevenção secundária:** tem como enfoque a detecção precoce de crianças e adolescentes em situação de risco, buscando impedir os atos de violência e/ ou sua repetição. As ações desse nível são dirigidas a grupos específicos que podem estar em situação de risco. Atua em situações já existentes de violência e inclui a capacitação de profissionais que lidam diretamente com crianças e adolescentes abusados sexualmente.

- **prevenção terciária:** visa o acompanhamento integral da vítima e do agressor, por uma equipe multidisciplinar (atendimento médico, psicológico, social e jurídico). Tem a intenção de minimizar as sequelas e a probabilidade de efeitos a longo prazo.

- **Exemplos de ações preventivas nas escolas e com professores:** Foi dado como exemplo o próprio curso que estava sendo realizado por nós, a capacitação realizada pela Professora Raquel de Faria Brino no município de São Carlos (como pesquisa para sua tese de doutorado), o programa com adolescentes e pré-adolescentes em ambiente escolar, que fez parte da sua pesquisa de doutorado da Profª Maria da Graça Saldanha Padilha e o Programa de Desenvolvimento de Condutas Auto-Protetivas que seria realizado com os professores da rede municipal de Presidente Prudente pela Profª Renata Maria Coimbra Libório, orientadora desta pesquisa, para capacitar os profissionais a desenvolver em seus alunos condutas de auto-proteção.

Texto disponibilizado: BENETTI, S. P. C. Maus-tratos da Criança: abordagem preventiva. In: HUTZ, C. S. (Org.) Situações de risco e vulnerabilidade na infância e adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção. São Paulo: Casa do psicólogo, 2002.

2º momento: Consequências e impacto da violência sexual – leitura das consequências e discussão e reflexão sobre a gravidade e fatores que podem minimizar o impacto.

- Crianças e adolescentes abusados podem reagir ou experienciar a violência sexual de várias maneiras. Dentre as consequências (reações das crianças ou adolescentes abusados), que mais surgem **nos casos de abuso sexual**, temos: sequelas de problemas físicos; dificuldade de ligações afetivas e amorosas, bem como de manter uma vida sexual saudável; tendência a supersexualizar os relacionamentos sociais; possibilidade de engajamento em trabalho sexual; viciar-se em substância lícitas e ilícitas.

Com relação às consequências que podem acometer crianças e adolescentes **exploradas sexualmente**, listamos, a partir de WCF-Brasil (2006) e Libório (2003):

- exposição à violência urbana;
- envolvimento com tráfico de drogas;
- dependência química, que pode trazer danos físicos e psicológicos;
- queda da auto-estima;
- incorporação de identidade estigmatizada;
- postura de medo e desconfiança em relação ao adulto;
- envolvimento com grupos marginalizados, especialmente com aliciadores;
- comprometimentos na saúde mental (tendência ao suicídio, depressão);
- auto-desvalorização;
- processo de vulnerabilização – maior suscetibilidade a fragilizar-se frente a situações adversas da vida.

Entretanto, alguns autores como Furniss (1993) e Koller e Amazarray (1997) nos orientam sobre o seguinte: as consequências do abuso sexual não podem ser consideradas de forma absoluta, mas devemos relativizar o impacto do abuso, levando-se em conta os fatores abaixo:

- idade do início e duração do abuso sexual;
- grau de violência ou ameaça de violência;
- diferença entre a idade do abusado e do abusador;
- grau de proximidade entre abusador e abusado;
- presença ou ausência de figuras protetoras;
- grau de sigilo sobre o fato ocorrido;
- a percepção da criança sobre os atos sexuais perpetrados;
- a existência de serviços, organização em rede e o grau de eficiência e eficácia desta rede;
- visão dos serviços de atendimento sobre os fatos ocorridos.

Decorrente do exposto, afirmamos o quanto é grave para o desenvolvimento pessoal e social a vivência da violência sexual durante a infância e adolescência. Apesar desta gravidade, sabemos que nem todas as crianças e adolescentes abusadas/ exploradas sexualmente viverão, necessariamente, todas estas consequências, sendo que acreditamos que será o nível de suporte social que ela receberá da sociedade que poderá interferir na gravidade e extensão das mesmas.

Leitura proposta: Guia Escolar, 2004.

4º ENCONTRO

1º momento: Indicadores da violência sexual – apresentação e discussão dos sinais e sintomas que podem ser apresentados por crianças e adolescentes que estejam relacionados com a ocorrência de violência sexual. Foi apresentada uma listagem de sinais e sintomas em slides. Apontamento dos itens específicos e inespecíficos e os motivos. Análise do conjunto de sinais e sintomas (intensidade, frequência) e sua relação com as suspeitas de violência sexual estar ocorrendo.

Considerando a gravidade das situações de violência sexual no desenvolvimento de crianças e adolescentes, achamos importante apontarmos os indicadores do abuso e da exploração sexual separadamente, em razão da especificidade de ambos os fenômenos. O conhecimento destes sinais é considerado primordial na ação dos educadores, pois é o que pode levá-los a suspeita e encaminhamento dos casos de violência sexual para os órgãos competentes.

- Sinais e sintomas de abuso sexual:

- Infecções urinárias frequentes;
- Corrimentos vaginas ou retais;
- Dor ao urinar ou cólicas intestinais;
- Enurese/encoprese (falta de controle para urina ou fezes);

- Uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas;
- Aparente autonomia financeira;
- Envolvimento em atos ilegais (furtos, tráfico de drogas);
- Comportamento auto-destrutivo (auto-flagelação);
- Auto-conceito negativo;
- Ideação suicida (desejo de morrer);
- Tentativas de suicídio.

2º momento: Sensibilização e análise de relatos de casos de violência sexual – leitura de relatos retirados de Sanderson, C. **Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia.** São Paulo: M. Books do Brasil. 2005.

3º momento: Família e violência: apresentação de indicadores na conduta de pais ou responsáveis que podem mostrar famílias abusivas e apresentação de trechos do filme “Marcas do Silêncio” (Anjelica Huston, 1996, 97 min.)

- **Possíveis Indicadores na conduta dos pais e ou responsáveis** (retirados do Guia Escolar, 2004):

- As famílias incestuosas tendem a ser quietas, relacionam-se pouco. Os pais são autoritários e as mães, submissas.
- O autor do abuso tende a ser extremamente protetor, zeloso da criança e/ou adolescente ou possessivo com a criança/adolescente, negando-lhe contatos sociais normais. Lembre-se, porém, de que manifestar carinho para com filhos é importante para um crescimento saudável.
- O autor do abuso pode ser sedutor, insinuante, especialmente com crianças e/ou adolescentes.
- O autor do abuso crê que o contato sexual é uma forma de amor familiar.
- O autor do abuso pode acusar a criança de promiscuidade ou sedução sexual ou ainda acreditar que ela tem atividade sexual fora de casa.
- O autor do abuso pode contar histórias, referindo-se a outro autor da agressão a fim de se proteger.
- É frequente que o autor da agressão tenha sofrido esse tipo de abuso na infância (físico, sexual, emocional).
- Membros da família fazem uso de substâncias como álcool, outras drogas lícitas ou ilícitas.

É importante afirmar que nem todas as famílias com esse perfil cometem incesto. É preciso, portanto, tomar cuidado para não tirar conclusões precipitadas, que possam estigmatizar ainda mais esse tipo de família. Lembre-se de que pessoas que praticam violência sexual contra crianças precisam ser responsabilizadas por seus atos, mas elas também precisam de ajuda para não repeti-los e aprender a respeitar a criança e o adolescente. (GUIA ESCOLAR, 2004)

- Doenças sexualmente transmissíveis;
- Dor ou inchaço na área genital ou anal;
- Fadiga constante;
- Vergonha excessiva;
- Transtornos alimentares: anorexias, bulimias;
- Mudanças extremas, súbitas e inexplicadas no comportamento;
- Queda no desempenho escolar;
- Sempre na defensiva, ou seja, permanente estado de alerta;
- Conhecimento sexual inadequado para a idade;
- Fuga do contato físico;
- Gravidez precoce;
- Tentativas de suicídio;
- Problemas de aprendizagem
- Conduta anti-social;
- Roupas rasgadas ou manchadas de sangue;
- Dificuldade de engolir;
- Regressão a comportamentos infantis;
- Baixo nível de auto-estima;
- Expressão de afeto sensualizada ou mesmo certo grau de provocação erótica, inapropriados para uma criança;
- Masturbação compulsiva, excessiva ou pública;
- Coceira nos genitais;
- Colocar objetos no ânus ou vagina;
- Requirir estimulação sexual de outras pessoas;
- Medo e evitação de determinadas pessoas e lugares;
- Sentimento de culpa, depressão.

- Sinais e sintomas de ESCA:

- Presença de DSTs e / ou gravidez, aborto;
- Vestimenta inadequada, provocante ou “vulgar”;
- Comportamento extremamente erotizado;
- Conversas frequentes com conotação sexual;
- Possuir objetos, trajes e dinheiro além de suas possibilidades;
- Marcas físicas, escoriações;
- Abandono precoce do lar;
- Fracasso e evasão escolar;
- Cansaço, olheiras, fadiga, sonolência de dia;

O filme “Marcas do Silêncio” é uma produção americana. A história se passa na década de 50, no interior dos Estados Unidos. Anney engravida de um homem que foge, e dá à luz a menina Bone. Anney tenta registrar a menina em cartório, mas como o pai não está presente, o escrivão coloca na certidão que a menina é bastarda, o que é motivo de grande vergonha naquele contexto. Quando Bone tem 4 anos, Anney conhece outro rapaz e se casa com ele, tendo mais uma filha. Este marido morre quando a criança é ainda bebê. Quando Bone está com 11 anos, sua mãe conhece Glen, que trabalha com o seu irmão. Começam a namorar e decidem se casar, apesar das objeções da família dela. Anney engravida mais uma vez, mas quando a gravidez já está bem adiantada, perde o bebê. Na noite em que Anney está no hospital, Glen está no carro com as duas meninas e abusa sexualmente de Bone enquanto a criança menor está dormindo.

Glen é inconstante no trabalho e a família muda-se com frequência. Glen é exigente com Bone e a maltrata constantemente. Ela desafia sua autoridade, o que faz com ele a maltrate ainda mais. Como Glen não tem dinheiro, Anney é obrigada a se prostituir para ganhar dinheiro e alimentar suas filhas. Certa noite, Bone acorda com muita dor e a mãe a leva para o hospital, onde o médico descobre que seu cóccix está quebrado. O médico pressiona a mãe para saber o que esta havendo, mas ela leva Bone embora do hospital. A tia de Boné estava doente e morre. Ao se arrumarem para ir ao velório, Bone desafia Glen novamente e este a espanca. Anney ouve tudo, mas não consegue fazer nada. No velório, Bone toma uma bebida e fica tonta. No banheiro uma das tias vai ajudá-la e descobre as marcas recentes do espancamento. A família se reúne e a mãe de Bone nega que foi Glen quem surrou Bone, mas mesmo assim os homens da família dão uma surra nele. A partir daí Bone vai morar com uma outra tia que é solteira. Após um tempo a mãe vai lhe pedir que volte para casa, pois Glen deseja que se tornem uma família novamente. Bone se recusa. Glen então vai à casa da tia de Bone para fazer ele mesmo o pedido. Encontra a menina sozinha e ela ameaça de contar a todos sobre os abusos sexuais. Glen torna-se violento, bate em Bone e começa a estuprá-la. Neste momento chega Anney que bate violentamente em Glen e leva a menina para o carro. Glen sai correndo atrás e pedindo perdão. Anney acaricia sua cabeça, sob o olhar atônito da filha. Bone é levada ao hospital e lá os médicos pressionam a família a contar o que aconteceu, mas a tia leva a menina embora. Bone volta a morar com esta tia. Após algum tempo, a mãe a procura e pede perdão. Entrega-lhe a certidão de nascimento modificada, onde não está mais escrito que ela é bastarda e vai embora.

- Indicação de texto para leitura: NARVAZ, M. G. Quem são as mães das vítimas de incesto? **Revista Insight-psicoterapia**, São Paulo, v. 12, n. 133, 2002.

5º ENCONTRO

1º momento: - Alunos foram divididos em 2 grupos e a eles foi pedido que citassem pessoas famosas que têm histórias de vida difícil e que conseguiram superar as adversidades e hoje são

consideradas vencedoras. A partir dos relatos dos grupos foi realizada uma discussão orientada pelo professor e as dúvidas iam sendo esclarecidas conforme surgiam e esta dinâmica serviu para balizar as próximas discussões.

2ª momento: - Escola como espaço de proteção às crianças e aos adolescentes: o papel do professor e da instituição como agentes de proteção – foi apresentado o conceito de resiliência, indicadores de risco e de proteção, escola: risco ou proteção, o conceito de resiliência oculta e feita uma discussão.

- A **resiliência** deve ser entendida como um processo dinâmico que leva em consideração aspectos comunitários e culturais (UNGAR, 2008; 2007), num processo interativo entre as pessoas e as instituições, “sendo que os mesmos causadores de *stress* podem ser experienciados de formas diferentes por pessoas diferentes” (PESCE, ASSIS, SANTOS & OLIVEIRA, 2004, p. 135). Compartilhamos com a posição de Libório, Castro e Coelho (2006, p.94), de que os estudos do construto “resiliência” devem assumir seu caráter processual, dinâmico e relativo, e não mais basear-se em perspectivas *individualizantes* (que focam a resiliência como característica ou atributo do sujeito), *não relacionais* (que desconsideram a importância das relações interpessoais e do contexto na construção da resiliência), *deterministas* (no sentido de que quem “a” possui como traço de personalidade, teria condições de superar todas as condições adversas de vida) e *estigmatizantes* (que rotula e classifica “a priori” os indivíduos como “resilientes” ou “não resilientes”) (apud PESSOA, 2011)⁴.

- Situações de **risco** são aquelas que, quando presentes na vida do sujeito, interferem negativamente no seu desenvolvimento (PESSOA & LIBÓRIO, 2010; CASSOL & ANTONI, 2006; SAPIENZA, G. & PEDROMONICO, M. R. M., 2005; DOLL, B & LYON, M. A., 1998). Além disso, como nos aponta Assis, Pesce & Avanci (2006) “a combinação de duas ou mais adversidades” (p. 33) potencializa esse efeito negativo. Isso significa que, muitas vezes, o que inicialmente definimos como risco pode não ser interpretado por uma criança ou adolescente dessa forma (apud PESSOA, 2011).

- Os indicadores de **proteção** se referem às situações, pessoas, instituições ou eventos que, quando presentes na vida de crianças e adolescentes, podem colaborar para a superação das adversidades ou pela minimização do impacto do risco (apud PESSOA, 2011).

- A resiliência oculta seria definida por situações e/ou comportamentos considerados negativos que normalmente não associaríamos com os processos de resiliência, mas que colaboram no bem-estar e no bom desenvolvimento das pessoas⁵.

⁴ Os conceitos apresentados foram utilizados pelo professor durante o encontro.

⁵ Cf. UNGAR, M. Nurturing Hidden Resilience in At-Risk youth in different cultures. *Journal of the Canadian Academy of Child and Adolescent Psychiatry*. v.15, n. 2, 2006; LIBÓRIO, R. M. C.; UNGAR, M. Resiliência oculta: a construção social do conceito e suas implicações para práticas profissionais junto a adolescentes em situação de risco. *Psicologia: reflexão e crítica*, Porto Alegre, v. 23,

14 anos (que costumávamos chamar de crimes com violência presumida) ou com outros que não tenham o discernimento necessário sobre a prática do ato ou que por algum motivo não possa oferecer resistência.

- Foram acrescentados pela Lei 12.015/2009: Art. 218-A: satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente; Art. 218-B: Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável;

- Os crimes contra a liberdade sexual deixam de ser ajuizados mediante queixa. Após a reforma, a regra será a ação penal pública condicionada – mediante representação –, salvo quando a vítima for menor de 18 (dezoito) anos, ou vulnerável. Nessas hipóteses, serão objetos de ação penal pública incondicionada.

- Ocorreram mais outras mudanças e reformas no CP, merecendo um estudo mais aprofundado e parceria com profissionais da área do direito para maiores e melhores esclarecimentos.

- **ECA:** é considerado internacionalmente como instrumento legislativo de vanguarda e tornou-se referência mundial para a proteção da infância. Surgiu como fruto de colaboração política de vários setores da sociedade.

Algumas medidas estabelecidas pelo ECA em relação a violência sexual:

- obrigatoriedade da notificação;
- afastamento do agressor da moradia;
- proibição do uso em produtos relacionados a pornografia;
- criminalização de pessoas e serviços que submetem crianças e adolescentes à exploração sexual.

- Alguns artigos do ECA para conhecimento:

- Art. 5: Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

- Art. 13: Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

- Art. 17: O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

- Art. 18: É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

- Art. 56: Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

6º ENCONTRO

1º momento: Aspectos legais e leis de proteção a criança e ao adolescente – apresentação das bases legais que protegem as crianças e adolescentes da violência sexual.

- **Bases jurídicas:** Constituição Federal (1988), Código Penal (1940 e as alterações ocorridas em 2009 no Título VI que se refere aos crimes sexuais) e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – 1990).

- **Constituição Federal:** Define a política fundamental, os princípios políticos, estabelece a estrutura, os procedimentos, os poderes e direitos do governo, garantindo direitos para o povo.

- Art. 227: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito a vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

- **Código Penal:** Enumera os crimes e define as penas a serem aplicadas a cidadãos que violam as leis. Houve uma mudança recente e significativa no que diz respeito aos crimes sexuais com a lei 12.015, de 07. 08. 2009. No código penal, os crimes sexuais estão descritos no Título VI – dos crimes contra a dignidade sexual. A mudança do Título foi uma das alterações, antes o Título VI era denominado de “crimes contra os costumes”.

- Art. 213 Estupro: Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso: Pena – reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos.

- O Art. 214 do CP, que tratava do crime de atentado violento ao pudor, foi revogado. Os delitos de estupro e atentado violento ao pudor foram unidos no art. 213. Apesar de revogado o artigo, o crime de atentado violento ao pudor continua existindo, agora tipificado como crime de estupro. A partir da Lei 12.015/2009 pessoas do sexo masculino também podem ser vítimas de estupro, o que não era considerado antes da modificação no Código.

- Violação Sexual mediante fraude = além da fraude, passa a cometer o crime aquele que utilize meio que “impeça ou dificulte a livre manifestação da vontade da vítima (Art. 215).

- O capítulo II do Título VI passa agora para “Dos crimes sexuais contra vulnerável”, na redação anterior: “Da corrupção e sedução de menores”. Sendo revogado o art. 217 que tratava do crime de sedução e sendo acrescida nova tipificação com o art. 217-A: Estupro de Vulnerável – Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menores de

n. 3, 2010; PESSOA, A. S. G. O papel da escola na vida de adolescentes vítimas de violência sexual: risco e proteção. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista, 2011.

I - maus-tratos envolvendo seus alunos;

II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;

III - elevados níveis de repetência.

- Art. 70: É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

- Art. 130: Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum.

- Art. 131: O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.

- Art. 132: Em cada Município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução.

- Art. 239: Promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro:

- Pena - reclusão de quatro a seis anos, e multa.

- Parágrafo único. Se há emprego de violência, grave ameaça ou fraude: Pena - reclusão, de 6 (seis) a 8 (oito) anos, além da pena correspondente à violência.

- Art. 240: Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente: Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

§1º Incorre nas mesmas penas quem agencia, facilita, recruta, coage, ou de qualquer modo intermedeia a participação de criança ou adolescente nas cenas referidas no caput deste artigo, ou ainda quem com esses contracenam.

- Art. 241: Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

- Art. 241-A: Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – assegure os meios ou serviços para o armazenamento das fotografias, cenas ou imagens de que trata o caput deste artigo;

II – assegura, por qualquer meio, o acesso por rede de computadores às fotografias, cenas ou imagens de que trata o caput deste artigo.

- Art. 241-B: Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

- Art. 241-C: Simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual: Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem vende, expõe à venda, disponibiliza, distribui, publica ou divulga por qualquer meio, adquire, possui ou armazena o material produzido na forma do caput deste artigo.

- Art. 241-D: Aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso: Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

- Art. 241-E: Para efeito dos crimes previstos nesta Lei, a expressão “cena de sexo explícito ou pornográfica” compreende qualquer situação que envolva criança ou adolescente em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou exibição dos órgãos genitais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais.

- Art. 244-A: Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no caput do art. 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual: Pena - reclusão de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente às práticas referidas no caput deste artigo.

- Art. 245: Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

- Indicação do filme *Acusação* (Mick Jackson, 1995, 130 min.). Filme americano que retrata a uma falsa acusação de abuso sexual contra uma escola infantil. Mostra os equívocos que podem envolver uma denúncia. Mostra também o lidar inadequadamente com a criança, suposta vítima de violência sexual, por profissionais não preparados, utilizando de ações que induzem a criança a relatar fatos que não aconteceram. O episódio traz a lembrança um acontecimento semelhante no Brasil: o caso da Escola Base, em São Paulo.

V: Foi depois. Chegou pedindo uma bacia.
J: Foi um vizinho ou uma vizinha?
V: Uma vizinha.
J: Uma vizinha, foi a Dona ... (nome da vizinha)?
V: Sim
J: E vítima, tu tinha medo do ... (nome do abusador)
V: Sim
J: Por que tu tinha medo dele, o que ele dizia para ti?
V: Pensei que ele ia dar em mim, antes?
J: Ele disse para ti, que ia dar em ti?
V: Eu pensei que ele ia dar em mim.
J: Ah, tu pensou que ele ia dar em ti? E ele dava em ti?
V: Sim
J: Tua mãe brigou com ele, na hora mais com ele?
V: Sim.
J: Não mora, não é?
V: Não
J: Tu sabe por quê? Foi por causa disso aí? Ou foi que eles tiveram outra briga?
V: Por causa disso aí.
J: E hoje, tua mãe tem outro companheiro?
V: Tem
J: E esse companheiro é legal contigo?
V: Sim
J: Dada a palavra ao Ministério Público.
P: Que horas eram, mais ou menos, isso aí vítima? Te lembra disso?
V: Não
P: Nem lembra se era de manhã, se era de tarde?
V: Era de manhã.
P: E ele estava bêbado ou estava são?
V: Tava são.
P: E ele se dava bem com tua mãe?
V: Sim.
P: Tratava bem vocês?
V: Sim.
P: Tu tens irmãos?
V: Tenho.
P: Mais novos ou mais velhos que tu?
V: Mais novos.
P: Tu é o mais velho?
V: Sim.
P: E ele simplesmente te chamou e mandou tu deitar com ele na cama, foi assim?
V: Foi.
P: E essa senhora aí, essa vizinha, a Dona ... (nome da vizinha), o que foi que ela viu?
Tu te lembra?
V: Não.
P: Tu não quer contar mais nada para a gente?
V: Não.
P: Nada mais.
J: Dada a palavra à defesa.
D: Nada a requerer.
J: Nada mais. (DOBKE, 2001, p. 61-65 apud PIETRO, 2007, p. 84)

Leitura indicada: MARQUES, M. S. e MAIO, J. S. M. O trabalho em rede e o depoimento em juízo: implicações no atendimento de uma criança que sofreu abuso sexual e o

2º momento: Leitura de um caso relatado na literatura onde a vítima de 10 anos é inquerida durante o processo⁶. Apresentação da Metodologia do “Depoimento sem dano”, implantado no Estado do Rio Grande do Sul. Apresentação da Cartilha⁷ produzida pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do sul sobre o tema.

Fato abusivo intrafamiliar: Menino com 10 anos foi abusado sexualmente, atentado violento ao pudor, pelo padrasto. O abuso consistiu em o padrasto ter passado o seu órgão genital no corpo da criança, inclusive no ânus. Inquirição da vítima:

J: Lida a denúncia. É verdade isso aí?
V: Sim
J: Então, nos conta como foi, pode contar não precisa ter vergonha. Como foi que ele fez? Estava só tu e ele em casa? Como foi?
V: Sim
J: E ele te chamou, como aconteceu isso aí?
V: Ele me chamou
J: Tu estava brincando e ele te chamou?
V: Sim
J: Então, explica para nós como foi isso aí? Não precisa ter vergonha da gente aqui.
V: Eu tava brincando, aí ele me chamou e abusou comigo.
J: Explica para nós como foi esse abuso, o que ele fez? Pode dizer.
V: Ele abusou comigo.
J: Eu preciso saber como ele abusou, o que ele fez? Que jeito ele abusou?
V: Botou o “tico” na minha bunda.
J: E ele só encostou ou entrou?
V: Não, só encostou.
J: E molhou, ficou molhada a tua bunda? Como foi?
V: Não ficou.
J: Isso aí, ele fez só essa vez ou já tinha feito outra vez?
V: Só essa vez
J: Ele te botou sentado no colo dele?
V: Deitado na cama.
J: Ele tava deitado e te chamou lá na cama dele? Ele tava pelado? Tava de cueca, de calção, como ele tava?
V: Cueca
J: E ele tirou a cueca?
V: Sim
J: E tu estavas de que, de calção? Como era, de roupa?
V: Não me lembro mais.
J: Não lembra? Mas ele tirou a tua roupa ou não.
V: Não só a parte de baixo.
J: Tirou a parte de baixo?
V: Sim
J: E tu contou para a tua mãe isso aí?
V: Não fiquei com medo.
J: Alguém viu ele fazer isso aí contigo?
V: Não.
J: Ninguém viu? Não chegou um vizinho, lá? Uma vizinha?

⁶ Retirado de PIETRO, A. T. **A denúncia de abuso sexual no ambiente escolar**: o estudo de uma proposta de intervenção para professores do Ensino Fundamental. Dissertação (mestrado) – Fundação Universidade Federal do Rio Grande – Mestrado em Educação Ambiental, Rio Grande, 2007.

⁷ A cartilha está disponível em <http://www.direitosdacrianca.org.br/midia/publicacoes/cartilha-depoimento-sem-dano>

cuidado com o profissional. In LEAL, M. L. P.; LEAL, M. F. P.; LIBÓRIO, R. M. C. (Orgs.) *Tráfico de Pessoas e Violência Sexual*. Viões/SER/Universidade de Brasília, 2007. p. 247-261.

3º momento: Como realizar o encaminhamento de denúncias. Cuidados básicos na abordagem das crianças e adolescentes: como lidar? O que fazer? Promover uma reflexão em grupo após a exposição.

- **Encaminhamentos**: Encontradas/ percebidas algumas evidências de violência, mesmo sem a confirmação através de provas consideradas concretas, deve ser feita a notificação ao conselho tutelar ou a outra autoridade responsável (delegacia especializada, ministério público, justiça da infância e juventude, disque denúncia).

- Formas em que a denuncia pode ser feita:

- Por telefone: Ao Conselho Tutelar - Presidente Prudente: 3223-9125; Delegacia de Defesa da Mulher - Presidente Prudente: 3221-9222; Disque-denúncia – disque 100 (Violência contra crianças e adolescentes - nacional) e disque 180 (Violência contra Mulher - nacional).

- Por escrito: Encaminhar relato escrito ao CT, com ficha padronizada que existe em alguns municípios, ou um relatório feito pela instituição ou professor.

- Pessoalmente: O denunciante poderá ir só ou acompanhado da criança/ adolescente. Lá será ouvido e terá de assinar a ocorrência.

- Atendimento na escola: O conselheiro tutelar vai até a unidade escolar quando solicitado.

- Ao menos quando a denúncia for feita pessoalmente, ela pode ser feita de forma pública ou sigilosa. O ideal seria a escola assumir a denúncia e fazê-la por escrito ou indo até ao CT.

- Mas se a direção da escola não quiser assumir a denuncia, o que fazer? O professor que ouvir um relato de violência sexual ou suspeitar sua ocorrência deve procurar ajuda. Valer lembrar que a notificação é obrigatória e responsabilidade do profissional da educação e pode ser cobrada legalmente. Então, mesmo a escola não assumindo a denúncia, esta deve ser feita.

- **Cuidados básicos na abordagem das crianças e adolescentes** (baseados no Guia Escolar, 2004):

- Você a ouça em privacidade e segurança, evite a presença de pessoas que ela não procurou;

- Ouça atentamente e tente não interromper;

- Leve a sério tudo que for dito, não duvide e nem critique;

- Demonstre interesse, isso pode encorajá-la a falar;

- Procure ficar calmo e seguro, tente conter suas emoções;

- Não pressione, não queira saber detalhes, isso pode perturbar a criança/ adolescente;

- Não conduza o que é dito, deixe que o relato seja feito no ritmo da criança/adolescente;

- Use a mesma linguagem, seja clara e simples. Não relute usar as palavras que ela (e) está usando para não inibi-la (o);

- Confirme se você está entendendo o que está sendo contado;

- Não desconsidere os sentimentos da criança/ adolescente usando palavras como “isso não foi nada”, “não precisa chorar”, pois no momento que estão falando no assunto, revivem diversos sentimentos como dor, raiva, culpa, medo;

- Lembra-a sempre de que ela(e) não tem culpa pelo que aconteceu e que está agindo corretamente ao falar;

- Não trate a criança/ adolescente como coitadinho;

- Só expresse solidariedade através do toque se ela permitir;

- Anote o mais cedo possível tudo que lhe foi dito, fielmente, sem suas impressões pessoais. Estas informações têm caráter confidencial, devendo ser enviadas a quem possa ajudar;

- Não faça promessas que você sabe que não poderá cumprir e não garanta segredo. Você deve dizer que o correto é contar a outras pessoas o que está acontecendo para que ela (e) seja ajudada(o);

- Explique o que acontecerá em seguida, ressaltando que será para sua proteção;

- Procure proteger ao máximo a identidade da criança/ adolescente. As informações só deverão ser socializadas com as pessoas que irão ajudar. Isso é um compromisso ético profissional.

- Evite perguntas:

- de caráter inquisitório;

- que coloquem a criança ou adolescente como culpados;

- que a obrigue a precisão de tempo;

- que permitam somente respostas fechadas, como sim ou não.

4º momento: Aplicação dos instrumentos de avaliação pós-intervenção (IAS, Exercícios sobre Atitudes frente a situações de Violência Sexual e Questionário de questões abertas).